

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARIANA MACHADO ROCHA

**Uma luta científico-social desproporcional: colonialidade e
branquitude na fundação da USP e ensino superior na Imprensa
Negra Paulista (1924 – 1937)**

SÃO PAULO
2023

Uma luta científico-social desproporcional: colonialidade e branquitude na fundação da USP e ensino superior na Imprensa Negra Paulista (1924 – 1937)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.
Linha de Pesquisa: História da Educação e Historiografia.
Área de Concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Jesus da Costa

São Paulo
2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

M6721

Machado Rocha, Mariana (Mariana do Berimbau)
Uma luta científico-social desproporcional:
colonialidade e branquitude na fundação da USP e
ensino superior na Imprensa Negra Paulista (1924 -
1937) / Mariana (Mariana do Berimbau) Machado
Rocha; orientadora Ana Luiza Jesus da Costa. --
São Paulo, 2023.
319 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação
Cultura, Filosofia e História da Educação) --
Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo,
2023.

1. Raça. 2. Branquitude. 3. História da
Universidade. 4. Imprensa Negra. 5. USP. I. Jesus
da Costa, Ana Luiza, orient. II. Título.

MARIANA MACHADO ROCHA

Uma luta científico-social desproporcional: colonialidade e branquitude na fundação da USP e ensino superior na Imprensa Negra Paulista (1924 – 1937)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*A Elis Regina Feitosa do Vale
In Memoriam*

Agradecimentos

Aos meus orixás e à minha ancestralidade; especialmente a Èṣù, pelo poder e pelo prazer da escrita; a Oyá pelas aberturas de caminhos; e ao meu Ori, pela constância que possibilitou o trabalho.

À minha mãe Cristina por todo amor, pela presença e pelo suporte em todas as esferas.

Ao meu pai Wilson, por todo amor, apoio e pela revisão final do texto.

Aos meus filhos Vitor e Pedro, pela motivação e pela parceria! Amo vocês!

À Gabriela, irmã e tia presente e generosa. Ao Vitor, irmão de escuta doce e gentil.

À Palomaris pelo colo, pela escuta e pelas trocas.

Ao mestre Pinguim, por me ensinar a respirar e me ajudar a me encontrar comigo mesma.

Ao mestre Adó, pela recepção, pelo acolhimento e pela grandiosidade.

Ao Gustavo, pela parceria e por me ajudar a acreditar em meu potencial.

Aos amigos-interlocutores Adriana, Rose, Ronaldo, Talita, Ca Jota, Tamiris, Alexandre: vocês foram fundamentais.

Às amigas mães, pelo apoio, incentivo, referência e momentos tão felizes: Domênica, Laura, Sandrinha, Carol, Vanessa, Celma, Luciana Diogo, Suênia, Clarice e Naiara.

Aos professores Tula Pires, Camila Daniel, Jaqueline Santos, Jerry Dávila, Bruno Bontempi, Deivison Faustino e Márcio Macedo pelas valiosas interlocuções.

À Claudete, Maytê, Clélia, Conceição, Ingrid, Aleka, Leandro, Beth, Jota, Dona Sueli, Generosa e Ju, que cuidaram da minha casa, do meu corpo, do meu espírito e do meu psicológico.

À Luciana Barros, pelo afeto e pelos ensinamentos.

À Karina Pimentel, pela ajuda preciosa e pelo acolhimento.

Aos amigos Jacson e Marcos, pelos momentos maravilhosos!

Ao bonde de Santo Amaro da Purificação: Tiago de Oyá, Vivaz, Lua, Ayê, Jamile e Diogo, pelos momentos de troca e acolhimento.

À minha orientadora Ana Luiza Costa, pela contribuição enriquecedora e doce, pela alegria e incentivo após cada reunião de orientação e por me ajudar no primeiro contato com a história da educação dos negros!

À professora Alexandra Lima, interlocutora, mentora, entusiasta do meu trabalho e inspiração para a minha trajetória; obrigada por acreditar em mim e por ser quem você é!

Ao André Silva pela amizade, carinho, atenção e incentivo tão generosos e amorosos.

Ao Chico Aranha, por me ensinar a olhar para um problema de cada vez e ajudar a resolver alguns dos grandes.

Às amigas Thagross, Cassie, Carla e Chibundo por todas as trocas.

A Denis, Aisha, Mark e toda comunidade brasileira que nos recebeu e deu suporte em Illinois. Aos colegas do DDRA e Taynara pelo apoio e trocas.

Aos revisores, Tassia e José pela contribuição valiosa.

À professora Denice Catani pela orientação da primeira etapa do trabalho e pelo apoio para manter a Imprensa Negra no projeto após o exame de qualificação.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação, aos funcionários da limpeza e manutenção e todas as áreas que contribuíram para que esse trabalho fosse possível.

Ao CNPq e à Fulbright pelos fomentos.

A entrada dos “diferentes” como produtores de ciência e a chegada dos “ex-objetos” ao mundo da pesquisa acadêmica configuram um novo campo de tensão epistemológica e política.

Nilma Lino Gomes, 2009

História é o fruto do poder, mas o poder por si mesmo nunca é transparente o bastante para que sua análise se torne supérflua. A marca final do poder pode ser sua invisibilidade; o desafio final, a exposição de suas raízes.

Michel-Rolph Trouillot, 1995

RESUMO

À luz dos estudos críticos da branquitude e de perspectivas críticas sobre a colonialidade, o presente trabalho interpreta a maneira como o racismo influenciou a concepção da Universidade de São Paulo (USP) e analisa as referências ao ensino superior presentes nas agendas políticas de seus fundadores e da Imprensa Negra Paulista entre os anos de 1924 e 1937. A pesquisa foi elaborada a partir de dois conjuntos de fontes, o primeiro constituído por textos e discursos dos fundadores da USP e o segundo composto pelos jornais *O Clarim da Alvorada*, *Progresso* e *A Voz da Raça*. Verificou-se que em ambos os grupos o ensino superior esteve conectado aos seus respectivos ideais de nação definidos a partir de posições radicalmente distintas a respeito dos sentidos de raça, do lugar dos negros na sociedade brasileira e do papel da ciência ou da cultura douta na sociedade. A relação de proximidade com o Estado possibilitou que um desses grupos configurasse suas perspectivas na forma de uma instituição. A fundação da USP concretizou, aprofundou e institucionalizou a diferença entre eles constituindo-se como parte importante do processo brasileiro de construção social da raça nos anos 1930.

Palavras-chave: Raça. Branquitude. História da Universidade. Imprensa Negra. USP.

ABSTRACT

This study stems from critical whiteness studies and critical perspectives on coloniality. It interprets how racism influenced the conception of the University of São Paulo (USP) and analyzes the references to higher education present in its founders and the Imprensa Negra Paulista's political agendas between 1924 and 1937. The research adopted two sets of sources. The first constituted by a group of the University of São Paulo founders' texts and speeches and the second composed by the newspapers *O Clarim da Alvorada*, *Progresso* and *A Voz da Raça*. In both groups it was found that Higher Education was connected to their singular ideals of nation which were defined from radically different positions regarding perspectives on race, black people's position in Brazilian society, and the role of science or "scholarly culture" in society. The close relationship with the State made it possible for one of these groups to configure its point of view into the creation of an educational institution. The foundation of USP materialized, deepened and institutionalized the difference between them. The new university became an important part of the Brazilian social construction of race in the 1930s.

Keywords: Race. Whiteness. History of the University. Black Press. USP.

Sumário

Parte 1.....	11
Introdução.....	13
Um exercício de objetivação: Eu, pesquisadora negra na Universidade de São Paulo	34
Capítulo 1 – Branquitude e Colonialidade: a cor invisível dos cânones no pensamento racial brasileiro	46
Parte 2.....	78
Capítulo 2 – Redigidos com luvas brancas: o pacto de silêncio na historiografia e nas fontes ..	80
Capítulo 3 – Livre, desinteressada e racista: a branquitude no horizonte formativo da USP ..	115
Capítulo 4 – Mística Nacional: encobertos pela pretensa universalidade	145
Parte 3.....	178
Capítulo 5 – Uma luta científico-social por um Brasil mais “brasileirado”: raça, nação e cultura doura na Imprensa Negra Paulista	180
Capítulo 6 – Mumificada pela ciência moderna: um lugar para a mulher negra na Faculdade de Direito de São Paulo – Jacinta Maria de Santana.....	215
Capítulo 7 – Iguais perante a Lei, diferentes perante a Europa: o médico negro e baiano que São Paulo tentou apagar – Enoch Carteador.....	239
Capítulo 8 – Um caminho de dor, sofrimentos e desenganos: ensino superior no programa estratégico de um intelectual polêmico – Arlindo Veiga dos Santos	265
Considerações finais.....	291
Referências.....	307

Parte 1

Os dias parecem tão curtos

e viveram felizes para...
felizes para quando?
felizes para quem?
numa aparente, inquestionável, relativa
atmosfera de conquistas
são tantas oportunidades
que nem posso reclamar da vida
e nem sobra tempo para celebrá-la
até pra ler Fanon
meu pensamento continua tão colonizado
que esqueço gostos
ignoro e maltrato meu próprio corpo
forço-o cotidianaMente
e possivelmente não terei aposentadoria

os dias parecem tão curtos

nem poesia mais eu faço
nem poesia mais eu tenho
e quando desperta o celular às 5 da manhã
eu, desde ontem já estava atrasada
porque não li os ditos clássicos
nem os contracoloniais
não aprendi francês
e meu inglês é medíocre
os dias parecem tão curtos

ontem eu nem consegui dar boa noite pras crianças
e minha estrela Dalva, avó
não está mais entre nós
para me dar aquele abraço
que desmembrava o tempo
para me lembrar do quanto é importante
caminhar sem pressa
vô Aguielo me fazia rir,
vô Gilberto contava histórias,
e vó Ilda, costureira,
criava tantas lindezas com aqueles retalhos!

os dias parecem tão curtos

já faz meses que não toco Berimbau

Me resta criar hipóteses sobre qual o *efeito de poder* produzido em mim quando, após o vigoroso toque da baqueta de madeira no metal, a caixa de ressonância vibra, graças à tensão da verga, ocasionando o som. Os dias parecem tão curtos

alguém pode, por favor, me explicar
o que significa esse tal de estruturalismo?

os dias parecem tão curtos
e quando o nível de estrogênio cai, tudo dói!

os dias parecem tão curtos

and I feel so tired

Mariana do Berimbau

Introdução

Colocar a raça numa posição central é bem menos fácil do que se poderia esperar [...]. Raça não é uma categoria estável. Qual o seu significado, como é usada, por quem, como é mobilizada no discurso público e qual o seu papel nas políticas sociais mais amplas e na política educacional – tudo isso é contingente histórico. [...] Raça é uma construção, um conjunto inteiro de relações sociais (APPLE, 2001, p. 62).

Em 1662, a Câmara Municipal da Bahia deu início ao envio de numerosos requerimentos ao rei de Portugal solicitando a equivalência dos graus conferidos pelos colégios jesuítas brasileiros aos do Colégio de Évora, dirigido pelos jesuítas na metrópole (CUNHA, 1980). O padre jesuíta Antônio de Oliveira foi a Portugal como procurador do Estado do Brasil e solicitou diretamente ao ministro do rei o reconhecimento de cursos realizados no Brasil conforme o direito pontifício. O ministro recusou o pedido, alegando que os brancos da Bahia não queriam que seus filhos estudassem ao lado dos “moços pardos”, que, por essa época, estavam impedidos de pertencer a todas as ordens religiosas “por estarem atreitos a rixas e vadiagem”. Mais tarde, ao ser nomeado como Provincial em 1681, o procurador expulsou todos os “moços pardos” dos colégios jesuítas brasileiros. Os prejudicados fizeram, então, uma petição ao rei, indagando a razão pela qual eram admitidos nos colégios reais da metrópole, sendo, entretanto, impedidos de frequentar os colégios jesuítas do Brasil (CUNHA, 1980, p.32).

Esta questão deu início a uma disputa entre o Estado e a Companhia de Jesus. De um lado, o Estado afirmava que os colégios eram públicos, e por isso não poderiam vetar a admissão de candidatos de qualquer categoria social. De outro, a Companhia afirmava que os recursos do Estado eram dirigidos à conversão dos indígenas, e que as atividades adicionais de seus colégios eram uma iniciativa particular, dando-lhes o direito de escolher seus destinatários. As negociações jurídicas só tiveram fim quando os jesuítas mudaram sua argumentação, dizendo que a restrição aos “moços pardos” se dava pela quantidade de alunos, e não “pelo mau exemplo que davam aos brancos”.

Esse episódio indica a existência de uma disputa racial nos primórdios da formação do ensino superior no Brasil, sob a vigência da escravidão e do Estado Colonial. A restrição ao acesso dos “moços pardos” aos níveis mais elevados de ensino influenciou o reconhecimento dos colégios jesuítas ainda durante o período colonial. Ou seja, no período da escravidão havia “moços pardos” cursando os níveis de ensino mais elevados disponíveis no Brasil, e a presença deles originava reações da elite escravista, que preferia o não reconhecimento dos estudos realizados em terras brasileiras à possibilidade de que eles estudassem lado a lado com seus filhos e tivessem acesso a este tipo de certificação. Chama atenção a estratégia utilizada para manter a interdição aos “moços pardos”. Houve o deslocamento de uma justificativa baseada em um entendimento racial para outra aparentemente neutra que não pudesse ser questionada com a reivindicação do caráter público dos recursos empregados na instituição. Outro elemento relevante é que Cunha (1980), autor de importantes trabalhos sobre a história do ensino superior brasileiro, menciona essa disputa em uma nota de rodapé, sem fornecer maiores informações e nem desenvolver análises sobre a situação.

O caso provoca a considerar a possibilidade de que também em outros períodos históricos possa ter havido disputas raciais pelos níveis superiores de ensino. Ainda que, considerados seus respectivos contextos, essas manifestações de demanda e resistência não tenham se dado de maneira explícita, como aconteceu nos anos 1990, quando o acesso ao ensino superior, sobretudo público, se constituiu como uma das pautas centrais do movimento negro, elas são importantes pois colaboram para a desconstrução de projeções homogeneizantes acerca da educação dos negros no passado e para a compreensão de dinâmicas de poder na sociedade brasileira.

O papel desempenhado pelo Estado Colonial na defesa do acesso dos “moços pardos” também merece ser ressaltado. Cerca de dois séculos mais tarde, o Estado Imperial também desempenhará um papel importante em relação ao ensino superior. Edmundo Campos Coelho (1999) mostra como o exercício das profissões de medicina, direito e engenharia se configurou em meio a um conjunto de disputas dadas na transição do Império para a República. Nesse período, tais profissões eram exercidas tanto por profissionais diplomados, como por pessoas que adquiriam conhecimentos por meio da prática, ou de outras formas de aprendizagem que não a institucional. A relação entre obtenção de diploma e qualificação para o exercício dessas profissões não era direta. Por um lado, o Estado reconhecia algumas práticas profissionais, a

despeito de serem exercidas sem diploma, como no caso dos autodidatas da área do direito¹. Por outro, no caso da engenharia, o caráter livresco do curso requeria que diplomados aprendessem a exercer o seu ofício somente na prática e, no caso da medicina, as próprias práticas médicas do período não continham lastro científico que pudesse diferenciar suas abordagens daquelas realizadas por leigos e curandeiros (COELHO, 1999).

O processo histórico por meio do qual o diploma de ensino superior se estabelece como único instrumento possível de legitimação do exercício profissional se dá em conjunto com o fortalecimento do poder do Estado quando ele passa a exercer o papel de afiançar a legalidade dos diplomas e de regulamentar os critérios exigidos para o exercício dessas profissões. Nota-se, então, que o ensino superior e o Estado têm uma conexão histórica, flexível e dinâmica, a qual passa por um importante conjunto de disputas e transformações. O Ato Adicional de 1834 (BRASIL, 1834)², por exemplo, se origina a partir de um conjunto de disputas a respeito das atribuições políticas do Império e das províncias. No que se refere à educação, a partir das alterações de 1834, os ensinos primário e secundário tornam-se responsabilidade das províncias. O ensino superior, entretanto, permanece centralizado como atribuição do Império, evidenciando como esta etapa educativa ocupa um lugar de importância perante o poder estatal.

A relação entre Estado e ensino superior envolve ainda o poder daquele na regulação das profissões, na definição dos critérios de seu exercício, na oferta do ensino superior e de trabalho, na contratação dos formados e, finalmente, na retroalimentação das posições de poder em seu interior, ocupadas majoritariamente pelos detentores dos diplomas oferecidos, regulados e legitimados pelo próprio Estado, fato que se dava não só no Brasil, mas também em outros países, como Itália e França, em que a elite e lideranças profissionais formavam-se nas faculdades estatais. Elas

[...] nutriram-se no Estado e nele se fortaleceram através, entre outros recursos, da “oficialização” de suas associações cultas (academias de ciências, institutos, etc.). [...] o Estado era o grande empregador dos profissionais, seja nas faculdades oficiais, seja na burocracia governamental (magistratura, hospitais públicos, municipalidades na Itália, corpos de engenheiros no Brasil e na França). (COELHO, 1999, p. 251)

¹ Dois homens negros proeminentes que exerceram a profissão de advogados tendo sido autodidatas são Antônio Pereira Rebouças (1798 – 1880) e Luiz Gama (1830 – 1882).

² Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Coelho (1999) aponta também a existência de disputas a respeito de que setores da sociedade poderiam oferecer cursos de ensino superior, se seria somente o Estado ou se também outros agentes, como a Igreja e iniciativas particulares. Um exemplo da atuação estatal nesse campo é a reforma realizada por Venceslau Brás em 1915, que instituiu novos critérios para a multiplicação de instituições e rebatizou os exames de admissão, que passaram a ser chamados de exames vestibulares e tiveram modificações que reduziram o acesso aos cursos de maior prestígio (MAYORGA, 2010; CUNHA, 1980). A função dessa contenção era restituir as certificações do ensino superior à condição de ser um “instrumento de discriminação social eficaz e aceito como legítimo”, sobretudo em um momento de grande necessidade de formação de intelectuais orgânicos das classes dominantes cuja hegemonia se encontrava em crise (CUNHA, 1980).

Em 1931, o Estatuto da Universidade (Decreto n. 19.851), estabelecido pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, encabeçado por Francisco Campos, estabelece um conjunto importante de mudanças na educação superior. Sobre as formas de ingresso, Romero (2019, p. 12) sintetiza bem:

Não havia qualquer dispositivo sobre a prova ou exame para o ingresso nos cursos superiores, a não ser as exigências quanto: a conclusão do curso secundário; a idade mínima (15 ou 17 de acordo com o curso secundário); a identidade; a sanidade; a idoneidade moral e ao pagamento das taxas exigidas (art. 81). Importante lembrar que era vedada a matrícula em mais de um dos cursos seriados, podendo, todavia, o aluno participar de cursos avulsos, de aperfeiçoamento ou especialização (art. 82).

Esses exemplos de movimentos do Estado para ora ampliar e ora restringir o acesso ao ensino superior coincidem com o momento em que as teorias do racismo científico proclamavam a inferioridade intelectual dos negros (BERTÚLIO, 2007; SILVA, 2015). Tendo em vista o pensamento racial fortemente presente no período, a reivindicação do ensino superior para os capacitados e para os aptos poderia indicar sua destinação implícita aos brancos, então compreendidos como intelectualmente superiores. Mesmo com as muito prováveis influências do pensamento racial no desenvolvimento das instituições de ensino superior naquele período, ainda é possível perceber a ausência da questão racial nas narrativas sobre desenvolvimento histórico do ensino superior e das universidades. Não se trata aqui de afirmar que essa e outras leis educacionais tivessem o pensamento racista do período como fundamentação central, mas de anunciar que tendo em vista a relevância da questão racial desse contexto, vale a pena investigar as conexões entre a forma de pensar raça e as leis por meio das quais o Estado ampliava ou restringia o acesso ao ensino considerado restrito aos “mais aptos”.

Apesar da centralidade da pauta da democratização racial do acesso ao ensino superior nos movimentos negros mais recentes, no âmbito das ciências sociais, poucos esforços foram empreendidos no sentido de verificar a presença dessa disputa racial em outros períodos – seja do ponto de vista de acesso, ou da compreensão do papel que essa etapa da educação desempenhou ou deveria desempenhar diante das questões raciais então presentes na sociedade brasileira. A “questão dos moços pardos” mostra que a disputa pelo acesso dos negros ao ensino superior pode e deve ser encarada como um objeto de pesquisa potencialmente revelador de dinâmicas raciais que passaram ao largo das interpretações históricas.

A relação histórica entre Estado e ensino superior, por sua vez, não se limita ao papel do primeiro nas definições do segundo, mas abrange também um componente de retroalimentação por meio do qual os quadros políticos recebem um contingente significativo de pessoas formadas pelas instituições superiores públicas. Em 2011, a Universidade de São Paulo (USP) anunciou que havia formado 12 dos então 42 presidentes do Brasil³. Trata-se de quase um terço dos políticos que ocuparam o cargo máximo do Poder Executivo no país. Se o dado em si não tem valor explicativo, ele certamente serve como alegoria para o fato de que a USP ocupa uma posição importante na distribuição do poder na sociedade brasileira, uma distribuição racialmente informada, cujas origens merecem ser compreendidas. Para além do campo da política institucional, a mesma notícia aponta que muitos intelectuais, artistas e cientistas importantes passaram pelos bancos dessa universidade, o que confirma sua atuação na distribuição de poder simbólico, legitimidade e prestígio.

Após a intensificação dos debates sobre a adoção nacional de políticas de Ações Afirmativas, que culminou na promulgação da Lei de Cotas em 2012 (Lei N.º 12.711), a Universidade de São Paulo figurou entre as últimas instituições a implementar uma política de cotas. Seu papel na distribuição do poder caracteriza-se por uma postura de forte resistência a adotar medidas para reduzir o quadro de desigualdade racial no país. A historiografia que narra sua criação é quase unânime em afirmar a existência de um vínculo forte entre sua fundação e os projetos de poder em confronto no início do século XX. Assim, tanto quanto hoje, a disputa pelos sentidos, pelos papéis e pelo próprio acesso ao ensino superior se configurou dentro de um debate político nacional.

³ Conheça os presidentes do Brasil que estudaram na USP. Disponível em: <<https://www5.usp.br/noticias/sociedade/conheca-os-presidentes-do-brasil-que-estudaram-na-usp/>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Os estudos sobre os ideais que definiram os papéis sociais, educacionais, políticos e até mesmo raciais dessa Universidade são predominantemente efetuados considerando os objetivos que as elites que a conceberam atribuíam ao ensino superior, a si próprios e à nação. Bontempi Jr. (2008) e Celeste-Filho (2011) chamam atenção para as disputas existentes entre o grupo que promoveu a criação da USP, defendendo uma formação intelectual generalista e desinteressada, fundada em saberes das ciências humanas e sociais, e outros grupos, também da elite paulista, ligados às escolas profissionais pré-existentes, como a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica. Para os últimos, a elite moderna capaz de conduzir o país ao desenvolvimento deveria fazê-lo a partir de conhecimentos técnicos obtidos por meio de uma formação especializada nas áreas de ciências aplicadas, enquanto para os fundadores da USP, para além do âmbito técnico, a elite dirigente deveria ter uma formação ampla e abrangente, compreendida como um “saber desinteressado”.

Em que pesem as disputas, Bontempi Jr. (2008) identifica a existência de pontos de semelhança nos discursos desses grupos, uma vez que ambos compreendiam suas propostas educacionais como formadoras dos intelectuais que levariam a nação à democracia, ao progresso, à civilização e ao desenvolvimento econômico. Ambos os grupos se viam como modernos e detentores de elementos ligados à ideia de “novo” em oposição ao “velho”, “tradicional” e “retrógrado”, termos então utilizados como insultos entre eles. Os discursos erigidos em prol da criação da USP distinguiram os estudantes que se formariam na universidade em relação às massas incultas, às elites atrasadas e aos formados em escolas profissionalizantes.

De acordo com a historiografia, a Universidade de São Paulo foi concebida como: uma instituição que ocuparia e promoveria uma posição de superioridade, que elevaria a cultura e propagaria o conhecimento universal (ANTUNHA, 1974); uma via para a legitimação da hegemonia política, intelectual e simbólica dos paulistas, que se consideravam superiores em relação ao restante de nação (CARDOSO, 1982); um meio para a obtenção de um lugar simbólico de destaque e prestígio social (LIMONGI, 1988); e um caminho de formação para que a elite conduzisse a nação ao progresso e ao desenvolvimento, superando o atraso e a degeneração oriundos da grande quantidade de negros no país (SILVA, 2015).

Nos seus primeiros anos de funcionamento, a identidade intelectual evocada por e para estudantes formados pela USP foi marcada por uma imagem de si como sendo: esclarecidos, disciplinados, moralmente superiores e orgulhosos de sua superioridade; dotados de sentimento,

vontade, organização e disciplina semelhantes aos que levavam os povos verdadeiramente fortes às suas vitórias; portadores de maturidade cultural e de capacidades que ensejam um olhar superior formado pela neutralidade científica, possibilitando a condução racional do país. Esta identidade foi proclamada a partir de metáforas religiosas que lhes reconheciam como pertencentes ao “círculo das coisas sagradas” e metáforas fisiológicas que lhes posicionavam como o “cérebro” da nação. Essa identidade passava pela ideia de responsabilidade de cumprir uma missão elevada de transformação, civilização e regeneração que integraria o Brasil aos países desenvolvidos (BONTEMPI JR., 2008).

Foi a partir dos objetivos traçados para a Universidade de São Paulo pelos seus fundadores, no que diz respeito à formação dos estudantes e ao seu papel frente à nação, que propôs a utilização dos estudos críticos da branquitude como referencial teórico para a análise do projeto contido na concepção desta instituição.

De acordo com Frankenberg (apud SCHUCMAN, 2014), o conceito de branquitude refere-se a uma identidade racial branca produzida a partir do contato histórico com outras identidades raciais, iniciado no período colonial. É constituída por um lugar de vantagem estrutural, um ponto de vista a partir do qual o indivíduo vê a si próprio e aos outros e como um *locus* de elaboração de práticas e identidades culturais. É ainda um lugar de privilégios simbólicos e sobre esta identidade recaem atributos positivos como inteligência e beleza (SCHUCMAN, 2014; SOVIK, 2004; FANON, 1980). É construída como um lugar de privilégios materiais dados pela maior facilidade de acesso a emprego, habitação, transferência de riqueza herdada, entre outros (SCHUCMAN, 2014). A brancura é associada à metrópole, à evolução, à moral, à racionalidade, à intelectualidade e à objetividade científica. Progresso, civilização, educação, refinamento e liberalismo foram socialmente construídos no processo colonial como características da sociedade branca (FANON, 1980).

O ideal identitário anunciado e celebrado como horizonte formativo da Universidade de São Paulo no período de sua fundação contém um conjunto de características, habilidades, autoimagem e posição estrutural ambicionada notadamente semelhantes aos atributos enunciados como componentes do conceito de branquitude, tanto para os estudantes formados pela USP, quanto para as transformações nacionais que eles, preparados por esta formação, seriam capazes de promover. Diante desta convergência, se coloca um primeiro conjunto de questões: No momento de sua fundação, a USP pode ter ocupado o lugar de uma instituição promotora da

branquitude “moderna”⁴ no Brasil? O que é possível verificar nos discursos fundadores à luz dos estudos críticos da branquitude? Assim como o projeto de criação da Universidade de São Paulo foi interpretado por alguns estudiosos como uma iniciativa de elite e para a elite visando sua reprodução no poder, é possível pensar que ele equivalia a um empreendimento da branquitude⁵ e para a branquitude, institucionalizando e instrumentalizando sua reprodução no poder?

Fonseca (2007) sustenta que, a partir das concepções hegemônicas na historiografia, os negros foram, durante muito tempo, reduzidos à condição de objetos e interpretados como um grupo “em situação de absoluta dependência, ao qual tudo era negado e que não possuía nenhuma capacidade de ação e reação” (FONSECA, 2007, p. 14). Essa completa desconsideração da posição dos negros enquanto sujeitos se manifestou na ausência de estudos que lhes compreendessem a partir da agência que estes poderiam empregar em relação aos processos políticos e educacionais ao longo da história.

Pensando a respeito da posição dos próprios negros, ainda negligenciada pela historiografia, em relação à proposta de criação da USP, vale lembrar que, no momento em que ocorreu parte importante do debate a respeito da criação da Universidade de São Paulo, a presença da Imprensa Negra é expressiva em São Paulo por meio de um conjunto de jornais organizados por e para pessoas negras, debatendo temas de interesse deste grupo, dialogando com notícias veiculadas pelos grandes jornais (CARVALHO, 2009), discutindo temas como política e educação e posicionando-se em defesa dos interesses desse grupo (CARVALHO, 2009; GUIRRO, 2013; SOUZA, 2013).

Cabe então perguntar: os ativistas negros daquele período disputaram o ensino superior? A possibilidade de acesso, os sentidos, os papéis desse nível educacional estavam presentes no conjunto de manifestações públicas em defesa da raça negra naquele período? A Imprensa Negra Paulista do período se colocou quanto aos debates sobre a criação da USP? E, finalmente: O que

⁴ Além da ideia de branquitude posta como contraposição às massas, tidas como degeneradas devido à sua composição racial, conforme atesta Silva (2015), o termo “moderno”, pensado a partir da referida contribuição de Bontempi Jr. (2008), contrapõe o lugar social da branquitude que seria formada pela USP às características das elites oligárquicas e aos defensores da formação especializada, grupos que neste contexto podem ser chamados de branquitude brasileira “tradicional”. Ou seja, neste caso, o termo moderno não se refere à ideia mais ampla de modernidade que, segundo os estudos pós-coloniais, encontra-se necessariamente atrelada ao processo colonial global de formação da branquitude.

⁵ Com base na identidade racial e no fato de serem membros da elite, Silva (2015) apresenta o grupo idealizador da Universidade de São Paulo como posicionado no lugar social da branquitude, porém não mobiliza este conceito para explicar essa caracterização e nem para efetuar a análise do papel idealizado para a USP diante da nação, conforme pretendo realizar.

é possível compreender sobre as relações raciais presentes na fundação da USP ao cotejar discursos da elite branca que a concebeu e fundou com discursos da Imprensa Negra atuante no período?

Responder aos dois conjuntos de questões anunciados colabora com a desconstrução de um padrão analítico que se perpetuou no interior do campo da História da Educação⁶ desde os anos de 1980 em que ora as identidades raciais e suas respectivas posições na estrutura social eram invisibilizadas em detrimento de análises pautadas em uma noção abstrata de sujeito, ora o negro se encontrava como receptor passivo das políticas, instituições e processos educacionais (BARROS, 2017; FONSECA, 2007). Apenas nos anos 2000, abordagens voltadas à educação dos negros começaram a se fazer mais presentes (BARROS, 2016) mostrando que, mesmo durante o período da escravidão, os negros frequentaram escolas (BARROS, 2017; BARROS, 2005; FONSECA, 2001; FONSECA, 2005; SILVA, 2021), criaram suas próprias escolas (SILVA, 2012; 2016; SILVA, 2021), desenvolveram estratégias sigilosas de transmissão de conhecimento e de autodidatismo (SILVA, 2021), desejaram aumentar sua escolaridade (CUTI, 2007; SILVA, 2021), compreenderam a leitura e a escrita como “um refúgio para as dores e privações de uma vida sem liberdade” (SILVA, 2021, p. 24), foram professores (MÜLLER, 2016; SILVA, 2021) e adquiriram conhecimentos e saberes diversos do mundo letrado (CUTI, 2007; DOMINGUES, 2006; FERNANDES, 2008; SCHUELER, 2016; SCHUELER; RIZZINI, 2017; WISSENBACH, 2017).

Alexandra Lima da Silva (2021) mostra que os interesses e iniciativas de aprendizagem de pessoas negras escravizadas não se limitaram ao Brasil, mas foram uma marca presente em diversos países da diáspora africana. A autora apresenta pesquisas que apontam que Haiti, Peru, Cuba, Jamaica, Barbados e Estados Unidos tinham pessoas negras letradas no período escravista. Em alguns países, uma parte delas, ligada ao islamismo, já chegava às Américas alfabetizada, enquanto outra adquiriu tais conhecimentos após sua chegada a despeito de sua marginalização nos sistemas escolares oficiais. Havia subversões mesmo nos casos em que o acesso permitido à educação se limitava ao contexto da evangelização que visava o controle dos corpos e o fortalecimento da instituição da escravidão. O domínio da escrita oferecia possibilidades de

⁶ Uma versão anterior do diálogo com a historiografia da educação dos negros que será apresentada a seguir foi previamente publicada como resultado parcial da presente tese em: ROCHA, M. M.; COSTA, A. L. J. DA. População Negra e Ensino Superior no início do século XX. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 22, n. 1, p. e214, 1 jul. 2022.

acesso à lei, de reivindicação de melhorias nas condições de vida, de denúncias de maus-tratos e de luta pela libertação. Casos em que era possível compartilhar esses conhecimentos com a comunidade faziam com que a escrita extrapolasse o caminho da liberdade individual e se tornasse um ato comunitário, um ato social de resistência (SILVA, 2021). “Apesar das muitas dificuldades e impedimentos, decifrar a esfinge da palavra escrita foi um caminho para a liberdade” (SILVA, 2021, p. 42).

Em muitos desses países, a história da educação demorou para se debruçar sobre essas experiências. Ora centrada na escolarização formal ou nos aspectos referentes à doutrinação, ora tomando as proibições e repressões presentes nos Estados Unidos como referência, a historiografia perpetuou por um tempo significativo o silêncio sobre a resistência, muitas vezes sutil e silenciosa, às privações educacionais, sobre a agência dos negros em busca de sua própria educação e sobre os benefícios que ela trazia para a vida dos escravizados (SILVA, 2021).

No Brasil, até os anos 2000, a ausência de pesquisas fortalecia um conjunto de generalizações que encobriam narrativas semelhantes. Uma delas era a compreensão dos termos “negro” e “escravo” como equivalentes (FONSECA, 2016). Nesse prisma, as leis que proibiam o acesso da população escravizada à educação eram compreendidas como abrangendo negros em geral, desconsiderando a pluralidade de status sociais já existente em meio à população negra desde a colônia. A existência de especificidades regionais nas leis de acesso à educação formal também foi ignorada pelo campo durante um longo período, ou seja, a própria proibição de que pessoas escravizadas frequentassem escolas poderia estar presente numa província e ausente em outras, onde o acesso de negros escravizados em pleno regime escravocrata se fazia juridicamente possível (FONSECA, 2001; 2016).

A ampliação da perspectiva do que se entende como educação foi mais uma alteração que contribuiu para o desenvolvimento dos trabalhos sobre a história da educação da população negra. A inclusão de práticas e iniciativas educacionais que não somente as formais originou novos olhares para as experiências educacionais da população negra (FONSECA, 2016). Fonseca (2017) discute a diferença entre educação e escolarização e explica como os próprios processos de socialização de crianças negras no contexto da escravidão eram partes importantes de seu percurso educativo. Assim, o desenvolvimento de estratégias de interação com os senhores de escravos para reduzir os riscos do cativeiro, de maneiras de realizar o trabalho pesado e o

entendimento dos valores e da conduta escravagistas também são ensinados e aprendidos e, portanto, fazem parte de uma experiência educacional.

Um exemplo das novas perspectivas em curso no campo da história da educação é o caso de Teodora, uma mulher negra escravizada que, a despeito de não saber escrever, ditava cartas, evidenciando a possibilidade de domínio das funções da escrita de formas indiretas. Apesar de não saber escrever, Teodora participava do mundo letrado. Ler ou escutar alguém lendo, ver a circulação da escrita e seus usos sociais são formas de experimentar sua presença, e, sobretudo no contexto da escravidão urbana, havia uma proximidade dos escravos com este tipo de letramento (WISSENBACH, 2017).

A identificação e a ampliação do entendimento do que se configura como educação, bem como a redução de generalizações infundadas contribuíram para o aumento e a diversificação das pesquisas sobre a história da educação dos negros nos graus básicos do ensino. Um movimento semelhante pode ajudar a pensar questões referentes ao contato da população negra com o ensino superior e os tipos específicos de saber que ele veicula, uma arena em que os avanços da história da educação foram tímidos.

Assim como a ideia de “cultura letrada” não se limita ao saber ler e escrever, mas abrange usos sociais distintos desse tipo de conhecimento, é possível pensar na existência de uma “cultura douta” (ROCHA; COSTA, 2022) constituída por saberes integrantes do ambiente do ensino superior, mas que também poderiam ser acessados e mobilizados no exterior dessas instituições, sem vinculação com a obtenção de um diploma. Conhecimentos do campo da advocacia, da medicina e da odontologia, práticas profissionais como o jornalismo e práticas socioculturais como a escrita literária, a oratória, a produção de conhecimento, a participação em debates científicos, filosóficos e políticos, permeadas pelo reconhecimento dos pares, pelos que acessavam formalmente essa cultura e pela comunidade de maneira geral; e ainda, o estabelecimento de redes com influência política e o posicionamento diante dos debates sobre raça, nação, história, identidade, economia, internacionalização, imigração, voto e sistema político, entre outros, são compreendidos aqui como elementos constituintes da cultura douta.

Para além da frequência regular ao ensino superior formal, houve possibilidades externas, formais e informais, de participação nessa cultura, que proporcionava habilidades, conhecimentos e papéis também adquiridos na passagem por instituições de nível superior. A cultura douta extrapola os limites do ensino superior, porém mantém com ele uma relação forte, devido ao fato

de ele ser socialmente compreendido como seu lugar de origem. Assim, entender como se deram os contatos dos negros com a cultura douta e com o status social, o papel político e as profissões derivadas, é compreender a história da relação deles com o ensino superior.

A discussão sobre as fontes acompanha o crescimento do campo da história da educação dos negros no Brasil e em diversos países do continente americano (SILVA, 2021). Alguns autores apontam os desafios presentes na realização de suas próprias pesquisas, bem como a importância em eleger conjuntos de fontes que possibilitem acessar as experiências educacionais da população negra na história (BARROS, 2005a, 2018; FONSECA, 2005, 2016; PERES, 2002; SILVA, 2021). Para falar de São Paulo no início do século XX, os jornais da “Imprensa Negra Paulista” se encontram entre as principais fontes a partir das quais se verifica a relação da população negra com a educação (ARAÚJO, 2013; BARROS, 2005a; CUTI, 2007; DOMINGUES, 2008, 2009; ROMÃO, 2005; SOUZA, 2013). No entanto, em meio aos trabalhos que fizeram uso dessas fontes, não se verificou o objetivo de compreender as relações instituídas entre a população negra e o ensino superior.

Por isso, vale perguntar: Como se deu o contato dos negros com o ensino superior em São Paulo nos anos que antecederam a fundação da USP? E sua relação com a cultura douta? Com relação ao ensino superior, não são encontradas generalizações negando o interesse ou a possibilidade da presença de negros. Há, entretanto, um profundo silêncio que possivelmente é fruto de generalizações e pressupostos semelhantes aos que, algumas décadas atrás, ocasionavam o reduzido número de pesquisas sobre a história da educação do negro com foco nos níveis elementares.

Nessa situação, as conjecturas remetem à relação de pré-requisito entre os níveis iniciais de ensino e o ensino superior num contexto de pouquíssimo acesso da população em geral (inclusive brancos pobres) à alfabetização e à escolarização, conforme apontado por Barros (2005b), o que pode ter sido postulado como ausência dos negros nesse tipo de ensino. Outra hipótese que ajuda a explicar tal silêncio está ligada à hegemonia duradoura da perspectiva marxista no campo da história da educação. O entendimento das classes trabalhadoras como um bloco destituído de identidades particulares, como as raciais (FONSECA, 2016), pode ter originado a extensão aos negros, de análises sobre a exclusão das classes trabalhadoras do ensino superior, desestimulando olhares voltados especificamente à maneira como eles se conectavam com esse tipo de ensino, ao seu papel na sociedade e ao seu próprio acesso ou sua falta de acesso.

Fonseca (2016) sustenta que o advento de novas orientações teórico-metodológicas no campo da história da educação não significou uma inclusão imediata dos negros nas investigações. Isso é especialmente verdadeiro no caso do ensino superior, em que o silêncio permanece soberano a despeito das diversas correntes teórico-metodológicas presentes atualmente nesse campo.

É possível pensar ainda na existência de pressupostos baseados numa perspectiva linear e teleológica da história. Aqui, a desigualdade de acesso verificada pelos movimentos negros e pelos estudos que eclodiram nos anos de 1990 teria sido projetada para o passado, como se os dados contemporâneos pudessem responder pelos períodos precedentes. Tomar tais informações como respostas generalizantes para o passado, sem as devidas investigações, é um equívoco. Assim, a própria compreensão do silêncio sobre a história dos negros no ensino superior é um problema de pesquisa a ser encarado pelo campo da história da educação.

No final do século XIX e no início do século XX, as instituições nacionais destinadas à produção de conhecimento foram um espaço privilegiado para o desenvolvimento e a propagação das teorias do racismo científico e outras correntes de pensamento baseadas nas e ao mesmo tempo fundamentadoras das teorias de inferioridade intelectual, moral, cultural e estética dos negros e dos então chamados mestiços (SCHWARCZ, 1993; MÜLLER, 2008). As faculdades foram espaço de formação dos principais intelectuais brasileiros que propagaram o eugenismo, o sanitarismo, o higienismo, o racismo científico que fundamentaram o pensamento racial – e racista – bem como um conjunto de políticas públicas com viés de embranquecimento naquele período. A Faculdade de Medicina na Bahia, as faculdades de Direito em Recife e em São Paulo, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Museu Nacional e o Museu Paulista são alguns exemplos dessas instituições (SCHWARCZ, 1993; MÜLLER, 2008).

Além da abordagem racial na historiografia da fundação da USP, esta tese de doutorado pretende contribuir com o campo da história da educação dos negros, com base em posicionamentos das próprias intelectualidades negras do início do século XX com relação ao ensino superior, considerando, para além de sua presença formal nessa etapa de ensino, as profissões a que ele dava acesso, as maneiras informais de aquisição e manipulação da cultura douda. Para isso foi feita a escolha de reunir dois conjuntos de fontes de naturezas distintas: o primeiro, constituído pelos discursos de fundadores da USP e de documentos oficiais ligados à

sua criação; e o segundo composto pelas publicações de jornais que faziam parte da Imprensa Negra.

O primeiro conjunto de fontes foi constituído pelos discursos de fundadores da USP: Júlio de Mesquita Filho, Fernando Azevedo e Armando de Salles Oliveira, publicados ou pronunciados entre os anos de 1925 e 1937. O período foi definido porque abrange a primeira referência à intenção de fundação da instituição, em 1925, sua criação, em 1934, e algumas das falas celebrativas pronunciadas em seus três primeiros anos de existência. De acordo com Fétizon (1987), o primeiro texto em que Júlio de Mesquita Filho (1925), um dos principais idealizadores da USP, fala explicitamente sobre a necessidade de criação de uma universidade em São Paulo é o livro *A crise nacional: reflexões em torno de uma data*, publicado primeiramente no jornal *O Estado de S. Paulo* e editado em forma de livro em 1925. Nele, Mesquita Filho efetua uma longa análise da situação política brasileira para justificar a necessidade de fundação de uma universidade na capital paulista. Ele menciona negros e povos originários de forma explícita, evidenciando o pensamento racista que fundamenta o primeiro alicerce de sustentação do que viria a ser a Universidade de São Paulo. Além disso, trata-se de um texto que foi consagrado pela própria historiografia da fundação da USP como uma das principais fontes úteis para a compreensão dos sentidos da criação dessa universidade. Tais características, unidas ao fato de Mesquita Filho ser unanimemente considerado pela historiografia como o principal idealizador da USP, fazem desse livro o principal documento do conjunto de fontes ligadas à Universidade de São Paulo. Considerando-se ainda o objetivo de verificar os aspectos da branquitude presentes na fundação da USP, essa fonte foi altamente satisfatória.

Entretanto, há um intervalo de quase dez anos entre a publicação desse texto e a fundação efetiva da USP. Com a finalidade de verificar se, após a fundação dessa instituição, os elementos raciais ainda se encontravam presentes na maneira como seu principal idealizador a pensara, foi eleito um segundo texto de Mesquita Filho (1969), intitulado *Universidade, realização democrática*, trata-se do discurso que ele proferiu como paraninfo da primeira turma de formados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em janeiro de 1937, três anos após a sua fundação. Esse texto foi posteriormente publicado no livro “Política e Cultura” que reúne um conjunto de escritos do jornalista. Essa fonte possibilita confirmar que o pensamento racista presente em 1925 permaneceu sendo um eixo estruturante da perspectiva do principal idealizador da Universidade de São Paulo.

Tendo em vista a distância significativa entre qualquer projeto elaborado no plano das ideias e sua concretização de fato, com o objetivo de averiguar o quanto do pensamento racista e das dinâmicas raciais presentes naquele período teriam sido absorvidos pela “USP de fato”, foram analisados dois documentos diretamente relacionados à sua fundação: o Decreto Estadual n. 6.283 de 25 de janeiro de 1934, que estabelece a criação da USP, e o Decreto n. 39 de 3 de setembro de 1934, que define o primeiro estatuto da Universidade de São Paulo. Se por um lado as referências à branquitude, ao racismo e à colonialidade foram predominantemente indiretas, por outro tais documentos possibilitaram compreender a estrutura fornecida pela USP, e consequentemente pelo Estado que a funda e patrocina, ao projeto de nação vislumbrado por Mesquita Filho.

Após a análise do referido conjunto de fontes, bastante centralizado na figura de Mesquita Filho, ficou ainda uma questão. O racismo explícito do principal idealizador seria uma característica peculiar, ou tratava-se de algo também presente em outros importantes fundadores da Universidade de São Paulo? Para responder a essa pergunta, foram selecionados os seguintes textos de Fernando de Azevedo: *A missão da Universidade* e a série *Política e Educação*, composta por três conferências realizadas a convite do reitor da USP em outubro de 1936, na Faculdade de Direito, respectivamente intituladas *Política contra a educação*, *As lutas políticas e a Universidade* e *Política de Educação*, publicadas no livro *Educação e Seus Problemas*. Por fim, foram analisados também dois discursos de Armando de Salles Oliveira, interventor em São Paulo, que assina o decreto de fundação da USP, posteriormente publicados no livro *Jornada Democrática*. O diálogo com esse conjunto de fontes é fortalecido pelos trabalhos de Silva (2015) e Dávila (2006), cujos argumentos apontaram o caráter racista do pensamento, da obra e das reformas educacionais encabeçadas por Fernando de Azevedo.

Irene Cardoso (1982) problematiza a mudança no discurso dos fundadores ao se referirem à USP algumas décadas após a sua fundação. De acordo com ela, nos discursos posteriores, diversos elementos que motivaram a criação da USP são redimensionados a partir dos novos contextos políticos e da própria passagem do tempo, que possibilita reposicionar as narrativas a partir de outros interesses e da preocupação com a própria memória do grupo. No que se refere à questão racial, essa temporalidade também se justifica, uma vez que os discursos mudam conforme muda a sociedade. Sabe-se que, a partir dos anos 30, as abordagens da questão racial e as manifestações de racismo no Brasil se tornam progressivamente menos explícitas. No trabalho

de Silva (2015), nota-se uma diferença entre os discursos e os documentos oficiais que frequentemente apagam as marcas explícitas referentes ao pensamento racista orientador das escolhas que formatam a instituição. Dávila (2006) também aponta para esse processo ao analisar a formulação de políticas educacionais efetuadas, entre outros, por Fernando de Azevedo. Assim, tanto para concentrar os esforços analíticos no período de idealização e fundação da USP, como para evitar um distanciamento do pensamento racial presente no momento de sua concepção e fundação, foram selecionados apenas textos publicados até três anos após a fundação da Universidade de São Paulo.

A análise das referidas fontes forneceu respostas às perguntas direcionadas à compreensão do papel da USP em meio às relações raciais presentes no momento de sua fundação. Para responder ao segundo conjunto de questões, que tratam da maneira como parte da intelectualidade negra paulista pensava o ensino superior quando se davam os debates sobre a fundação da USP, foi definido o segundo conjunto de fontes, composto pelas publicações de três jornais que faziam parte da Imprensa Negra: *O Clarim da Alvorada*⁷ (20 números publicados entre 1924 e 1927), *Progresso* (24 números publicados entre 1928 e 1930) e *A Voz da Raça* (31 números publicados entre 1933 e 1934). Aqui, o recorte temporal situado entre 1924 e 1934 foi definido com a finalidade de acompanhar o pensamento de jornais que se encontravam ativos ao longo da década em que se deram as discussões que antecederam a fundação da Universidade de São Paulo. Cardoso (1982) mostra que nesse período tais discussões estiveram ativas em publicações do jornal *O Estado de S. Paulo* - a partir de 1925. O recuo de um ano foi efetuado para englobar os primeiros números do jornal *O Clarim da Alvorada*, cuja publicação tem início em 1924.

Os três referidos títulos da Imprensa Negra foram selecionados tanto porque suas publicações, disponíveis no Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo⁸, cobriam o período de aproximadamente dez anos que antecede a criação da USP, como porque diversos estudiosos da Imprensa Negra apontam para o caráter político das pautas presentes nesses periódicos (CARVALHO, 2009; GUIRRO, 2013; SOUZA, 2013). A disponibilidade dos jornais selecionados no Portal da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo

⁷ O jornal *O Clarim da Alvorada* teve seu nome modificado algumas vezes ao longo do período analisado. Das variações entre as quais vale destacar *O Clarim* e *O Clarim d'Alvorada*, optamos por padronizar as referências a partir do nome utilizado para localizá-lo no arquivo consultado: *O Clarim da Alvorada*.

⁸ Disponível em: <<http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

contribuiu para a configuração do conjunto das fontes. Este acervo não contém as coleções completas de cada um dos periódicos, de forma que, no caso dos jornais *Progresso* e *O Clarim da Alvorada*, os anos de publicação não contemplados por este acervo não foram incluídos. Nos recortes de tempo respectivamente propostos, todos os números disponíveis dos três periódicos no arquivo mencionado foram analisados.

Os jornais foram analisados na íntegra, uma vez que, desde as primeiras leituras, foi possível notar que certas sessões, que inicialmente poderiam ter sido descartadas por seu conteúdo aparentemente distante da temática do ensino superior e da universidade, se revelaram dotadas de informações úteis para responder ao problema de pesquisa. Um bom exemplo disso são sessões celebrativas nas quais se anunciavam datas como aniversários, batizados, casamentos e em que foi possível notar tanto o tratamento especial dado aos membros da comunidade negra que detinham diplomas de ensino superior, ou próximos a ele, como a própria celebração de formaturas de pessoas negras.

O olhar para o quadro completo com os dois conjuntos de fontes foi efetuado à luz do permanente cuidado em garantir a ambos os grupos – da fração da elite branca dos fundadores da USP e da fração da intelectualidade da Imprensa Negra – condições semelhantes de análises. Assim, buscou-se por um lado aproximação do rigor analítico e, por outro, afastamento da reprodução do racismo estrutural, que, conforme dito nesta própria pesquisa, frequentemente invisibiliza os negros. Notou-se, portanto, que, enquanto os jornais da Imprensa Negra foram analisados e compreendidos como textos oriundos de um conjunto de ativistas políticos e intelectuais negros, as fontes relacionadas à concepção da USP estão atreladas ao pensamento específico de membros da elite branca cujos nomes foram consagrados como importantes personagens da História da Educação. Dentre os autores da Imprensa Negra, há aqueles cujos nomes também foram consagrados como importantes⁹ componentes da história do Movimento Negro, como são os casos, por exemplo, de Arlindo Veiga Santos, José Correia Leite e Lino Guedes. No entanto, ainda que tais nomes se encontrem presentes nos textos analisados, foi necessário incluir um conjunto vasto de autores dos jornais analisados para que fosse possível

⁹ Para saber mais sobre a trajetória desses intelectuais, ver: CARDOSO, 2005; DOMINGUES, 2006; DOMINGUES, 2010 e CUTI, 2007.

responder o problema de pesquisa proposto. A abordagem dada à Imprensa Negra, portanto, considera o caráter coletivo de sua produção¹⁰.

Vale destacar que a diferença das possibilidades de produção, registro e disseminação entre os grupos/personalidades também foi marcada pela posição social e pela identidade racial. Os fundadores da USP tornaram-se “os Educadores” e suas vidas e obras foram extensamente estudadas, tanto por causa de sua produção intelectual, como pelo acesso que tiveram a posições de poder que possibilitaram que suas ideias ganhassem visibilidade, fossem debatidas e, não raro, concretizadas sob a força e influência do próprio Estado. Os tipos de suporte onde foram encontrados seus textos são livros que reúnem discursos proferidos ou publicados em situações diversas. A publicação em forma de livro prolonga o tempo de circulação das ideias e conseqüentemente aumenta o “tempo de vida” dos próprios autores. Assim, textos produzidos para publicação em jornais, ou situações ainda mais efêmeras e circunscritas ao público que poderia acessá-lo, como, por exemplo, o pronunciamento de um discurso de Fernando de Azevedo para alunos da Faculdade de Direito, ganham imortalidade ao serem publicados em livros. Esse tipo de estratégia pressupõe um conjunto de recursos financeiros, relacionais e simbólicos, além da necessidade ímpar de reconhecimento da importância desses conteúdos. Quanto ao seu uso na produção de conhecimento no campo da história, por exemplo, a publicação em forma de livro os configura enquanto fontes mais acessíveis, com maiores possibilidades de circulação e propagação. Além disso, a publicação em livro valoriza os próprios autores conferindo um aspecto de grandiosidade para a sua obra.

Por outro lado, os intelectuais da Imprensa Negra não tiveram as mesmas possibilidades de inserção no Estado, o que daria visibilidade e agregaria valor simbólico às suas ideias, bem como possibilitaria que elas fossem concretizadas em forma de políticas públicas ou educacionais. Suas trajetórias e obras são estudadas a partir do lugar de relevância que tiveram para o movimento negro. E parte importante de suas ideias, com exceção da autobiografia de José Correia Leite de Cuti (2007), não foram convertidas em livros, condicionando o acesso a elas à mediação da organização de arquivos e acervos. No caso desta pesquisa, os textos foram encontrados diretamente nos jornais que, apesar de digitalizados e disponibilizados na internet, muitas vezes se encontravam danificados ou com trechos ilegíveis, fator que dificulta a leitura e

¹⁰ Para saber mais sobre a Imprensa Negra e os periódicos *O Clarim da Alvorada*, *Progresso* e *A Voz da Raça*, ver (ALBERTO, 2011; DOMINGUES, 2011, 2002; GOMES, 2005; GUIMARÃES, 2003; GUIRRO, 2013; PINTO; RAMOS, 2018; TIEDE, 2018; ZUBARAN, 2016).

compreensão integral das ideias, na contramão da facilidade encontrada no manuseio das fontes de autoria dos fundadores da USP.

No caso da Imprensa Negra, vale lembrar que a própria publicação dos jornais enfrentava severas limitações e dificuldades, devido à falta de recursos, que eram muitas vezes fornecidos pelos próprios organizadores dos jornais, membros da classe trabalhadora que contavam, portanto, com meios bastante escassos. A despeito dessas disparidades, a análise de jornais da Imprensa Negra possibilitou capturar o pensamento de um conjunto múltiplo de ativistas que debatiam questões de interesse dos negros no contexto da sociedade paulista e brasileira, incluindo suas divergências e multiplicidades.

Por fim, vale lembrar que nem Mesquita Filho e Azevedo, e o jornal *O Estado de S. Paulo*, onde parte importante da discussão que se analisa nesta tese foi publicada, e nem os jornais *A Voz da Raça*, *O Clarim da Alvorada* e *Progresso*, e seus múltiplos autores, podem ser generalizados como representantes totais do pensamento da elite branca e da intelectualidade negra paulistas. Ambos os conjuntos de fontes falam apenas por frações desses grupos, havendo inclusive pontos em debate no interior desses recortes. Tanto a Imprensa Negra como os discursos dos fundadores são fontes de pesquisa para lidar com o objeto que é a relação de mão dupla entre fundação da USP/ensino superior com a população negra. Todas as escolhas efetuadas em seu processo de seleção levam este objeto em consideração, priorizando a obtenção de respostas para as perguntas de pesquisa aqui propostas.

Entre os trabalhos necessários para o diálogo e a utilização proveitosa das referidas fontes, vale destacar a historiografia da fundação da Universidade de São Paulo e os trabalhos efetuados nos campos da história da educação que têm a Imprensa Negra como fonte, ou como objeto de pesquisa. O contato com essas pesquisas possibilitou perceber a ausência de esforços no sentido de promover o diálogo entre grupos distintos produtores de materiais e fontes diversas. Em outras palavras, quem estuda a história da USP tem como referência apenas materiais produzidos por personalidades históricas ligadas à fração da elite branca que a concebeu e fundou. Por outro lado, os interessados tanto pela história da educação dos negros, como pela história do movimento negro ou de seus personagens importantes permanecem concentrados neste outro grupo, sobretudo nos processos de seleção de suas fontes.

A presente pesquisa inova ao propor um diálogo entre dois grupos distintos cujas ideias sobre ensino superior e projetos de nação contêm divergências e pontos de contato. Por mais que

este diálogo não tenha ocorrido de maneira direta na década que antecede a fundação da USP, o exercício de confrontar os posicionamentos públicos de uma fração da elite branca e de uma fração da intelectualidade negra a respeito do ensino superior, da fundação da USP e dos temas que lhes tangenciam, tais como nação, o Estado e a própria questão racial, possibilitou tanto compreender a hegemonia e amplitude dos ideais colonialistas que permeavam a forma de pensar do período influenciando brancos e negros, como identificar as diferenças de posicionamento dos referidos grupos.

Entre os pontos em comum, compreendidos aqui como resultado da influência da colonialidade, temos: a busca pelo progresso e pela civilização; e a adoção de referenciais europeus na definição destes. Dentre as divergências, verificaram-se diferentes memórias e perspectivas envolvendo: noções de Brasil; o papel dos negros na constituição da nacionalidade e da economia brasileiras; e respectivos entendimentos sobre raça, sobre os problemas brasileiros e sobre quais as medidas necessárias para sua solução. Essa estratégia permitiu compreender o espaço e a força que as ideias de cada grupo tiveram, ou não, perante o Estado, o que influenciou diretamente nas possibilidades de execução e concretização das propostas educacionais efetuadas a partir de suas interpretações sobre raça e nação.

Durante a análise foi possível encontrar nas páginas dos jornais da Imprensa Negra um conjunto de textos que possibilitaram apreender não só a existência de uma grande valorização do ensino superior por esse grupo de ativistas e intelectuais, mas também a presença de outros temas políticos diretamente ligados a ele e que fizeram parte dos argumentos que a elite branca fundadora da USP mobilizou em defesa de sua criação e finalidade. Nos discursos dos fundadores, por sua vez, foi possível identificar, na maneira como a Universidade de São Paulo foi concebida, um pensamento marcado pela colonialidade, pelo racismo e por formas de enunciação características da branquitude.

Raça, nação e a relação com o Estado são alguns temas comuns encontrados nas concepções de ensino superior da Imprensa Negra Paulista e dos discursos fundadores da Universidade de São Paulo. Os projetos de nação verificados nas agendas políticas desses dois grupos apontavam para uma finalidade comum: o progresso nacional, a partir de perspectivas distintas a respeito dele e do ensino superior. A relação de maior proximidade ou distanciamento em relação ao Estado, por sua vez, se configurou como um dos elementos que definiu as diferentes possibilidades para a Imprensa Negra e os fundadores da USP no que concerne à

concretização de seus projetos. A fundação da USP é então operacionalizada a partir do Estado, e a universidade é fundada como a manifestação, ou a própria institucionalização, dos projetos de uma fração da elite branca posicionada contra as proposições e reivindicações políticas dos ativistas negros.

No primeiro momento foi analisado o discurso de Mesquita Filho a partir do referencial teórico da branquitude. Depois da realização de um conjunto de leituras sobre relações raciais efetuadas ao longo do período na Universidade de Illinois, teve início a análise dos jornais da Imprensa Negra. Inicialmente, a intenção era verificar se eles haviam tomado parte no debate direto sobre a fundação da USP. No entanto, diante da ausência de menção direta à concepção dessa instituição, a busca foi readequada para a compreensão das menções diretas e indiretas ao ensino superior. Por fim, foram retomadas as leituras sobre branquitude e realizadas leituras de autores com perspectivas críticas sobre a colonialidade, para então realizar a análise das demais fontes referentes à Universidade de São Paulo. Na etapa da redação, a escolha por manter os conteúdos dos diferentes grupos de fontes em capítulos distintos se deu devido à necessidade de, primeiramente, compreender o que cada um dos grupos discutia, para que fosse possível vislumbrar a intersecção existente entre eles.

A tese está dividida em três partes. A primeira apresenta o problema de pesquisa, a metodologia, as fontes, um exercício de reflexão sobre a minha posição enquanto pesquisadora e o referencial teórico. A segunda parte apresenta os capítulos referentes à historiografia e análises das fontes ligadas à USP. A terceira parte apresenta os capítulos referentes à relação entre os negros e o ensino superior, escritos com base na Imprensa Negra Paulista.

Assim como as posições ocupadas pelos intelectuais da Imprensa Negra e pelos fundadores da USP incidem sobre seus pontos de vista, os lugares ocupados pelos pesquisadores que registraram a história de fundação dessa universidade influenciam a maneira como essa narrativa tem sido abordada. Com esta tese, passo a fazer parte do grupo de produtores da historiografia sobre a USP e comigo não seria diferente.

Bento (2014) e Piza (2014) sustentam que a identidade do pesquisador influencia na definição de seu problema de pesquisa. Assim, identifico que a presente proposta de estudo surge conectada às minhas experiências individuais como mulher negra estudante da graduação, do mestrado e agora também do doutorado, totalizando cerca de uma década e meia de inserção na Universidade de São Paulo (USP). Laborne (2017) afirma que

A desconexão entre a posição do sujeito que enuncia e o lugar de enunciação conseguiu produzir nas ciências ocidentais um mito universal que encobre o lugar de quem fala e sua localização epistêmica nas estruturas de poder [...] escondendo e encobrindo o ponto de vista particular e localizado do sujeito que produz o conhecimento. [...] Essa postura é reforçada quando pesquisadores negros reafirmam a necessidade de um comprometimento político no combate às hierarquias raciais no Brasil. A urgência no enfrentamento às desigualdades raciais presentes na produção acadêmica dessa intelectualidade negra é, muitas vezes, entendida como algo tendencioso e pouco científico. (LABORNE, 2017, p. 100)

É nesse contexto que considero importante anunciar o ponto de vista a partir do qual ocorre a minha produção intelectual que encontra potencialidades e limitações.

Um exercício de objetivação: Eu, pesquisadora negra na Universidade de São Paulo

Minha visão de mundo sobre relações raciais é pública e aparece em meus livros, textos, conferências. Para garantir a objetividade possível numa análise desse tipo, preciso “estranhar” minhas posições; necessito observar-me e monitorar a interferência do forte envolvimento que tenho com o tema, nas análises que farei. No entanto, preciso também assinalar que o silêncio, na perspectiva que utilizo nesse trabalho, é revelador de um outro tipo de militância, igualmente merecedora de estranhamento. O fato de que respeitáveis estudiosos da área de relações raciais buscaram em seus estudos focalizar apenas o negro, é sem dúvida um tipo de militância silenciosa pela manutenção de privilégios ainda que sejam simbólicos (BENTO, 2002, p. 74).

O início da minha juventude e toda a vida adulta foram marcados pela inserção na Universidade de São Paulo. Meu pai já havia estudado na USP e, por ter existido esse acesso e conhecimento sobre a existência da instituição – o que não é algo dado ao se pensar em famílias negras –, ele e minha mãe direcionaram minha educação escolar desde a infância para o ingresso nessa instituição. A USP definiu a região da cidade de São Paulo onde eu fui morar ao sair da casa de meus pais, o vínculo com ela, no curso de pedagogia da Faculdade de Educação, definiu minhas primeiras experiências profissionais. Engravidei, tive dois filhos durante a minha graduação e os acompanhamentos pré-natais de Vitor e Pedro foram realizados no Hospital Universitário da USP. Os seus primeiros anos de escolarização se deram na Creche Central da USP e, por termos sido durante cerca de 8 anos moradores da favela São Remo, vizinha ao

câmpus, fizemos da Cidade Universitária nosso espaço de lazer e de sociabilidade. Meus círculos de amizades foram formados em grande parte por pessoas de dentro da USP e minha dissertação de mestrado tem como parte de seu objeto esta instituição.

Muitas pessoas e instituições passaram por mim durante a minha vida adulta, o casamento, os empregos, os coletivos e grupos de que fiz parte, tudo se renovou ou reconfigurou, mas a permanência do meu vínculo estudantil com a Universidade de São Paulo foi o que mais se prolongou e se encontra presente até o momento desta escrita. Esta tese é também possivelmente uma despedida deste espaço que me deu tanto. Realizações, prestígio no currículo, legitimidade de fala em ambientes que valorizam a cultura acadêmica, a oportunidade de morar fora durante o doutorado sanduíche... Enfim, sou formada pela USP, formada num sentido amplo, profundo, intenso e prolongado. Diversos elementos da minha vida estiveram sob influência desse vínculo.

Ao mesmo tempo, durante toda minha formação, eu precisei lidar com o poder de comunicação da composição racial de um quadro discente e docente que o tempo todo me diziam que a universidade não foi feita para mim. Vi as poucas amigas negras da pós-graduação adoecendo uma a uma, com crises de ansiedade ou depressão; olhei para os lados na universidade e as pessoas de cor de pele igual à minha estavam servindo café ou limpando o chão. Minha trajetória intelectual foi marcada pela realização de um esforço subjetivo constante, que não necessariamente se converte em grandes feitos acadêmicos; um trabalho e um mérito que não serão espontaneamente lidos nas entrelinhas das palavras “estudante negra com graduação em pedagogia, mestrado e doutorado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)”.

O fato de durante anos ter sido estudante negra na USP e ao mesmo tempo moradora de um bairro negro vizinho ao campus (a Favela São Remo, que foi tema de minha dissertação de mestrado) faz com que meu objeto de pesquisa esteja diretamente ligado à minha trajetória. Afinal, esta pesquisa tem como horizonte geral duas perguntas: no período de concepção e fundação da Universidade de São Paulo, como os negros se relacionam com o ensino superior e como a fundação dessa instituição se relaciona com eles? As maneiras como eu me relacionei com a USP e ela comigo são inevitavelmente lentes por meio das quais eu formulo e respondo minhas indagações intelectuais.

Foi também na USP que eu encontrei o grupo de capoeira e dança afro do qual faço parte, situado no Núcleo de Artes Afro-brasileiras da USP – um barracão ocupado, com instalações

precárias e cujo responsável, Mestre Pinguim, além do vínculo institucional que dá nome ao espaço, não recebe nenhum tipo de verba para a realização de seu trabalho. Foi ali que me aproximei de matrizes africanas que contêm filosofias, mitologias e simbologias que vêm me ajudando a questionar o epistemicídio e a hierarquização e valorização de apenas um tipo de conhecimento. A experiência de um conjunto de saberes e de produção de conhecimento que valorizam a memória, a ancestralidade, a espiritualidade, o oculto, o não dito, o corpo, a coletividade, a história, a subjetividade, os ritmos, os tambores, o canto, a dança e o contato consigo próprio sem dissociação entre tais elementos e a intelectualidade, a razão e a própria ciência foi de fundamental importância para a realização de um trabalho que se propõe a pensar a branquitude fundadora da USP e a USP como formadora da branquitude.

Não se trata aqui de definir e limitar a cultura e o saber científico negros a essas manifestações, uma vez que concordo com Munanga (2004) quando o autor problematiza a definição desta ou daquela cultura como sendo negras ou brancas, conforme se vê a seguir:

Pelo mesmo raciocínio baseado na visão político-ideológica que colocou coletivamente os negros na base da pirâmide como grupo, têm-se culturas particulares que escapam da cultura globalizada e se posicionam até como resistência ao processo de globalização. Essas culturas particulares se constroem diversamente tanto no conjunto da população negra como no da população branca e oriental. É a partir da tomada de consciência dessas culturas de resistência que se constroem as identidades culturais enquanto processos e jamais produtos acabados. São essas identidades plurais que evocam as calorosas discussões sobre a identidade nacional e a introdução do multiculturalismo numa educação-cidadã, etc. [...] se delinham assim no Brasil diversos processos de identidade cultural, revelando um certo pluralismo tanto entre negros, quanto entre brancos e entre amarelos, todos tomados como sujeitos históricos e culturais e não como sujeitos biológicos ou raciais “identidade étnico-racial negra”. A questão é saber se todos têm consciência do conteúdo político dessas expressões e evitam cair no biologismo, pensando que os negros produzem cultura e identidade negras como as laranjeiras produzem laranjas e as mangueiras as mangas. (MUNANGA, 2004)

A discussão sobre caracterização racial de determinadas manifestações culturais é bastante complexa. Assim, um desafio encontrado durante a realização do presente trabalho foi garantir o cuidado necessário para não definir todos os conhecimentos e práticas presentes na universidade como cultura branca e ao mesmo tempo não desconsiderar a existência de um processo sócio-histórico de associação de certos elementos culturais, tais como a racionalidade e o fazer científico à branquitude. A caracterização de tais elementos como “brancos” ou europeus é parte do próprio processo de construção social da raça e da colonialidade que envolvem

invisibilização, desvalorização e silenciamento de formas de saber, produção de conhecimento (inclusive científico) e racionalidade presentes na história de povos africanos, povos originários e outros, sem mencionar o epistemicídio e a pilhagem epistêmica apontados por Pinheiro (2021).

Assim como hoje compreende-se que, mesmo sem lastro biológico, a ideia de raça influencia processos sociais e define posicionamentos dos diferentes grupos “raciais” na hierarquia social, a associação da racionalidade e da ciência moderna à branquitude não tem lastro na história e ainda assim influencia a definição de uma hierarquia entre as diferentes formas de saber e de produção de conhecimento. Dessa maneira, quando se diz que a cultura europeia foi tomada como referência e padrão, trata-se de reconhecer que certos elementos e formas foram socialmente associados à Europa e então tornaram-se padrões hegemônicos a partir dos quais se hierarquizam as formas de conhecimento.

Em paralelo a isso, certas línguas, costumes, valores e cosmovisões de fato oriundas da Europa constituem parte importante do currículo da universidade. Grosfoguel (2016) mostra como os processos de genocídio e epistemicídio fundadores da modernidade e da colonialidade limitaram o conhecimento veiculado e produzido nas universidades ocidentalizadas à concepção de mundo e às teorias científicas sociais de autores oriundos de apenas cinco países (Alemanha, França, Itália, Inglaterra e Estados Unidos), como se eles detivessem uma capacidade universal de explicar as realidades sócio-históricas do mundo todo. Universalidade, na Modernidade europeia, significa “‘um (homem ocidental de cinco países) define pelos outros’ o que é conhecimento válido e verdadeiro” (GROSFOGUEL, 2016, p. 45).

A produção social da branquitude acontece ao mesmo tempo em que esses tipos de saber e formas de produzir conhecimentos são elevados à condição de hegemonia, enquanto a racionalidade e a ciência são associados à Europa e à identidade branca. A partir daí são definidos os tipos de saber que serão produzidos e difundidos ao abrigo de estruturas, recursos e prestígio da universidade. Dessa maneira, um conjunto grande de saberes fica de fora desse espaço de incubação de ideias, projetos de nação e propostas de investigação. Ou seja, antes mesmo de pensar em grupos excluídos do espaço da universidade, é necessário compreender que há um processo de exclusão de conjuntos epistemológicos inteiros, e tal processo não é rompido imediatamente após a inclusão de alguns indivíduos pertencentes aos grupos raciais subalternizados. Assim, as menções à cultura europeia encontradas ao longo desta tese devem ser lidas levando em consideração esses elementos, para que não ocorra uma reprodução irrefletida

da ideia (colonial e racista) de que a racionalidade seria oriunda da branquitude ou da cultura europeia. Pinheiro (2021) contribui com esta reflexão:

A cultura ocidental [hegemônica] é fortemente marcada por dicotomias hierárquicas que apresentam implicitamente noções de avanço e retrocesso, tais como: civilizado e incivilizado ou bárbaro, moderno e tradicional, razão e emoção, alma e corpo, inteligível e sensível, ser humano e natureza, sujeito e objeto, essência e aparência, homem e mulher, negro e branco, cis e trans, homo e hétero, etc. Essas dicotomias impõem a possibilidade de separação entre razão e emoção de modo que vinculam, inclusive, estes conceitos a órgãos como se a emoção estivesse vinculada ao coração e a razão ao cérebro, como se o corpo não fosse uno, como se tivesse compartimentos que se responsabilizam por guardar estímulos humanos distintos.

Dentro do contexto africano bantúfono, diante da unicidade existencial dos seres, o coração que “sente” é o mesmo que “pensa”, neste sentido, agimos concomitantemente atravessados por pensamentos e sentimentos que nos constituem enquanto pessoas. O mundo nesta cosmovisão não se pauta em separações, mas em uniões. Trata-se de um modo completamente outro de reprodução da existência, ele é agregador, na contramão das subdivisões, hierarquias e dualismos. (PINHEIRO, 2021, p. 64)

Neste sentido, ainda que sem a pretensão de definir as práticas que experimentei no Núcleo de Artes Afro-brasileiras da USP como “cultura negra”, sob o risco de redução e “folclorização” de algo muito mais amplo, é inegável que a vivência de tipos de produção de conhecimento que não separam a arte da ciência, nem o corpo da mente, que não calam, não desprezam, nem demonizam o corpo e o prazer e que compreendem o ser humano com um nível elevado de complexidade influenciou a maneira como eu olho para o tipo de saber produzido, disseminado e legitimado no interior da universidade. São experiências baseadas no desenvolvimento de um conjunto amplo de práticas, conhecimentos e tecnologias que incidem sobre a saúde emocional, física, intelectual, espiritual, enfim, a saúde global de cada indivíduo, mas também de um grupo que enfrentou o genocídio e o epistemicídio baseados na invisibilização de conhecimentos de outros tipos, mas também na inferiorização destes. Além disso, foi o contato com essas outras cosmovisões, filosofias, ontologias e/ou epistemes que me deu condições emocionais para suportar o ambiente hostil da Universidade de São Paulo. Hostil devido a sua configuração racial, currículos e formas de interpretar o Brasil notadamente colonizadores e racistas¹¹.

¹¹ O trecho a seguir foi elaborado a partir do artigo “Doutoranda, Negra e Mãe: como fui parar em um programa de sanduíche nos EUA” (ROCHA, 2020) e do capítulo “Carta a uma amiga negra na pós-graduação: como a experiência no exterior fortaleceu minha autoestima como pesquisadora negra” (ROCHA, 2023), desenvolvidos a partir de reflexões oriundas do processo de escrita da presente tese e apresentados aqui com o acréscimo de novas reflexões e referências bibliográficas.

Quando ingressei na USP, em 2006, perguntei a um professor sobre quem pesquisava relações raciais na Faculdade de Educação e ele me disse para procurar pela Elis Regina¹². Quando a encontrei, descobri que não se tratava de uma docente, mas de uma estudante do curso de pedagogia, assim como eu. Diante da ausência de grupos de pesquisa, docentes especializados e disciplinas sobre a questão racial na FEUSP, ela havia articulado um grupo de estudos de alunos negros interessados no tema. Juntei-me a ele. Além dos estudos, o grupo reivindicou a contratação de especialistas e a criação de disciplinas sobre relações raciais. Na ausência de docentes negros, nossas próprias trajetórias e conquistas nos serviam de inspiração e espelho.

Além das mensagens mais ou menos indiretas propagadas pelo currículo oculto presente na composição racial branca do quadro docente e discente, da ausência quase total de debates sobre relações raciais, e do currículo de cursos centrados em autores brancos e brancas, ao longo de minha formação, recebi um conjunto grande de mensagens diretas que reafirmavam que a Universidade de São Paulo não era o meu lugar, e que minha presença era inadequada. Compartilharei algumas delas:

1- “A pesquisa científica é a atividade mais qualificada do planeta”

Quando eu estava prestes a concluir minha graduação em pedagogia, um dos motivos que me levaram a decidir fazer mestrado foi o fato de que, ao me formar, eu perderia o vínculo com a USP, e meus filhos não teriam mais direito à creche da instituição. Um professor então me disse que fazer um mestrado para manter o vínculo com a universidade e não perder o direito à creche de qualidade para os meus filhos não era um bom motivo para eu me tornar uma pesquisadora. E afirmou, em seguida, que “a pesquisa científica é a atividade mais qualificada do planeta” e que, portanto, era importante que houvesse um desejo genuíno de me tornar uma pesquisadora. Verifica-se nessas afirmações a ideia de que para ser uma boa cientista é preciso que as motivações que vinculem tal profissional ao trabalho acadêmico sejam desconectadas de necessidades objetivas ligadas à vida cotidiana, ao autossustento, à sobrevivência e à busca por melhores condições de vida. Nota-se ainda uma enfática desvalorização de outras atividades que seriam, todas, menos qualificadas do que a pesquisa. Nessa perspectiva, minha motivação inicial (e não exclusiva), baseada no desejo de garantir educação de qualidade para os meus filhos,

¹² Elis Regina Feitosa do Vale (*in memoriam*). Aproveito a ocasião para saudar e homenagear essa amiga que nos deixou muito cedo. Um pouco de seu trabalho se encontra disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/316>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

desqualificaria de partida o meu vínculo com o trabalho de pesquisa, bem como o vínculo de todos os pesquisadores cujo sustento fosse oriundo do trabalho com a pesquisa.

2- “Você é hipersensível à questão racial e temo que isso atrapalhe os resultados da sua pesquisa”

Na entrevista com a banca responsável pelo processo seletivo para o mestrado, diante do meu projeto de pesquisa, que tinha como foco a relação entre a USP e a favela São Remo, ao saber que eu era então moradora da mesma favela que eu estudaria, uma das docentes avaliadoras me perguntou se eu conseguiria manter o afastamento necessário de meu objeto de pesquisa para realizar a pesquisa. Algum tempo depois, eu percebi que o questionamento havia sido feito apenas por eu ser moradora da mesma favela que estudaria e não por ser aluna da mesma universidade que eu também estudaria.

Alguns anos depois, durante o doutorado, uma professora me disse que eu era uma pessoa “hipersensível à questão racial” e que ela temia que isso atrapalhasse os resultados da minha investigação. Nessa fala, nota-se a suposição da existência de um critério, ou uma espécie de régua que mede os graus de “sensibilidade” à questão racial, e a presunção de que ela, enquanto pesquisadora branca, estaria em condições de definir que posição na régua equivaleria aos níveis “normais” de sensibilidade. Seria também a avaliação dela que definiria a minha posição nessa metragem, capacitando-a a compreender e me alertar de que minhas possibilidades de realização de análise se encontravam sob risco de ausência de objetividade. Certamente um dos elementos que fazem parte do que constituiu a interpretação que essa professora fez da minha “hipersensibilidade” foi o meu próprio pertencimento racial. Era o fato de eu ser negra que colocava em questão o meu potencial de ser objetiva. Ser uma aluna da USP estudando a história da fundação da própria instituição não foi considerado como um elemento que pudesse comprometer minhas análises. A ausência de docentes e estudantes negros, os silêncios sobre as relações raciais no currículo da FEUSP, a ausência de autores negros nos programas das disciplinas, o racismo institucional uspiano como um todo não foram levados em conta.

Foram duas situações, se deram em diferentes momentos da minha formação, e tiveram como enunciadoras diferentes docentes brancas. Entretanto, os elementos entendidos como potenciais obstáculos para a minha objetividade como pesquisadora partiam de pressupostos semelhantes. Ser negra no doutorado, ser moradora de favela no mestrado, mas nunca o fato de ser estudante da USP, por mais que a instituição fosse também meu objeto de pesquisa nos dois

momentos. Essas situações remetem aos debates sobre a construção social da branquitude como dotada de um suposto lugar de neutralidade e universalidade, atributos que favoreceriam o exercício da objetividade e da razão. Essa suposta neutralidade se estende à universidade e àqueles que efetuam pesquisas ao abrigo de suas estruturas. Os negros (bem como os moradores de favela), por sua vez, são lidos como aqueles que compreendem o mundo a partir do lugar da particularidade, da emoção (“a hipersensibilidade”) e da subjetividade, o que requer que esse grupo tome mais “cuidado” para que suas análises não sejam prejudicadas por essas características supostamente ausentes na branquitude.

Pinheiro (2021) mostra que

A produção de conhecimento dentro do entendimento filosófico banto Ubuntu¹³ segue o seu entendimento cosmogônico uno, contudo pluriversal. Neste sentido, o Ocidente irá prever uma produção de conhecimento marcado fortemente pelo afastamento entre sujeito e objeto, o que irá garantir para essa percepção uma aproximação de um modelo de conhecimento que tem como alvo, por vezes implícito, a neutralidade axiológica na pesquisa. Para o referencial Ubuntu não existe sujeito sem objeto nem objeto sem sujeito, eles se interconectam e co-existem. Neste sentido, da unicidade do mundo, a construção de conhecimentos se dá a partir da vida vivida, que é ao mesmo tempo pensada e sentida, assim sendo, sujeito e objeto se aproximam e por vezes se confundem, de forma que é profundamente possível desenvolver uma investigação acerca de si, dos seus e de entes muito próximos aos seus contextos vivenciais, sem a necessidade de afastamento ou de ausência de envolvimento com o objeto, trata-se de um outro modo de produção de conhecimento científico, não menos legítimo, marcado pelas investigações com compromisso existencial (PINHEIRO, 2021, p. 64).

Ou seja, os episódios acima apresentados são fruto de uma forma ocidental, presente na universidade, de compreensão da produção de conhecimento. Ao se encontrar com o pensamento racista que associa pessoas negras à ausência de objetividade, essa forma de conceber a ciência se reveste de dois pesos e duas medidas, já que o suposto rigor da necessidade de distanciamento entre sujeito e objeto surge quando se trata de pessoas pertencentes a grupos subalternizados, mas desaparece ou se torna mais frouxo diante da suposta neutralidade atribuída aos grupos hegemônicos, como, neste caso, os estudantes da USP. Ademais, o fato de um desses episódios ter se dado num momento de seleção de ingresso para o mestrado evidencia como essas formas de conceber a ciência originam a ausência de objetividade que se faz presente nos processos

¹³ De acordo com Pinheiro: “*Umuntu ngumuntu ngabantu* (“Uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas”) é o provérbio dos Zulus que ilustra bem o espírito da filosofia Ubuntu. Este típico modo de pensar e agir está presente em boa parte do continente africano, pertencendo aos povos bantu. [...] Ubuntu aponta para uma existência marcada pela convivência harmoniosa com o Outro (PINHEIRO, 2021, p.62)”. A presente pesquisa não se propõe a operar a partir dessa forma de compreensão do mundo, entretanto ela ajuda a evidenciar a forma Ocidental encontrada no contexto universitário em questão.

seletivos, afetando sobretudo o ingresso de pessoas negras e outros grupos subalternizados na pós-graduação.

3- “Você está tendo um caso com ele?”

Durante o doutorado, houve um momento em que um docente, também da USP, respeitado e bem-posicionado no meu campo de estudos, se interessou pela minha pesquisa, tornando-se um interlocutor importante para o meu trabalho. Ao saber disso, uma professora me perguntou se eu estava tendo um caso com ele. Respondi que não, e indaguei por que a professora havia pensado isso, e ela respondeu: “Ah! Eu não sei, é porque você é bonita e ele é bonito”. A resposta explica pouco, o que fortalece minha interpretação de que a pergunta revela o pressuposto de que a única via por meio da qual aquele docente poderia se interessar em construir uma interlocução comigo, estudante negra, seria a partir do interesse sexual. Minhas afinidades com o referido docente não poderiam estar baseadas nos interesses de pesquisa e num reconhecimento recíproco de seriedade e competência. Essa situação me remete aos debates sobre a hipersexualização das mulheres negras e se entrelaça com discussões sobre como as mulheres negras, no contexto acadêmico, são com frequência previamente entendidas como menos capazes. Um livro que discute esse tema de uma maneira muito interessante é intitulado *Presumed Incompetent: the Intersections of Race and Class for Women in Academia*¹⁴ (MUHS et al., 2012).

Essas são algumas das situações que vivenciei ao longo da minha formação na USP. Todas elas já relatadas em texto publicados ao longo da escrita da tese e que julguei necessário e importante reproduzir aqui, junto ao produto final deste trabalho que é fruto de um esforço contínuo e persistente para ocupar a posição de pesquisadora a despeito das repetidas situações de racismo vindas de profissionais da educação que poderiam ter desempenhado um papel inspirador em minha carreira e que talvez o tenham desempenhado na formação de um grande conjunto de estudantes brancos e brancas. Tais situações me causaram diferentes níveis de incômodo, algumas tendo prejudicado minha saúde emocional de maneira bastante significativa. Não há como negar a existência de impactos de todo esse processo nos próprios resultados do trabalho. Se por um lado houve prejuízos, houve também a formação de uma perspectiva crítica a respeito da Universidade de São Paulo, que se tornou então meu objeto de pesquisa.

¹⁴ Tradução livre: “Presumidas incompetentes: as interseções de raça e classe para mulheres na academia”.

Somente no período de “doutorado sanduíche” nos Estados Unidos, tive uma vivência diferente. Ainda que a Universidade de Illinois, câmpus Urbana-Champaign, seja considerada uma instituição racista no contexto estadunidense, lá encontrei um departamento inteiro dedicado às pesquisas sobre relações raciais, completamente composto por docentes negros. Ali vi um conjunto de disciplinas regularmente oferecidas sobre o tema, frequentei aulas ministradas por docentes negros em turmas em que os alunos negros eram maioria e em que se liam predominantemente autores negros.

Particpei de congressos inteiramente dedicados às relações raciais. Eventos que eram organizados e ocupados majoritariamente por intelectuais negros e negras de diversas partes do mundo, inclusive do Brasil. Ver docentes e pesquisadoras negras com dreads, tranças, e vários tipos de cabelos crespos naturais foi encantador. Foi a primeira vez em que me senti pertencente a um ambiente acadêmico. Passei a me compreender como parte de um grupo extenso de pesquisadoras negras da diáspora africana. Percebi que, a despeito de meu olhar crítico, o fato de ter estado apenas na USP ao longo de toda a minha formação me havia feito naturalizar alguns elementos do racismo presente nessa instituição.

Pouco tempo após meu retorno, uma nova situação de racismo. Uma docente branca da FEUSP me indicou que ela não acreditava que eu seria capaz de concluir o doutorado. A partir de frases como “caso você não conclua sua pesquisa...”, ela se propunha a compreender os motivos para o meu suposto fracasso - prenunciado por ela - na reta final de meu doutorado. Minha condição de mãe (negra), responsável pelo cuidado integral dos meus filhos no momento da pandemia e pelas tarefas domésticas da minha própria casa foi colocada como um impeditivo para que eu concluísse o trabalho. Nota-se uma perspectiva em que o trabalho acadêmico não pode ser efetuado por mulheres, sobretudo mães, que não terceirizem o trabalho doméstico.

As falas dessa docente pareciam tentar me fazer acreditar na minha própria incapacidade e me convencer de que minha situação era desfavorável para a conclusão da pesquisa. Por que uma recepção tão hostil logo após a minha chegada de uma experiência de doutorado sanduíche que havia enriquecido plenamente a minha autoestima intelectual? Penso que esse diálogo tinha a intenção de me “recolocar” no meu lugar. Se eu havia me sentido uma pesquisadora respeitada em outro país, aqui seguiria sendo tratada como não-pertencente a este espaço, a esta linguagem, a este modo de produção de conhecimento representado pela Faculdade de Educação da USP.

Foi doloroso precisar me defender de tais pressupostos tendo que salientar meu histórico de entregas dentro dos prazos, de boas notas, de compromisso com a minha pesquisa e de aprovação no concorridíssimo processo seletivo da Fulbright, que me levava à realização do sanduíche. Em outras palavras, eu precisei argumentar a favor da minha capacidade de entrega com base em meu “histórico escolar”, que na pós-graduação depunha a meu favor, com notas máximas em todas as disciplinas cursadas e, até então, nenhum caso de solicitação de prorrogação com exceção do tempo concedido pela própria USP a todos os estudantes por conta da pandemia. A necessidade de “provar” a minha competência também me remete aos debates desenvolvidos por Fanon (1980), que nos mostra como os negros são compreendidos como destituídos de habilidades intelectuais, morais e outras, enquanto para os brancos tais características são tidas como pressupostos, no processo histórico de construção social da raça.

O objetivo ao compartilhar essas histórias pessoais (previamente publicadas) é demonstrar como meu processo formativo foi marcado pela USP. Nesta instituição, por um lado eu obtive conhecimento, estrutura, infraestrutura, oportunidades, reconhecimento; e, por outro, reiteradas afirmações sobre uma suposta inferioridade da minha competência, capacidade de objetividade e das minhas motivações para trabalhar como pesquisadora. Tendo em vista meu inegável vínculo emocional com essa instituição e com o grupo racial negro de que faço parte, ao longo do trabalho procurei sempre me descolar das naturalizações e me fazer, diante das fontes referentes à USP, as mesmas indagações que me fazia diante das fontes da Imprensa Negra e vice-versa. Todos esses esforços são valiosos, mas não apagam a influência da minha posição em relação ao olhar lançado para meu problema de pesquisa. Isto, entretanto, ocorre com qualquer pesquisador, inclusive com pesquisadores brancos que olham para a história dessa instituição sem problematizar as relações raciais, produzindo um silêncio que lhes possibilita não explicitar o papel desta universidade em suas respectivas carreiras intelectuais marcadas pela branquitude. Tratarei desse ponto ao falar sobre a historiografia da USP.

Finalmente, assim como os demais, o meu ponto de vista carrega potenciais e lacunas. E minha intenção é contribuir com o avanço das perspectivas sobre a questão racial que envolve a USP, sua história e seu lugar na distribuição de poder e prestígio racialmente informados no cenário brasileiro. Em outras palavras, o presente trabalho contribui para uma compreensão do papel da Universidade de São Paulo na construção social da raça no Brasil do início do século XX.

Diferentes construções dos sentidos do conceito de “raça” e das identidades raciais são encontradas em contextos locais, sociais e históricos particulares. No caso brasileiro, os estudos sobre o tema não só refletiram disputas científicas e políticas como também pontos de vista distintos oriundos de diferentes momentos históricos. No capítulo a seguir, para que seja possível compreender a utilização que faço do conceito de raça, de branquitude e o contexto no qual ele será mobilizado na análise proposta, apresentarei um breve panorama dessas perspectivas o qual foi predominantemente elaborado a partir de autores situados no campo dos estudos da branquitude.

Capítulo 1 – Branquitude e Colonialidade: a cor invisível dos cânones no pensamento racial brasileiro

O silêncio não é apenas o não-dito, mas aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído. (BENTO, 2002, p. 166)

O presente capítulo dialoga com os lugares que o pensamento racial ocupou nos debates científicos brasileiros. Não se trata de afirmar que a ciência tenha sido a única nem mesmo a mais importante propagadora de um pensamento que, conforme veremos, tem raízes na própria colonialidade/modernidade, mas de mostrar como ela, enquanto constituinte da própria modernidade, foi mobilizada nos processos de legitimação do pensamento racista que marcou um conjunto importante de políticas e de projetos de nação para o Brasil.

Do ponto de vista das ciências, os debates brasileiros sobre raça ganham relevo no final do século XIX, após a abolição da escravatura, com apropriação e reelaboração de teorias que ficaram conhecidas como racismo científico. Naquele momento, a partir de matrizes racialistas¹⁵, evolucionistas e/ou vinculadas ao determinismo biológico, parte importante da intelectualidade branca considerava os negros como inferiores do ponto de vista moral, estético e intelectual (PATERNIANI, 2016; CARONE, 2014).

Os cientistas da “Escola Nina Rodrigues”, que leva como nome um de seus maiores expoentes, tinham como pressuposto a inferioridade dos negros transmitida hereditariamente. Para eles, a miscigenação era entendida como algo prejudicial ao país, pois originava uma “hibridez moral, social e intelectual dos mestiços, de acordo com uma certa escala de mestiçagem que variava dos ‘degenerados’ aos ‘intelectualmente superiores’” (CARONE, 2014, p. 15). Assim, a miscigenação era compreendida como uma ameaça à civilidade e à perpetuação da sociedade brasileira. No mesmo período, havia também a ideia de que as raças superiores deveriam tutelar, civilizar ou absorver as raças em estágio evolutivo inferior, nesse caso a miscigenação era entendida como uma estratégia para o branqueamento da população nacional (CARONE, 2014). Tanto na perspectiva favorável como na contrária à miscigenação,

¹⁵ Racialismo é a doutrina que defende a existência de características hereditárias que permitem dividir os membros da espécie humana em pequenos conjuntos de raças que compartilham certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça. (APPIAH, 1997* apud GUIMARÃES, 1999, p. 147).

*APPIAH, Kwame A. *Na casa de meu pai, a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

prevaleciam as concepções racialistas a partir das quais os negros eram entendidos como degenerados, inferiores e responsáveis pelo atraso da nação. Como o período de escravidão havia ocasionado a presença de um grande contingente de descendentes de africanos, estes eram considerados como um problema a ser resolvido pelo país. Pinheiro (2021) aponta que no Brasil o racismo científico fundamentou toda uma área jurídica denominada como “criminologia racial”, essencial para a criação de um imaginário coletivo que associa o fenótipo negro à criminalidade, fomentando seu encarceramento em massa e a perseguição policial que fazem parte do genocídio da população negra até os dias atuais.

Atualmente, ao falar sobre o Racismo Científico, os métodos utilizados para seu desenvolvimento são considerados como “pseudociência”. Pinheiro (2021), entretanto, problematiza essa denominação:

[...] o Racismo Científico não foi uma pseudociência como muitos alegam, tentando desresponsabilizá-lo pelos seus crimes. Trata-se de uma ciência da sua época que contou com grandes nomes de diferentes ramos das ciências biomédicas que faziam pesquisas sérias com o intuito de comprovar a hierarquização das raças partindo da animalização e estigmatização de corpos negros. Mesmo que na atualidade a ciência alegue que menos de 0,02% dos genes humanos possuem correlação com as constituições fenotípicas, ou seja, que não existem raças, mas sim uma única raça que é a raça humana, a ciência precisa reconhecer que historicamente ela contribuiu para o abismo racial que ainda hoje e, mais do que nunca hoje, criminaliza, hipersexualiza e assassina pessoas negras como se elas fossem desimportantes ou menos humanas. (PINHEIRO, 2021, p. 59).

A autora ajuda a pensar no papel que as ciências exerceram na produção e no fortalecimento do racismo e na influência que ele, por sua vez, tem sobre as ciências e, por consequência, sobre as instituições em que ocorre a sua produção. No início do século XX, a perspectiva antropológica alterou o modo como a ciência e o pensamento político social encaravam os africanos e seus descendentes, híbridos ou não. Em trabalhos como o de Gilberto Freyre (FREYRE, 1980), verificam-se novos entendimentos sobre a ideia de miscigenação, especialmente na exaltação da figura do “mulato”, cuja simbologia da origem (filho de senhor de escravos com escrava liberta ou não) ameniza a história de sofrimento e dominação baseada na raça, visando dar início à construção do sentimento de identidade nacional e pertencimento à sociedade brasileira para os mulatos que, ao mesmo passo, seriam reconhecidos por esta como cidadãos (PATERNIANI, 2016).

De acordo com Guimarães (2004), ao realizar a integração do mulato, o “projeto nacional de mestiçagem” supera a visão pessimista e racista do século XIX e relativiza o impacto e a

violência ocorridos nas relações raciais brasileiras ao afirmar que a miscigenação seria resultado de uma convivência pacífica entre negros e brancos no contexto nacional. Nessa negação dos conflitos e desigualdades raciais feita por meio do enaltecimento da mestiçagem é que reside o embrião da ideia de “democracia racial” brasileira (LABORNE, 2014; CARONE, 2014). Esta ideia está ligada à formação de um consenso em que se nega a existência de comportamentos racistas no país. Ao defender que este pensamento se encontra presente ainda nos dias atuais, Guimarães (1999) apresenta um exemplo que ajuda a compreendê-lo:

Se perguntássemos a um bom brasileiro, aquele que adere a este ideário [de que raças não existem no caso brasileiro], por que hoje se fala em “raça” no Brasil, talvez ele não hesitasse em culpar a influência norte-americana por isso. Tal resposta estaria em sintonia com o que os brasileiros pensam, desde, pelo menos, Gilberto Freyre: raça é uma invenção estrangeira, ela mesma sinal de racismo, inexistente para o povo brasileiro. Esta resposta tem um traço que eu gostaria de realçar, qual seja, a negação do racismo e da discriminação racial existentes no país, razão pela qual os brasileiros preferem falar, por exemplo, em preconceito – a atitude equivocada, individual, de preconceber antes de conhecer os fatos ou as pessoas – a falar em discriminação – o ato de discriminar. Ou seja, [...] no Brasil, o ideário anti-racialista de negação da existência de “raças” fundiu-se rapidamente com uma política de negação do racismo como fenômeno social (p. 149).

A negação da existência de raças, relacionada à ideia de que no Brasil todos seriam mestiços, fortalece o processo de recusa da existência do racismo e consolida a ideia de que o país vive uma “democracia racial”. De acordo com Dávila (2019), Gilberto Freyre, reconhecido expoente dessas ideias, teria na realidade apenas sintetizado um conjunto de debates já existentes, em que diversos intelectuais contrariavam o teor biológico da ideia de raça, apontando cultura, meio ambiente, clima e nutrição como elementos que configurariam a suposta inferioridade moral e intelectual dos mestiços.

Dávila (2019) mostra também que a maneira como Gilberto Freyre construiu sua identidade como uma figura pública da intelectualidade brasileira favoreceu que ele utilizasse sua posição de autoridade científica para deslegitimar vozes de brasileiros negros que se posicionavam contra os valores políticos, culturais e sociais do sistema ao qual eles estavam subordinados. Para esses brasileiros de ascendência africana, como Guerreiro Ramos, Edison Carneiro e Abdias do Nascimento, seria muito improvável ter uma trajetória pública como a de Gilberto Freyre. Como resultado, a interpretação de cultura brasileira e identidade nacional que Freyre sintetizou e propagou era aquela que a elite que lia e escrevia sobre o Brasil queria ouvir. Freyre se autopromovia como se ele tivesse sido, no Brasil, a pessoa que colaborou para a

superação do racismo científico. Entretanto, um conjunto de intelectuais havia se deslocado desse paradigma antes de Freyre (DÁVILA, 2019).

Com a publicação de “Jeca Tatu” Monteiro Lobato, por exemplo, desloca a ideia de inferioridade natural para a ideia de defeito de nutrição; Edgard Roquette-Pinto critica o racismo científico e defende leituras culturais sobre as sociedades humanas; as ideias eugenistas que pregavam a possibilidade de “melhoria da raça” também se deslocavam do lugar afirmado pelo racismo científico. Arthur Ramos, por sua vez, produz, a partir da antropologia física, a ideia de que as relações raciais no Brasil teriam sido amenizadas pela miscigenação, entretanto, ao contrário de Freyre, ele apoiava a criação de órgãos fundados por pessoas negras em defesa da igualdade racial. Apesar de esse conjunto abundante de teses racistas e antirracistas anteceder a publicação de Casa Grande e Senzala, Gilberto Freyre se consagrou como prenunciador delas (DÁVILA, 2019).

A canonização de Freyre invisibiliza esse conjunto de debates e cria a sensação da existência de uma suposta homogeneidade de ideias durante o período em que o racismo científico esteve em voga no Brasil. Esse silenciamento possibilita que posicionamentos racistas sejam justificados como produto de seu tempo, como se cada período fosse marcado apenas por uma única corrente de pensamento.

Na década de 1950, com o objetivo de compreender o contexto da suposta democracia racial brasileira, a Unesco patrocinou um conjunto de investigações sobre as relações raciais no país. Esse projeto foi realizado por pesquisadores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Oracy Nogueira e outros membros da escola paulista de sociologia¹⁶. Naquele momento constatou-se que a ideia de que o Brasil seria uma democracia racial não era verdadeira.

Esses estudos evidenciaram as desigualdades sociais existentes entre brancos e negros e mobilizaram o histórico escravista do país como explicação para este quadro. As desigualdades foram percebidas como herança da escravidão, tanto do ponto de vista econômico, uma vez que o sistema escravista havia impedido a população negra de acessar as riquezas produzidas no país, como do ponto de vista subjetivo, já que o período colonial escravista teria provocado uma “deformação” cultural da população negra, que, devido a esse contexto, não teria sido preparada

¹⁶ O grupo de sociólogos como Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco, João Baptista Borges Pereira e José de Souza Martins, entre outros, ficou conhecido como a Escola Paulista de Sociologia e realizou importantes pesquisas sobre a sociedade brasileira, os processos de modernização do país, a desigualdade social, as relações raciais e a exclusão de indígenas, migrantes e pobres.

para o modelo moderno de civilização adotado após a abolição e a Proclamação da República (CARONE, 2014; BENTO, 2014).

A pesquisa, realizada sob encomenda da Unesco nos anos 1950, foi coordenada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, rendendo-lhes muito prestígio e reconhecimento. Quando se pensa no campo das relações raciais, esses são dois autores canônicos cuja leitura é hegemonicamente considerada como indispensável. Entretanto, o mesmo não ocorre com a socióloga negra Virgínia Bicudo. A autora também foi parte da equipe do projeto Unesco, porém seu trabalho foi publicado como apêndice na primeira edição do relatório, como se fosse um trabalho menor que teria fundamentado as pesquisas publicadas nas sessões centrais do relatório. Bicudo não foi a única pesquisadora cujo trabalho foi publicado como apêndice. O mesmo se deu com Oracy Nogueira e uma pesquisadora polonesa, chamada Aniela¹⁷, que também foi parte da equipe. Nogueira foi a público e reclamou, afirmando que seu trabalho era independente, e não um apêndice para as conclusões dos organizadores. O trabalho das duas pesquisadoras também era independente, entretanto, não foram encontrados registros de posicionamento delas em relação ao ocorrido (CAMPOS, 2016; MAIO, 2010a).

Na segunda edição do relatório, os organizadores acrescentam alguns capítulos de sua autoria e retiram os textos que figuravam no apêndice da primeira edição. Assim, quem acessa a segunda edição desse trabalho, que se apresenta como produto do conjunto de pesquisas financiado pela UNESCO, sequer tem acesso ao texto de Virgínia Bicudo. É importante ressaltar que, antes dos trabalhos de Florestan Fernandes e Roger Bastide, que ficaram consagrados como os primeiros a romper com o mito da democracia racial, Virgínia Bicudo já havia efetuado essa interpretação, o que dá a ela, pesquisadora negra, um lugar entre os pioneiros no campo das relações raciais. No entanto, foram os dois pesquisadores brancos que ocuparam esse lugar (CAMPOS, 2016; SILVA, 2020; MAIO, 2010a).

Virgínia Bicudo não teve seu nome enaltecido, aclamado e inscrito no cânone do campo das relações raciais. Assim, a “Escola Paulista de Sociologia”, que tem como um dos ícones centrais Florestan Fernandes, ganhou prestígio a partir do silenciamento e da invisibilização de uma pesquisadora negra brasileira para aclamar um grupo de pesquisadores brancos discutindo relações raciais. Além disso, o ponto de vista e forma de trabalhar de Bicudo também foram invisibilizados. De acordo com Silva:

¹⁷ Sobrenome não encontrado.

O inusitado do trabalho acadêmico de Virgínia Bicudo é que, pela primeira vez, nas ciências sociais do Brasil, negras e negros surgem não como objeto, mas como sujeitos falantes, narrando suas experiências em um contexto social marcado por profundas heranças coloniais. A epistemologia decolonial em Virgínia aparece quando opera essa ruptura com o racismo/sexismo epistêmico das ciências sociais nas quais negras e negros estavam epistemicamente silenciados como objeto. Ao posicionar seus pensamentos no centro da sua tese ela está, de forma inaugural, contribuindo para subverter as estruturas coloniais presentes nos processos de produção de conhecimento no Brasil, cujo efeito de seus poderes tem desvalorizado o pensamento de negras e negros. Ao colocá-los para falar na sua tese, interpreta o Brasil a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados, como querem os estudos decoloniais latino-americanos. Assim, está evidenciando histórias e narrativas negras esquecidas nas margens/fronteiras da sociedade brasileira e colocando a diferença negra no centro da sua produção de conhecimento (SILVA, 2020)

Assim, a invisibilização de Virgínia é também o apagamento de um ponto de vista que não se estabelece a partir de um padrão de objetificação dos negros enquanto tema de uma pesquisa. Silenciar Virgínia Bicudo é ainda negar a existência de uma intelectualidade negra e feminina no debate das relações raciais. Essa situação é permeada por um contexto institucional. Bastide e Fernandes eram intelectuais vinculados à Universidade de São Paulo enquanto Bicudo era ligada à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). Apesar das rivalidades existentes entre as duas instituições naquele período, chama a atenção o fato de que o trabalho da pesquisadora negra, também pioneira a romper com o mito da democracia racial, tenha sido colocado como apêndice, e depois retirado do relatório, por dois pesquisadores brancos vinculados à Universidade de São Paulo¹⁸. Nessa situação, vemos a USP sediando a ação de apagamento de uma importante representante da intelectualidade negra e, ao mesmo tempo, a consagração daqueles em grande parte responsáveis por isso. Ainda que as rivalidades institucionais sejam compreendidas como justificativa maior da ação de Bastide e Fernandes, a USP emerge nessa narrativa como a instituição que sedia o protagonismo de dois pesquisadores brancos e contribuiu para invisibilizar as duas únicas mulheres que fizeram parte do projeto Unesco, sendo uma delas negra.

O silenciamento de Virgínia Bicudo por intelectuais ligados à USP não ocorre apenas nessa ocasião. Após cursar uma disciplina de Psicologia Social, Bicudo se aproxima do campo da Psicanálise, ainda na Escola Livre de Sociologia e Política. Continuando os estudos e a

¹⁸ Para saber mais sobre a participação e invisibilização de Virgínia Bicudo ver CAMPOS (2016).

aproximação com o campo, ela se torna a primeira mulher analista na América Latina, e passa a lecionar as disciplinas de Higiene Mental e Psicanálise na mesma instituição.

A psicanálise foi se tornando cada vez mais o campo de fuga da invisibilidade em que Virgínia foi submetida na Sociologia, consolidando seu brilhantismo e pionerismo intelectual e ativista – foi fundadora da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, da Sociedade de Psicanálise de Brasília e da Revista Brasileira de Psicanálise. No I Congresso Latino-Americano de Saúde Mental, em 1954, Virgínia foi severamente constrangida pelos acadêmicos da Psiquiatria da Universidade de São Paulo (USP) por atuar como psicanalista não sendo médica, através da circulação de panfletos que diziam: “Se eres neurótico e queres se tornar psicótico, procura a doutora Virgínia Bicudo. Se trate com a doutora Virgínia Bicudo.” (BRAGA, 2016¹⁹ apud SILVA, 2020)

Aqui vemos um comportamento hostil advindo de médicos da Universidade de São Paulo contra uma colega brasileira e negra numa situação de um congresso internacional. Nessa ocasião, os ataques explícitos estavam baseados na ausência do diploma de medicina. Entretanto, a atmosfera de hostilidade racial permite pensar que a ausência de formação serviu como forma de autorização para a prática de uma ação discriminatória contra uma profissional negra que não apenas estava integrando o campo da psicanálise, mas que tinha pioneirismo e destaque em seu interior. Enquanto no campo da sociologia o apagamento ocorre de forma silenciosa e discreta, no campo da psiquiatria (que envolvia médicos brancos formados pela USP), a hostilidade se apresenta de forma direta, sem necessariamente explicitar o aspecto racial nesse episódio de resistência à presença de Virgínia Bicudo.

Em entrevista concedida a Marcos Maio, ao falar sobre o seu processo formativo e sua escolha por estudar sociologia na ELSP, Bicudo menciona o motivo de não ter optado pela USP:

Marcos: Porque a senhora não foi fazer o curso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP?

Virgínia: Ah, porque lá eram os grã-finos e eu não era grã-fina. Pensa que eu era boba? [risos] Eu sabia escolher. Eu vi lá, tudo era filho de papai, Almeida Prado e eu não. A Escola de Sociologia é gente operária, é lá que eu vou. É isso. Sabe, a gente tinha esse *feeling*.

Marcos: Quer dizer que na Escola de Sociologia e Política havia uma diferença...

Virgínia: Mais operários, operariado da ciência. Na Filosofia... como é que era o nome?

Marcos: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras?

Virgínia: Eu disse: “Lá não era o meu lugar”.

Marcos: Quando a senhora diz: “Operário da ciência” é no sentido de origem social, de serem pessoas de camadas mais humildes?

¹⁹ BRAGA, Ana Paula Musatti. Pelas trilhas de Virgínia Bicudo: psicanálise e relações raciais em São Paulo. *Lacuna*, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/tag/virginia-bicudo/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Virgínia: Gente mais trabalhadora que coincidia de ser humilde também. Porque quanto menos humilde mais “papai faz”.

Marcos: A Escola de Sociologia e Política foi criada por uma elite empresarial e intelectual com o interesse em desenvolver uma sociologia de caráter aplicado. Que tivesse uma aplicação direta, por exemplo, na indústria.

Virgínia: É, mas uma forma indireta de acudir os pequenos. A indústria produzindo meios para que se pudessem trazer os pequenos para cima. Eu senti isso na Escola de Sociologia. Por isso eu fui para Escola de Sociologia. Eu sentia que ali a gente podia ter um apoio para subir, para crescer. E na USP... ali eu sentia que já precisava ter respaldo social. Eu não tinha (MAIO, 2010b, p. 344).

Foram apresentados aqui três pontos de contato da trajetória de Bicudo com a Universidade de São Paulo. Num primeiro momento, como socióloga, seu trabalho é invisibilizado, em outro, na área de psicanálise, ela é perseguida e rechaçada. Finalmente, nessa entrevista, percebe-se que, mesmo antes de tais acontecimentos, Virgínia tinha uma percepção da USP como um local que não seria acolhedor para ela, como uma instituição que “não era o seu lugar”. Ao mencionar a “gente mais trabalhadora” que se via na ELSP, a justificativa que ela apresenta para explicar sua sensação fala mais sobre condição social do que conflitos raciais. Assim, são três situações que envolvem respectivamente: apagamento silencioso do trabalho de Virgínia, confronto e descredibilização diretos e, por fim, exclusão implícita. Em todas elas, o elemento racial fica silencioso e não-dito. A maneira como ocorrem esses pontos de encontro da trajetória de Bicudo com a Universidade de São Paulo indica pistas que guiarão o olhar para o momento de sua fundação, foco da presente pesquisa.

O pesquisador branco Oracy Nogueira também contribuiu significativamente com o desenvolvimento do campo de estudos sobre relações raciais. Ao estudar as dinâmicas na cidade de Itapetininga, constata uma forma específica de funcionamento do preconceito racial no Brasil. O sociólogo sustenta que há contextos, como nos Estados Unidos, em que o elemento central de definição da raça das pessoas é a origem, ou hereditariedade, o “preconceito de origem”. No caso brasileiro, todavia, esta discriminação se manifestaria a partir dos traços fenotípicos carregados pelas pessoas, o “preconceito de marca”. Ou seja, de acordo com Nogueira (1998), o preconceito racial no Brasil não atuaria a partir da constatação da presença de ascendentes negros ou africanos, mas tendo como base o tom da pele e os traços faciais e corporais, que serviriam como definidores daqueles que seriam alvo do preconceito racial (PIZA, 2014).

Além da cor da pele e dos traços físicos, elementos como a vestimenta, o modo de falar, as boas maneiras, entre outros, foram compreendidos ao longo do tempo como marcas não corporais, que também contribuíam para a definição da “cor” no contexto brasileiro. Dessa

maneira, a categoria “cor”, conforme o uso nativo, substituíra a ideia de raça. Nega-se novamente a racialização das identidades. Daí a ideia de que mulatos poderiam ser “embranquecidos” ao obter ascensão social, fortalecendo a tese de que o Brasil não possuía uma regra clara de filiação racial e, portanto, seria a classe e não a raça, a maior definidora das desigualdades (GUIMARÃES, 1999).

Guimarães alega que, dos estudos realizados nas décadas de 1950 e 1960, obtivemos alguns mal-entendidos e os enumera como: (i) a ideia de que no Brasil não existem raças, mas cores, como se ambas não estivessem relacionadas; (ii) o consenso de que no Brasil não seria a origem, mas a aparência física é que determinaria a cor de alguém, “como se houvesse algum meio preciso de definir biologicamente as raças, e todas as formas de aparências não fossem, elas mesmas, convenções”; (iii) a falsa impressão de que no Brasil não seria possível discriminar alguém com base na sua raça ou na sua cor, já que não haveria critérios inequívocos de classificação; (iv) a ideia de que os mulatos e os negros mais claros e educados seriam sempre integrados cultural, econômica e socialmente e “cooptados politicamente pelo *establishment* branco”; (v) o consenso de que a ordem hierárquica racial, ainda visível no país, seria apenas um vestígio da ordem escravocrata em extinção (GUIMARÃES, 1999, p. 152-153). O autor sustenta que

[...] a redução do anti-racismo ao anti-racialismo e sua utilização para negar os fatos da discriminação e das desigualdades raciais, crescentes no país, acabaram por se tornar uma ideologia racista *per se*, ou seja, uma negação da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes. Foi justamente a função obscurecedora do anti-racialismo que passou a incomodar cada vez mais a população negra, sobretudo aquela fatia que nunca quis ser embranquecida, e referida, em nossa terminologia cromática, por palavras como “escuros”, “morenos”, “roxinhos” e tantas outras, que denotam alguma desvantagem. Esta tensão entre um ideário anti-racista, que corretamente negava a existência biológica das raças, e uma ideologia nacional, que negava a existência do racismo e da discriminação racial, acabou por se tornar insuportável para todos e insustentável pelos fatos. (GUIMARÃES, 1999, p. 153)

Já nas décadas de 1950 e 1960, o intelectual negro Guerreiro Ramos²⁰ efetua importantes críticas apontando a centralidade do colonialismo na maneira como a questão do negro no Brasil era tratada na sociologia brasileira e sobretudo pela Escola Paulista de Sociologia e seu principal expoente, Florestan Fernandes. Para Ramos, as abordagens sociológicas e antropológicas

²⁰ Guerreiro Ramos foi professor da EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública) da Fundação Getúlio Vargas, cofundador do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e membro do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), muito prestigioso nas décadas de 50 e 60.

produzidas no Brasil eram provenientes de uma agenda das ciências sociais colonizadas e marcadas pelo que o autor chamou de “ideologia da brancura” que oprimia os negros brasileiros (BRINGEL; LYNCH; MAIO, 2015; SILVA, 2020). Entretanto, o processo de canonização das obras da Escola Paulista de Sociologia, cujos maiores expoentes eram sediados na Universidade de São Paulo, mais uma vez, silencia e invisibiliza a perspectiva apresentada por um intelectual negro. Dessa forma, Guerreiro Ramos não entrou para o grupo consagrado dos estudos das relações raciais. Apenas mais recentemente, um movimento de resgate dos representantes da intelectualidade negra resulta numa maior atenção dada ao seu trabalho.

Na década de 1970, surgem os chamados estudos das Relações Raciais, tendo como principais expoentes Carlos Hasenbalg, Fúlvia Rosemberg e Nelson do Valle Silva. Estes trabalhos apresentam dados estatísticos comparativos (referentes a escolaridade, trabalho, salários etc.) entre a parcela branca e a negra da população brasileira. Aqui, os resultados obtidos já não são lidos apenas como herança da escravidão ou preconceito (PATERNIANI, 2016), mas “como prejuízos sociais e econômicos que resultam da discriminação de negros nos processos de mobilidade social” (PIZA, 2014, p. 65; HASENBALG, 2005).

A partir destes estudos, na década de 1990, Antônio Sérgio Guimarães, Valter Silvério e outros pesquisadores propõem o reconhecimento de que no Brasil as relações sociais são racializadas, ou seja, a raça é um operador de diferença, classificação e desigualdade (PATERNIANI, 2016). Neste contexto se fortalecem as formas de teorizar a raça como um construto social que, apesar de inexistente no âmbito biológico, é socialmente eficaz para reproduzir diferenças e privilégios. É nesta perspectiva que o presente trabalho compreende esse conceito.

Utilizando uma metodologia quantitativa, esses pesquisadores demonstraram que, ao agregar os dados de cor existentes em dois grupos (brancos e não-brancos, em que se incluem sobretudo pretos e pardos) em torno de qualquer variável importante, encontra-se uma grande diferença entre o conjunto dos grupos não brancos em relação ao grupo branco. Sobre esses estudos, Guimarães afirma:

[...] mesmo quando se esgotam as variáveis de status e de classe social nos modelos explicativos (renda, escolaridade, naturalidade, local de residência, etc.), persiste inexplicado um resíduo substantivo, que só pode ser atribuído à própria cor ou raça dos indivíduos. (1999, p. 155)

Contrariando o que havia sido preconizado nas teorias anteriores, não se notou um gradiente de oportunidades correspondente ao gradiente de cor existente no interior do grupo não branco. Tais resultados indicaram que o sistema de classificação racial é muito mais polarizado do que se imaginava anteriormente, quando se pressupunha maior fluidez das relações raciais (GUIMARÃES, 1999). Aqui também se destaca o fato de que o sistema educacional exerce um papel importante na manutenção das desigualdades raciais, uma vez que os negros obtêm um acesso e um aproveitamento diferencial daqueles “cuja titulação serve de base para uma estruturação hierárquica rígida, legitimada pela noção de mérito individual” (GUIMARÃES, 1999, p. 155).

Neste longo processo de transformação da sociedade brasileira e da maneira como a raça foi compreendida intelectualmente, nota-se uma persistente prática de constituição do cânone no campo de estudo das relações raciais relacionada ao apagamento e silenciamento de pesquisadores negros e suas perspectivas. A produção da ausência desta intelectualidade merece destaque, pois será também identificada na maneira como ocorreu a fundação da Universidade de São Paulo. Ademais, fora do campo das relações raciais, o que ocorre é a prática persistente de recusa em falar sobre os negros e o racismo, como veremos na historiografia que trata da fundação desta universidade, fortemente permeada por esses silêncios.

Na trajetória do pensamento racial apresentada até aqui, houve dois momentos que merecem destaque para se compreender a mudança de paradigma trazida pelos estudos críticos da branquitude. O primeiro, que vai desde o período em que vigoraram as teorias racialistas até o momento dos estudos realizados pela Escola Paulista de Sociologia. Aqui, o enfoque dos trabalhos que abordavam a questão racial estava voltado para a compreensão da “questão do negro”, ora entendido como responsável pelo atraso da nação, e, portanto, um problema a ser resolvido, ora visto como deformado e prejudicado pelo histórico das relações escravocratas do país. No segundo momento, caracterizado pelos estudos comparativos que verificaram as desigualdades raciais, é possível observar um caráter relacional que compreende negros e brancos por meio da existência de um sistema discriminatório que atua no sentido de desfavorecer os grupos não-brancos. Assim, nem os estudos sobre “a questão do negro”, nem os estudos das “relações raciais” dedicaram-se a compreender o papel específico dos brancos nessas relações. Este tipo de análise terá início apenas a partir do surgimento dos estudos críticos da branquitude, corpo teórico cujos elementos serão apresentados a seguir.

A partir da década de 1990, ganha força um conjunto de estudos que analisam as relações raciais também do ponto de vista de seus efeitos para os brancos. O período não marca o surgimento, mas um momento de maior proliferação e evidência conferida a uma perspectiva que já se verificava existente e relevante, sobretudo no pensamento de intelectuais negros de diversos países, inclusive do Brasil, e que até então permaneciam invisibilizados. Aspectos como as circunstâncias da obtenção e reprodução de privilégios, a formação da subjetividade e dos sentidos de “ser branco”, entre outros, passaram a ser tema de pesquisa no interior das ciências sociais. Trata-se de uma alteração do olhar da periferia para o centro, ou para aqueles que ocupavam o papel de norma ou padrão a partir do qual se definia aqueles que seriam considerados como “os outros”, “os diferentes” ou “estigmatizados” (SCHUCMAN, 2014). Este conjunto de trabalhos fica conhecido como estudos críticos da branquitude e se encontra presente nos Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul, Austrália e Brasil.

Os estudos da branquitude se referem, de modo geral, às pesquisas sobre a posição de superioridade que confere vantagens estruturais a indivíduos brancos nas sociedades hierarquizadas racialmente (JESUS, 2017). As sementes desta virada analítica que se debruça sobre uma identidade racial que foi invisibilizada por séculos residem em trabalhos desenvolvidos internacionalmente desde a segunda metade do século XX. Autores como Frantz Fanon e, no Brasil, Guerreiro Ramos e Virgínia Bicudo desenvolveram análises que atualmente são consideradas como precursoras dessa perspectiva (SILVA, 2020).

Virgínia Leone Bicudo (1955), no trabalho “Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação a cor de seus colegas”, aplica questionários com mais de 4520 crianças com idade entre 09 e 15 anos, em mais de 100 escolas públicas de São Paulo, com a finalidade de analisar situações de rejeição e aceitação de crianças brancas em relação aos colegas negros. O foco se direciona às atitudes dos alunos brancos num movimento inédito em um contexto no qual ainda predominavam perspectivas que partem da ideia de compreender “o problema do negro” (SILVA, 2020).

Virgínia demonstra a existência de uma preferência generalizada pelo branco. Já o mulato surge como o grupo menos escolhido e com maior identificação com os brancos. Atitudes de auto-rejeição e de internalização de inferioridade já apareciam na maioria das crianças negras, especialmente nas meninas. As crianças rejeitavam a discriminação com base na cor, mas associavam aos brancos o que é bom, e os negros ao que é mau. Portanto, é uma pesquisa que exhibe as preferências e rejeições baseadas na cor ainda na infância (SILVA, 2020, p. 11).

Além de seu posicionamento dentre os precursores dos estudos críticos da branquitude, nota-se que o trabalho de Virgínia demonstra a existência de preferência e de associações positivas ao branco em paralelo à negação da discriminação com base na cor. Essa negação do preconceito racial é um elemento que pode ajudar a compreender episódios em que o racismo ocorre de forma silenciosa, implícita e não dita.

Frantz Fanon (1980), filósofo e psiquiatra negro formado na França, nascido na ilha da Martinica, publica em 1952 o livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, que discute a questão racial e a relação entre colonizador e colonizado como categorias importantes para se compreender a formação da subjetividade de brancos e negros (SCHUCMAN, 2014). Para ele, no contato com os povos negros durante a colonização, os brancos projetaram sobre estes tudo aquilo que negavam ou temiam em si mesmos. O autor sustenta que a ideia de negro é elaborada com base na própria autoimagem do branco que associa características rechaçadas em si mesmo aos diferentes povos, culturas e identidades raciais (FANON, 1980).

A análise realizada pelo autor expressa que, a partir destas elaborações, o negro é associado ao selvagem, ao animal, ao biológico, ao corpo, à potência sexual, à intuição e à irracionalidade – ou seja, a tudo o que remete à natureza instintiva ou indomada e, portanto, não civilizada, descontrolada; ao pecado, à totalidade dos elementos que representam o mal, como a própria maldade, o lado ruim da personalidade, a imoralidade, as trevas, o diabo; àquilo que é considerado inferior, indigno e sujo; e por fim, àquilo que se entende como não evoluído, isto é, a mentalidade primitiva, a ingenuidade ou espontaneísmo, a chamada “infância da humanidade” (FANON, 1980).

Por outro lado, como essa construção social do negro corresponde a uma autopercepção do branco em relação a si próprio e à sua cultura, este é associado à metrópole, à evolução, à moral, à racionalidade, à intelectualidade e à objetividade científica. Para ele, progresso, civilização, educação, refinamento e liberalismo são os elementos que a sociedade branca associa a si própria (FANON, 1980).

Estas construções resultariam em diferentes formações das subjetividades de brancos e negros. Os primeiros desenvolveriam um sentimento de superioridade em relação aos segundos, mas também de medo e pavor que justificariam violências perpetradas contra a população negra. Os negros, objetivando um afastamento dos estereótipos associados à sua raça, buscariam o branqueamento, ou o que Fanon chama de “máscaras brancas”, o que é possível uma vez que os

símbolos associados à brancura ultrapassam a questão física do tom da pele e incorporam ideais de educação, cultura, comportamento e linguagem (FANON, 1980).

Ao reconhecer e enfatizar que as subjetividades e os sentidos atribuídos ao ser branco ou ser negro são parte de uma construção social, histórica e relacional, Fanon (1980) sustenta que não é possível haver um processo de emancipação unilateral e aponta para uma superação destas construções dicotômicas e alienantes (tanto para brancos como para negros) a partir de uma transformação social que supere estas limitações, como é possível ver nos trechos a seguir:

Sou um homem, e neste sentido, a Guerra do Peloponeso é tão minha quanto a descoberta da bússola [...].

Sou um homem e é todo o passado do mundo que devo recuperar. Não sou responsável apenas pela revolta de São Domingos. Todas as vezes em que um homem fizer triunfar a dignidade do espírito, todas as vezes em que um homem disser não a qualquer tentativa de opressão do seu semelhante, sinto-me solidário com seu ato. De modo algum devo tirar do passado dos povos de cor minha vocação original [...].

Não há mundo branco, não há ética branca, nem tampouco inteligência branca. Há, de um lado e do outro do mundo, homens que procuram (FANON, 1980, p. 186-189).

Devido a estas elaborações, Fanon é considerado como um dos precursores dos estudos críticos da branquitude. Vale ressaltar que o autor menciona as instituições educacionais como tendo um papel importante no processo de embranquecimento dos povos colonizados. Quanto maior o nível de acesso à cultura da metrópole, geralmente veiculada nessas instituições, “mais brancos” ou “menos negros” serão os colonizados.

Outro ponto relevante das formulações fanonianas é a racialização da autopercepção humana, compreendida pelo autor como uma das consequências do colonialismo, especialmente no que diz respeito às noções de razão e de universalidade genérica. Faustino (2017) sustenta que para Fanon

O problema colonial, portanto, não está na universalidade, mas na tendência (colonial) do ocidente capitalista em impor [...] as suas particularidades espaço-temporais como expressões universais do gênero humano. [...] o “branco” aparece em nosso imaginário como expressão universal da pele, e não apenas dela, mas, sobretudo, da história, da filosofia, da tecnologia, da religião e em outras expressões que compõem aquilo que nomeamos como bom, belo e verdadeiro, tanto dos pontos de vista ético e político quanto estético. (FAUSTINO, 2017, p. 127 e 128)

A partir desse entendimento, a racialização da identidade branca, que se constitui no que estamos chamando de branquitude, pressupõe uma autopercepção de si e de sua cultura (europeia) como representantes da universalidade humana.

No Brasil, o sociólogo negro Alberto Guerreiro Ramos também aborda os efeitos das relações coloniais tanto para brancos como para negros. Em 1957, o autor publicou o artigo “A patologia social do ‘branco’ brasileiro”²¹, e demonstrou que a sociologia brasileira, predominantemente desempenhada por pessoas identificadas como brancas no contexto nacional, cria o “problema do negro” transformando este grupo racial em objeto de pesquisa, de maneira que o papel do branco nestas relações é invisibilizado e pouco explorado (FERES JÚNIOR, 2015; RAMOS, 1957).

Guerreiro Ramos sustenta que o problema do branqueamento estaria posto não apenas para negros que buscavam fugir de sua identidade racial, conforme mostrado por estudiosos da Escola Paulista de Sociologia, mas também para o “branco brasileiro”, que, na visão de Ramos, é miscigenado, mas se declara como branco em busca de aproximar-se dos ideais de ser humano e civilização europeus e norte-americanos (RAMOS, 1957). Este autor inaugura também um olhar crítico para a maneira como a intelectualidade brasileira abordava a “questão do negro” colocando-se como se fosse portadora de uma identidade racial neutra e, portanto, intocada pela problemática racial. Por lançar o olhar para os efeitos do que ele chama de “ideologia da brancura” sobre os próprios “brancos brasileiros”, ele também é reconhecido como um dos precursores dos estudos críticos da branquitude (SCHUCMAN, 2014). A seguir apresentarei o conceito de branquitude e os principais elementos que o caracterizam.

As identidades raciais são construções sociais, localizáveis em cada sociedade e contexto histórico, portanto, a branquitude pode ser entendida como parte de um sistema global interligado com diferentes inflexões e implicações a depender do contexto em que é produzida, daí a importância de estudos locais e datados que possibilitem compreender as especificidades dos sentidos e da formação da identidade branca (LABORNE, 2017).

Assim como no caso dos negros, ser branco não é algo definido *apenas* por questões genéticas, mas também por lugares sociais ocupados pelos sujeitos. No Brasil, porém, o fenótipo ocupa um lugar mais importante do que em países onde os sistemas jurídicos de segregação racial impuseram formas de identificação racial mais objetivas e inflexíveis. Conseqüentemente, aqui, ser branco não exclui ter sangue negro e

[...] a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos [...] foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que

²¹ A ideia de patologia social do “branco” brasileiro será apresentada posteriormente.

se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram. (SCHUCMAN, 2014, p. 56)

Entendida como resultante da estrutura colonialista, a branquitude molda subjetividades, produz lugares sociais e constitui sua identidade em oposição ao “outro” (SILVA, 2017); ela se associa diretamente à lógica da supremacia branca global e precisa ser entendida a partir das relações de poder que lhe deram origem (LABORNE, 2017). A branquitude se refere a um construto ideológico do projeto moderno de colonização no qual os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão a partir da qual eles e os outros serão medidos e posicionados (LABORNE, 2017). Ela é ainda:

[...] um modo de comportamento social, a partir de uma situação estruturada de poder, baseada numa racialidade tida como neutra, não nomeada mas sustentada pelos privilégios sociais continuamente experimentados. [...] articula-se nas instituições (universidades, empresas, organismos governamentais etc.) que são, por excelência, conservadoras, reprodutoras e resistentes, e cria um contexto propício a manutenção das desigualdades. (LABORNE, 2017, p. 92)

Alguns elementos são apontados por diversos autores como características deste lugar de poder em que se encontra a branquitude. São eles: a invisibilidade ou fantasia de invisibilidade, os privilégios materiais e os privilégios simbólicos (SCHUCMAN, 2014).

A invisibilidade ou fantasia de invisibilidade se caracteriza por meio da falta de percepção do indivíduo branco sobre sua própria racialidade. A partir da autopercepção da branquitude como “normal”, “natural” ou “neutra”, apenas os não brancos são entendidos como racializados, configurando-se assim um caráter relacional em que o branco se institui como “modelo paradigmático de aparência e condição humana” (PIZA, 2014, p. 72). A invisibilidade se coloca quando a hegemonia da branquitude sufoca tanto a autopercepção racial dos brancos como a possibilidade de que outros grupos raciais apontem a existência da identidade branca. A ideia de invisibilidade remete também ao conforto obtido pelos brancos a partir da sensação de não representar nada além da própria individualidade. As escolhas, comportamentos e práticas de sujeitos brancos não são atribuídas à imoralidade, à pobreza ou ao analfabetismo de sua raça. O indivíduo branco não é convidado a falar em nome do grupo racial a que pertence e, ao praticar uma boa ação não se converte em um exemplo para seu grupo de origem (PIZA, 2014).

Para exemplificar esta situação, Piza (2014) mobiliza dois exemplos: o de descendentes de asiáticos, chamados a responder pelo estereótipo da inteligência e do sucesso profissional que,

diante de uma falha, são questionados enquanto destoantes de seu grupo; e o de afrodescendentes, cuja conduta moral é associada ao grupo racial, originando comentários como “tinha que ser negro para fazer uma coisa dessas”. Piza (2014) sustenta que a reação para o mesmo tipo de falha ou comportamento de indivíduos brancos não está carregada de estereótipos advindos de sua identidade racial.

É a esta excessiva visibilidade grupal do outro e a intensa individualização do branco que podemos chamar de “lugar” de raça. Um “lugar” de raça é o espaço de visibilidade do outro, enquanto sujeito, numa relação definida por termos raciais. Dito isso, vemos que o lugar do negro é o do seu grupo como um todo e o lugar do branco é o de sua individualidade (PIZA, 2014, p. 72). Um negro representa todos os negros; um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo. Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais para uns, e a neutralidade racial, para outros (PIZA, 2014, p. 72).

As consequências dessa visibilidade para negros são bem conhecidas, porém a neutralidade do branco é dada como natural uma vez que ele representa a norma, o padrão a partir do qual as demais identidades serão medidas. Neste sentido, a não nomeação racial é um elemento que constitui a formação da identidade branca. Não tendo que demarcar sua própria condição racial, demarca-se a do “outro”, e a não explicitação ou nomeação das razões de uma suposta superioridade confirma o que se verifica cotidianamente. O silêncio sobre sua própria racialidade faz exacerbar a racialidade do outro. A neutralidade coloca a raça como um dado dispensável. Torna-se, na verdade, uma porta de vidro. Gera a transparência de um universo que é observado como único, geral, imutável. São os “outros” que devem mudar; são os “outros” que devem se aproximar; são os “outros” que são vistos, avaliados, nomeados, classificados, esquecidos (PIZA, 2014, p. 85).

A partir dessas marcas, a constituição da identidade branca se torna autorreferenciada devido à ausência de percepção de si como o “outro” em relação àqueles que são entendidos e enfatizados constantemente como o “outro” racializado em relação à norma, branca. A partir desse entendimento, invisibilidade, neutralidade e “transparência” são importantes elementos presentes no conceito de branquitude.

Bento (2014) sustenta que este contexto origina silêncio, omissão e distorção a respeito do lugar que os brancos ocupam e ocuparam historicamente, face às relações raciais no contexto

brasileiro, reiterando as desigualdades raciais como um problema exclusivamente do negro, e favorecendo a diluição desta problemática em análises que privilegiam as desigualdades sociais. Para a autora, o silêncio é parte de um acordo tácito que traz benefícios simbólicos e concretos aos brancos e que se converte na ausência de prestação de contas e de indenizações à população negra (BENTO, 2002).

A invisibilidade produz efeitos também sobre a produção intelectual que teve como enfoque as relações raciais. Tal produção ora nega a discriminação racial e “explica as desigualdades em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual o ‘negro’ aparece como feio, maléfico ou incompetente”, ora reconhece as desigualdades explicando-as como uma herança da escravidão (BENTO, 2014, p. 41). De ambas maneiras, ocorre um silêncio a respeito do branco, da herança branca da escravidão e do papel da branquitude enquanto guardiã silenciosa de seus próprios privilégios. Bento (2014) mostra que nem mesmo os pesquisadores mais progressistas que tratam essa questão referem o seu próprio grupo racial, frequentemente entendido como referência do humano universal. Para ela, há um acordo tácito na sociedade brasileira, caracterizado por não falar sobre o racismo ou por encarar as desigualdades raciais sempre como um problema do negro. Ela apresenta a seguinte reflexão a respeito disso:

Minha visão de mundo sobre relações raciais é pública e aparece em meus livros, textos, conferências. Para garantir a objetividade possível numa análise desse tipo, preciso “estranhar” minhas posições; necessito observar-me e monitorar a interferência do forte envolvimento que tenho com o tema, nas análises que farei. No entanto, preciso também assinalar que o silêncio, na perspectiva que utilizo nesse trabalho, é revelador de um outro tipo de militância, igualmente merecedora de estranhamento. O fato de que respeitáveis estudiosos da área de relações raciais buscaram em seus estudos focalizar apenas o negro, é sem dúvida um tipo de militância silenciosa pela manutenção de privilégios ainda que sejam simbólicos. (BENTO, 2002, p. 74)

Autores como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso, entre outros, desmistificam a ideologia da democracia racial sem atentar para o papel que o branco ocupa na perpetuação das desigualdades raciais (BENTO, 2014). Destacando a relevância e o avanço contido nesses trabalhos, bem como a trajetória de vida e compromisso indiscutível com o combate à violação dos direitos do povo negro, presentes especialmente no caso de Florestan Fernandes e Octávio Ianni, Bento (2014) afirma que

[...] a omissão ou a abordagem simplista do papel que o branco ocupa, como branco, na perpetuação das desigualdades raciais, que se observa nas primeiras publicações desses autores [...], auxiliam a compreender alguns sinais da branquitude [na produção intelectual]. (BENTO, 2014, p. 48-49)

Ao analisar a obra de Florestan Fernandes, Bento (2014) afirma que a escravidão aparece como um elemento responsável pela deformação dos negros, todavia, os seus efeitos sobre aspectos éticos e morais presentes na formação da identidade branca, responsável pelo processo de escravidão não são abordados. Este viés acabava por atribuir ao negro um aspecto de inferioridade. Ao analisar o trabalho de Octávio Ianni, Bento (2014) mostra que, na perspectiva do autor, o negro desejaria se integrar à sociedade branca buscando modos de ascender socialmente e tornar-se aceito por esta. Assim, o branqueamento é entendido e legitimado como um problema do negro. De forma semelhante ao movimento efetuado por Guerreiro Ramos, a autora questiona esta perspectiva e afirma que o desejo de europeização expresso por essa elite evidencia que não só os negros se sentem desconfortáveis com a sua condição racial, mas o próprio branco brasileiro deseja “perder-se no Outro, o europeu ou o norte-americano” (BENTO, 2014, p. 52). Isso tornaria o problema do branqueamento uma questão que atinge a todos os brasileiros, brancos e negros, em suas representações de si.

A partir destas indagações, Bento (2014) defende a importância de se pensar sobre o “lugar de fala” dos estudiosos e a origem do conjunto de teorias e metodologias que são utilizadas para compreender a realidade. A autora ressalta que, na história de dominação colonial em que a ciência foi mobilizada para a compreensão do “outro”, sempre houve interesses, por vezes escusos, envolvidos no processo de produção de conhecimento. A reflexão sobre o “lugar de fala” proposto por Bento (2014) permite que as contradições e conflitos envolvidos nestes processos sejam explicitados, abrindo possibilidades a novas perspectivas. O discurso consagrado sobre relações raciais anteriores à década de 1980 construía-se, com algumas exceções, com base em um olhar branco (enquanto neutro em relação aos brancos) sobre o mundo, olhar a partir do qual o negro ocupava sempre o lugar de objeto de estudo (PIZA, 2014).

A observação feita a respeito dos trabalhos sobre as relações raciais no Brasil a partir da invisibilidade da identidade branca ajuda a pensar sobre a maneira como pesquisas que têm como foco outros temas também realizam um processo de naturalização do lugar de “ser humano universal”, ocupado pelos brancos, favorecendo a compreensão do silêncio sobre a questão racial, o qual se faz presente em grande parte da historiografia a respeito da fundação da Universidade de São Paulo, conforme veremos no terceiro capítulo.

Para Bento (2002), o silêncio que constitui a branquitude não diz respeito apenas ao não-dito, mas também ao que é apagado e excluído. Esse silêncio preserva, isenta, protege os

interesses dos brancos, ao mesmo tempo em que coexiste com discursos de culpabilização e desvalorização dos negros. O silêncio se constitui como parte de um acordo tácito por meio do qual os brancos não se veem implicados na problemática racial, possibilitando a suspensão de valores humanitários manifesta em posturas de indiferença em relação à violação de direitos dos negros. A discriminação praticada em silêncio possibilita a delimitação de fronteiras que interdita o acesso dos negros e reservam lugares para os brancos, o posicionamento contrário às mudanças, o abuso de poder, entre outros. Tudo isso faz parte do que Bento chamou de pacto narcísico da branquitude, “um pacto silencioso de apoio e fortalecimento aos iguais [brancos]. Um pacto que visa conservar a manutenção de privilégios e de interesses” (BENTO, 2002, p. 105). Por não ser explícito, tal acordo se encontra presente em diversos âmbitos da vida social e do funcionamento das instituições sem poder ser reconhecido e questionado.

Vejam agora os outros elementos constituintes do conceito de branquitude: os privilégios simbólicos e materiais. Os primeiros estão relacionados aos atributos positivos associados à brancura, tais como inteligência, beleza, educação, progresso, entre outros que, no processo de constituição histórica da branquitude, forjaram esta identidade como detentora de uma posição racial de superioridade em relação às demais. Reconhecer esta característica social não significa que os sujeitos brancos necessariamente sintam-se superiores aos não brancos, mas que existe uma significação social hegemônica da identidade branca como lugar da superioridade (SCHUCMAN, 2014). Os benefícios simbólicos também dizem respeito à manutenção exclusiva de referenciais positivos que elevam a autoestima e o autoconceito dos brancos, valorizando suas características, fortalecendo-os enquanto grupo e legitimando seu lugar de supremacia econômica, política e social (BENTO, 2014). Os privilégios materiais, por sua vez, incluem vantagens e facilidades no acesso a habitação, crédito, educação, oportunidades de emprego, transferência de riqueza herdada entre as gerações, entre outros (SCHUCMAN, 2014).

Schucman (2014) mostra que o conceito é pensado por Frankenberg em suas particularidades dadas a partir de diferentes contextos presentes nas sociedades estruturadas pela dominação racial e alguns elementos o caracterizam globalmente: posição de vantagem estrutural; privilégio modulado por outros eixos de dominação e subordinação que não eliminam seu caráter racial; ponto de vista a partir do qual o branco vê a si e aos outros; lócus de produção de práticas culturais e identidades não marcadas como raciais; apresenta controvérsias na inclusão na categoria branco; tem um caráter relacional que é produto da história e possui

significados socialmente construídos que variam localmente, sendo ao mesmo tempo maleáveis e inflexíveis e produzindo efeitos materiais e discursivos (SCHUCMAN, 2014, p. 68-69).

Os significados, sentidos e formas de agir no mundo a partir desta identidade são variáveis, uma vez que cada sujeito se torna branco de maneira diferente. Fatores como nacionalidade, classe social, gênero, orientação sexual, história de vida, idade, entre outros, se entrecruzam no processo de formação identitária que irá definir aqueles que ocupam o lugar social da branquitude. Da mesma maneira, o fato de ocupar o referido lugar simbólico não garante necessariamente a todos os sujeitos brancos uma vida de satisfação, uma vez que esses outros fatores, além da identidade racial, têm efeitos na maneira como se desenvolvem as experiências sociais dos indivíduos. Contudo, esse pertencimento identitário garante privilégios aos brancos, mesmo que estes sejam adquiridos involuntariamente.

Bento (2014) mostra o entendimento de Piza a respeito da branquitude, que, segundo ela, caracteriza-se por ser algo consciente apenas para pessoas negras; que produz um silêncio sobre raça ao desconsiderar sua relevância enquanto debate; marcada pelo desconforto dos brancos quando precisam abordar o tema; estabelecida como hierarquia e não somente como diferença; trata-se de uma ideologia de dominação racial presente em todas as classes sociais; limita a integração entre brancos e negros a despeito da existência de convívio; dificulta a possibilidade de aprender com os “outros”; interpreta como exibicionismo quando um negro surge como igual nas relações cotidianas; e possui fronteiras elaboradas e ao mesmo tempo contraditórias (BENTO, 2014, p. 42).

Bento (2014) sustenta que os brancos inicialmente negam qualquer preconceito pessoal e tendem a reconhecer os efeitos do racismo sobre a vida dos negros, apresentando dificuldade em reconhecer o impacto deste sobre suas próprias vidas. Ou seja, há uma percepção da situação de desvantagem causada pelo racismo, mas esta não é acompanhada por um reconhecimento das vantagens obtidas ao ser branco em um sistema racista. No entanto, estas e outras características não podem ser generalizadas para o grupo identitário branco, nem para o mesmo indivíduo ao longo de diferentes fases de sua vida. Por isso, alguns pesquisadores apontam subdivisões necessárias no interior do conceito.

Cardoso (2017a) designa como “branquitude crítica” aquela pertencente ao indivíduo ou grupo de pessoas brancas que desaprovam publicamente o racismo, propondo a denominação de

“branquitude acrítica” para a identidade branca individual ou coletiva que argumenta a favor da superioridade racial branca.

De modo geral, os brancos antirracistas exemplificam a branquitude crítica. Enquanto os brancos de pensamentos e/ou pertencentes a grupos de ultradireita, os integrantes dos grupos neonazistas, membros da “neo” - Ku Klux Klan, outros brancos que comungam com o ideal da superioridade racial, mesmo em silêncio, são exemplos de branquitude acrítica. Enfim, todos aqueles que não desaprovam o pensamento e a prática racistas. [...] Optei por esse princípio diante da constatação de que nem sempre aquilo que é aprovado publicamente é ratificado no espaço privado. No ambiente particular, por vezes, opiniões ou teses podem ser desmentidas, ironizadas, minimizadas. Especialmente quando se tratam de questões referentes ao conflito racial no Brasil. Já bem dizia Florestan Fernandes, “o brasileiro possui preconceito de ter preconceito”. (CARDOSO, 2017a, p. 33)

Outra especificação proposta no interior dos estudos sobre a identidade branca no Brasil é a distinção entre os termos “branquitude” e “branquidade”. A princípio, devido a sua origem no inglês “whiteness”, foram realizadas as duas maneiras de tradução e os termos eram utilizados como sinônimos. O livro *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (MÜLLER; CARDOSO, 2017), que reúne artigos dos primeiros pesquisadores a se dedicarem ao tema, influenciou a predominância do uso do termo branquitude na literatura brasileira, referindo-se à identidade racial do branco. Ao discorrer sobre esta questão, Guerreiro Ramos havia empregado o termo “brancura” ou a expressão “ideologia da brancura” – o primeiro atualmente é predominantemente mobilizado para indicar a corporeidade, o fenótipo branco, ou seja, o tom da pele (CARDOSO, 2017). Ao considerar que a branquitude não se afirma apenas em termos cromáticos, Miskolci (2012) considera a brancura como um elemento que dá ao indivíduo um potencial, que poderá ser realizado ou não, para o desenvolvimento da branquitude, compreendida sobretudo em termos morais e de poder.

Há ainda uma distinção entre branquitude e branquidade proposta por Piza (2014) a partir da diferença já existente entre negritude e negridade. Esta seria uma concepção do ativismo negro dos anos 1930, que buscava se integrar no “mundo branco” rejeitando sua história cultural diaspórica, entendendo a cultura ocidental, os valores brancocêntricos como mais elevados. É uma concepção de negro que supostamente rejeita “parte de si” e procura ser integrado em uma ideia de nacionalidade. A negritude, por outro lado, remete ao ativismo negro dos anos 1970, representado pelo Teatro Experimental do Negro (CARDOSO, 2017). Paralelamente, a “branquidade” seria a identidade racial dos brancos que não questionam seus privilégios raciais, enquanto a “branquitude” denominaria aqueles que questionam essas vantagens. Cardoso (2017)

questiona esta classificação e afirma que ela não tem lastro na realidade, uma vez que a postura de questionamento das vantagens obtidas devido à identidade racial branca não diferencia o tratamento privilegiado que ambos os grupos recebem da sociedade. Dadas as especificidades do período histórico que será analisado, em que o pensamento racial predominante ainda estava fortemente vinculado às ideias do racismo científico que considerava a inferioridade negra como um fato, não será possível mobilizar as variações propostas por Cardoso e Piza.

O fato de os estudos sobre branquitude se formarem como um campo de estudo transnacional e de intercâmbio entre ex-colônias e colonizadores corresponde à cadeia de fatos históricos que começam com o projeto moderno de colonização, desencadeando a escravidão, o tráfico de africanos para o Novo Mundo, a colonização, as formações e construções de novas nações e nacionalidades em toda a América e a colonização da África. Portanto, é nesses processos históricos que a branquitude começa a ser construída como um construto ideológico de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão, posicionando outros grupos ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores (SCHUCMAN, 2014, p. 46). Desde o século XVI até os dias de hoje, a construção social da raça, com suas classificações de superioridade e inferioridade, tem sido o instrumento de dominação social global mais efetivo e duradouro (QUIJANO, 2000a).

Quijano (2000a, 2007) diferencia a ideia de colonialismo da ideia de colonialidade. Enquanto o primeiro se refere ao momento de domínio direto por meio do poder político oficial, o segundo se refere aos aspectos materiais, políticos, comerciais e, sobretudo, simbólicos que permanecem após esse período. As constituições das identidades raciais seriam parte do repertório simbólico da colonialidade, ou seja, que se perpetua para além do período de dominação e violência diretas. Entretanto, ao mesmo tempo em que os colonizadores produziram uma imagem a respeito de si próprios – a branquitude –, eles

[...] também impuseram uma imagem mistificada de seus próprios padrões de produção de conhecimento e sentido. No início, eles colocaram esses padrões fora do alcance dos dominados. Mais tarde, eles os ensinaram de forma parcial e seletiva, para cooptar alguns dominados em suas próprias instituições de poder. Então a cultura europeia se tornou sedutora: deu acesso ao poder. Afinal, além da repressão, o principal instrumento de todo poder é sua sedução. A europeização cultural se transformou em uma aspiração. [...] A repressão cultural e o genocídio em massa juntos transformaram as altas culturas anteriores da América em subculturas camponesas e analfabetas condenadas à oralidade; isto é, privadas de seus próprios padrões de expressão formalizada, objetivada, intelectual e plástica ou visual. Doravante, os sobreviventes não teriam outros modos de expressão intelectual e plástica ou visual formalizada e

objetivada, senão através dos padrões culturais dos governantes, ainda que os subvertendo em certos casos para transmitir outras necessidades de expressão. A América Latina é, sem dúvida, o caso mais extremo de colonização cultural pela Europa.” (QUIJANO, 2007, p. 169-170, tradução nossa)

Colonialidade do Saber é a denominação dada por Quijano (2000b, 2007) ao processo impositivo que envolve a repressão das formas de saber, de produzir conhecimento bem como das perspectivas, imagens, símbolos, formas de sentido, recursos formais e instrumentos de expressão intelectual e visual das culturas dominadas no processo de constituição da colonialidade. A produção de conhecimento que objetifica o outro é produto desse fenômeno. Nessa hierarquização, apenas a cultura europeia é considerada como racional, as demais são caracterizadas como irracionais, entendidas como inferiores por natureza e, portanto, só podem ser objetos de conhecimento e de práticas de dominação, nunca sujeitos. Isso dificultou certas trocas de saberes e de modos de produzir conhecimento entre as culturas. Assim, o paradigma de conhecimento racional europeu foi elaborado conjuntamente com a estrutura de dominação colonial sobre o “resto do mundo” (QUIJANO, 2007). Nesse processo de instituição da colonialidade,

[...] a história foi concebida como um *continuum* evolutivo do primitivo ao civilizado; do tradicional ao moderno; do selvagem ao racional; do pré-capitalismo ao capitalismo etc. E a Europa entendia a si mesma como o espelho do futuro de todas as outras sociedades e culturas; como a forma avançada da história de toda a espécie. (QUIJANO, 2007, p. 176, tradução nossa)

O mito fundador da modernidade é a ideia de um processo histórico de desenvolvimento partindo do primitivo, que seria o mais próximo à natureza – e incluía negros e indígenas – para o mais civilizado, que seria a Europa. A China e a Índia estariam no meio do caminho (QUIJANO, 2007).

O fato de os europeus ocidentais se imaginarem como o ponto final de uma trajetória civilizadora dada a partir do estado de natureza os leva também a se pensarem como os modernos da humanidade e da história humana, ou seja, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas como atribuem o resto da espécie a uma categoria por natureza inferior e conseqüentemente anterior, pertencente ao passado no progresso da espécie, os europeus se imaginam como os exclusivos portadores, criadores e protagonistas dessa modernidade. (QUIJANO, 2000, p. 542, tradução nossa)

Assim, raça foi imposta ao planeta todo como um aspecto do processo moderno de colonização europeia e tornou-se um elemento chave na classificação social de colonizadores e colonizados, bem como na distribuição do trabalho e do mercado (QUIJANO, 2000).

Trezentos anos depois [do contato colonial], todos eles [Astecas, Maias, Chimus, Aymaras, Incas, Chibchas, e assim por diante] se fundiram em uma única identidade: índios. Essa nova identidade era racial, colonial e negativa. O mesmo aconteceu com os povos trazidos à força da África como escravos: Ashantis, Yorubas, Zulus, Congos, Bacongos e outros. No espaço de trezentos anos, todos eram *negroes* ou pretos.

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas em termos de percepção colonial. A primeira é óbvia: os povos foram despossuídos de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda talvez seja menos óbvia, mas não menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, envolveu a pilhagem de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. A partir de então, surgiram raças inferiores, capazes apenas de produzir culturas inferiores. A nova identidade também envolvia sua realocação no tempo histórico constituído primeiro com a América e depois com a Europa: a partir de então eles eram o passado. Em outras palavras, o modelo de poder baseado na colonialidade envolvia também um modelo cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual a não-Europa era o passado, e por isso inferior, senão sempre primitiva. (QUIJANO, 2000, p. 551, tradução nossa)

No caso brasileiro, a busca da elite branca pela apropriação das formas de produção e divulgação de conhecimento europeias está ligada a um desejo de ocupar, em território nacional, a posição de sujeitos em relação aos povos e culturas tidos como inferiores, como objetos das produções de conhecimento. Os estudos sobre o “problema do negro” evidenciam essa objetificação encontrada em um grande conjunto de instituições de pesquisa. Tais estudos estão marcadamente presentes na Universidade de São Paulo, instituição que não só produz parte importante dos cânones que debatem a questão racial, mas também foi concebida como instituição que, por meio de conhecimentos de base eurocêntrica, formaria os “sujeitos” que iriam liderar a nação rumo ao progresso e à modernidade. A adoção do paradigma europeu de conhecimento como único capaz de formar lideranças políticas qualificadas já é em si uma prática de branqueamento e de Colonialidade do Poder.

O conceito de Colonialidade do Poder está vinculado às ideias de superioridade racial e cultural que oferecem legitimidade ao exercício do poder global por parte da branquitude europeia, definindo, inclusive, a distribuição global do trabalho e da produção. Entretanto, o controle da economia não é o único, há ainda o controle da autoridade, do gênero, da sexualidade, do conhecimento e da subjetividade (MIGNOLO, 2013).

Raça, distribuição de poder, de mercado e de trabalho, construções simbólicas a respeito da posição dos diferentes povos numa suposta linha evolutiva que tem a Europa como o topo, ao mesmo tempo em que todas as demais culturas são compreendidas como inferiores ou atrasadas

e, por fim, a pretensa universalização das formas de conhecimento europeias dadas na Colonialidade do Saber e do Poder são interpretações sobre o paradigma da modernidade e da racionalidade, elementos que ajudarão a pensar a concepção da Universidade de São Paulo, bem como os pontos de contato entre os debates realizados pelos seus fundadores e a Imprensa Negra Paulista do início do século XX.

O conceito de branquitude refere-se à identidade branca socialmente produzida de forma global desde os contatos coloniais entre a Europa, a África e as Américas. A temporalidade abarcada pela ideia de branquitude pressupõe um recuo histórico que engloba o período que será estudado a propósito de interpretar a criação da USP. A seguir, será realizada uma breve análise dos usos do conceito de branquitude em estudos de caráter histórico.

No Brasil, os estudos críticos da branquitude encontram-se em fase de crescimento (CARDOSO, 2008) e grande parte dos trabalhos que mobilizam este repertório está situada nos campos da psicologia social, da sociologia e na intersecção entre ambos, ou seja, de estudos dedicados à compreensão do momento presente. Na psicologia social, pensada a partir das publicações de Bento e Carone (2014) e de Schucman (2014), verifica-se, de maneira geral, um empreendimento no sentido de dialogar com os estudos sobre a questão racial a partir da constatação da existência de uma identidade branca e, ao mesmo tempo, de compreender os sentidos sociais de ser branco na contemporaneidade. Na publicação organizada por Müller e Cardoso (2017), os autores, nas palavras de Munanga (2017), desenvolvem seus textos

Partindo da reflexão crítica de grande fôlego sobre o próprio conceito [de branquitude], eles/elas apontam como esse conceito carrega ideologia, visão de mundo e filosofia de vida numa perspectiva histórica, estrutural, psicológica, política e outras, recolocando em discussão sua importância no debate sobre racismo e o antirracismo na sociedade brasileira. Mais do que isso eles/elas apontam também todos os problemas e dificuldades que a consciência da Branquitude tem causado aos processos de alienação da cultura e humanidade negras através do ideal do branqueamento. (MUNANGA, 2017, p. 11)

Nesse livro encontramos temas como a educação, a luta por igualdade racial, os sentidos sociais atribuídos à branquitude por brancos de diferentes localidades e classes sociais, as fronteiras raciais no contexto da miscigenação ocorrida no Brasil, a produção de conhecimento acadêmico em meio às disputas e desigualdades raciais, a contribuição de pensadores como Frantz Fanon e Stuart Hall para o campo de estudos, entre outros. Em meio a dezessete artigos, há três que se destacam pela abordagem mais diretamente relacionada ao campo da história.

O trabalho de Cardoso (2017b) *O branco não branco e o branco-branco* investiga a história brasileira concentrando seu olhar nos brancos e discutindo as diferenças entre os brancos portugueses que colonizaram o Brasil e os brancos de outros países europeus, como Itália e França, considerados como “mais brancos” em relação aos de origem lusitana. O autor conclui que os brancos brasileiros eram entendidos como brancos apenas no contexto nacional, mas fora do Brasil não eram entendidos racialmente da mesma maneira. O movimento que incentiva a imigração italiana no final do século XIX e início do século XX é compreendido então como uma busca por trazer para o Brasil os “verdadeiros” brancos, nas palavras do autor: os brancos-brancos.

Esse trabalho evidencia a existência de diferentes construções e sentidos atribuídos à branquitude, e, portanto, à raça, em territórios, culturas e contextos políticos diferentes. Se raça fosse algo fixo, ou dado pelo biológico, as pessoas consideradas como brancas em um determinado país não seriam lidas de outra forma por pessoas oriundas de outra nacionalidade e contexto. O jogo de palavras criado pelo autor, que traz a ideia de branco-branco e de branco não branco, evidencia o jogo de sentidos da branquitude no contexto global. Assim, as escalas de branquitude indicam que, quanto mais próximo à branquitude europeia alguém está, mais branco será considerado, havendo, portanto, uma hierarquia global interna à própria branquitude.

O trabalho de Priscila Silva (2017), *O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo*, defende a importância de considerar o pensamento racial para compreender a modernidade brasileira situada nas primeiras décadas do século XX, momento em que se deu a criação de um importante conjunto de instituições. A autora propõe a utilização desse conceito como um dispositivo analítico capaz de fazer emergir a subjetividade branca em fenômenos sociais aparentemente não racializados. O artigo apresenta a definição de branquitude e identifica este movimento como o primeiro passo para a sua qualificação enquanto dispositivo analítico.

Ainda que as formas como este dispositivo poderá ser mobilizado enquanto ferramenta metodológica para a compreensão do período mencionado não sejam explicitadas pela autora, a proposta de Silva (2017) dialoga diretamente com o que se pretende efetuar na presente pesquisa. A fundação da Universidade de São Paulo é um acontecimento pouco estudado a partir da ótica das relações raciais. Silva (2015) foi pioneira ao lançar um olhar com enfoque racial para a história dessa instituição. Dessa forma, mobilizar o conceito de branquitude para compreender como a subjetividade branca, seus interesses, particularidades e projetos políticos aparecem em

sua concepção e fundação é um trabalho que segue a pista indicada pela autora e dá continuidade às suas proposições de interpretação sobre este fenômeno.

O trabalho de Müller (2017), *A criança branca idealizada pela imprensa no século XX*, apresenta concursos de beleza promovidos por jornais e revistas do período a partir de critérios eugênicos. As crianças são avaliadas a partir de um ideal estético que valoriza o fenótipo branco, especialmente loiro e de olhos azuis, associando-o a beleza, saúde, moralidade, limpeza e à ingenuidade. Com base nessa análise, Müller sustenta que a imprensa brasileira do início do século XX reproduzia e naturalizava o racismo de base eugênica. Aqui, a ideia de branquitude aparece a partir dos valores associados ao fenótipo branco e ao fato de ele ser a referência estética que guia as avaliações dos referidos concursos.

Nos trabalhos apresentados é possível verificar que a mobilização da perspectiva oferecida pelos estudos da branquitude favorece a compreensão de momentos históricos em que a cultura e o fenótipo brancos ou, ainda, o tipo branco “puro” foram valorizados. Com exceção de Silva (2017) que apresenta o conceito propriamente dito, os demais trabalhos não utilizam o termo “branquitude” no centro de suas análises. Ou seja, quanto ao conjunto dos artigos analisados é possível afirmar que a ideia de branquitude surge como conceito predominantemente nos estudos que se dedicam à compreensão do momento presente, e se apresenta sobretudo como um guia ao orientar a análise realizada sobre momentos situados no passado. Vale ressaltar que este levantamento foi realizado em 2017 e teve como foco as duas coletâneas sobre branquitude intituladas *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* e *Branquitude: Estudos sobre a Identidade Branca no Brasil*, respectivamente organizadas por Bento e Carone (2014) e por Müller e Cardoso (2017). O primeiro foi eleito tendo em vista o seu pioneirismo ao tratar sobre a branquitude no Brasil, enquanto o segundo a razão para a escolha do segundo foi sua atualidade e sua proposta de abarcar trabalhos desenvolvidos a partir do conceito de branquitude em diversas áreas de conhecimento.

Situada fora das coletâneas acima mencionadas, outra pesquisa que mobiliza a branquitude para pensar um contexto histórico é encontrada no livro de Richard Miskolci (2012), *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX*. O autor situa seu trabalho na perspectiva informada pelo Feminismo, pela Teoria Queer e pelos Estudos Pós-Coloniais e desenvolve uma interpretação sobre a sociedade brasileira do período a partir da análise de três romances em que as questões de raça e sexualidade possibilitam pensar elementos

que constituíam o projeto de nação idealizado pela intelectualidade do período. A branquitude é apresentada como um ideal, um elemento que pode aparecer de maneira completa ou incompleta, uma vez que a brancura é tida como um potencial que pode ou não se converter em branquitude.

Assim como Cardoso (2017), Miskolci (2012) destaca que as elites brasileiras das primeiras décadas do século XX, se imaginavam brancas, entretanto não eram compreendidas da mesma maneira pelos europeus. É possível pensar que tal situação os colocava em condição de dúvida em relação à sua própria posição, o que originava a necessidade de realizar esforços e vigilância constantes para concretizar o projeto de reconhecimento da nação brasileira entre as grandes nações, ou, em outros termos, os países detentores do lugar social da branquitude.

A nação era uma ideia de futuro, branca e civilizada. As expectativas para este futuro eram hostis ao passado (escravista), associado ao atraso, à natureza e aos instintos, assim como a própria população brasileira, vista como degenerada. As discussões políticas e as relações sociais continham um grande sentimento de medo em relação à libertação dos negros escravizados. Segundo a interpretação da elite econômica do período, “nação era sinônimo de homogeneidade racial e de harmonia política, ou, melhor dizendo, de branquitude e civilização” (MISKOLCI, 2012, posição 330 de 3557). Neste sentido, caberia ao Estado efetuar a defesa do país em um confronto interno entre uma raça superior e uma raça inferior que representava o ressurgimento do passado.

Miskolci (2012) emprega o termo branquitude para descrever as elites de fins do século XIX e início do século XX e os projetos de nação por elas almejados. O autor descreve seu trabalho como um empreendimento ao mesmo tempo histórico e sociológico. Nessa obra, ele compreende como branquitude

[...] um ideal criado pelas elites brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, o qual adquire mais importância no regime republicano. [...] um ideal presente em vários discursos, dos políticos aos médicos e literários, os quais encontravam nela um denominador comum do desejo da nação, valor fundamental que guiava as demandas elitistas de branqueamento de nosso povo. Branquear não era apenas ou exatamente um projeto de transformação demográfica, mas também – e principalmente – de moralização da coletividade. A despeito de seu foco em toda a população, tratava-se de um desejo das elites dirigentes, esmagadoramente formada por homens, e que interpretavam a branquitude como um valor próprio que a caracterizava e distinguia do povo. [...] Nossas elites, que – com variações – se imaginavam brancas e inseridas no padrão de civilização europeu, consideravam-se detentoras dos direitos e dos meios para transformar o povo em uma nação. (MISKOLCI, 2012, posições 655 e 672)

Aqui nota-se a associação entre branquitude e o ideal de branqueamento da nação desejado pelas elites brancas brasileiras. Essa construção evidencia a conexão indissociável entre raça e nação. Os debates sobre os desafios da construção da nação brasileira estão fortemente vinculados ao pensamento racial presente entre o final do século XIX e início do século XX. Pensar nação era pensar raça, ao mesmo tempo em que a composição racial da população brasileira definia parte importante do que se pensava sobre o Brasil. Os desejos de constituição de uma nação forte, civilizada e dotada de progresso passam, segundo o autor, pela luta contra a presença de negros, povos originários, mulheres, homossexuais e outros grupos sociais que não se enquadrassem nos padrões de masculinidade e branquitude. Estes grupos eram rotulados como degenerados e, aos olhos da branquitude demandavam vigilância permanente, estando sujeitos a práticas e políticas violentas que tinham como objetivo um exercício de controle sobre seus corpos e formas de pensar, e também esconder sua existência diante das nações compreendidas como civilizadas.

Finalmente, outro conceito importante ao se discutir raça é o próprio racismo. De acordo com Kabengele Munanga, podemos defini-lo da seguinte maneira:

Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. [...] insisto sobre o fato de que o racismo nasce quando faz-se intervir caracteres biológicos como justificativa de tal ou tal comportamento. É justamente o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores. (MUNANGA, 2004)

O presente trabalho adota essa definição de racismo para que seja possível que este tipo de pensamento seja adequadamente nomeado e receba a atenção que lhe é devida. Bento (2002) nos mostra que os silêncios presentes nas dinâmicas raciais brasileiras atuam a serviço da manutenção do racismo e das vantagens possuídas pela branquitude. O mesmo pode ser dito em relação às maneiras evasivas de se referir ao racismo. Durante a redação do presente texto, foi possível notar um conjunto de subterfúgios utilizados para evitar dar nome ao racismo presente nos processos aqui analisados e discutidos. Os motivos que levam a esta postura no contexto de um trabalho que tem as relações raciais como eixo principal de análise e interpretação poderiam

por si próprios constituir um objeto de pesquisa. Guimarães (1999) destaca que a resistência da sociedade brasileira ao reconhecimento da existência do racismo não é novidade. Se para os brancos esse subterfúgio ocorre, conforme nos mostra Bento (2002), com a intenção de manter suas vantagens, no caso dos negros a permanente atmosfera em que sua capacidade de objetividade é colocada em questão (sobretudo no campo científico, conforme apresentado na introdução) pode ser um dos componentes que dificulta o processo de nomear o racismo de forma explícita e direta.

Assim, a opção por uma definição objetiva de racismo possibilita não incorrer na adoção de uma postura que reproduz o temor social brasileiro de evitar dar nome a este processo. Vale ressaltar que, nesta pesquisa, a escolha de nomear o racismo carrega a finalidade de compreender que sua existência marca os processos históricos e a criação de instituições educacionais, como é o caso da Universidade de São Paulo. Nomear o racismo torna possível identificar sua presença e compreender suas marcas na história da educação, na história das instituições e, finalmente, na história da própria constituição da nacionalidade brasileira.

Este capítulo apresentou o conceito de branquitude, sua relação com a colonialidade a partir de uma perspectiva que o compreende enquanto algo que se processa de maneiras específicas de acordo com diferentes tempos, localidades e circunstâncias políticas, culturais, econômicas e sociais. Tendo em vista que, no contexto brasileiro de fins do século XIX e início do século XX, o período republicano se constitui como um momento importante no processo de construção social da branquitude e, portanto, da própria ideia de raça e que só é possível pensar a identidade branca de forma relacional – e, no caso brasileiro, ela se apresenta em relação à população negra e aos povos originários –, o presente trabalho pretende mobilizar um repertório do campo das relações raciais para a compreensão do papel idealizado para a Universidade de São Paulo por seus fundadores brancos no momento de sua criação.

Esta tese é pensada a partir da intersecção entre os campos da história da educação e dos estudos das relações raciais. Em geral, o aspecto racial das abordagens desse campo ganha atenção sobretudo no que se convencionou chamar “história da educação dos negros”. Ao pensar a história da Universidade de São Paulo, o presente trabalho pretende demonstrar que ainda que ela tenha sido uma instituição pensada por brancos e para brancos, sua concepção e fundação exerceram um papel importante na maneira como ocorrem as relações dos negros e dos povos originários com o ensino superior. Uma instituição concebida pela branquitude e a ela

direcionada influi no processo histórico de construção social da raça, já que ao “fazer” a branquitude, inevitavelmente se constroem também as identidades negras e indígenas. Esse papel se dá tanto pela exclusão e invisibilização, como vimos no caso de Virgínia Bicudo, quanto pela tradição de produção de conhecimento *sobre* os negros (“a questão do negro”/ “o problema do negro”) e ainda pelo currículo oculto cuja mensagem é de que aquele espaço não é para certos grupos (negros e povos originários), o que restringe suas expectativas de participação nessa própria instituição e, conseqüentemente, restringe suas possibilidades de pertencimento à própria nação.

A partir dos estudos críticos da branquitude, o presente trabalho dedica uma atenção especial aos silêncios que compõem a suposta neutralidade da identidade branca. Essa perspectiva facilita a percepção de que, em paralelo à denominação do subcampo “história da educação dos negros”, não se cria um subcampo chamado “história da educação dos brancos”, pois, conforme mostram os estudiosos da branquitude, a pretensa neutralidade da identidade branca possibilita que ela permaneça sendo não nomeada. Entretanto, a abordagem efetuada pelo presente trabalho no caso da USP evidencia que não existe uma “história da educação” supostamente neutra e desconectada da história da educação dos negros e dos povos originários, uma vez que mesmo as instituições concebidas como brancas desempenham um papel relevante no processo de construção social da raça. Quando a particularidade da experiência branca permanece não nomeada, esse processo está sendo invisibilizado. Desenvolvida em diálogo com as análises realizadas por Silva (2015), a presente pesquisa pretende contribuir com a visibilização desse processo.

Parte 2

Domingo de manhã

Enxugo as lágrimas e leio “Dia ensolarado” no texto que ocupa 2 centímetros da tela. Me surpreendo duplamente: com a informação em si e com o fato de que eu não havia notado o sol entrando pela janela. Acordei determinada. As 27 abas abertas no navegador indicam leituras indispensáveis. A carteira de trabalho assinada, o relógio e o calendário me esfregam na cara tudo que eu ainda não fiz. A feira, a comida das crianças, a prova, o projeto, o texto, o curso, a submissão do artigo. Naturalmente, para que eu possa ser avaliada de maneira impessoal devo apagar todos os vestígios de que fui eu que escrevi o que escrevi. Lembro da amiga negra, mãe, trabalhadora e universitária como eu, que do dia para a noite teve uma parada cardiorrespiratória e se foi. Acendo mais um cigarro, não sem temer a morte. Após a entrega da tese, quando eu tiver tempo para curtir os finais de semana com as crianças, o mais velho já vai estar com 14 anos. Certamente serei lembrada como uma mãe incrível se forem considerados os títulos acadêmicos e as horas de trabalho semanal. Projetos, projetos e projetos. Leio sobre projetos (racistas) de nação para o Brasil no final século XIX, reescrevo meu projeto de pesquisa e me pergunto qual teria sido meu projeto de vida se moradia, alimentação e educação de qualidade fossem direitos garantidos. Vislumbro outras possibilidades para as manhãs de domingo e me repreendo, pois no contexto mais amplo sei que ter trabalho para fazer de segunda a segunda, certamente não é o pior dos cenários. Eu até tive o dinheiro pra consertar a máquina de lavar que quebrou na sexta-feira... sucesso.

Mariana do Berimbau

Capítulo 2 – Redigidos com luvas brancas: o pacto de silêncio na historiografia e nas fontes

A engenhosidade do racismo institucional é justamente essa: ele está sempre presente, mas na maioria das vezes, não se explicita como um critério, sendo por isso mesmo muito eficiente, uma vez que não tem como ser reconhecido e questionado (BENTO, 2002, p. 135).

Importantes referenciais sobre o desenvolvimento histórico do ensino superior no Brasil, como os trabalhos de Luiz Antônio Cunha (1980; 1975; 1989) e Maria de Lourdes de A. Fávero (1980; 2000) apontam a maneira como o ensino superior brasileiro serviu aos interesses da elite no Império, da burguesia nascente no início da República, dos grupos que defendiam o desenvolvimento industrial na Era Vargas, discutem papéis e crises institucionais da Universidade no Brasil e descrevem o momento em que o acesso se ampliou para a classe média no período do Regime Militar. O ensino superior é compreendido pela historiografia como sendo um projeto da elite e para a elite, seja legitimando sua posição de poder por meio da concessão de diplomas, garantindo para esse grupo os melhores postos de trabalho ou valorizando sua cultura como hierarquicamente superior em relação às demais (CUNHA, 1980; FAGUNDES, 1985). O fator racial não é indicado nem do ponto de vista da presença/ausência dos negros no ensino superior e nem da participação da própria universidade diante da perpetuação do racismo e do poder nas mãos dos brancos.

Em consonância com o debate sobre as ações afirmativas, emergente na década de 1990, intensificaram-se os estudos sobre a ausência dos negros na universidade, bem como os resultados das primeiras experiências de implementação das cotas raciais (GUIMARÃES, 2003a; CARVALHO, 2002; MUNANGA, 2007; SILVÉRIO, 2007; BERTÚLIO, 2007). Esses trabalhos apresentam as configurações raciais atuais das universidades, problematizando as dificuldades enfrentadas pelos estudantes negros no ingresso e na permanência estudantil, analisando as desigualdades presentes entre os grupos sociais e raciais e/ou as trajetórias de intelectuais negros que se destacaram na academia. Nesse caso, as abordagens são raciais, mas nelas não se verificam perspectivas históricas.

O período entre o final do século XIX e o início do século XX no Brasil é marcado por transformações políticas e econômicas relevantes, como a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Tais eventos ocorreram em meio a um conjunto de tensões e

lutas por liberdade por parte das pessoas negras escravizadas em paralelo ao que Miskolci (2012) apresenta como um movimento das elites brasileiras em direção à ideia de modernidade e progresso propagadas pelas nações europeias. Naquele momento há o fortalecimento das teorias do racismo científico e início das políticas de branqueamento²² (SCHWARCZ, 2001). Nos anos de 1920, as críticas teóricas ao racismo científico enfraquecem a sua presença explícita nos espaços oficiais e nas instituições científicas brasileiras (SCHWARCZ, 2001) e, aos poucos, a ideia de raça como um construto biológico vai perdendo força. Ainda assim, a crença na inferioridade dos negros continua orientando ações do Estado presentes nas políticas higienistas, eugenistas, imigratórias e de incentivo à miscigenação (JACCOUD, 2008; SILVA, 2015; SCHWARCZ, 2001). A década de 1930 foi “um marco decisivo na passagem da sociedade tradicional (agrário-rural) para a sociedade moderna (urbano-industrial)”. Desse modo, a constituição da nação brasileira torna-se um objetivo disputado por diferentes grupos no país (MISKOLCI, 2012). É nesse contexto que a Universidade de São Paulo é concebida ao longo dos anos 1920 e fundada no dia 25 de janeiro de 1934.

Certeau (1982) afirma a inexistência de neutralidade na produção da história. O historiador pode ser compreendido ao mesmo tempo como produtor e como objeto no campo historiográfico. As narrativas constituídas no interior deste campo estão marcadas por determinadas posições e admiti-las nos ajuda a compreender a própria narrativa historiográfica.

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto (CERTEAU, 1982, p. 66).

A história não é uma crítica epistemológica. Ela permanece um relato. Conta seu próprio trabalho e, simultaneamente, o trabalho legível num passado. Não o compreende, no entanto, a não ser elucidando sua própria atividade produtiva e, reciprocamente, compreende-se a si mesma no conjunto e na sucessão de produções das quais ela própria é um efeito (CERTEAU, 1982, p. 53).

Considerando que o exercício de elucidar a realidade em que se inscreve a produção da história pode ser útil para compreender lógicas e dinâmicas no interior do campo de produção do

²² Políticas que tinham como objetivo embranquecer a população, por exemplo, o incentivo à imigração europeia com a intenção de aumentar a proporção de população branca no Brasil.

discurso historiográfico, proponho uma mirada contextual para a produção da história de meu objeto de pesquisa, a Universidade de São Paulo. Apresentarei as ideias principais de quatro trabalhos sobre a história da USP e em seguida identificarei a posição dos autores que elaboraram estas diferentes narrativas sob os seguintes aspectos: a instituição no interior da qual o texto foi produzido, o tipo de vínculo que o autor mantinha com esta instituição, o momento histórico em que o trabalho foi escrito e, finalmente, a identidade racial do autor obtida por meio de heteroidentificação. Esta última se justifica tanto por conta do foco racial do presente trabalho, como pela compreensão de que a identidade do pesquisador influencia na definição de seu objeto de pesquisa (BENTO, 2014; PIZA, 2014) e que seu encobrimento invisibiliza o ponto de vista particular do sujeito que produz conhecimento (LABORNE, 2017). O silêncio sobre a identidade branca colabora para a manutenção e a perpetuação do racismo (BENTO, 2002) e, por meio de movimentos individuais de invisibilização de identidades brancas que ocupam lugar na produção de conhecimento, ocorre um movimento coletivo que marca todo um campo de produção de conhecimento. Assim, veremos a seguir de que maneiras este elemento se encontra presente na produção da historiografia da Universidade de São Paulo.

É importante frisar que não há aqui a intenção de realizar uma análise historiográfica quantitativa, nem exaustiva da produção sobre a história da USP, mas de, a partir de algumas das principais interpretações a respeito de sua fundação, indicar o silêncio, presente e persistente, sobre os negros nessas narrativas, silêncio esse que foi quebrado pelo trabalho desenvolvido por uma pesquisadora negra, a qual possivelmente teve seus vínculos com a Universidade de São Paulo mediados pelo racismo presente nessa instituição. Os trabalhos analisados foram selecionados tendo em vista uma classificação elaborada por Silva (2015) a respeito da historiografia da USP:

A história da USP já foi contada diversas vezes, por diferentes historiadores e sob diversos enfoques. Ao realizarmos o levantamento dos livros que recontam essa história, observamos que estes poderiam ser classificados em duas categorias: os “comemorativos” e os “analíticos”. Chamamos de “comemorativos” livros escritos com o intuito de celebrar ou solenizar determinadas datas marcantes para a universidade, ou ainda, comemorar eventos relacionados à vida acadêmica uspiana. [...] Estes livros apresentam algumas semelhanças: foram encomendados pela USP; seus escritores pertencem ou pertenceram ao quadro de docentes da USP; apresentam textos carregados de elogios à instituição e que procuram ressaltar a figura dos fundadores como intelectuais de espírito distinto dos demais; os textos se valem de documentação histórica da instituição (Atas, fotos, Regimentos, etc.); é nítida a tentativa de afirmação da excelência de todas as Faculdades da USP, mesmo antes de estas

pertencerem a esta instituição. Um fato que merece destaque é a ausência, em todos estes livros, do tema da raça (ou seja, em todos não há menção a um dos importantes debates ocorridos à época da fundação da instituição). Mas um ponto deve ser assinalado: é recorrente a exaltação da ascendência dos fundadores da USP numa tentativa de reconstruir suas biografias destacando a herança tradicional paulista e bandeirante. [...] Já os livros classificados por nós como “analíticos” têm por proposta analisar a história da Universidade de São Paulo de um ponto de vista crítico e sob o olhar acadêmico. Predominantemente, são livros originalmente apresentados como dissertações e teses produzidas dentro da própria instituição, a partir da década de 1970. (SILVA, 2015, p. 272-274)

Tendo em vista essa classificação, foram selecionados trabalhos “analíticos” mais aprofundados, tais como livros, teses ou dissertações, constituídos por interpretações distintas sobre os sentidos da fundação da Universidade de São Paulo, com a finalidade de obter uma perspectiva ampla acerca do presente objeto de pesquisa. Textos com enfoque em outros momentos importantes da história da USP, como a Reforma Universitária de 1968, não foram incluídos, tendo em vista o recorte temporal efetuado no presente trabalho. Serão analisados os seguintes trabalhos: *Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma*, de Heládio Antunha (1974); *A Universidade da Comunhão Paulista*, de Irene Cardoso (1982); *Educadores e Empresários Culturais na construção da USP*, de Fernando Limongi (1988) e, por fim, *Um projeto civilizatório e regenerador: reflexões sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo*, de Priscila Silva (2015).

Heládio Antunha (1974) apresenta diferentes concepções possíveis de universidade vinculando-as aos seus locais de surgimento e a determinados conjuntos de valores. O autor afirma que a fundação da USP esteve vinculada a um ideal liberal proposto pelas elites que combatiam o poder das antigas oligarquias no período da Primeira República e que buscavam elevar o nível cultural da nação de maneira aberta e democrática. Para ele, a universidade liberal era o espaço destinado à promoção e à garantia da diversidade de perspectivas que fomentariam a cultura e alimentariam o debate político. Para realizar esta análise, o autor utiliza fontes como a legislação, em especial o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, e o decreto de criação da Universidade de São Paulo, de 1934. Utiliza os Inquéritos sobre a educação produzidos pelo Jornal *O Estado de S. Paulo* e pela Associação Brasileira de Educação (ABE), ambos publicados no período que antecede a criação da USP, e se vale de alguns discursos de Júlio de Mesquita Filho.

Antunha trabalhava como professor da Faculdade de Educação da USP no momento dessa publicação. O livro foi a público na década de 1970, período em que se dava uma importante Reforma na USP sob influência do Regime Militar.

A reforma universitária foi uma das chamadas reformas de base do governo João Goulart. Em 1961, no início de seu mandato, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – estabeleceu os princípios elementares da reorganização universitária a ser desencadeada em breve. Concomitante à LDB, também em 1961, a institucionalização inédita da Universidade de Brasília apontava o rumo a ser adotado pelas universidades no Brasil. Em fevereiro de 1963, organizado pelo Ministério de Educação e Cultura, ocorreu em Brasília o Simpósio sobre a estrutura das Faculdades de Filosofia. O encontro dos principais diretores dessas faculdades funcionou como marco inicial da iminente Reforma Universitária. Representando a USP, participaram desse simpósio Florestan Fernandes (1984) e Paulo Sawaya (1963). Em seu último discurso sobre o tema, João Goulart (1964) defendeu que os diversos cursos superiores fossem divididos em dois ciclos: básico e profissional. Apontou também a necessidade de ampliação das vagas nesses cursos. O golpe de estado de 1964 interrompeu momentaneamente a reestruturação das universidades brasileiras. O debate sobre a Reforma Universitária foi retomado em 1965 por iniciativa do Conselho Federal de Educação, principalmente por insistência de Maurício Rocha e Silva (1965), membro do CFE, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e catedrático de Farmacologia da Faculdade de Medicina de Ribeiro Preto, da USP.

A Comissão de Reestruturação da Universidade de São Paulo foi criada em 14 de outubro de 1966, sendo composta pelo reitor e nove professores. Em 1968, após a violenta invasão estudantil à reitoria da USP em 12 de junho, a comissão foi pressionada a apresentar o quanto antes sua proposta de reforma. (CELESTE FILHO, 2017, p. 203-204).

A narrativa nasce do interior da própria instituição num momento em que algumas de suas características futuras estavam sendo definidas²³. A tensão política após o golpe de Estado de 64 se manifestava na instituição através de controle ideológico, inquéritos policiais e militares e aposentadorias compulsórias de docentes da universidade. Certamente, a delicadeza do momento de escrita influencia o tom do discurso de Antunha, que foi participante ativo da reforma. Seu texto exalta a importância da universidade e de suas características liberais, afirmando que “as ameaças a esse projeto [de universidade liberal] são mais sérias e próximas” (ANTUNHA, 1974, p. 8). O cuidado que o autor tem com a imagem da instituição também pode ser visto na seguinte passagem:

O presente trabalho é escrito numa fase crítica da vida da USP e surge apenas como uma contribuição, modesta embora, para o esclarecimento dos fatos passados e presentes, e das perspectivas de futuro. Temos assim, consciência de nossa responsabilidade ao fazer críticas ou apresentar sugestões, uma vez que os

²³ Para saber mais sobre a Reforma Universitária, ver Celeste Filho (2017).

assuntos são em geral profundamente polêmicos e se colocam exatamente no centro de algumas das mais importantes disputas de nossos dias, envolvendo questões de natureza doutrinária, política, social e, por que não dizê-lo, relacionadas com a própria segurança nacional. (ANTUNHA, 1974, p. 8)

Diante da Reforma Universitária ocorrida durante o Regime Militar com ameaças à autonomia da USP, o trabalho de Antunha (1974) defende a concepção de universidade liberal e erige uma narrativa de fundação em que esta instituição reforça tais ideais desde seus primórdios. O autor caracteriza o grupo fundador da USP como sendo pertencente a uma elite possuidora de interesses políticos manifestos na defesa da criação de uma Universidade. Tal elite, entretanto, não foi caracterizada do ponto de vista racial e os sentidos da proposta de “elevação” da cultura não são problematizados.

O trabalho de Irene Cardoso (1982) dialoga de modo direto com a narrativa apresentada por Antunha (1974). Ela questiona a suposta “essência” liberal da Universidade de São Paulo apresentada por ele, alegando que seus principais idealizadores eram membros de uma elite cultural paulista que defendia a criação de uma universidade como maneira de adquirir hegemonia política e cultural perante o restante do país. Irene mostra as alianças que Júlio de Mesquita Filho e outras importantes personalidades, ligadas à fundação da USP, fizeram com o governo autoritário de Getúlio Vargas para alcançar o poder que possibilitou a criação da Universidade. De acordo com ela, os fundadores da USP entendiam democracia como um governo de elites em uma sociedade piramidal, cujas posições (elite, camadas médias e massas populares) seriam definidas a partir das capacidades e aptidões selecionadas ao longo da trajetória escolar. Para ela, a ideia de liberalismo do grupo de fundadores assumia uma grande flexibilidade. Ou seja, tratava-se de um liberalismo em que certas interferências do Estado eram desejáveis, de acordo com o contexto e as necessidades políticas. Nas palavras de Cardoso (1982), este grupo tinha uma visão bastante “peculiar” acerca da doutrina liberal.

O discurso de uma sociedade piramidal em que o topo é formado por uma elite condutora dotada de aptidões e capacidades que seriam selecionadas pelo sistema escolar pregava a existência de abertura para que qualquer pessoa, de qualquer grupo social, pudesse alcançar graus elevados na pirâmide, desde que dotada de aptidão para tal (CARDOSO, 1982). Ao mesmo tempo, o pensamento racista do período projetava a ausência de aptidões (ou inferioridade intelectual) nos negros e povos originários e desenvolvia um sistema educacional marcado por barreiras à progressão desses grupos (DÁVILA, 2003). Ou seja, por estar situada em um contexto

de pensamento hegemônico racista, a ideia de aptidões naturais como filtro para o acesso ao poder tem o significado implícito de exclusão daqueles que eram entendidos como intelectualmente inferiores. As menções explícitas a todos aqueles que poderiam acessar posições de poder a despeito de origens sociais desfavorecidas, estavam sempre voltadas a afirmar, a possibilidade de que os pobres pudessem estar presentes nesses espaços (DÁVILA, 2003). Em relação aos negros e povos originários, entretanto, não havia a mesma preocupação.

Para desenvolver sua análise, Cardoso (1982) utiliza como fonte a imprensa branca, mais especificamente o jornal *O Estado de S. Paulo*, onde estava o grupo que defendeu e sustentou o projeto de criação da USP e discursos dos fundadores Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho. Seu trabalho é uma Tese de Doutorado, publicada no início da década de 1980, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde a autora atuava como auxiliar de ensino, vindo a se tornar professora doutora a partir da defesa dessa tese. Ainda que sob o contexto da ditadura militar, seu trabalho é publicado num momento um pouco mais distante da Reforma Universitária, enquanto o de Antunha (1974), foi escrito no frescor dos acontecimentos relacionados à Reforma. Além disso, enquanto Antunha, quando publica o livro, já era Coordenador do Curso de Pós-graduação da FEUSP, Irene ainda estava se estabelecendo como professora após defender sua tese de doutorado. Essas diferentes posições em relação à própria carreira no interior da instituição pesquisada são significativas no que diz respeito às diferentes abordagens dos trabalhos.

Irene apresenta uma USP elitista, criada num contexto político autoritário por um grupo que reivindicava para si um lugar de hegemonia nacional, pronunciando-se como superior ao restante da nação. A fundação da Universidade da Comunhão Paulista, apresentada por Irene, não parece tão nobre como a criação da universidade liberal retratada por Antunha. Ao descrever os atores que lideraram a criação da Universidade, Irene Cardoso (1982) sustenta que eles nutriam um sentimento de superioridade racial, regional e intelectual, o que justificava sua pretensão de liderança diante da nação. A suposta inferioridade negra e a exaltação da origem europeia dos bandeirantes evocados como ancestrais dos paulistas são fatores que emergem das fontes analisadas por Cardoso. Assim sendo, o aspecto racial tenha sido enumerado como um dos elementos presentes em meio ao contexto de criação da universidade, não recebeu maiores análises por parte da autora.

Fernando de Magalhães Papaterra Limongi (1988) apresenta uma Universidade de São Paulo bem distante dos ideais políticos apresentados pelos autores anteriores. O autor firma seu trabalho como constituído numa perspectiva radicalmente diferente das anteriores. Para ele, Antunha e Cardoso se deixaram levar pelo discurso de Júlio de Mesquita Filho, o próprio idealizador que *a posteriori* afirma o viés político da criação da instituição. O referido discurso é inevitavelmente consagrado como uma chave interpretativa da fundação da Universidade de São Paulo e, ainda disputando seu significado, vale a pena retomá-lo aqui:

Vencidos pelas armas, sabíamos que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a merecer a hegemonia que durante décadas desfrutaríamos no seio da Federação. Paulistas até a medula, herdamos de nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos. Ora, que maior monumento poderíamos erguer aos que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o vandalismo que acabava de aviltar a obra de nossos maiores – das Bandeiras à Independência e da Regência à República – do que a Universidade? (MESQUITA FILHO, 1969²⁴ apud ANTUNHA, 1974, p. 52; apud CARDOSO, 1982; apud LIMONGI, 1988).

De acordo com Limongi (1988), as análises anteriores tomaram essas palavras de Mesquita Filho como explicação direta sobre as intenções dos fundadores na criação da Universidade de São Paulo e, por isso, as principais compreensões sobre sua fundação associam-na às questões políticas do período. Para ele, faltou uma camada interpretativa que pudesse se distanciar da explicação diretamente fornecida por Júlio de Mesquita Filho tantos anos após a fundação da USP. Além dos discursos de Júlio de Mesquita Filho, Limongi (1988) utiliza como fontes para seu trabalho publicações do Jornal *O Estado de S. Paulo*, informações sobre as reformas educacionais realizadas por um grupo de educadores associados à fundação da Universidade de São Paulo, como Fernando de Azevedo, Sampaio Doria e Lourenço Filho. E, finalmente, dados quantitativos sobre o ingresso, a formação e o perfil dos estudantes nos primeiros anos da instituição. Limongi argumenta que, para além dos interesses políticos, o projeto de fundação da Universidade de São Paulo esteve ligado ao interesse de fortalecer e controlar o campo educacional a partir do topo, ou seja, da educação superior e do ensino secundário.

²⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. Pensamento diretor dos fundadores da Universidade de São Paulo. Aula inaugural pronunciada na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto em 21 de março de 1958. In: *Política e Cultura*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

Enquanto Irene Cardoso apresenta os fundadores da USP como intelectuais e políticos dentre os quais se encontravam também alguns dos chamados “educadores profissionais” vinculados ao Entusiasmo e às propostas de Renovação da Educação, Limongi entende que esses educadores é que foram os principais personagens da referida fundação e que, ao circular entre os jornalistas vinculados ao Jornal *O Estado de S. Paulo*, eles obtinham legitimidade e *status* profissional. O autor argumenta que as reformas realizadas por esses educadores privilegiavam o crescimento do topo do sistema educacional em oposição à base, que corresponderia ao ensino das primeiras letras, questão premente naquele momento, e destaca empreendimentos lucrativos efetuados no mesmo campo educacional. Para ele, o foco dos fundadores da USP eram os lucros²⁵ obtidos no mercado educacional. Eles reivindicavam que o saber teórico e técnico que eles próprios detinham fosse pré-requisito para o exercício da profissão docente (LIMONGI, 1988).

Assim, ao contrário da narrativa que a consagrou como um projeto “da elite e para a elite”, o autor aponta que os primeiros alunos da USP foram normalistas, mulheres, imigrantes e pessoas mais velhas em busca de reorientar suas carreiras e que a Universidade serviu para eles como um caminho de ascensão social. A passagem pela USP se constituiu também como uma oportunidade para iniciar carreiras abertas no interior da própria Universidade, a qual formou um grupo de professores e pesquisadores que inaugurou novos campos acadêmico-científicos posicionando-se no topo deles. O autor menciona a presença de imigrantes e mulheres como estudantes nos primórdios do funcionamento da instituição, porém nada registra sobre a população negra, sua ausência ou acesso à Universidade de São Paulo. Ou seja, por mais que sua análise se distancie das anteriores, o silêncio a respeito da questão racial permanece sendo um elemento que liga essas diferentes perspectivas.

O trabalho de Limongi é uma dissertação de mestrado, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Apesar de sua graduação em ciências sociais ter ocorrido na Universidade de São Paulo e seu doutorado também, a produção de sua dissertação (1988) se deu em outra instituição²⁶. Entretanto, de acordo com seu

²⁵ A ideia de lucro de Limongi (1988) trata de vantagens simbólicas advindas do domínio do topo do sistema educacional e envolvendo o poder de definição sobre ele, mas também de vantagens materiais dadas a partir desse poder. O poder de definição dos critérios de organização da hierarquia do sistema educacional a partir do topo torna esse grupo capacitado para produzir materiais, conteúdos e serviços às pessoas e grupos interessados em ingressar e crescer no interior desse sistema.

²⁶ As informações sobre carreira dos autores foram verificadas em seus currículos Lattes. Disponíveis em: <<http://>

currículo Lattes, Limongi tinha vínculo institucional como professor da USP desde 1986, dois anos antes da conclusão de seu mestrado.

No momento em que ele desenvolveu seu trabalho, o país passava pelo processo de redemocratização e os riscos de perda de autonomia que pairavam sobre a Universidade de São Paulo durante o Regime Militar e, especialmente no período da elaboração da pesquisa de Antunha (1974), já haviam sido bastante reduzidos. A perspectiva de Limongi desconstrói o mito de uma USP elitista, meritocrática e pensada a partir de objetivos políticos. Ainda que ele tivesse vínculo empregatício com esta instituição no momento da escrita, o fato de ter realizado a dissertação de mestrado fora da USP permite pensar que houve um certo grau de distanciamento, o que pode ter colaborado para a constituição desse olhar desmistificador.

A tese de doutorado de Priscila Elisabete da Silva (2015) aborda as relações entre os fundadores da Universidade de São Paulo e o debate racial existente naquele período. Silva demonstra que os ideais eugenistas, higienistas e sanitaristas vigoravam no período em que se discutia a criação da Universidade de São Paulo e argumenta que seus principais fundadores não só tiveram contato com essas ideias racistas, como eram adeptos delas. De acordo com a autora, fundamentados a partir das teorias raciais que afirmavam o primitivismo, a indolência e a inferioridade moral, intelectual e estética dos negros, os fundadores da USP buscavam resolver o problema da nação reduzindo a chamada “heterogeneidade” da população, o que significava reduzir a quantidade de negros e afirmar a cultura dominante de origem europeia como superior e dotada das características necessárias para capacitar a elite condutora da nação.

Irene Cardoso (1982) já havia demonstrado que, para fundamentar sua pretensa superioridade diante da nação, os membros da elite paulista evocavam a figura dos bandeirantes e de suas supostas características morais superiores. Ao evocar atributos como a coragem, a moral elevada e o espírito empreendedor dos bandeirantes, a elite paulista visava autoproclamar-se, diante da nação, como descendente mais próxima dos europeus e, portanto, dotada de características positivas que confeririam a ela o lugar de condutora da nação para o progresso. Dessa maneira, o projeto político de hegemonia paulista apontado por Cardoso (1982) não seria apenas um projeto regional, mas também um projeto racial de domínio da nação (SILVA, 2015).

buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783936P9>; <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787709D2>>; <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4742967A5>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

No caso de Heládio Antunha, a informação foi retirada do texto de apresentação do próprio livro analisado (1974).

Assim como os demais, Silva (2015) utiliza como parte de suas fontes discursos de Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo, o jornal *O Estado de S. Paulo*, inovando, porém, ao lançar mão das correspondências trocadas entre os intelectuais ligados à fundação da USP, entre 1900 e 1940, atestando a conexão destes, e até amizade íntima em certos casos, com Renato Ferraz Kehl, influente eugenista, fundador da Sociedade Brasileira de Eugenia. O eugenista defendia veementemente a superioridade da raça branca e argumentou a favor de propostas de inclusão de temas eugênicos nos programas educacionais em todos os níveis de ensino. Silva (2015) demonstra o desenvolvimento do pensamento higienista, sanitarista e eugênico nas Faculdades que viriam a compor a USP no momento de sua origem. Por meio da análise de documentos e símbolos utilizados na representação da Universidade de São Paulo no momento de sua criação, ela argumenta que diversos princípios e ícones do pensamento eugênico foram incorporados nessas representações. A autora sustenta a existência de fortes vínculos entre a eugenia e a fundação da universidade.

Silva (2015) faz uma relação dos nomes de intelectuais ligados à USP que fizeram parte da rede de Renato Ferraz Kehl. Ela aponta que professores, médicos, engenheiros, filósofos, sociólogos, historiadores, biólogos, agrônomos, estudantes membros do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo e docentes da mesma unidade, pesquisadores da medicina legal, membros do instituto de Higiene e da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, professores da Escola Politécnica, diretores do Museu Paulista, professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, membros do Conselho Universitário da USP e docentes da missão estrangeira dada na fundação da USP são alguns dos intelectuais diretamente envolvidos com o pensamento eugênico no Brasil.

O trabalho de Silva (2015) rompe o silêncio sobre os negros na história da Universidade de São Paulo, e mostra que esta instituição foi pensada não apenas “de brancos para brancos”, mas como parte de um projeto de nação que visava a eliminação dos negros da sociedade brasileira. As marcas deixadas pelo pensamento racial do período no projeto USP são analisadas pela autora com base no repertório da eugenia, do higienismo e do sanitarismo, assim, ela sustenta que a Universidade de São Paulo nasce com propósitos civilizatórios e regeneradores, sob a égide de um projeto de nação que visava promover o branqueamento.

Assim como os anteriores, o trabalho de Priscila Silva é realizado no interior da Universidade que figura como objeto de pesquisa. Sua tese foi apresentada em 2015 na Faculdade

de Educação da USP e, entre 2013 e 2014, ela trabalhou como monitora bolsista no Programa de Formação de Professores da mesma unidade. Trata-se de uma pesquisa que ocorre após a emergência de um denso debate a respeito das Ações Afirmativas para o ingresso de negros nas universidades brasileiras. Dessa maneira, o tema ganhou notória visibilidade que possivelmente teve influência na definição da problemática abordada por Silva (2015).

O vínculo com a instituição pesquisada é uma marca presente nos quatro trabalhos apresentados. Aparentemente, o pertencimento institucional inspira a formação do problema de pesquisa e a visão mística a respeito da USP se reduz conforme os vínculos com a instituição se tornam mais frágeis. No conjunto de textos apresentados, o vínculo mais forte e estabelecido com a instituição corresponde a uma narrativa que enobrece o sentido de sua fundação. Tanto a influência dos diferentes contextos histórico-políticos como os novos temas de pesquisa que emergem nas respectivas conjunturas trazem novas temáticas e novas perspectivas de análise para as narrativas sobre a fundação da Universidade de São Paulo.

Finalmente, farei uma reflexão sobre a identidade racial dos autores dos referidos trabalhos. Priscila Silva e Fernando Limongi possuem fotos em seus respectivos currículos Lattes, Irene Cardoso tem imagem disponível na internet²⁷ e Heládio Antunha tem um quadro com sua imagem na Faculdade de Educação da USP. A partir de um critério de heteroidentificação, verifiquei que, dentre os autores, apenas Priscila Silva é negra, sendo ela também a única pesquisadora que elegeu a temática racial para o seu trabalho.

Ainda que, no contexto de produção do trabalho de Silva, a presença forte da discussão sobre o acesso dos negros à universidade seja inegável, é possível desconfiar que os demais autores também tiveram contato com debates sobre a questão racial, antes ou durante a realização de suas pesquisas. Heládio Antunha traz, na sua relação de referenciais, um trabalho de Florestan Fernandes, datado de 1966 (ANTUNHA, 1974, p. 259). Este mesmo autor, em 1965, já havia publicado *A integração do negro na sociedade de classes*, hoje reconhecida como uma de suas obras mais importantes. Irene Cardoso, por sua vez, traz em suas referências dois trabalhos do mesmo autor, um datado de 1975 e outro de 1977 (CARDOSO, 1982, p. 186). Vimos, no primeiro capítulo, que Florestan Fernandes é um autor consagrado no campo das relações raciais, o que possibilita inferir que esses autores no mínimo sabiam da existência dessa questão posta

²⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yCiXOSUiSU>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

para as ciências sociais brasileiras, entretanto ela não foi eleita como relevante para se pensar sobre a constituição da Universidade de São Paulo.

Com relação a Limongi, é possível afirmar que ele certamente teve contato com a discussão sobre a questão racial, uma vez que, em sua bibliografia, além de um trabalho de Florestan Fernandes, datado de 1984 (LIMONGI, 1988, p. 272), das publicações de Oracy Nogueira²⁸, datadas de 1961, 1962 e 1963 (p. 276) e de um trabalho de Fernando Henrique Cardoso²⁹ de 1977 (p. 270), há referências a produções diretamente ligadas à questão racial, como os livros *Retrato em branco e negro* de Lilia Moritz Schwarcz e *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro* de Thomas Skidmore. Diante do contato com os debates sobre a questão racial, possível no caso de Antunha e Cardoso, e indiscutível no caso de Limongi, o silêncio ou a pouca atenção em relação a ela nos trabalhos apresentados se torna inquietante. Esta inquietação aumenta ao se perceber que, em quase todos os trabalhos mencionados, há referência direta a um discurso de Júlio de Mesquita Filho, em que ele se refere diretamente aos negros como causa dos problemas nacionais a serem resolvidos, entre outros, pela fundação de uma universidade em São Paulo. A escrita desses próprios pesquisadores consagra o texto como importante para pensar a fundação da USP. Trata-se de um trecho do Livro *A Crise Nacional: Reflexões em torno de uma data*, em que o fundador da USP afirma que com a abolição

[...] entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de dois milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionais. (MESQUITA FILHO, 1925; MESQUITA FILHO, 1925 apud CARDOSO, 1982, p. 34; apud SILVA, 2015, p. 278; apud LIMONGI, 1988, p. 75)

Mesquita Filho (1925) afirma que a circulação de negros com direitos políticos seria uma das causas centrais dos problemas do país. Esta passagem de seu livro constitui parte importante da perspectiva e da argumentação política e social que justificavam sua defesa de criação da Universidade de São Paulo. Cardoso (1982) e Limongi (1988) fazem citação direta desse trecho, porém não efetuam uma análise referente à questão racial implicada nele. É como se houvesse ao mesmo tempo uma percepção da importância dessa passagem, que evidencia a centralidade da questão racial no pensamento de Júlio de Mesquita Filho, seguida de uma diluição da mesma em

²⁸ Este mesmo autor havia publicado *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: relações raciais no município de Itapetininga*, em 1954.

²⁹ Autor que iniciou sua produção sobre a questão racial em 1958 com *O negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional*.

um olhar que privilegia a compreensão das relações sociais a partir das diferenças econômicas, ou seja, das classes sociais³⁰. É possível pensar nessa diluição, uma vez que o grupo fundador da USP é caracterizado em quase todos estes trabalhos como sendo membro da elite paulista, sendo o termo elite utilizado numa perspectiva econômica.

Assim como ocorrido no campo da história da educação até os anos 2000 (BARROS, 2016), nota-se a existência de uma dificuldade de penetração da temática racial na produção historiográfica sobre a Universidade de São Paulo. Ainda que houvesse um debate sobre raça qualificado no campo acadêmico e por mais que as fontes utilizadas pelos pesquisadores contivessem conteúdos raciais explícitos ligados ao pensamento que origina a fundação da USP, a introdução da temática neste conjunto da produção acontece somente a partir de uma pesquisadora negra.

Assim como os níveis de distanciamento em relação à instituição podem ter influenciado a intensidade dos níveis de mistificação das narrativas, a experiência de uma pesquisadora negra na Universidade de São Paulo pode ter sido o caminho de construção de um distanciamento específico em relação à questão racial. A invisibilidade da identidade branca apontada pelos estudos críticos da branquitude possibilita que os pesquisadores brancos se identifiquem com as pretensas afirmações de universalidade da instituição, reproduzindo o silêncio a seu respeito. Ao mesmo tempo, alguém cuja identidade racial é constantemente marcada nesse ambiente pode vir a se encontrar dotado de um ponto de vista que, por não conter completa aderência aos discursos implícitos de superioridade racial constituídos pelo próprio silêncio, possibilita a formulação de novos problemas de pesquisa e novas interpretações.

Esta reflexão, efetuada a partir dos elementos propostos, vai ao encontro tanto das constatações de Certeau (1982) sobre os limites de ponto de vista dados a partir da identidade e da posição ocupada pelo historiador, como das afirmações de Bento (2014) e Piza (2014), ao problematizar a influência da branquitude nos estudos brasileiros sobre raça, conforme apontado no primeiro capítulo. A reflexão desenvolvida pelas autoras pode ser útil também para a compreensão de campos de estudos que não se encontram direta e explicitamente vinculados à questão racial, como é o caso da história da USP. Nesse caso, o silêncio constituinte da identidade racial branca favorece a invisibilização da questão racial presente na fundação da

³⁰ O termo diluição é utilizado por Bento (2014) e Jaccoud (2008) para se referir à maneira como a questão racial é englobada na discussão sobre desigualdades econômicas tendo suas especificidades desconsideradas.

instituição. A idealização e a fundação da Universidade de São Paulo ocorrem num período de fortíssima influência de um pensamento racista que nem sempre se revela, dificultando sua apreensão. No caso dos discursos do grande idealizador da USP, entretanto, não é possível se basear nessa hipótese. Júlio de Mesquita Filho fala explícita e enfaticamente sobre os negros, configurando-se assim o silêncio dos pesquisadores que entraram em contato com seus discursos como parte do pacto silencioso que caracteriza a branquitude e perpetua sua posição de poder, conforme aponta Bento (2002). Assim, a pretensa neutralidade e invisibilidade da identidade branca que se expressa na produção de conhecimento marca a historiografia da USP.

As diferenças nas possibilidades de pertencimento à própria USP também se colocam de forma distinta para os pesquisadores brancos e negros que se propuseram a narrar a história de sua fundação. Assim, raça pode tanto ser entendida como um elemento identitário que dá aos pesquisadores pontos de vista diferenciados sobre as mesmas fontes e fenômenos, como, seguindo a interpretação realizada a partir do tipo de vínculo que cada pesquisador tinha com a USP no momento da produção de seus trabalhos, ela pode ser compreendida como um elemento que impõe um tipo de distanciamento específico, contribuindo para interpretações mais distantes das narrativas que mistificam a Universidade de São Paulo, sobretudo no que se refere ao seu suposto caráter universalista.

Outro elemento que pode ter contribuído para o silêncio sobre as falas explicitamente racistas de Mesquita Filho é um processo de naturalização de temas presentes de forma hegemônica em determinados períodos. Por vezes, problematizar uma questão que é apresentada como um pressuposto de um tempo pode ser interpretado como anacronismo. Júlio de Mesquita Filho era influenciado pelo racismo, como boa parte dos intelectuais de seu tempo. Entretanto, considerar o pensamento racista do período como algo relevante não se trata de anacronismo, mas de compreender que, justamente por ser um pensamento hegemônico que marca aquele tempo, o racismo manifestado por importantes figuras na esfera política e, neste caso, educacional, influenciou a constituição de instituições públicas naquele momento.

O que se considera aqui como um processo de mistificação da USP é uma perspectiva que fala apenas sobre atributos positivos no projeto ao mesmo tempo em que ignora suas particularidades e limites, por exemplo, quando as conexões com a Europa são elevadas ao lugar de características de universalidade. Isto ocorre sobretudo no trabalho de Antunha (1974). Ao

elencar os princípios básicos que orientaram a fundação da Universidade de São Paulo, o autor apresenta:

1º – o princípio da universalidade. Esta é uma das ideias que levaram à fundação da Universidade de São Paulo e que a acompanham desde seus primeiros dias. O ideal universalista opõe-se à concepção de instituições universitárias com campo limitado, especializado ou vertidas para objetivos específicos ou fechados, como é o caso, por exemplo, das chamadas “universidades técnicas” ou ainda daquelas destinadas a grupos limitados, como no caso das “universidades de trabalho”, “universidades populares”, etc. A USP sempre defendeu a ideia de que a uma universidade autêntica cabe cultivar a totalidade ou a universalidade dos conhecimentos, em todos os seus aspectos e aberta a todos. [...]

O pluralismo e a consciência crítica andam juntos e a U.S.P. nasceu e cresceu sob a ideia de nela poderem encontrar agasalho todos os pontos de vista, todas as doutrinas, todos os métodos para um frutuoso confronto e uma democrática competição, sem limitações à investigação e à manifestação do pensamento de todos os membros da comunidade universitária.

A nosso ver, a medida de ordem prática mais importante, adotada pelos fundadores da U.S.P. para levar a instituição ao cultivo de todos os ramos do saber e a implantação da pluralidade dos pontos de vista [...] foi a vinda [...] de uma importante missão de professores estrangeiros, dos mais eminentes em seu campo, recrutados sobretudo na Europa. (ANTUNHA, 1974, p. 44 e 45)

É possível notar que a ideia de universalidade é mobilizada em contraposição ao ensino técnico, específico ou profissionalizante. Em seguida, se opõe às instituições voltadas para grupos sociais específicos, como as “universidades populares” e por fim destaca-se a abrangência e pluralidade da Universidade de São Paulo, capazes de incorporar a totalidade ou universalidade dos conhecimentos e, ao mesmo tempo, abrigar todos os pontos de vista, doutrinas e métodos. Finalmente, surge o elemento interpretado como fator que garante a desejada amplitude do alcance destes aspectos: a contratação de professores europeus. A posição de neutralidade e universalidade em que a Universidade de São Paulo e os intelectuais europeus, com seus métodos, doutrinas e pontos de vista são compreendidos, bem como a maneira como seu público-alvo é elevado à condição de representante da pluralidade, posicionam a instituição em um lugar em que as singularidades que a constituem são invisibilizadas. As características particulares da cultura, do saber, dos métodos e dos objetivos desta instituição baseada nas experiências e epistemologias europeias são compreendidas como neutras.

Uma instituição cuja inspiração é vinculada exclusivamente à história europeia e cujos objetivos são definidos por uma fração da elite branca paulista adquire supostos contornos de universalidade e pluralidade que invisibilizam negros, povos originários e populações de outros estados, regiões brasileiras ou mesmo de outros lugares, além do considerado mundo ocidental.

Esse processo de invisibilização possibilita que as narrativas históricas sobre seu surgimento prescindam da categoria raça para compreendê-la, ainda que sua idealização tenha estado diretamente ligada a um ponto de vista sobre a problemática racial no país, conforme se vê no discurso de Júlio de Mesquita Filho, um de seus principais fundadores. Assim, as narrativas sobre a constituição histórica da Universidade de São Paulo atuaram ativamente na ocultação do elemento racista presente nas ideias que promoveram a sua criação produzindo uma memória que confere à USP contornos de neutralidade racial. Uma história escrita com luvas brancas, que oculta e perpetua o pacto de silêncio importantíssimo na manutenção do poder da branquitude. O trabalho de Silva (2015) rompe com esse silêncio e efetua a primeira incursão interpretativa na história da fundação da Universidade de São Paulo que tem como eixo analítico a questão racial. A presente tese se desenvolve em diálogo com e a partir da pesquisa de Priscila Silva, trilhando um caminho que foi aberto por essa pesquisadora cujo trabalho merece ser reconhecido pelo seu ineditismo.

Não é apenas na historiografia que o silêncio sobre os negros e sobre raça se faz presente, ao contrário, a produção historiográfica desse silêncio só é possível porque uma parte importante da documentação que formaliza a existência da USP não permite transparecer o pensamento racial impregnado em sua formulação. A análise do Decreto Estadual n. 6.283 de 25 de janeiro de 1934, que cria a USP, e de seu primeiro Estatuto, estabelecido pelo Decreto n. 39, de 3 de setembro de 1934, revela o processo de apagamento da existência dos negros e da questão racial, a despeito de sua centralidade nos projetos de nação daquele período. Ainda assim, alguns indícios possibilitam entrever a influência do pensamento racista na criação da USP. Bontempi Jr. (2018) mostra importantes conflitos que se interpuseram entre o projeto idealizado por Mesquita Filho e sua concretização e mostra como, apesar deles, foi possível reunir grupos distintos para a realizar a fundação da USP. O autor sintetiza bem:

A historiografia sobre a Universidade de São Paulo consagra a relação entre a formulação de um projeto cultural, acalentado desde a década de 1920 por setores ilustrados de sua oligarquia e os acontecimentos políticos que na década seguinte deram-lhe outros significados e permitiram sua concretização. Até 1930, as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, ligadas aos negócios do café e politicamente representadas pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), vinham conduzindo a política nacional em função de seus interesses. Em 1930, mediante um golpe de Estado, a Aliança Liberal, frente que reunira a nova geração de fazendeiros “gaúchos” aos dissidentes de São Paulo, tomou o executivo nacional a fim de reordenar a distribuição do poder no país. O Presidente Getúlio Vargas, porém, antipático à autonomia dos estados e ao regime misto de *laissez-faire* e protecionismo,

antigas bandeiras dos republicanos paulistas, “traiu” a Aliança ao nomear interventores nos estados para garantir a governabilidade das iniciativas de centralização e intervenção econômica. A nomeação do militar pernambucano João Alberto para interventor em São Paulo foi tida como um golpe pelos aliados, que prezavam o governo civil e acreditavam na superioridade econômica e moral do estado que haveria de conduzir a nação ao progresso e à democracia. Da manobra política de Vargas resultou a ruptura com os paulistas, que não só refizeram o laço entre o PRP e o Partido Democrático (de 1926) na Frente Única Paulista, como lançaram-se à Revolução Constitucionalista (1932), guerra civil que terminaria com a derrota militar de São Paulo. A derrota militar não representou, entretanto, revés político integral. Além da promessa de constituição, após a trégua Vargas afagou os adversários com a nomeação de Armando de Salles Oliveira para interventor do estado, com o que ofereceu a oportunidade para a criação da universidade ansiada pelo grupo de *O Estado de S. Paulo* (CARDOSO, 1982), sob a liderança política do cunhado, Júlio de Mesquita Filho.

[...] criou-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e foram reunidos institutos, museus e escolas superiores pré-existentes, como a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica, a Escola Superior de Agricultura e a Faculdade de Medicina. Esta reunião de escolas tão tradicionais como diferentes só se tornou possível, entendo, devido ao apelo à causa comum da “paulistanidade”, bandeira levantada contra um inimigo comum: o governo varguista. (BONTEMPI JR., 2018, p. 67-69)

A paulistanidade, vínculo que viabilizou a reunião de grupos heterogêneos culminando na fundação da USP (BONTEMPI JR, 2018), aparece no decreto de criação que revela uma autoimagem forjada no entendimento da existência de “um certo grau de cultura” em São Paulo:

[...] considerando que, em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão [...]. (SÃO PAULO, 1934)

A ideia de superioridade racial paulista é proveniente da narrativa de proximidade com os bandeirantes e, portanto, com a Europa, e da suposta inexistência de miscigenação com os negros em São Paulo (BERRIEL, 2013). Assim, a paulistanidade existe a partir de um certo ideal de branquitude, posto em relação ao país como um todo. Esse ideal ganha força ao articular compreensões sobre raça, com perspectivas sobre meritocracia que definiriam uma forma de democracia em que os “mais aptos” ocupariam o topo da pirâmide social e política da nacionalidade.

A perspectiva racial a respeito da nação e do papel da elite dirigente responsável por conduzi-la ao progresso foi um componente importante na viabilização da criação da Universidade de São Paulo. O trabalho de Cardoso (1982) fala das pretensões de poder regional com influências raciais do projeto de Universidade de Júlio de Mesquita e Silva (2015) e atesta a

força desse componente racial expresso nas ideias eugênicas de civilização e regeneração. O vínculo paulista calcado na branquitude possibilitava a ausência de controvérsias a respeito do papel racial da USP – ou do papel racial da desejada proeminência da branquitude paulista perante a nação – contribuindo para que não fosse necessário explicitar a perspectiva racial nos documentos oficiais que estabelecem a fundação da Universidade de São Paulo.

Certos silêncios são possíveis no contexto da existência de “acordos tácitos” no interior da branquitude, conforme nos mostra Cida Bento (2002). Sendo o Brasil um país que não efetivou a segregação racial de maneira jurídica, mas que a praticava na informalidade (ALBERTO, 2011), a oficialização da criação da USP não ocorreu de forma diferente. Prosseguindo na leitura do Decreto de criação, se lê:

[...] considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em *países de populações heterogêneas* e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes [...]. (SÃO PAULO, 1934, grifo nosso)

Nesse trecho, três partes merecem destaque: “populações heterogêneas”, “oportunidade a todos” e “seleção dos mais capazes”. A ideia de população heterogênea diz respeito à presença de negros e dos povos originários vistos como um problema no cenário político nacional. Ao analisar esse documento, Silva (2015) aponta:

Já nas “considerações” temos alguns sinais que nos indicam consonância com preocupações presentes no imaginário social das elites brasileiras em relação ao projeto de nação/raça. Em primeiro lugar, destacamos que o modelo de nação e de sociedade considerada pelos fundadores é aquele que valoriza o desenvolvimento da cultura como base que assegurava a “liberdade” e a “grandeza” do povo. Dito de outro modo, um povo que não tivesse assegurado esses pressupostos estaria fadado à dependência de outros mais desenvolvidos. Está presente também a preocupação com a condução da sociedade em um país como o nosso marcado por uma população heterogênea. Nesse tocante, ressalta-se o papel das “classes dirigentes” e a importância da Universidade como instrumento de formação dessa classe que conduziria o país rumo à modernidade. São Paulo é então apresentado como o estado que havia atingido maior “grau de cultura” e, por isso, caberia a ele o papel de instituir a universidade para “elevar” o nível cultural do profissional, do homem, do cidadão. A referência ao pensamento evolucionista aqui se mostra de maneira mais contundente. Lembremos que no projeto da “Comunhão Paulista” e, particularmente, no pensamento de Júlio de Mesquita Filho, a afirmação da identidade paulista pressupunha uma ideia de evolução cultural e racial. Assim, a afirmação de São Paulo como o estado com o “grau de cultura” mais elevado tem como subtexto a afirmação de uma hierarquia racial. (SILVA, 2015, p. 303)

A concepção de população heterogênea está posta a partir de um referencial de nações europeias supostamente compostas por uma população homogênea, pelo menos do ponto de vista

racial. Essas nações são tomadas como referência e há uma afirmação implícita de que, naquelas que fogem a esse perfil, há um papel específico a ser desempenhado pelas instituições de altos estudos e de investigação científica. A heterogeneidade é interpretada tanto por Azevedo (1958), como por Júlio de Mesquita Filho (1925), como um problema nacional. Diante desse problema, o papel investigativo da ciência que será produzida na USP não se propõe a compreender as especificidades dadas pela heterogeneidade para somente então propor soluções. Ao contrário, entendida como um problema, a heterogeneidade direcionaria a ciência desenvolvida no interior da recém-criada instituição para a sua “solução”. Para entender se este pressuposto de fato influenciou a produção uspiana, seria necessário um trabalho com outras fontes, incluindo as pesquisas realizadas em seus primeiros anos. Entretanto, para atender à finalidade da presente pesquisa, compreender de que a heterogeneidade racial é vista pelos fundadores como um problema e que essa perspectiva fundamenta a formalização da criação da USP é suficiente.

A afirmação da necessidade de oferecer “oportunidade a todos” na formação das elites dirigentes da nação evoca a ideia de universalidade, de inclusão e de democracia, que, de forma bastante perspicaz, afasta qualquer acusação de parcialidade da instituição. Em seguida ocorre a menção a um processo de “seleção dos mais capazes”. As estratégias de seleção dos supostamente mais aptos ou capazes já havia sido posta em prática em um conjunto de reformas educacionais que “não só colocavam novos obstáculos no caminho da integração social e racial no Brasil como deixavam apenas pálidos sinais de seus efeitos limitando” a possibilidade “dos afro-brasileiros de desafiar sua injustiça inerente” (DÁVILA, 2006). A responsabilidade de processar a seleção não está relacionada a alguém ou algum grupo, mas seria o próprio “aparelho cultural e universitário” o encarregado por efetuar-la. É quase como se esse “aparelho” tivesse vida própria e critérios genuínos de seleção. Trata-se da aposta num poder técnico proveniente da instituição. Assim como a capacidade dos selecionados é entendida como um dado que prescinde de explicações, a Universidade é compreendida como dotada da habilidade de identificar e selecionar tais capacidades. Essa formulação remete à aplicação de testes de inteligência importados do sistema estadunidense, racialmente segregado, para o sistema educacional brasileiro, sem mencionar seu contexto de produção, conforme apresentado por Dávila (2006). O autor mostra que, nesse período, “as instituições e práticas aparentemente desprovidas de ideologia racial eram em geral os lugares em que a raça desempenhava o maior papel.” (DÁVILA, 2006, p. 39).

Nesse conjunto de referências, a própria heterogeneidade define em termos raciais quem são os indivíduos ou grupos entendidos como mais capazes e, portanto, aptos a se encarregarem da condução da nacionalidade para o sucesso, enquanto a referência à oferta de oportunidade a todos oculta o caráter excludente dessas ideias. Trata-se de uma enunciação racista altamente sofisticada. Tanto por não mencionar termos diretamente ligados aos grupos que se pretende excluir (negros e povos originários) nem aos critérios por meio dos quais se daria sua exclusão (raça), como porque a referência à oferta de oportunidade a todos dificulta ainda mais a percepção dos fundamentos excludentes desse enunciado, pois atua como se estivesse apagando seus vestígios. A atribuição da seleção ao “aparelho”, por sua vez, desvincula o tal processo seletivo de qualquer tipo de subjetividade, conferindo-lhe um ar de neutralidade e impessoalidade destituídos de interesses particulares.

Não é apenas com relação à questão racial que a escrita do documento utiliza a estratégia de evitar endereçar diretamente o que poderia ser motivo de conflito. Ao se referir aos conflitos envolvendo as Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia que foram incorporadas à Universidade de São Paulo, Fétizon (1994, p. 170) afirma que “o documento é uma obra-prima de omissões diplomáticas e de vias indiretas na instituição de medidas que pudessem ferir brios ou provocar resistência”. Da mesma forma, a produção do silêncio sobre o racismo fundante da USP, verificado na historiografia, tem início nas manobras evasivas dos próprios documentos fundadores nos quais essa invisibilização se encontra muito bem engendrada.

Entre as finalidades da universidade, se verifica: “transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida” (SÃO PAULO, 1934). A definição do que seria “enriquecer o espírito” e de quais seriam os conhecimentos que poderiam fazê-lo fica implícita quando olhamos, por exemplo, para o Primeiro Estatuto da USP. O Decreto nº 39 de 3 de setembro de 1934 apresenta o conteúdo do curso de Letras:

Art. 21 – A secção de letras abrangerá as seguintes cadeiras fundamentais distribuídas em Subsecções na forma do regulamento da Faculdade:

- 1 – Filologia grega e latina
- 2 – Filologia portuguesa
- 3 – Literatura luso-brasileira
- 4 – Literatura grega
- 5 – Literatura latina
- 6 – Língua e literatura francesa
- 7 – Língua e literatura italiana
- 8 – Língua e literatura espanhola
- 9 – Língua e literatura inglesa
- 10 – Língua e literatura alemã (BRASIL, 1934)

Todo o conteúdo é centrado na Europa. As línguas que são então consideradas como parte do conjunto de conhecimentos que poderiam “enriquecer o espírito” são oriundas de países colonizadores. De acordo com Mignolo (2013), o racismo moderno/colonial tem duas dimensões, uma ontológica e uma epistêmica, que atuam com um único propósito:

[...] classificar como inferiores e alheias ao domínio do conhecimento sistemático todas as línguas que não sejam o grego, o latim e as seis línguas europeias modernas, para manter assim o privilégio enunciativo das instituições, dos homens e das categorias de pensamento do Renascimento e do Iluminismo europeu. (MIGNOLO, 2013, p. 12)

A seleção das referidas línguas para a composição do curso de letras da USP significa a exclusão de um conjunto de outras línguas, entre as quais é possível pensar nas de origem indígena e africana. Entretanto, como efeito da lógica de racialização moderna, a elite paulista exclui e inferioriza essas outras línguas ao deixá-las de fora do programa de letras da Faculdade que se propunha a ser o núcleo aglutinador da Universidade de São Paulo. Neste ponto, a fundação da USP está “fazendo raça” ao definir grupos, línguas e culturas que serão validados pela instituição e, ao mesmo tempo, inferiorizando aqueles que são deixados de fora. A USP não faz isso sozinha e nem teria poder para tal, mas, num contexto global de colonialidade que define certos valores antes dela, sua adesão a eles e o contexto político de seu papel – ou ao menos intenção – diante da nação possibilitam enxergá-la como um polo local de reverberação da lógica da colonialidade dado por meio de um conteúdo também silencioso a respeito de que a cultura europeia seria a única dotada de valor na produção de conhecimento e na formação das elites condutoras da nação. No primeiro estatuto, dentre as finalidades da instituição, encontra-se: “transmitir pelo ensino, conhecimentos de valor cultural” (BRASIL, 1934). A ausência de definição do que são “conhecimentos de valor cultural” evidencia um consenso tanto a respeito desses valores como sobre os critérios de sua definição. Retornando ao texto do Decreto de criação, encontramos:

[...] considerando que, somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos [...]. (SÃO PAULO, 1934)

No interior de um Estado-nação (que já é uma concepção particular de território e organização política), a Universidade surge para retroalimentar as configurações políticas, territoriais e administrativas do que se entende como a própria nação. Não há diálogo com outras possíveis formas de organização e compreensão do que se define como Brasil, mas uma

preocupação em conduzir e formar a consciência que a nação moderna teria de si mesma. Tendo em vista que a Universidade de São Paulo foi concebida por um grupo que pensa o Brasil como “um problema posto pelas bandeiras” (MESQUITA FILHO, 1969), é pertinente desnaturalizar os pressupostos a respeito do que foi e do que poderia ter sido o Brasil em termos de território, mas também de cultura e identidade. Povos originários sujeitados pelas bandeiras, negros contrários ao projeto de branqueamento em curso, pessoas do norte e do nordeste inferiorizadas pelas teses de superioridade paulista e outros grupos talvez pensassem o país e seus destinos de forma diferente, mas a Universidade de São Paulo se faz pelas mãos de um grupo que se vangloriava por ser descendente dos bandeirantes e racialmente mais próximo aos europeus. Se a “consciência de si e de seu destino” a serem desenvolvidos pela nação é parte do que justifica a criação da USP, é possível entender que a própria dissidência em relação ao que se entendia e se configurava enquanto Brasil era um elemento indesejado e que a nova instituição ajudaria a combater. Este “considerando” indica que a USP estaria a serviço de uma lógica de reprodução da colonialidade por meio da qual São Paulo, à semelhança do papel da Europa diante do mundo, se tornaria o polo nacional de definição de hierarquias e de perspectivas sobre cultura e política que configurariam a própria nação.

Também merece destaque a concepção de “cultura livre e desinteressada” por meio da qual a nação moderna iria adquirir sua consciência. Esta é uma das grandes marcas do projeto USP e da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que se estruturava em oposição à ideia de formação voltada para a prática e a ação profissional.

No chamado “modelo paulista”, a aglutinação de escolas pré-existentes deveria ser feita de molde a garantir à FFCL uma posição superior, central e articuladora das diversas faculdades componentes, por ser ela incumbida de promover e divulgar a cultura livre e desinteressada, isto é, que não tivesse fins profissionais ou políticos imediatos e cuja única ambição fosse o aumento do conhecimento humano, bem como a formação do magistério secundário, responsável pela vulgarização do conhecimento e formação de uma “mentalidade média” sadia e democrática.

Pautada no Estatuto das Universidades Brasileiras (1931), mas sustentada numa peculiar concepção “iluminista” de Mesquita Filho e do grupo d'O Estado, a variante paulista do modelo nacional em finalidades e estrutura tornava implícita a superioridade da faculdade de filosofia, ciências e letras sobre as escolas profissionais. Afinal, seu mentor duvidava da capacidade dos liberais das tradicionais escolas formularem e enfrentarem “o problema nacional”. Dada esta ineficiência, aos egressos da faculdade de filosofia cumpriria irradiar o amor e esforço à “cultura pela cultura” para todos os integrantes do novo organismo universitário. (BONTEMPI JR., 2018, p. 84)

Por um lado, a ideia de cultura livre e desinteressada se opõe explicitamente às formações de cunho profissional, técnico e dotadas de interesses políticos e separa, indiretamente, o trabalho intelectual e o trabalho manual. Por outro, ela carrega implicitamente uma interpretação universalizante da cultura europeia como sendo capaz de representar todo o “conhecimento humano” em oposição a outras culturas entendidas como particulares, parciais e fragmentadas. A ideia da “cultura pela cultura” marca a concepção de “Espírito Universitário” que Mesquita Filho propõe como fundamento da USP, como é possível ver a seguir:

Eis aí, na fé distintiva da “elite” da universidade, sediada na escola que cultivaria as “disciplinas puramente especulativas”, a tradução que Mesquita dá ao “espírito universitário”. Do modo de conceber a finalidade e a estrutura da universidade, em que a posição central caberia aos filósofos e cientistas e em que o saber não teria finalidade prática ou uso imediato [...]. (BONTEMPI JR., 2018, p. 85)

Ou seja, a FFCL foi pensada como núcleo do saber que garantiria a coesão entre os diversos institutos e faculdades que vieram a compor a USP. Seu “espírito universitário” está fundamentado numa perspectiva que invisibiliza as particularidades e os limites da cultura europeia, ou, nas palavras de Grosfoguel (2016), o seu caráter provinciano, ao elevá-la à posição de cultura universal capaz oferecer à nação uma “consciência de si” e de preparar lideranças para a solução dos problemas de uma nacionalidade particular interpretada como degenerada, inferior e destituída de civilidade e progresso por conta de sua “heterogeneidade” (presença de negros e povos originários). Todavia, é o próprio saber eurocêntrico e baseado na colonialidade que origina e fundamenta tais entendimentos a respeito dessa nação. É a imagem de um cão que busca morder o próprio rabo: a cultura europeia contém o saber desinteressado que irá contribuir para resolver os problemas de uma nação que a própria cultura europeia, baseada no racismo e na colonialidade, define como inferior ou problemática. E toda essa operação foi realizada com o patrocínio do governo do estado paulista.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida como o “coração da universidade”, seria o lugar onde se desenvolveriam “os estudos de cultura livre e desinteressada”. Nela funcionaria uma espécie de curso básico, preparatório a todas as escolas profissionais, assim como para os seus próprios cursos. Lá os alunos estudariam as matérias fundamentais de todos os cursos, após o que se encaminhariam para as faculdades propriamente profissionais. Essa forma de integração dos cursos seria uma espécie de anteparo diante das tendências desagregadoras impostas pela crescente especialização do saber, capazes de atingir até mesmo o saber “desinteressado”, cultivado na própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras¹². Para integrar o corpo docente da nova universidade foram contratados, logo no primeiro ano de funcionamento, 13

professores europeus (seis franceses, quatro italianos e três alemães). De 1934 a 1942, trabalharam na Universidade de São Paulo 45 professores estrangeiros, mais alguns assistentes de laboratório. Nesse último ano havia 22 professores estrangeiros na universidade, seis dos quais desde a sua criação. (CUNHA, 2000, p. 168)

Sobre as missões de professores e bolsas de viagens e de estudos, o decreto diz:

Art. 44 – O Governo do Estado poderá, sob proposta do Conselho Universitário:

- a) comissionar no estrangeiro, para especialização e aperfeiçoamento técnico, professores e auxiliares de ensino;
- b) contratar, para a inauguração, instalação ou regência de cursos, pelo tempo que for necessário, professores estrangeiros de notória competência nas matérias para as quais não se encontrarem especialistas no país;
- c) promover o intercâmbio de professores da Universidade com os de institutos universitários do país e do estrangeiro.

Art. 45 – Ficam instituídas para a Universidade de São Paulo, bolsas de viagem ou de estudos, para o fim de proporcionar os meios de especialização e aperfeiçoamento, em instituições do país e do estrangeiro, a professores e auxiliares de ensino, ou diplomados pela Universidade de São Paulo, que tenham revelado aptidões excepcionais. (SÃO PAULO, 1934)

O “estrangeiro” de onde vieram os professores que ocuparam as cadeiras da FFCL, quando ela foi formada, resume-se a alguns países da Europa Ocidental. Os brasileiros que se beneficiassem das oportunidades de intercâmbio iriam se tornar representantes da identidade nacional em um período em que havia um esforço das elites brancas para esconder a existência de negros no Brasil (ALBERTO, 2011; CUTI, 2007; DANTAS, 2009; GOMES; DOMINGUES, 2014), reforçando a interpretação de que nada na estrutura e nos planos da USP estava sendo pensado para usufruto dos negros. Sobre as chamadas “missões” de professores estrangeiros que vieram lecionar na FFCL, Silva (2015) diz:

Durante os primeiros anos da FFCL, os professores estrangeiros constituíram a maior parte do corpo docente da nova Faculdade. [...] a FFCL, coração do Projeto USP, foi delineada minuciosamente por seus fundadores. Da estrutura dos cursos à ideologia dos professores, tudo se tentou controlar para que os frutos que dela florescessem fosse tal qual desejado pela “Comunhão Paulista”. (SILVA, 2015, p. 306-307)

Contudo, entendemos que a presença de professores europeus na FFCL pode ser tomada como elemento que remete ao diálogo com uma ideia de nação pautada na visão para a qual a Europa destacava-se como modelo de civilização e de progresso. Assim, a vinda de professores europeus para a FFCL, reduto do projeto da “Comunhão Paulista”, pode ser interpretada como uma estratégia para trazer um pouco dessa civilização para o Brasil. (SILVA, 2015, p. 308)

Além da notável promoção da cultura europeia e da “colonialidade do saber” (QUIJANO, 2007) nela contida, havia a promoção de viagens de professores brasileiros para outros países,

reforçando a busca por conhecimento europeu. Dessa forma, por meio do projeto da Universidade de São Paulo, o estado passa a patrocinar a ida de professores brasileiros brancos para o exterior. Nem essa experiência seria propiciada aos membros de grupos compreendidos como parte do problema social que a universidade deveria contribuir para resolver, nem o investimento seria realizado para a ida a países que não constituíssem o eixo da colonialidade. A fundação da USP viabiliza o direcionamento de recursos públicos para a intensificação do contato com a Europa e para a promoção de um suposto refinamento daqueles que iriam até lá e dos alunos que receberiam aulas diretamente com docentes europeus aqui, justificando a legitimidade de seu poder simbólico assentada na colonialidade.

Limongi (1988) revela que, conforme os contratos temporários dos docentes estrangeiros foram terminando, uma parte importante das posições que iam se abrindo foram sendo ocupadas por pessoas formadas na própria FFCL. O autor atesta que 1 em cada 4 formados pela FFCL assumiam cargos e iniciavam suas carreiras no interior da própria instituição. Tendo em vista as dificuldades de recrutamento de estudantes nos primeiros anos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cuja sobrevivência foi fortemente marcada por estratégias como liberação dos exames vestibulares e concessões de bolsas de estudos, Limongi sustenta que houve o fortalecimento de um processo de retroalimentação do topo do sistema educacional a partir da criação da USP. Nessa dinâmica, alguns grupos sociais anteriormente excluídos do ensino superior tiveram possibilidades de ascensão por meio de seu ingresso em determinadas tradições científicas, como foi o caso de um contingente de imigrantes que puderam desfrutar também de todo o aparato que constituiu a USP em seus primeiros anos. Se o estado paulista já havia contribuído financeiramente com a imigração para fins de embranquecimento (DOMINGUES, 2002; HASENBALG, 2005), a fundação da USP institucionalizou o branqueamento cultural e possibilitou a ascensão de trabalhadores imigrantes às novas posições de poder simbólico ligadas às ciências.

O Decreto de criação fala ainda sobre a estrutura física da universidade:

Dos laboratórios e demais instalações

Art. 22 – A direção da Universidade desenvolverá, para maior eficiência, os laboratórios, gabinetes, museus e bibliotecas de cada uma das Escolas, Faculdades ou Institutos, que compõem a Universidade.

Art. 23 – A Universidade, além de laboratórios para pesquisas, campo de experimentação e aparelhamento para explorações biológicas, biográficas, geológicas e mineralógicas, terá:

1) uma biblioteca central e bibliotecas especializadas e populares;

- 2) um escritório de intercâmbio nacional e internacional de trabalhos, monografias e publicações periódicas;
- 3) uma secção de estatística e de arquivo geral;
- 4) um departamento de publicidade para impressão e distribuição de trabalhos científicos;
- 5) salões de conferências apropriados para projeções cinematográficas, conferências e demonstrações científicas;
- 6) uma filмотeca e uma discoteca;
- 7) um estúdio para transmissão pelo rádio;
- 8) uma secção de extensão universitária com as respectivas instalações. (SÃO PAULO, 1934)

Os elementos que compõem as instalações revelam como a USP seria dotada de uma grande infraestrutura que favoreceria a produção científica por meio do acesso aos livros, laboratórios, arquivos, meios de divulgação e instrumentos de promoção de trocas internacionais. Configura-se o patrocínio estatal de uma infraestrutura que fomentaria os projetos políticos daqueles que viessem a acessá-la, dando a eles o suporte necessário para conceber, enriquecer, gerenciar e amadurecer seus respectivos pontos de vista sobre a nação. A Universidade atuaria como uma espécie de incubadora científica dos projetos e perspectivas da branquitude paulista, que com toda a infraestrutura e investimentos ganharia muitas possibilidades de fortalecer e legitimar suas interpretações e planos de destino para a nação. O enriquecimento dos projetos e perspectivas da branquitude paulista, por meio do uso da infraestrutura disponibilizada pela Universidade de São Paulo, no contexto de perpetuação de uma imagem de si mesmos como neutros e representantes do universal, alimenta a ideia da existência de “aptidões naturais”, já que os silêncios sobre a quem se destinaria toda a infraestrutura dessa instituição dificultavam que se enxergasse como ela favoreceria o desenvolvimento intelectual daqueles a quem ela se destinava - que não eram os negros, nem os povos originários, vistos como componentes do “problema” da heterogeneidade nacional.

O decreto de criação (SÃO PAULO, 1934) apresenta também o funcionamento da parte administrativa da USP. Nota-se que a forma de organização do poder na universidade funcionava a partir de critérios que impossibilitavam a entrada de pessoas que não fizessem parte da alta hierarquia da cultura universitária. O Conselho Universitário e os cargos de reitoria têm como pré-requisito o cargo de “professor catedrático”. Formas exclusivamente endógenas de participação nos espaços de poder e tomada de decisão também contribuem para a não-dita exclusão daqueles que já se encontrariam excluídos da instituição.

Outro ponto que se destaca no decreto de criação da USP é a preocupação com o acesso de alunos pobres:

Art. 46 – Os diretores dos diferentes institutos universitários poderão dispensar das taxas de matrícula, cada ano, alunos pobres de reconhecido merecimento, até o limite máximo fixado pelos respectivos regimentos.

Desde a fundação da USP, havia uma política de facilitação do acesso de estudantes pobres, pensada a partir do reconhecimento das dificuldades postas pelas limitações financeiras e pela existência de pessoas intelectualmente capazes nas classes mais pobres. O mesmo, entretanto, não ocorre em relação às pessoas negras. Ainda que as desigualdades raciais que estabeleciam péssimas condições de vida para elas no período do pós-abolição fossem notáveis (FERNANDES, 2008), não se verifica uma ação no sentido de promover o ingresso dessa população na Universidade de São Paulo. A ausência de políticas raciais pode ser interpretada de diversas formas, tanto considerando a ausência de reconhecimento das desigualdades raciais (algo que seria compreendido apenas futuramente), como levando em conta a compreensão dos negros como inferiores e causadores da crise nacional. Não havia como compreender as desigualdades raciais como um problema ao mesmo tempo em que se acreditava que os negros eram intelectualmente incapazes.

Bento (2002) afirma que, mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio da brancura. Nesse caso, o privilégio simbólico consiste em ter as desigualdades presentes no interior do grupo compreendidas como falta de oportunidade ou acesso (dinheiro) – enquanto negros são compreendidos como incapazes, ou seja, a existência de uma política de ingresso e bolsas dada a partir de um critério social possibilitando a entrada de pessoas de “reconhecido merecimento”, é no fundo uma forma de admitir que entre os brancos há talentos mesmo nas camadas mais pobres, enquanto o silêncio sobre os negros e as desigualdades raciais implica o pressuposto de sua inferioridade intelectual. Ainda assim, caso negros pobres eventualmente reivindicassem para si essa política, o critério da necessidade de “reconhecido merecimento” poderia afetar suas chances, já que o pensamento hegemônico os compreendia como intelectualmente inferiores.

O Decreto fala sobre união e solidariedade que deveriam ser desenvolvidos no interior da comunidade uspiana:

Art. 47 – Para a criação de um ambiente e uma tradição de espírito universitário, serão adotados meios de desenvolver o espírito de iniciativa, de trabalho e de pesquisa, a união e solidariedade de professores, auxiliares de ensino, e dos

antigos e atuais alunos das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos, na defesa da eficiência e do prestígio das instituições universitárias.

Parágrafo único – A aproximação e o convívio dos professores e alunos das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos, serão promovidos especialmente:

- a) pela proximidade dos edifícios e construção de vilas universitárias;
- b) pela centralização administrativa da Universidade, em tudo quanto respeite ao interesse comum;
- c) pela criação de cursos comuns, que atendam as necessidades de alunos de diferentes Faculdades, Escolas ou institutos;
- d) pelo regime de seminários, centros de debates e trabalho em cooperação;
- e) pela prática de atividades sociais em comum, pelos alunos das diferentes Faculdades, Escolas ou Institutos;
- f) pela organização de sociedades e clubes universitários, de estudos, de jogos e de recreação;
- g) pela prática habitual de esportes, jogos atléticos e competições de que participem universitários das diferentes Faculdades, Escolas ou Institutos. (SÃO PAULO, 1934).

Nota-se a intenção de instituir uma comunidade que se identifica, se reconhece e é dotada de laços de solidariedade e de experiências comuns. Essa comunidade teria um tipo de vínculo que a manteria unida, ao mesmo tempo em que a diferenciaria dos de fora. Conforme afirma Cida Bento (2002), o Pacto Narcísico da branquitude é constituído por um vínculo, um acordo tácito - que, nesse caso, seria fortalecido pelas experiências comuns propiciadas pela Universidade de São Paulo. O discurso de Mesquita Filho na ocasião da conclusão de curso dos primeiros formandos da FFCL, que será analisado oportunamente, menciona o elemento racial como um dos fatores que unificam os membros da comunidade uspiana. A menção aos “outros” constituiria a existência de um “nós” responsável pela solução deste problema. Esse “nós” paulista, branco, era composto pelos detentores de conhecimentos eurocêntricos compreendidos como sendo os “de valor cultural” e capazes de “enriquecer o espírito”. A USP forma uma comunidade situada no interior da branquitude. Tendo em vista a existência de diferentes formas de pertencimento à branquitude, que envolvem, por exemplo, o branco-branco ou o branco não branco mencionados por Cardoso (2017), a USP seria um caminho de formação dos “brancos mais brancos” no contexto nacional. “Mais brancos” porque paulistas e porque detentores de conhecimentos que possibilitavam ocupar o topo da hierarquia nacional, sobretudo em termos de poder e prestígio.

Toda fundamentação da instituição está assentada na perspectiva da colonialidade, de forma que o seu papel de promover os valores da branquitude se sustenta mesmo que existam pessoas negras (sobretudo quando elas são exceção) se apropriando dos saberes e perspectivas veiculados por esse meio. Vale frisar que não se trata de compreender a racionalidade como um

elemento de posse ou de origem na cultura europeia e branca, uma vez que houve um processo colonial que destruiu e ocultou a racionalidade científica e o desenvolvimento tecnológico existentes em África e entre os povos originários e os negros da diáspora (GROSGOUEL, 2016; PINHEIRO, 2021). Trata-se, no entanto, de compreender o próprio processo de constituição do monopólio da ciência moderna enquanto única forma legítima de saber, e o posicionamento da epistemologia europeia enquanto alicerce da universidade, como elementos de reprodução da lógica da colonialidade que institui e perpetua a branquitude em posição de hegemonia. A universidade contém um movimento que se retroalimenta: ela é ao mesmo tempo legitimada e se constitui como uma ferramenta de legitimação da epistemologia europeia e da ciência moderna. Um movimento que fortalece essa forma de conhecimento como única adequada para a solução de um problema nacional que só existe fundamentado nessa própria lógica.

A Universidade de São Paulo visa definir a própria branquitude não enquanto conceito, mas de forma prática, já que grande parte dos seus componentes conceituais coincidem com os atributos que o jornalista define como sendo os futuros resultados da formação universitária proporcionada pela USP, conforme será apresentado adiante. Como essa branquitude se forma no silêncio a respeito de si própria e de seus atos de exclusão e objetificação dos negros, a constituição de uma instituição que os exclui ao mesmo tempo em que realiza estudos sobre eles, está formando não só a branquitude, mas também a negritude e a identidade indígena no contexto nacional. Uma vez que esses grupos ficam fora do acesso a ferramentas, recursos, métodos e epistemologias que permanecem se perpetuando enquanto legítimos para ocupar posições de poder político, material e simbólico por meio de um processo que os exclui sem dizer que tem a intenção de fazê-lo, as ideias de aptidão natural se fortalecem, retroalimentando o pensamento racista que entende as raças como dotadas de diferentes níveis de intelectualidade. Em outras palavras, ao formar a branquitude, a Universidade de São Paulo está formando também a negritude e a identidade indígena, uma vez que tais identidades só existem de forma relacional. Formar branquitude, negritude e identidade indígena é atuar ativamente no processo de construção social da raça.

No caso dos negros, cuja narrativa é o foco do presente trabalho, verifica-se que isso se dá por meio de um movimento permanente de exclusão implícita e silenciosa; pela objetificação (nas configurações dos negros como tema tanto na justificativa de criação da universidade e nos campos de estudos realizados posteriormente na instituição); pelo discurso de inferiorização e de

caracterização como problema da nação; e pelo processo de invisibilização dos negros e apagamento das próprias ações cujo sentido era promover tal invisibilização. Dessa forma, tendo em vista que raça não é algo fixo, mas, conforme vimos no primeiro capítulo, uma construção social que varia de acordo com o tempo, o espaço e os respectivos contextos políticos, econômicos, sociais e simbólicos, é possível afirmar que a idealização e a fundação da Universidade de São Paulo tiveram um papel importante na maneira como se deu a construção social da raça no contexto brasileiro da primeira metade do século XX.

O silêncio que invisibiliza a questão racial contida na história da fundação da USP não pode ser interpretado como obra do acaso. Uma importante polêmica envolvendo a biografia de Júlio de Mesquita Filho, principal idealizador da USP, é marcada por uma disputa que evidencia a existência de um movimento ativo no sentido da invisibilização do racismo na história brasileira. O livro em que Salone (2009) apresenta Mesquita Filho tem início com uma breve nota que antecede o prefácio. Escrita por Ruy Mesquita Filho, neto do jornalista, e intitulada “Este foi meu avô”, a nota apresenta uma polêmica em torno do principal fundador da USP. Ao falar sobre a situação em que colaborou para a pesquisa de Salone, Ruy Mesquita Filho afirma:

Algumas de suas perguntas me incomodaram. Uma delas, sobre o pretenso racismo de meu avô, me desconcertou. Foi respondida com propriedade e respeito por quem o conheceu bem, mas nem por isso rezava pela mesma cartilha: Antonio Candido.³¹

No contexto da referida resposta de Antonio Candido sobre a polêmica concernente ao racismo de Mesquita Filho, Salone apresenta trechos de falas do jornalista, em que este se refere à questão racial. O primeiro, transcrito a seguir, foi obtido no contexto de uma entrevista concedida para Gilberto Freyre em meados dos anos de 1950, em que Mesquita Filho foi indagado a respeito do problema sociológico das relações de brancos com negros e mulatos:

[Pode-se] afirmar, categoricamente, que os “valores ocidentais” são cada vez mais fortemente determinantes de nossa maneira de encarar os problemas que se nos deparam. Pois bem. Entre os valores que essa fatalidade nos impõe se contam tanto os étnicos como os estéticos. Por outras palavras, aumenta constantemente o desejo de vermos um dia atingir o Brasil – por cruza, está claro – o tipo branco puro. Os cânones estéticos, que sempre inspiram a Nação são os mesmos que norteiam a todos os povos chamados ocidentais. Daí nos afastarmos, cada vez mais, dos valores africanos. A mais superficial observação demonstra a verdade do que acabamos de afirmar. Não tem mesmo outra origem o esforço desesperado que fazem os mulatos por parecerem, a todo custo, brancos e os pretos para disfarçarem, tanto quanto possível, as características de sua raça. Exemplo: a mania que se apoderou da maioria dos pretos de combater

³¹ Ruy Mesquita Filho, em depoimento para Roberto Salone (2009, p. 15).

a carapinha, tornando, por meios mecânicos, lisos os seus cabelos. Outra prova do que afirmamos: os terríveis recalques que fazem da maioria dos mulatos indisfarçáveis seres desgraçados e, de quase todo preto, um marginal em choque permanente com o meio. Isto pelo menos em São Paulo e nos Estados do Sul, onde tendem a viver em grupo em oposição aos brancos. [...] Por todas essas razões, é óbvio que eu não aceitaria jamais, voluntariamente, o casamento de qualquer membro da minha família com gente indisfarçavelmente de cor. Além do mais, porque me recusaria sempre a concorrer para que viessem ao mundo infelizes. E o preto e o mulato, devido às condições sociais, cada vez mais predominantes no Brasil, de toda evidência são uns infelizes.³²

O seguinte, oriundo do livro intitulado *Nordeste*, publicado pelo jornalista em 1963:

A porcentagem de homens de cor – pretos e mulatos – que na Bahia atinge mais de 60% da população, segundo o censo demográfico de 1955, entra, em nossa opinião, como fator preponderante na explicação do atraso em que se encontra ali a agricultura. Não pretendemos, com isto, diminuir a capacidade da raça negra; mas é evidente que o fato de subsistir na grande maioria dos seus componentes aquilo que a sociologia denomina de “mentalidade primitiva” a torna praticamente inadaptável às atividades agrícolas. O universo em que vive é de todo em todo diferente daquele que caracteriza a formação das populações do Sul, por exemplo. Falta-lhes a constância, a perseverança, a obstinação e o desejo de vencer na vida, que distinguem as raças ocidentais que colonizaram as zonas meridionais do País. (MESQUITA FILHO, 1963³³ apud SALONE, 2009, p. 401)

Para Salone (2009), as falas de Mesquita Filho sobre as relações raciais e os negros, pronunciadas entre as décadas de 1950 e 1960, dizem respeito a um pensamento anacrônico do autor, uma vez que as teorias do racismo científico que as fundamentavam encontravam-se superadas. Antonio Candido, por sua vez, analisa trechos de uma publicação de Mesquita Filho de meados dos anos 1920³⁴, momento em que o racismo científico embasava o pensamento da intelectualidade, calcada em um evolucionismo spenceriano típico do período (SALONE, 2009). Em depoimento escrito para o autor, Candido afirma que as elites daquele contexto

[...] se julgavam liberais e progressistas, mas não apenas concebiam uma democracia restrita à sua classe, como consideravam verdade científica a existência de raças superiores e inferiores, porque assim tinha ensinado a antropologia do século XIX. [...] [Havia a] ilusão de que se tratava de um dado objetivamente comprovado, desaguando no preconceito racial [...]. JMF³⁵ navega nesse mar de preconceito antropológico disfarçado de verificação objetiva.³⁶

³² Júlio de Mesquita Filho em depoimento para Gilberto Freyre (apud SALONE, 2009, p. 400-401).

³³ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Nordeste*. São Paulo: Editora Anhembi, 1963, p. 14.

³⁴ Trata-se do mesmo livro *A Crise Nacional: Reflexões em torno de uma data* que analisaremos em seguida.

³⁵ Salone (2009) utiliza as iniciais de Júlio de Mesquita Filho (JMF) para referir-se ao jornalista.

³⁶ Antonio Candido, em depoimento escrito para Roberto Salone (2009, p. 398-399).

Assim, o pensamento racial “anacrônico”, encontrado nas palavras enunciadas nos anos 1950 e 1960 tem suas bases nas ideias sobre raça vigentes no período dos anos 1920. Para Salone,

O que não deixa de causar certo espanto ao leitor é a persistência do jornalista em acompanhar tais teorias, mesmo quando elas se encontravam amplamente superadas [...]. É notável constatar como JMF, um homem eminentemente bem informado, tenha ignorado a existência de estudos sobre a realidade brasileira – inclusive desenvolvidos em sua bem quista USP (SALONE, 2009, p. 413).

Conforme vimos no primeiro capítulo, em paralelo aos pensamentos raciais hegemônicos presentes no início do século XX sempre houve questionamentos e posicionamentos contrários às ideias de inferioridade negra, portanto não é possível afirmar que o pensamento racial de alguém fosse exclusivamente produto de seu tempo. Além disso, mais do que uma forma de compreender o mundo, o olhar que inferiorizava os negros era um posicionamento político e ideológico que influenciava o cenário político, cultural, os projetos de nação e as instituições concebidas naquele período. No caso de Mesquita Filho, sua influência política em São Paulo e no Brasil, faz com que seja de extrema importância nomear seu posicionamento enquanto racista. Somente dessa maneira, as interpretações sobre a nação, as instituições e os partidos políticos em que ele esteve presente e para com os quais contribuiu poderão ser também compreendidos. Este é o caso da Universidade de São Paulo.

Júlio de Mesquita Filho não pode ser lido como um “homem de seu tempo” nos anos de 1920 e como um homem “anacrônico” na década de 1950. Dessa maneira, o tempo estaria sendo sempre mobilizado como eixo interpretativo com a finalidade de evitar lhe atribuir a qualificação de racista. Dar nome ao seu posicionamento em relação aos negros, entretanto, não significa um julgamento moral nem anacrônico de seu pensamento, mas uma constatação imprescindível para uma verdadeira compreensão das raízes sobre as quais se desenvolve a universidade que ele idealizou.

Ao falar da influência do racismo na negação da humanidade e da intelectualidade negras e sobre posicionamentos que recusam iniciativas no sentido de explicitar a presença do pensamento racista de determinados intelectuais consagrados como grandes nomes da filosofia e da ciência, Pinheiro (2021, p. 60) diz que, neste caso, “há quem diga que estes intelectuais são homens de seu tempo” e afirma se contrapor a esta afirmação, não para destemporalizar anacronicamente esses pensadores, mas porque ela os desresponsabiliza de sua participação no processo de desumanização do povo negro. Essa reflexão é útil para pensar sobre um conjunto grande de intelectuais brasileiros de renome cujos escritos e feitos políticos estavam – conforme

seu tempo – fortemente influenciados por uma perspectiva racista. Mesquita Filho é um deles e o silêncio que foi produzido pela historiografia sobre o componente racista de seu pensamento é parte desse processo de desresponsabilização não apenas dele, mas da branquitude como um todo e da própria Universidade de São Paulo.

Os negros não representam o único tema a permear as obras de Mesquita Filho, que menciona também os imigrantes de maneiras depreciativas que veremos oportunamente. Nesse contexto, ao falar sobre a importância do legado do jornalista para o país, Salone afirma que

O legado da obra literária de Mesquita, porquanto irregular, encontra suas melhores páginas em Ensaios sul-americanos e na derradeira Política e cultura, escritos que refletem, aliás, a maturidade e a experiência do autor no campo que se estende da política à sociologia e da antropologia à história. Não hesitaríamos, sem embargo, em excluir de uma coletânea atualizada as referências anacrônicas a negros e estrangeiros. JMF nada mais seguia que as tendências raciais importadas da Europa, muito em voga em sua juventude. (SALONE, 2009, p. 413)

Ao ser compreendido ora no contexto de seu tempo – conforme observado nas palavras de Salone (2009, p. 399) ao afirmar que Antonio Candido “desclassifica o preconceito racial [de Júlio de Mesquita Filho] como preconceito político”, – ora sob a lente do anacronismo, o persistente pensamento racista de Júlio de Mesquita Filho pode, dessa maneira, ser excluído de uma coletânea que tenha como objetivo “atualizar” seus escritos. Mais uma vez nota-se um movimento de naturalização da invisibilização da identidade branca e de seu pensamento racista bem como dos efeitos desse pensamento nos feitos de personalidades históricas importantes. Um apagamento da história racista do país por meio da desresponsabilização de importantes personagens de antemão justificados pelo “seu tempo”.

A perspectiva racista, hegemônica no início do século XX, que afirmava a inferioridade dos negros ocupou um lugar importante em meio às interpretações desenvolvidas pelo jornalista sobre a realidade social e política do país e é a partir daí que ele pensa a fundação da USP. Excluir ou modificar trechos associados a esses temas em vista de “atualizar” seus escritos certamente descaracterizaria sua lógica argumentativa e dificultaria a produção de conhecimento e formulação da memória a respeito de uma personalidade de grande relevância na história política do país e de seu legado racista para a sociedade brasileira. A resistência em dar nome ao racismo de Júlio de Mesquita Filho é parte do silêncio e da invisibilização que, conforme vimos com Bento (2002) no primeiro capítulo, perpetuam as vantagens obtidas pelos brancos no contexto do racismo ao ocultar o lugar que eles ocupam nas relações raciais brasileiras.

Essa possibilidade de apagamento ajuda a perceber que o jogo das ocultações que compõe o pacto narcísico se perpetua e atinge diretamente os processos de constituição da memória. É silêncio seguido de silêncio. Esse pacto está presente também na produção da história, das biografias e das memórias das instituições. Aqui, o não dito colabora para manter a USP num suposto lugar de neutralidade que favorece a perpetuação do poder simbólico daqueles que ocupam as suas cadeiras. Pollak (1989) ajuda a compreender esse processo:

Toda organização política, por exemplo sindicato, partido, etc., veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. (POLLAK, 1989, p. 10)

Além da preservação de vantagens advindas de um contexto racista, conforme nos informa Bento (2002), há um movimento intelectual, por parte da branquitude, no sentido de preservar suas próprias autoimagens, por meio de um silêncio que nega um aspecto negativo da instituição de que se faz parte. Os autores que compuseram a historiografia, os redatores da documentação oficial que funda Universidade de São Paulo e os intelectuais que justificaram o pensamento racial de Júlio de Mesquita Filho têm fortes vínculos com a instituição pois ela é parte importante do que constrói suas imagens públicas de legitimidade discursiva. Admitir e revelar o fato de que a Universidade onde seu pensamento se configurou tem como base ideais racistas de cultura, nação, educação e política pautados na colonialidade origina mecanismos de autoproteção que, mais uma vez, se convertem em silêncios oportunos e justificativas escusas para o apagamento de qualquer sinal de evidência do pacto narcísico do qual eles também fazem parte. A legitimidade das fontes oficiais e da produção científica da história (produzida de dentro da instituição a respeito dela própria) está à serviço da manutenção do poder político e simbólico da branquitude. Trata-se de um pacto de silêncio ancorado em formas sofisticadas (uspianas!) de excluir sem deixar vestígios e de justificar que se apague aquilo que não pode ser visto.

Aparentemente, o projeto de Mesquita Filho pode ser entendido como vitorioso. Conheceremos um pouco mais das bases desse projeto no capítulo que segue.

Capítulo 3 – Livre, desinteressada e racista: a branquitude no horizonte formativo da USP

A preocupação em preservar, isentar, proteger os interesses do grupo branco convive nos discursos com uma culpabilização e desvalorização dos negros, e por vezes, com uma indiferença em relação à violação de seus direitos. (BENTO, 2002, p. 154)

A seguir será realizada a análise de um dos documentos em que Júlio de Mesquita Filho defende sua criação, o livro *A Crise Nacional: reflexões em torno de uma data*. Em 1875 foi fundado o Jornal *A Província de S. Paulo*, que em janeiro de 1890 foi denominado *O Estado de S. Paulo* (OESP), um importante veículo da imprensa que esteve diretamente ligado aos debates políticos do final do século XIX e início do século XX, servindo como porta voz do pensamento de um grupo da elite paulista que defendia ideias republicanas, liberais e cientificistas. Júlio de Mesquita Filho passa a fazer parte do quadro de jornalistas d'OESP enquanto este ainda era propriedade de seu pai, Júlio de Mesquita, que faleceu em 1927, momento em que Mesquita Filho assume a direção do jornal (SILVA, 2015).

O contexto político do período que antecede a criação da Universidade de São Paulo dada em 1934 era bastante movimentado. Em janeiro do mesmo ano, os trabalhos constituintes estavam em andamento e havia forte tensão entre as forças liberais e as antiliberais. Limongi (1988) sintetiza bem as disputas que estavam em jogo naquele momento:

A polarização ideológica, no entanto, não era o único tema a agitar a conjuntura política do período e a exigir posicionamento dos atores políticos. A necessidade de revisar o Federalismo e reforçar o Estado Central também foram temas a marcar a conjuntura do pós 30. Para as forças políticas paulistas era necessário encontrar uma fórmula capaz de garantir e compatibilizar “autonomia estadual” e “unidade nacional”. Para os Estados mais fracos economicamente, a revisão do federalismo consagrado pela Constituição de 1891 era uma tarefa urgente. Advogavam, com apoio dos Tenentes, soluções que passassem por um Estado mais centralizado, capaz de ampliar sua intervenção na vida social e econômica. Para os Tenentes, enfraquecer politicamente São Paulo, a mais poderosa das “oligarquias”, era essencial para atacar as “oligarquias” como um todo e abrir espaço para as reformas sociais que defendiam. Estas foram, basicamente, as raízes do chamado “caso de São Paulo”, um dos eixos sobre os quais girou a luta política da época e cujo ponto mais alto se encontra na Revolução de 1932. (LIMONGI, 1988, p. 5)

Em meio a este contexto, o jornal OESP desenvolve estratégias sofisticadas para incutir suas ideias nos leitores.

Uma dessas estratégias foi a construção de uma posição de aparente imparcialidade política, condição que lhe possibilitava interpretar a sociedade a partir de um suposto lugar neutro, pois assegurado pelo conhecimento científico. Outra estratégia foi arvorar-se intérprete da “opinião pública brasileira” [...]. (SILVA, 2015, p. 239)

Enquanto os jornais elaborados por intelectuais negros, sob a denominação de “Imprensa Negra”, ficam demarcados com a referência diretamente ligada ao pertencimento racial e aos temas e interesses do grupo responsável por sua criação, definição e disseminação, posicionadas continuamente a partir desta identidade, o jornal de propriedade de uma família branca de origem escravocrata em São Paulo ficou conhecido como um jornal da “Grande Imprensa”. A maneira como essa referência será evocada não contém nenhuma menção ao pertencimento racial e aos interesses pertinentes a essa identidade. Ao contrário, a palavra “grande” que se coloca em oposição ao termo “negra”, mas também a um outro conjunto de especificações de jornais presentes no período, como imprensa operária, imprensa feminina e outras, só é possível a partir dessa posição que envolve, além da branquitude, uma posição social de elite, bem como a também não nomeada masculinidade. A pretensa neutralidade característica da branquitude masculina e de origem rica possibilita a ausência de referência aos marcadores identitários envolvidos na concepção, elaboração e disseminação da imprensa branca. Como resultado, os nomes e referências associados a ela reafirmarão o seu caráter de universalidade, trazendo a ideia de grandeza baseada em seu porte e seu alcance, os quais também estão necessariamente ligados ao lugar social ocupado pela elite branca, que detinha recursos econômicos e simbólicos que garantiam a elevada circulação de seu jornal e, portanto, de suas ideias e interesses. Vale frisar, interesses jamais associados explicitamente ao seu pertencimento racial, ainda que indissociáveis deste.

Silva (2015) demonstrou que tanto as ideias de Mesquita Filho como aquelas veiculadas pelo jornal OESP podem ser compreendidas como alinhadas ao pensamento racial predominante naquele período, ou seja, partiam do pressuposto da existência de diferentes raças e da inferioridade moral, intelectual, cultural e estética dos negros.

É no jornal *O Estado de S. Paulo* que Mesquita Filho publica o primeiro texto em que fala explicitamente da necessidade de criação de uma universidade em São Paulo (FÉTIZON, 1987). *A Crise Nacional: reflexões em torno de uma data* (MESQUITA FILHO, 1925) foi publicado em novembro de 1925 e editado em forma de livro no mesmo ano. Sua publicação em um jornal de grande circulação da imprensa branca, além da defesa da criação da universidade, propriamente

dita, desempenha o papel de configurar nos leitores um pensamento que defende critérios e padrões para justificar o exercício do poder. Em outras palavras, mesmo antes de fundar a Universidade de São Paulo, ao veicular suas ideias no jornal OESP, Mesquita Filho cria uma narrativa que define os elementos (aptidões, saberes, características) necessários para ocupar os lugares de poder no contexto político nacional, e tais elementos são indissociáveis do pensamento racial dominante no período.

Assim, além dos objetivos de ordem política direta, manifestados sobretudo na própria criação da Universidade de São Paulo, os discursos que defendiam sua fundação tinham também o papel de preparar a sociedade, ou ao menos determinados setores dela (chamados por Mesquita Filho de “opinião pública”), para receber esta instituição, criando na “opinião pública” essa demanda.

Júlio de Mesquita Filho foi um dos principais intelectuais ligados à fundação da Universidade de São Paulo. Nas palavras de Fétizon (1987, p. 383): “o fato é que, na medida que alguma coisa possa ser obra de alguém, a Universidade de São Paulo foi obra de Júlio de Mesquita Filho”. Assim, seguiremos a trilha dessa personalidade tão importante na história da referida instituição. Júlio de Mesquita Filho defendeu a criação da Universidade de São Paulo apaixonadamente, para ele essa instituição cumpriria o papel de elevar o nível cultural da nacionalidade e de preparar as elites para dirigir o país (ANTUNHA, 1974). “Mesquita Filho herdou de seu pai o papel de jornalista, de intelectual e de figura atuante na política de seu tempo” (SILVA, 2015, p. 248). Ele realizou boa parte de sua formação na Europa e estudou na Faculdade de Direito de São Paulo (SILVA, 2015, p. 248).

Roberto Salone (2009) dedicou-se extensivamente ao estudo da biografia de Mesquita Filho em uma pesquisa de mestrado que resultou em um livro cuja síntese elaborada a respeito de quem foi Júlio de Mesquita Filho, ainda que relativamente longa, vale a pena reproduzir:

Partícipe dos principais acontecimentos da vida nacional, desde a juventude, quando o Brasil ainda se engajava timidamente na Primeira Guerra Mundial [...]. Jovem militante da última campanha civilista de Rui Barbosa, ativista da Liga Nacional de Olavo Bilac, engajou-se, após a morte do pai, na acidentada aventura pela remoção do PRP e dos costumes que haviam desvirtuado o sonho dos republicanos históricos. [...] Ativo participante dos principais acontecimentos da vida política e cultural de seu país, Mesquita foi o pensador de um Brasil moderno, democrático, que deveria ser guiado, em sua concepção, por elites dirigentes, uma fração de classe forjada segundo suas aptidões, de acordo com o mérito de cada um. Mesquita sentia profunda repulsa pelas oligarquias regionais dominantes, identificando-as com o motivo pelo qual o País – palavra que sempre grafou em letra maiúscula – mantinha-se a anos luz

das nações mais evoluídas, para nos valermos do vocabulário empregado naquela época. Mesquita não se limitou ao discurso. Fundou a Universidade de São Paulo e idealizou o seu núcleo duro, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, levando à capital paulista a missão francesa que mudaria, para sempre, a cidade com ares provincianos de então. Difundir o conhecimento, e, por meio dele, mudar o Brasil e os brasileiros, era o propósito do doutrinador liberal. [...] O ativista cultural tampouco se restringiu ao educador. Doutrinador, credenciou-se como líder de uma geração e de um agrupamento político que ficou conhecido como Grupo do Estado. Em torno de Júlio de Mesquita Filho o partido democrático de São Paulo apoiou a revolução de 1930 para, dois anos depois, mobilizar os paulistas na maior campanha militar da História do Brasil no século XX. Os dois exílios a que Mesquita foi submetido por Getúlio Vargas convenceram o jornalista a engajar-se num combate permanente contra o varguismo e o espírito de “horda” que, combinados, em sua visão, destruíram a obra dos grandes estadistas do Segundo Reinado. Contraditório, Mesquita Filho foi um republicano que admirava a monarquia, um democrata que conspirou em 1964, um dos arquitetos do Partido da Ordem que, em quase toda vida manteve-se na oposição. Um convicto liberal [...] Júlio de Mesquita Filho é, seguramente, um dos intérpretes do Brasil moderno. [...] Mesmo a chamada intelligentsia cultural, pouco sabe além da fraseologia, muito em voga durante a Guerra Fria, que tenderia a classificar Mesquita (“reacionário”, “entreguista”, “conservador”, “golpista”, “barão da imprensa”) numa daquelas categorias de claro-escuro que, por definição, simplificam e, ao mesmo tempo, empobrecem o entendimento da realidade. (SALONE, 2009, p. 62-64)

Os dois argumentos iniciais mobilizados por Mesquita, ao explicar as origens da problemática apresentada pelo livro *A Crise Nacional: Reflexões em torno de uma data*, envolvem diretamente os negros. Primeiro, ele afirma que durante a monarquia os cidadãos livres, ainda que incultos, eram “dotados de bom senso suficiente para penetrar a singeleza dos princípios em torno dos quais se travavam os debates políticos da época, mantida à distância a fração semibárbara da população.” (MESQUITA FILHO, 1925). Para ele, a abolição da escravidão e os direitos políticos concedidos aos negros teriam acabado com a homogeneidade presente na massa eleitoral, causando um rebaixamento moral da população. Os negros libertos eram considerados por Mesquita como a fração semibárbara da população, como incultos e destituídos do “bom senso” necessário para a manutenção da estabilidade política.

O segundo problema causador da crise nacional, de acordo com Mesquita Filho, é a cultura política oriunda dos tempos da escravidão. Como podemos ver a seguir:

Por outro lado, a presença de Pedro II, espírito liberal e culto, no supremo posto do executivo, neutralizou os males que mais tarde tão grandes proporções assumiriam, inerentes à tendência autocrática do brasileiro, herdada de Portugal e transmitida, de geração em geração, pelo trato diário e secular com o escravo. (MESQUITA FILHO, 1925)

O trato com o escravo aparece como parte do que perpetuou um comportamento político que, apesar de ter sido conveniente no período do Império, naquele momento surgia como um empecilho para o desenvolvimento da democracia no país. O título do livro *A Crise Nacional: Reflexões em torno de uma data* refere-se à data de 13 de maio de 1888, que é mobilizada incessantemente por Júlio de Mesquita Filho na análise desenvolvida acerca da crise atravessada pelo país. Vejamos:

Promulgado o decreto de 13 de Maio, entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa formidável de dois milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionais. [...] Esse afluxo repentino de toxinas, provocado pela subversão total do metabolismo político e econômico do país, haveria necessariamente de suceder grande transformação na consciência nacional que, de alerta e cheia de ardor cívico, passou a apresentar, quase sem transição, os mais alarmantes sintomas de decadência moral. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 9)

A referência aos negros como um afluxo de toxinas que entra no organismo político brasileiro causando decadência moral é absolutamente explícita. Ou seja, o primeiro discurso em defesa da necessidade de criação da Universidade de São Paulo tem em seu principal eixo argumentativo o pressuposto de inferioridade e incapacidade política dos negros. A argumentação central do texto está ancorada na abolição da escravatura, tendo início com ela e culminando na defesa do voto secreto e da fundação das universidades, ambos compreendidos como necessários para combater os infortúnios causados, entre outras coisas, pela presença de negros no país após a abolição da escravatura. O embrião da ideia do que viria a ser a USP nasce a partir de um pensamento racista posicionado contra os negros e para combater o mal ocasionado pela sua própria presença, sobretudo quando “investidos das prerrogativas constitucionais”.

Esse trecho foi amplamente mencionado na historiografia da USP. Vale ressaltar, entretanto, que no contato com as fontes secundárias, com exceção do trabalho de Silva (2015), não foi possível perceber a centralidade que a questão racial e a abolição da escravatura tinham na argumentação de Júlio de Mesquita Filho ao defender a fundação da Universidade de São Paulo. A abordagem de Mesquita Filho em relação às mudanças sociais que caracterizariam a situação que ele anuncia como uma séria crise se aproxima do que Apple (2001) descreve, ao abordar contextos históricos em que a branquitude se posiciona em busca da manutenção da hegemonia, como é possível verificar a seguir:

Um sentimento de declínio econômico e educacional, a crença de que o privado é bom e que o público é mau, foi acompanhado por um sentimento de perda nem sempre expresso, um sentimento de que as coisas se encontram fora do controle,

um sentimento anônimo que é associado pelas pessoas à perda de “seu lugar de direito” no mundo (de um “império” agora em declínio). O “privado” é o lugar onde as coisas ocorrem bem e as organizações são eficientes, o lugar da autonomia e da escolha individual. O “público” está fora de controle, é desorganizado e heterogêneo. “Nós” precisamos proteger nossa escolha individual daqueles que são os controladores ou os “poluidores” (cujas culturas e os próprios corpos são exóticos ou perigosos). (APPLE, 2001, p. 63)

Ainda que Apple (2001) realize sua análise a partir de um outro contexto temporal e espacial, sua interpretação sobre a reação da branquitude diante de transformações sociais que ameaçam sua supremacia ajuda a compreender o posicionamento de Mesquita Filho ao descrever a sociedade brasileira do pós-abolição como uma grave crise. Autores como Florestan Fernandes (2008), Virgínia Bicudo (2010), George R. Andrews (1988) e Célia M. Azevedo (1987) retrataram a presença do medo branco no Brasil, no período próximo à abolição. A análise do jornalista contém inúmeros traços que possibilitam identificar o sentimento de perda e a compreensão de que a educação e a economia se encontravam em declínio devido à presença dos negros libertos na sociedade. Entretanto há uma diferença, para Mesquita Filho, o Estado tem responsabilidades na gestão da crise, ou seja, é possível encontrar um caminho para que o público se encontre alinhado aos valores estipulados a partir de planos particulares. Quando esse desejo se efetiva (o que ocorrerá, por exemplo, na fundação da USP), entra em curso um processo de apropriação do que é público em nome do benefício particular de um grupo. Entretanto, isso não ocorre de forma explícita, uma vez que o projeto é elaborado por uma fração da elite branca que se entende como neutra e apresenta seu projeto como se se tratasse de algo realizado em prol do “bem comum” e pensado a partir de uma ideia de coletividade abstrata/não caracterizada que se impõe como definição da própria ideia de nação.

Ao longo do texto, Mesquita apresenta um conjunto de caracterizações que evidenciam a maneira como ele enxerga os negros e revelam a influência que o pensamento racial presente no período exerce sobre suas ideias e concepções de sociedade. Ele afirma que

[...] decorridos alguns lustros depois que a lei da libertação do elemento servil fora assignada e que os seus beneficiários haviam transposto definitivamente os portões das senzalas, desceu o nível moral da nacionalidade na proporção da mescla operada. O contato do africano, oprimido e aviltado, sem uma sombra sequer de sentimento cívico, além de quebrar a unidade psíquica indispensável às vibrações da multidão, preparou o terreno para o advento dos costumes políticos a que até hoje estamos sujeitos. (MESQUITA FILHO, 1925, p.13)

Durante o Império, os negros eram a força de trabalho que viabilizava a estrutura econômica brasileira e após a abolição passam a ser entendidos como aqueles que se

encontravam inadequados aos propósitos desenhados para o país. Mesquita sustenta que a situação de opressão e aviltamento vivenciada pelos descendentes de africanos durante o período escravista estava diretamente relacionada à ausência de sentimento cívico nessa população, transformando-os na causa dos males nacionais que perpetuavam a postura política centralizadora que atrapalhava o desenvolvimento da democracia.

Guerreiro Ramos (1957) descreve cuidadosamente o processo por meio do qual os negros se tornaram foco das análises realizadas pelas ciências sociais ao longo da história brasileira. Ele chama esta manifestação de “negro-tema” posta em oposição ao “negro-vida”, e explica:

O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção.

O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protético, multiforme, do qual na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje. (GUERREIRO RAMOS, 1957, p. 171)

Tendo em vista essa elaboração, é possível perceber que análises realizadas por Mesquita Filho estavam embasadas por uma ótica política, social e econômica em que os negros eram entendidos como um grupo estagnado ou mumificado que não teria condições de acompanhar as transformações sociais dadas naquele contexto, o que os fazia serem percebidos como uma ameaça e um dos maiores problemas para o desenvolvimento do país. Mesquita Filho é bastante enfático ao interpretá-los como sendo a origem do que fortalecia as oligarquias prejudicando a formação da democracia liberal:

[...] tornava-se indispensável, para que pudéssemos suportar a brutalidade do choque, a construção de um aparelho político cuja estrutura melhor se coadunasse com o caos mental em que nos submergiu o refluxo de africanos, que dos centros agrícolas se derramou pelas cidades do litoral, onde floresciam e doutrinavam as elites intelectuais. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 18).

De acordo com ele, nos estados em que se dava a industrialização, o crescimento da pequena propriedade agrícola ou onde havia menor influência da abolição da escravidão, a saber, Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, este último destacado pela sua “constituição étnica homogênea”, teriam surgido características diferentes das verificadas nos demais estados brasileiros em que se encontrava uma “fisionomia social primitiva” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 36).

Enquanto no Rio Grande do Sul a proporção de negros era menor por razões históricas, uma vez que nesse estado a presença do sistema escravista havia sido reduzida, São Paulo, Rio de

Janeiro e Minas Gerais foram os estados que mais receberam imigrantes europeus após a abolição. Nota-se, portanto, uma associação entre a composição racial e o desenvolvimento econômico em que uma menor presença de descendentes de africanos resultaria em um nível mais elevado de desenvolvimento. Por outro lado, a maior quantidade de negros coincidiria com os estados caracterizados como dotados de uma fisionomia social primitiva. Vale ressaltar que São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram também estados que receberam grande quantidade de pessoas negras escravizadas, ou seja, o percentual de negros não era baixo. Assim, a associação entre branquitude e desenvolvimento econômico sobrepõe o preconceito racial aos dados a partir dos quais nota-se que o crescimento econômico também ocorreu associado ao trabalho escravo e graças a ele. Nota-se um discurso que valoriza a ciência ao mesmo tempo em que negligencia a empiria.

Na exposição de Mesquita Filho, a sociedade seria um organismo passível de se encontrar são ou doente. A população negra liberta era encarada como uma “toxina”, um elemento “patógeno”, responsável pela “crise letárgica” da sociedade, originando “convulsões” e “misérias” na vida nacional e rebaixando o “nível moral” da nacionalidade. As metáforas de saúde ligadas à visão de um organismo biológico se perpetuam ao longo de todo o texto por meio de elaborações em que os negros ocupam sempre o lugar de responsáveis ou causadores do adoecimento da nação, por fragilizarem sua homogeneidade física e psíquica e rebaixarem seu nível moral, causando o enfraquecimento da opinião pública.

Guerreiro Ramos (1957) nos ajuda a compreender que, durante um longo período, foi muito comum que as análises antropológicas ou sociológicas desenvolvidas acerca da questão racial no país adotassem uma perspectiva baseada no biologismo ou no organicismo em que se efetuava um paralelo entre o mundo social e o mundo biológico e a sociedade era encarada como um organismo. Invariavelmente, ao diagnosticar a doença que, sob esse prisma, atingia a nação brasileira, os negros eram compreendidos como um de seus mais preocupantes elementos patógenos. É nessa perspectiva que se situa a análise apresentada pelo jornalista.

Sob seu ponto de vista, datado e caracterizado pelo grupo social ao qual pertence, não havia preocupação em constituir uma nação cujos contornos possibilitassem o desenvolvimento de sentimento cívico por parte da população negra, mas um desejo de regenerar a sociedade brasileira diminuindo a quantidade de negros e suas influências fenotípicas e culturais no país. Não se verifica um olhar analítico direcionado às marcas que a escravidão deixara na população

branca e às suas consequências para a alegada ausência de sentimento cívico da população negra. A questão que se colocava para Mesquita era como curar o país desse “elemento patógeno”, dessas “toxinas”, para que a opinião pública atingisse o nível de “bom senso” necessário ao desenvolvimento da nação. Assim, destaco, acompanhando a ênfase dada pelo próprio jornalista, que para ele o negro era o elemento central na explicação da crise nacional, que seria resolvida com a adoção do voto secreto e a criação de uma universidade em São Paulo.

De acordo com o jornalista, após o fim da escravidão houve uma forte corrente migratória que teria retardado ainda mais a opinião pública.

Movido por interesses puramente materiais, o estrangeiro penetrava em nosso meio no propósito inabalável de fazer fortuna, sem preocupação alguma de ordem cívica.

À medida que seu número aumentava e que o meio lhe proporcionava maiores lucros, maior era a indiferença que manifestava pela vida pública e, portanto, mais nefasta a sua influência sobre o brasileiro nato. Este, por sua vez, impelido pelo surto econômico e pela concorrência do braço vindo de fora, voltava a sua atenção para os novos e promissores horizontes que se lhe deparavam, pautando a sua atitude pelo exemplo que lhe oferecia o esforço bem sucedido do imigrante. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 21-22)

Na perspectiva do autor, a combinação entre o fim da escravidão e a vinda de imigrantes havia ocasionado o enfraquecimento da opinião pública brasileira, fortalecendo as oligarquias cujo governo se realizava a partir da defesa de seus caprichos, sem a devida preocupação com elementos que, para Mesquita, seriam os principais interesses da nação. Se, por um lado, a presença do estrangeiro era entendida como nociva ao país enquanto não se desse a sua integração à nacionalidade, por outro ele ajudava a afastar a “toxina africana” de determinadas regiões. Diferentemente do que se dava com os negros, havia uma preocupação quanto à integração dos imigrantes à nacionalidade, como é possível ver a seguir:

Iniciada, porém, a integração sucessiva das ondas de sangue puro, outra revolução se operava, nos fundamentos sociais do país, de proporções incomparavelmente mais avultadas para o futuro da nacionalidade. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 24)

Limongi (1988) sustenta que, no contexto paulista do período, a forte presença dos imigrantes causava receio e incômodo para a elite de São Paulo. Este autor demonstra que havia discursos em que se pronunciava o medo de que o país fosse tomado pelos estrangeiros, vistos como mais “cultos”, uma vez que, em suas escolas seus filhos eram alfabetizados tanto na língua materna como em português. Outra causa de temor era o fato de que a ascensão social experimentada por esses grupos dava a eles condições econômicas para penetrar nos círculos

aristocráticos e culturais. Nesse contexto, a educação era entendida como uma estratégia que poderia ser mobilizada para a incorporação desses elementos externos à nação.

A “elite cultural”, portanto, encontra-se empenhada em uma dupla cruzada, procurando se distinguir ao mesmo tempo dos “políticos profissionais” e dos “imigrantes materialistas” buscando erigir uma escala de valores que lhe seja própria, em que o poder e o dinheiro sejam termos acessórios e subordinados. (LIMONGI, 1988, p. 78)³⁷

Ainda que o elemento racial fosse central em sua argumentação, os imigrantes de “sangue puro” não eram compreendidos por Mesquita Filho como dotados de legitimidade para ocupar a posição de elite dirigente do país, de forma que a possibilidade de que eles alcançassem um lugar de poder era temida e combatida. Por mais que, em um contexto internacional do pensamento racial, os europeus fossem entendidos como superiores devido ao seu pertencimento nacional, cultural e racial – eles eram os *brancos-brancos* se pensarmos com Cardoso (2017) –, ao chegar aqui, sua integração dependeria de conformidade e submissão ao projeto de nação desenhado pelos *brancos não-brancos* das elites brasileiras.

A partir da análise dos números de ingressantes e formandos da USP, ao comparar os públicos que continuaram procurando as Faculdades Profissionais com aqueles que frequentaram a FFCL, Limongi (1988) mostra que a FFCL, núcleo de inovação do projeto USP, foi um espaço que acolheu sobretudo professores secundários e profissionais em busca de reorientação na carreira, normalistas (pessoas que não haviam frequentado o ensino secundário nas escolas de prestígio atuantes nos primeiros anos de fundação da USP), pessoas oriundas do interior de São Paulo, e, finalmente, mulheres e imigrantes, dois grupos cuja presença no ensino superior cresce significativamente após a fundação da referida universidade. Assim, se pensarmos com Limongi (1988), nota-se que, entre aqueles que foram considerados como parte do problema nacional nos discursos de Mesquita Filho, apenas os imigrantes tiveram níveis elevados de ingresso na Universidade de São Paulo no momento de sua criação. Ou seja, no caso deles, a possibilidade de assimilação ao projeto (branqueador) de nação foi facilitada por essa estrutura.

³⁷ É interessante notar que uma das fontes em que Limongi (1988) se baseia para falar sobre o incômodo causado pela presença de imigrantes é *A Crise Nacional: reflexões em torno de uma data*. Entretanto, ao mesmo tempo em que o autor realiza um conjunto de análises acerca desta presença incômoda, a presença dos negros e a questão racial resumem-se a uma nota de rodapé em que o autor transcreve uma fala de Mesquita sobre os efeitos da abolição sem analisar este elemento. Limongi apresenta dados e informações sobre o lugar social dos imigrantes e a posição que ocupavam na sociedade do período sem efetuar o mesmo tipo de descrição em relação aos negros, o que chama a atenção tendo-se em vista a importância da presença negra no discurso de Mesquita Filho e as características do período pós abolição.

Tanto ao falar dos negros como dos imigrantes, Mesquita Filho menciona a ausência de sentimento cívico em relação à nacionalidade – elemento que os caracteriza como parte do problema nacional. A liderança nacional vislumbrada por Mesquita Filho deveria possuir um sentimento de pertencimento à nação, almejado no caso dos imigrantes e desconsiderado no caso dos negros. Para Mesquita Filho, os imigrantes não poderiam estar apenas interessados em constituir riqueza e partir, nem se considerarem superiores ao Brasil e aos brasileiros por conta de sua branquitude europeia, já que tal superioridade significaria a manutenção da inferioridade brasileira no cenário racial global, contrariando todos os movimentos nacionais de adaptação das teorias raciais para que fosse possível negar o determinismo biológico que imputava à nação um destino de inferioridade e atraso.

O desejado branqueamento populacional que compunha a estratégia de mudar o destino da nação, portanto, não poderia vir às custas da perda dos sentimentos e prática patrióticas. A despeito da importância do patriotismo, a origem nacional não era o suficiente para que se desse a inclusão dos negros nesse projeto. Fica evidente aqui a centralidade das ideias de raça e nação na composição da justificativa de criação da Universidade de São Paulo. Conforme será apresentado na terceira parte da tese, a acusação de ausência de sentimento cívico entre os negros não se sustenta, pois o nacionalismo é uma característica marcante das lideranças negras dos anos de 1920 e 30. Um nacionalismo, porém, pautado em outra perspectiva de identidade nacional, ou, mais especificamente, outras articulações entre raça, nação e ensino superior.

Um binômio de termos surge durante o desenvolvimento do texto. A situação política dos Estados Unidos, país racialmente segregado que Mesquita Filho utiliza como referência de progresso a ser atingida pelo Brasil, é lida como “equilibrada”, “madura”, “baseada na sabedoria”, “harmoniosa”, “grandiosa”, “progressista”, em oposição às expressões “anarquia”, “catástrofe”, “suceder de conflitos”, “caos” e “crise” que qualificam a situação brasileira e latina do período. Essas classificações se aproximam dos elementos que caracterizam, de acordo com Fanon (1980), o olhar que se lança para os brancos, seus modos de vida e suas nações de origem, e para os negros, sua cultura e seus respectivos países.

Com a adoção do voto secreto defendido por Mesquita Filho, haveria espaço para o desenvolvimento das “tendências universais” em torno das quais passaria a orbitar, de forma “disciplinada e eficiente”, a massa *homogênea* do proletariado paulista, colaborando para a reação das correntes conservadoras e o consequente resgate do espírito cívico em São Paulo,

pondo fim à “letargia” que atingia o organismo social brasileiro. A expressão “massa homogênea”, utilizada para se referir ao proletariado, indica que possivelmente os negros não estivessem inclusos neste grupo, uma vez que, nesse período, falar sobre a “heterogeneidade” da população significava destacar sua composição racial diversa, ou mais especificamente não branca.

Mesquita pondera, entretanto, que o voto secreto seria uma medida emergencial que, sozinha, não daria conta de transformar as condições do país. Seria necessário tomar medidas de caráter mais lento e de maior importância como a “construção do organismo concatenador da mentalidade nacional, representado, em todos os países de organização social completa, pelas universidades” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 75). A referência aos países de organização “completa” indica uma perspectiva linear da história, na qual atingir a “completude” inclui passar por um processo de instauração de universidades configuradas a partir dos modelos europeus e estadunidenses. A ideia de “concatenar a mentalidade nacional”, por sua vez, remete ao que Quijano (2007) apresenta como Colonialidade do Saber³⁸. O elemento central presente na importação dos modelos de universidade, oriundos das nações colonizadoras, é a definição de uma forma de produção de conhecimento como sendo a única legítima, ou como mais importante e mais valiosa do que as demais. Trata-se ainda da instauração de modos de compreender o mundo a partir da lógica da colonialidade.

Mesquita Filho argumenta que as classes cultas do país são caracterizadas por uma insuficiência intelectual e afirma que

Nada existe entre nós que se pareça com essas admiráveis legiões de estudiosos desinteressados, que do ambiente sereno das bibliotecas e dos laboratórios indicam, em todas as nações cultas do universo, as diretrizes seguras por onde trilham confiantes os homens de ação. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 76)

É possível notar a referência feita às nações consideradas desenvolvidas, além dos Estados Unidos, alguns países da Europa Ocidental que aparecem sempre como um parâmetro para o caminho que deverá ser seguido pelo Brasil. A ideia de que a ciência elaborada no ambiente sereno de estudos é o que possibilita o desenvolvimento de um saber capaz de conduzir o país por este caminho, se opõe implicitamente a outras formas de cultura e produção de conhecimento, que não as oriundas do mundo ocidental. Fanon (1980) demonstrou que, para além do fenótipo, a aquisição da cultura, da ciência e da linguagem europeias são também

³⁸ Conceito apresentado no primeiro capítulo.

caminhos por meio dos quais um indivíduo ou povo pode se reconhecer e ser reconhecido como menos negro, menos selvagem, menos corpo e mais intelecto, mais razão, mais branco.

Isto remete ao contexto racial dos brancos brasileiros, que, conforme vimos com Cardoso (2017) e Miskolci (2012), não eram internacionalmente reconhecidos como brancos ou como brancos-brancos, nos termos do primeiro. Ou seja, além do que fora revelado por Silva (2015) a propósito do papel da Universidade de São Paulo no que diz respeito à regeneração da nação, é possível pensar que esta instituição teria o objetivo de branquear, no sentido cultural e simbólico, a própria elite branca brasileira, ou os “brancos não brancos”, nas palavras de Cardoso (2017). Dessa forma, a busca pela redenção civilizatória deste projeto de nação baseado na educação passava – além do processo de instituição da Colonialidade do Saber – por um suposto aprimoramento das qualidades intelectuais e culturais da própria branquitude. Tal refinamento das elites alteraria não só a percepção das grandes nações com relação ao Brasil, como a própria autoimagem desse grupo, uma vez que a legitimidade para o exercício do poder passa por um sentimento pessoal de dignidade, honra, orgulho, entre outros elementos que a formação universitária poderia conceder aos seus egressos.

Para Mesquita Filho, a “vigilância” política que seria realizada pelas elites intelectuais formadas após a criação das universidades garantiria “bases seguras” que culminariam na redução da possibilidade de erros irreparáveis no desenvolvimento da nação. Faltaria ao país um “sistema de ideias, de princípios, um ideal” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 77) que o levaria às realizações coletivas necessárias para o progresso nacional. A argumentação do autor defende a existência de uma única maneira válida para o alcance do desenvolvimento nacional, e o campo semântico das palavras utilizadas nesse contexto remete a uma guerra por meio da qual esse caminho seria imposto. As sociedades que se organizavam de forma diferente eram consideradas como destituídas de intelecto e de metodologias adequadas ao desenvolvimento “natural” das nações.

A visão sobre a existência de uma “organização nacional completa” pautada no modelo social das “nações modernas” evidencia o olhar hierarquizante acerca da cultura, em que o topo seriam os Estados Unidos e os países europeus. O jornalista reforça, ao longo do texto, a compreensão de que haveria um caminho evolutivo natural a ser percorrido pelas sociedades até a civilização. Essa visão evolucionista e hierarquizante é parte do sistema de ideias presente na colonialidade e na argumentação que mobilizou a criação da Universidade de São Paulo, e a

função dessa instituição seria “elevar o nível cultural” do país. O poder deste discurso publicado em um jornal de destaque, como era *O Estado de S. Paulo*, criava, antes mesmo da fundação da Universidade, uma mística em torno de seus significados e do renome daqueles que viriam a obter sua formação.

No texto de Mesquita Filho, o paulista surge caracterizado como “calmo”, “ponderado”, “refletido”, “educado”, “arguto” e dotado de “acuidade” e do “bom senso que caracteriza a opinião pública dos Estados Unidos e que a torna, quando porventura discute problemas de interesse público, muito mais atilada que os seus representantes parlamentares” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 70). Termos e expressões como “sólido”, “perfeito”, “insuperável”, “organizado”, “perfeitamente articulado”, “espíritos superiormente dotados e cultivados” referem-se tanto às nações modernas, como à elite intelectual brasileira que seria formada nas universidades e à organização social advinda da condução dessas elites.

Diante de uma nação “caótica”, dotada de estados possuidores de uma “fisionomia social primitiva”, e que se caracterizava como um caso “aberrante das normas comuns às instituições políticas modernas”, a população paulista é caracterizada por termos que a aproximam daqueles utilizados para descrever os Estados Unidos enquanto país. Assim, ainda que o Brasil estivesse em crise e fosse caracterizado como atrasado em relação às grandes nações democráticas, havia no território nacional um grupo que se aproximava dessas grandes nações, por possuir características semelhantes às delas: os paulistas.

No jogo de termos utilizados para caracterizar o Brasil, as nações desenvolvidas e São Paulo, Júlio de Mesquita Filho depreciava o povo brasileiro, especialmente os negros, e enaltecia a fração intelectual da elite paulista aproximando-a dos países europeus. Além de evocar ancestralidade e vínculo sanguíneo com os bandeirantes de origem europeia, como mostraram Silva (2015) e Cardoso (1982), Mesquita enxergava e, ao mesmo tempo, construía nos paulistas, e por consequência em si próprio, uma autoimagem que os aproximava dos povos das grandes nações, ou da branquitude internacional, e a afastava dos negros, caracterizados como responsáveis pelo problema do país.

Entretanto, mesmo que compreendidos como naturalmente superiores em relação aos demais brasileiros, ainda faltava aos paulistas algo que lhes “aprimorasse o espírito”. Esta seria a formação oferecida pela Universidade, que faria deles o grupo social mais adequado aos lugares de poder da sociedade em transição, tornando-os capazes de conduzir o Brasil a um

desenvolvimento semelhante ao encontrado nas grandes nações brancas do mundo. A formação universitária proposta por Mesquita Filho forneceria aos intelectuais da elite branca paulista atributos positivos coincidentes tanto com aqueles que caracterizavam a Europa e os Estados Unidos, como com os que são associados aos sentidos sociais e simbólicos da brancura, aproximando-os ainda mais do *locus* social de poder característico da branquitude. Tal qual os elementos presentes no conceito de branquitude apresentado no primeiro capítulo, essa posição seria expressa do ponto de vista concreto, materializado nos diplomas; simbólico, observável no status social oriundo da passagem pela universidade; e subjetivo, verificado na autoimagem que seria obtida com a formação.

Guerreiro Ramos (1957) demonstra que a formação colonial do país criou um ambiente em que a cor negra foi associada ao feio e ao degradante, por meio de um processo que inculcava o *ethos*, as normas e padrões estéticos de fora para dentro, sem correspondência com as características do povo brasileiro. O que ele nomeia como a “patologia social do branco brasileiro” consiste em que os brasileiros, especialmente as pessoas de pele mais clara, que na realidade seriam predominantemente mestiças, buscam disfarçar sua condição étnica efetiva, “utilizando-se de mecanismos psicológicos compensatórios do que julgam ser uma inferioridade” (RAMOS, 1957, p. 181). Para esse sociólogo, um dos recursos utilizados para “compensar” suas origens raciais é a tematização do negro como um objeto de estudo: “ao tomar o negro como tema, elementos da camada ‘branca’ minoritária se tornam mais brancos, aproximando-se de seu arquétipo estético – que é o europeu” (RAMOS, 1957, p. 181). Outra estratégia é exibir a brancura de forma que não haja dúvidas ou questionamentos sobre ela, conforme Guerreiro Ramos explica:

São eles, [os ‘brancos’ brasileiros] em geral, muito ciosos de suas origens enobrecedoras e aproveitam todo pretexto para proclamá-las: anéis, decoração da casa, constituição do nome, estilo linguístico. [...] Este traço paranoico não caracteriza somente o comportamento do “branco” baiano, mas, em grau maior ou menor, do “branco brasileiro” em geral [...]. Não gosta, por exemplo, que se diga que o Brasil é um país de mestiços. (RAMOS, 1957, p. 183 e 185)

O discurso de Mesquita Filho está repleto de estratégias e comportamentos que podem ser compreendidos como parte da referida patologia: a tematização e inferiorização do negro, a avidez por europeização, a ênfase nas origens europeias e identificação com os povos oriundos do Velho Mundo, e a ideia de que o Brasil era um país em transição, mobilizada como forma de negar a predominância racial negra ou mestiça. Tais elementos permitem pensar, com Guerreiro

Ramos, que um dos primeiros discursos efetuados em defesa da criação do que viria a ser a Universidade de São Paulo pode ser compreendido como fruto da “patologia social do branco brasileiro” e como idealizador de uma instituição que a perpetuaria em seus formandos.

Fundada no seio dessa “patologia”, a Universidade de São Paulo posteriormente abrigará um grupo importante de intelectuais que estudam o “negro tema” ou o “problema do negro” e desenvolvem interpretações sobre a situação racial do país a partir de uma perspectiva que silencia seus lugares de origem, ao mesmo tempo em que desconsidera sua própria responsabilidade na manutenção e reprodução do racismo e das desigualdades raciais no país, como visto anteriormente em Bento (2014). Além disso, ao narrar sua própria história por meio de pesquisadores dotados de diferentes perspectivas, mas quase sempre brancos e vinculados a ela, essa instituição apagaria os traços racistas contidos em sua fundação (re)produzindo uma ideia de neutralidade e universalidade a respeito de si própria.

Mesquita Filho identifica o negro, o imigrante e o brasileiro nato como participantes desta dinâmica política “decadente” que, segundo ele, o país atravessava. É possível notar em sua argumentação uma postura a partir da qual certos grupos são nomeados, analisados e responsabilizados pelos acontecimentos, sobretudo os negativos, do país. Ele afirma que

A solução do problema da escravatura e da crise formidável que a ela se seguiu; o início das correntes imigratórias e as suas conseqüências na evolução do país; a questão do elemento autóctone e a conquista da bacia amazônica pela civilização [...]. Em toda nação há um conjunto de problemas, que se entrosam e se ajustam, formando um todo perfeitamente homogêneo que a coletividade que a constitui procura resolver com o concurso dos princípios gerais e universais da ciência. Mas nem todas elas se apresentam com o mesmo aspecto, estando, como estão, sujeitas a variações impostas pelas condições peculiares ao meio respectivo, à época e a uma infinidade de circunstâncias, que cada vez mais se complicam, à medida que as novas descobertas vão tornando maiores as reações provocadas na mentalidade universal. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 79-80)

Nota-se que todos aqueles que se distanciam do ideal da branquitude preconizada por Mesquita Filho são apresentados como os problemas a serem resolvidos pela nação. São os negros, os povos originários, os imigrantes³⁹ e, em outros momentos do texto, as próprias elites oligárquicas, nomeadas como “as forças conservadoras” que atrapalham o desenvolvimento da

³⁹ Apesar de brancos e europeus, justamente por serem imigrantes, eles se afastavam do ideal de branquitude nacional e nacionalista vislumbrado por Mesquita Filho como parte importante da formação de quadros de lideranças para a constituição e o fortalecimento da pátria. Todos aqueles que não se sentiam pertencentes à nacionalidade eram compreendidos como problema, por isso, apesar de brancos, os imigrantes também entram nessa lista. O caráter nacionalista da branquitude vislumbrada pelo jornalista será apresentado oportunamente neste mesmo capítulo.

nação. O que Mesquita chama de “mentalidade universal” surge como um padrão a partir do qual estes problemas seriam entendidos nacionalmente.

A ciência e as instituições onde ela se desenvolveria eram entendidas como capazes de garantir a eliminação da crise e a condução do país ao sistema democrático e progressista encontrado nos Estados que ele compreende (e que compreendem a si próprios) como mais evoluídos. Para Mesquita Filho, a ciência moderna é dotada de um caráter universal que a qualifica para resolver aquilo que ele interpreta como sendo os problemas da nacionalidade brasileira. Entretanto, a própria perspectiva a respeito do que se entende como “problema da nação” é oriunda de um processo de colonialidade a partir do qual “os outros”, os povos originários, os negros, os imigrantes etc. são entendidos como inferiores. Nesse período, o racismo advindo da colonialidade anda de braços dados com a ciência moderna e com as perspectivas que entendem a ideia de progresso a partir da experiência das nações europeias e brancas. Dessa maneira, é o suposto modelo europeu de nação que define a heterogeneidade racial como um problema que impede a formação, o amadurecimento ou a completude, nos termos de Mesquita, de países como o Brasil. Vale lembrar que essa homogeneidade das nações “desenvolvidas” é também um mito. Tanto as nações europeias como os EUA apresentam grande heterogeneidade étnica e/ou racial, entre outras.

Ao mesmo tempo em que classifica e atribui características depreciativas aos diversos grupos que constituem a sociedade brasileira com base em padrões europeus de raça, cultura e sociedade, a voz de Mesquita e toda a sua análise argumentativa estão situadas em uma posição não nomeada. Ele não menciona o ponto de vista a partir do qual elabora suas interpretações. Sua situação social, sua identidade racial e seu posicionamento político são silenciados em um discurso que se apresenta como neutro ao classificar os outros. A apresentação de eventos políticos como fatos, bem como a comparação constantemente efetuada entre o Brasil e, ora os Estados Unidos da América, ora alguns países europeus, emprestam à sua argumentação um tom de veracidade, possibilitando que seu raciocínio pareça estar fazendo eco a uma voz neutra, universal. Podemos pensar a postura de Mesquita Filho a partir da seguinte reflexão:

Não existe posição que tenha mais poder do que aquela de ser “apenas” humano. O direito ao poder é o direito a falar por toda a humanidade. Pessoas racializadas não podem fazê-lo – podem apenas falar pela sua raça. Mas pessoas não racializadas podem fazê-lo, porque elas não representam o interesse de uma raça. Atribuir aos brancos uma raça é deslocá-los/deslocar-nos da posição de poder, com todas suas desigualdades, opressão, privilégios e sofrimentos; deslocá-los/deslocar-nos é cortar pela raiz a autoridade com a qual eles falam e

agem/nós falamos e agimos no mundo e sobre ele. (DYER, 1997⁴⁰ apud APPLE, 2001, p. 65)

O posicionamento de Mesquita permite concordar com a afirmação de Silva (2015) de que o lugar social e racial a partir do qual se deu a proposição de criação da Universidade de São Paulo era um lugar de branquitude. Seguindo a pista indicada por essa autora⁴¹, proponho retomar um dos elementos importantes na constituição desse conceito: a pretensa neutralidade de seu ponto de vista dado a partir do silenciamento em torno da racialidade contida na identidade branca. Vimos que este silenciamento ocorre ao mesmo tempo em que os “outros” são classificados e nomeados a partir dos parâmetros criados pela própria branquitude (BENTO, 2014, SCHUCMAN, 2014), projetando neles tudo aquilo que há de negativo, criando uma imagem de superioridade da identidade branca em relação às demais (FANON, 1980; BENTO, 2014).

Pensando com Bento (2014), Schucman (2014) e Fanon (1980), a posição adotada por Mesquita ao falar sobre os diferentes grupos sociais presentes na sociedade brasileira, associando-os a todos os males responsáveis pela crise nacional, contém essa característica da branquitude. Esses grupos eram previamente considerados como responsáveis pelos problemas nacionais, enquanto à elite intelectual, formada pela Universidade de São Paulo, caberia o papel de conduzir o país à solução desses problemas. Nota-se que, de acordo com o plano de Mesquita Filho, os formados pela Universidade enxergariam as questões nacionais sob o prisma da pretensa neutralidade e superioridade da branquitude, seguida da caracterização e hierarquização dos outros. Ou seja, a USP nasce com grandes tendências à fixação dos negros e dos povos originários no lugar de “objetos” de uma ciência e de um saber produzidos por pessoas brancas que se veem como neutras e, por isso, supostamente dotadas de uma voz universal que fala em nome da nação.

Assim, ainda que haja uma distância inevitável entre a USP idealizada por Mesquita Filho e a USP de fato, - visto que projetos sempre se transformam no decurso de sua execução -, os processos descritos no primeiro capítulo, de canonização de pesquisadores brancos no campo de estudos sobre negros, dados em paralelo com a invisibilização de intelectuais negros e com o

⁴⁰ DYER, R. *White*. New York: Routledge, 1997, p. 1.

⁴¹ Dado o escopo analítico de seu trabalho, Silva (2015) apresenta o conceito de branquitude e identifica Mesquita Filho e o grupo social a que ele pertence como sendo pertencentes à branquitude, no entanto não mobiliza o conceito em uma análise pormenorizada dos motivos pelos quais Mesquita, além de ser branco e pertencente à elite poderia ser situado desta maneira.

silêncio sobre raça e racismo na historiografia e nos documentos oficiais, são um elemento do projeto USP que se manteve de pé, a despeito dos conflitos e mudanças existentes na transposição do plano original dessa universidade para a sua existência efetiva. A USP é projetada como o *locus* da detenção do privilégio simbólico de classificar, hierarquizar, analisar, definir a nação e os povos diversos nela contidos, tudo isso a partir da legitimidade concedida pela prática da ciência moderna e pela pretensa neutralidade da identidade branca.

Mesquita Filho sustenta que, a longo prazo, a criação de universidades promoveria modificações duradouras na sociedade brasileira. Para ele,

[...] em dez ou quinze anos, não mais, veríamos operar-se, estamos certos, milagrosa transformação da mentalidade brasileira. Refundida a nossa cultura e estabelecida a disciplina na mentalidade do povo, sob a ação purificadora daqueles núcleos de meditação e estudos, não tardaria que a nação se aquietasse e que desaparecessem os vícios inumeráveis do nosso aparelhamento político-administrativo, oriundos, na sua quase totalidade, da assustadora insuficiência cultural dos nossos homens públicos. (MESQUITA FILHO, 1925, p. 90)

A cultura ocidental e a ciência moderna aparecem como dotadas do poder de realizar o “milagre” da transformação social brasileira. Elas promoveriam a disciplina da mentalidade do povo, purificando e aquietando a nação. As metáforas relacionadas ao divino, à elevação e à limpeza utilizadas para caracterizar as transformações advindas da adoção da ciência moderna nas universidades remetem ao conjunto de características apontadas por Fanon (1980) como constituintes do imaginário acerca do branco e das nações colonizadoras. O pensador martinicano sustenta que tudo o que se refere ao sagrado, à bondade e ao divino foi, durante o processo colonial, associado ao imaginário constituído pelo branco a respeito de si próprio. Por outro lado, a menção aos vícios e à insuficiência cultural aludem à visão que se formou acerca das populações negras durante o contato entre colonizador e colonizado, sendo associadas ao pecado, às trevas e à sujeira moral, como é possível ver a seguir:

Na Europa, o Mal é representado pelo negro. É preciso avançar lentamente, nós o sabemos, mas é difícil. O carrasco é o homem negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro – tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral. Ficaríamos surpresos se nos déssemos ao trabalho de reunir um grande número de expressões que fazem do negro o pecado. Na Europa, o preto, seja concreta, seja simbolicamente, representa o lado ruim da personalidade. Enquanto não compreendermos esta proposição, estaremos condenados a falar em vão do “problema negro”. O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e, do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca. Uma magnífica criança loura, quanta paz nessa expressão, quanta alegria e, principalmente, quanta esperança! Nada

de comparável com uma magnífica criança negra, algo absolutamente insólito. Não vou voltar às histórias dos anjos negros. Na Europa, isto é, em todos os países civilizados e civilizadores, o negro simboliza o pecado (FANON, 1980, p. 160).

Na Europa, o preto tem uma função: representar os sentimentos inferiores, as más tendências, o lado obscuro da alma. No inconsciente coletivo do homo occidentalis, o preto, ou melhor, a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome. (FANON, 1980, p. 161)

Fanon se refere à Europa, mas também ao conjunto de países colonizadores e colonizados, uma vez que as perspectivas oriundas dos países europeus foram disseminadas pelo mundo. Isto ocorreu especialmente em países que foram diretamente colonizados por europeus, como é o caso brasileiro. Mesquita Filho mobiliza os parâmetros europeus repetidamente, evidenciando o quanto a sua maneira de olhar para o mundo se entrecruzava com os pensamentos oriundos dessa cultura, a mesma cujas ferramentas teriam o potencial de “milagrosamente purificar” a mentalidade encontrada na sociedade brasileira. Se a cultura e a ciência oriundas da Europa encontravam-se no topo de uma escala hierárquica do saber, o mesmo ocorreria com os iniciados neste círculo de saberes. A universidade promoveria este contato propiciando superioridade intelectual àqueles que se apropriassem dessa cultura, desses conhecimentos e dessa forma de interpretar o mundo. A formação universitária daria aos futuros estudantes o privilégio simbólico de serem compreendidos como portadores das ferramentas de purificação milagrosa da nação.

A ciência moderna conduziria o país ao progresso, ao desenvolvimento e à própria modernidade. Bontempi Júnior (2008) demonstra que o discurso da modernidade era algo frequentemente mobilizado na defesa do projeto de criação da Universidade de São Paulo, seja em relação a outros projetos de universidade (como, por exemplo, a histórica disputa entre o projeto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FFCL – e a Escola Politécnica⁴²) ou em relação a grupos que, por motivos diversos, se posicionavam contra o projeto da USP, como é possível ver a seguir:

⁴² Sobre esta questão, Bontempi Júnior afirmou: “É notável a semelhança entre os discursos de politécnicos e “filósofos”: em ambos aparece a idéia de missão em nome da ciência e da modernidade, tendo como adversários os bacharéis e como quimera o alinhamento ao mundo civilizado. No caso dos filósofos, o saber considerado mais importante para a formação das elites e, conseqüentemente, para a condução da política, era o “conhecimento científico da sociedade”, detido pelo sociólogo. Por isso, tal pensamento engendrava, necessariamente, um modelo universitário em que a FFCL ocupava lugar destacado, pois “nela se formariam os cientistas sociais responsáveis pelo equilíbrio do organismo social”. Já na Escola Politécnica de São Paulo, assim como na do Rio de Janeiro e na Escola de Minas de Ouro Preto, a idéia de produzir elites “modernas” e dotadas de conhecimentos científicos fez prevalecer outro modelo, dito politécnico, que marca “o projeto de formação e a consolidação de uma elite técnica e científica capaz de responder a uma perspectiva de modernização, então em curso na vida brasileira, ainda sob o regime imperial.” (BONTEMPI JR., 2008, p. 179-180)

A modernização, tomada como objetivo indiscutível e tarefa dignificante, não era assunto e interesse exclusivo da elite responsável pela criação da USP, mas dos grupos que desde os fins do século XIX lutavam pela união, por parte da ciência e do Estado, de diferentes projetos de formação das elites dirigentes. Essa luta, que se traduziu em disputas por modelos de ensino e de formação e pela definição de uma hierarquia de saberes, opôs politécnicos, médicos e “filósofos”, que se insultavam mutuamente usando termos como “velho”, “tradicional” e “retrógrado”. No recinto de cada uma delas, é claro, “novo” era um atributo exclusivo. (BONTEMPI JR., 2008, 179-180)

Dessa maneira, diante das especificidades do contexto de transformações que impunham novas formas de legitimação do exercício do poder e da posição simbólica de superioridade, e ainda, diante das disputas no interior da própria branquitude em torno do projeto de universidade (e de nação) mais adequado para o país, o status da modernidade, relacionado à aquisição da ciência, surge como um argumento (também utilizado por outros grupos) que tem a intenção de valorizar o projeto de universidade defendido por Mesquita Filho. O argumento da modernidade, cujo valor simbólico pode ser relacionado ao imaginário constituído a respeito das diferentes raças, culturas e sociedades a partir da colonialidade, foi mobilizado não apenas para desqualificar e inferiorizar a população negra, descrita como primitiva e atrasada, mas também entre os próprios brancos a fim de definir que grupo teria legitimidade diante das posições de poder que disputavam.

O mesmo movimento é notável quando Mesquita Filho destaca as origens raciais paulistas, enfatizando a presença dos portugueses e dos povos originários, endossando um mito fundador da “raça dos paulistas”, em que o negro não se encontrava presente. Tendo em vista que a miscigenação era uma questão muito discutida naquele período, e que era compreendida por parte importante da intelectualidade como responsável pela degeneração nacional, ao reforçar este mito fundador racial do estado de São Paulo Mesquita diferenciava a branquitude paulista das branquitudes de outros estados brasileiros. Diferenciação realizada com base em elementos oriundos do pensamento racial que, ao mesmo tempo, colocava os brancos como superiores e mais capazes em relação aos negros, e era mobilizada entre os próprios brancos na defesa da branquitude mais pura, mais moderna, mais progressista, elevada, culta, científica, apta etc. Valores que, por serem associados à própria branquitude, permitem afirmar que ocorria uma disputa em torno da branquitude “mais branca”, a que originariamente deveria conduzir o país a um lugar de destaque entre as nações internacionais, uma posição que corresponde a uma reprodução nacional – regional e paulista – da colonialidade do poder.

Ainda que o livro analisado possa ser considerado como um discurso fundador da USP, tendo em vista a autoria, a riqueza de detalhes na explicação a respeito do papel da universidade que seria criada em São Paulo, bem como o próprio reconhecimento da importância desse discurso presente na historiografia sobre a instituição, o texto é de 1924, ou seja, 10 anos antes da fundação efetiva da USP. Entre ele e a criação da universidade propriamente dita, muita coisa aconteceu. A presente pesquisa se concentra na discussão da USP tal qual ela fora idealizada, entendendo que nem todos os atributos projetados durante sua concepção permaneceram e se sustentaram após sua criação de fato. Conflitos, restrições e transformações diversas fazem parte do que se coloca na transposição de qualquer projeto para a dimensão da efetividade. Entretanto, é possível pensar que o eixo central do que Júlio de Mesquita Filho anunciou como objetivo da USP no texto analisado, ou seja, a relação da Universidade de São Paulo com os propósitos da branquitude sob uma perspectiva de colonialidade sustentam-se enquanto ideais até sua fundação e os primeiros anos de sua existência.

...

Para verificar essa hipótese, será analisado um discurso de Mesquita Filho pronunciado três anos após a fundação da USP. Intitulado *Universidade, realização democrática*, ele foi proferido quando o jornalista foi convidado para ser paraninfo da primeira turma de formados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em janeiro de 1937. Esse discurso foi posteriormente publicado no livro *Política e Cultura*. Ele inicia falando sobre a formatura:

[...] e esta entrega de diplomas, ultrapassando de muito o significado de uma simples festividade escolar, marca uma etapa decisiva na história do pensamento nacional. [...] Assim, o fato de vos achardes prontos a preencher a lacuna centenária, que nos relegava à condição *humilhante e subalterna* de colônia intelectual, passa a assinalar uma das mais profundas transformações jamais verificadas em nosso meio. Encerrastes definitivamente um ciclo da nossa existência, para dar início a outro: o da nossa maioridade cultural. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 156, grifo nosso)

Mesquita Filho via a transformação do pensamento nacional como uma das finalidades da USP, a partir da construção de uma intelectualidade autônoma, ainda que orientada a partir dos princípios europeus. Era como caminhar com as próprias pernas, mas ainda seguindo os passos dos países considerados como civilizados. A ideia de maioridade cultural tem como referências de adultos a Europa e os EUA, ou seja, a perspectiva evolucionista pautada por esses países

permanece forte no discurso de Mesquita Filho e na forma como ele compreende o papel da Universidade de São Paulo após a sua fundação.

Após falar sobre as dificuldades políticas impostas pelas grandes dimensões e características do território brasileiro situado na zona tropical, ele diz:

Se excetuarmos a Rússia, nação alguma apresenta dentro dos próprios limites complexidade social que se lhe compare. Agrupamentos humanos primitivos na fase mental a que a escola durkheimiana denominaria mística, dominam em quase todo território dos estados do Amazonas e do Pará e em grande parte dos estados do Maranhão e Goiás. Nessas regiões, onde a própria terra parece não ter adquirido ainda a sua feição definitiva, a civilização, dada ao termo sua significação vulgar, é que é a exceção. Mais abaixo em direção ao Sul, muda o cenário, e, com este, o aspecto social do chamado Nordeste. Aí, se fizermos abstração de pequenos grupos imersos na massa da população, pouca coisa falta para que reconheçamos na sua plenitude os traços característicos do feudalismo. A aceitarmos as descrições de Graciliano Ramos, Jorge Amado, Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo, José Américo e tantos outros poderosos talentos, parou, aí, a nacionalidade, na época em que à sombra e proteção da Casa-Grande vivia, sem direitos nem consciência deles, a população inteira do Brasil. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 157)

Ele refere-se aos povos originários do norte do país como primitivos e em seguida condena o Nordeste, afirmando que ele estaria parado no tempo, atrasado e congelado no momento da escravatura, tendo como parte predominante de sua população os negros. Mais uma vez, Mesquita Filho se posiciona a partir do silêncio que possibilita sustentar a pretensa neutralidade de sua identidade branca para caracterizar os outros grupos presentes no país, associando-os a características negativas e colocando-os em posição de inferioridade. Mas, dessa vez, ele o faz em um discurso diretamente proferido para aqueles que eram os primeiros formandos da Universidade por ele idealizada. Se, em 1925, a visão de negros e povos originários como problema é parte do que estrutura os argumentos em prol da fundação da USP, em 1937, três anos após a sua efetiva fundação, este continua sendo o pensamento que anima sua existência. Mesquita Filho compartilha essa perspectiva com aqueles que ele entende que seriam os mais novos responsáveis por resolver esses supostos problemas.

É importante dar destaque à permanência dos povos originários e dos negros em seu discurso. O presente trabalho se concentra em pensar a relação da USP com os negros, mas não pretende reproduzir o silêncio perpetrado aos povos originários. Nota-se que os recursos argumentativos que posicionam esses dois grupos como sendo inferiores, primitivos, atrasados e como parte do problema nacional têm como origem a mesma perspectiva oriunda da colonialidade, assim como a maneira como a branquitude expressada por Júlio de Mesquita Filho

se posiciona em relação a ambos é similar. Ou seja, o argumento defendido aqui compreende que a Universidade de São Paulo foi pensada da branquitude e para a branquitude, favorecendo a compreensão de que os negros não foram o único grupo implicitamente excluído desse projeto de universidade, de intelectualidade, de nação e de poder. O mesmo se deu com os povos originários, a despeito de sua mobilização nas narrativas míticas de constituição da raça paulista.

Isso evidencia a atuação deliberada no sentido de autofavorecimento presente nos movimentos de construção identitária que a branquitude faz de si própria, pois, quando se trata de exaltar os bandeirantes como antepassados dos paulistas, afirmando a superioridade racial desse grupo, as características positivas dos povos originários com quem os primeiros colonizadores teriam se misturado são evocadas e enaltecidas, ao mesmo tempo em que se nega a existência de mistura com os negros. Entretanto, quando se trata de olhar para a nação de forma mais ampla, toda a região norte passa a ser discriminada por conta do suposto estado primitivo atribuído aos povos originários. Verifica-se uma plasticidade da interpretação sobre raça, a qual será ajustada de acordo com o interesse discursivo e com a conveniência da branquitude; neste caso, a branquitude paulista. A reprodução local de um elemento internacional que compõe a colonialidade só é possível conforme os brancos brasileiros se apropriam da perspectiva hierarquizante pautada na mobilização das ideias de modernidade, progresso, raça e nacionalidade, e as manuseiam, ao reivindicar para si próprios o lugar de “mais evoluídos” em relação ao restante da nação, num contexto em que “mais evoluídos” significa mais próximos aos ideais europeus de cultura, incluindo a própria interpretação da realidade a partir das lentes coloniais.

O pensamento racial que atingia os povos originários tinha a mesma base colonial de caracterização dos negros. As ideias de infantilidade ou imaturidade, demonstradas por Fanon (1980), também foram utilizadas em referência aos povos originários. O Nordeste, por sua vez, é associado ao sistema feudal. Tanto a caracterização dos povos originários como a descrição do Nordeste são elaboradas a partir de um referencial europeu. Esses padrões de análise da situação brasileira e do povo nacional são colonialistas/eurocêntricos. Verifica-se que Mesquita Filho defende a fundação de um pensamento nacional autônomo, sem perceber o quanto o seu próprio pensamento é colonizado, ou “humilhante e subalterno”, utilizando suas próprias palavras. Mais uma vez, a branquitude não enxerga as particularidades e limitações de sua própria forma de pensar, apresentando-a como universal e neutra. É isso o que torna possível ao jornalista utilizar

lentes europeias que, revestidas da legitimidade e do status da ciência moderna, apresentam-se ao mundo como lentes a partir das quais todos os povos e sistemas políticos, econômicos, culturais e intelectuais poderiam ser julgados, conforme demonstrou Grosfoguel (2016).

Mesquita Filho afirma que no Sul (que incluía o que hoje chamamos de Sudeste):

[...] surgem, como ilhas, as grandes aglomerações urbanas de estrutura social evoluída. [...] Algumas centenas de quilômetros ainda e atingiremos o Distrito Federal, parte do Estado de Minas e a totalidade de São Paulo. Assenta-se nesta região em alicerces profundos o único trecho de civilização industrial do complexo brasileiro. São o industrialismo moderno e a agricultura intensiva em toda a sua pujança. Atingimos nesta, quer social quer economicamente, maturidade plena. Por ela e só por ela integra-se o Brasil no número dos países plenamente evoluídos e que emprestaram à civilização moderna o seu feitio diferencial. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 157-158)

Ele destaca a exclusividade de São Paulo, Rio de Janeiro e parte de Minas Gerais em relação ao que chama de maturidade, as demais regiões e estados são entendidos como primitivos e responsáveis por fragilizar a nação, evidenciando mais uma vez a raça como componente central e fundante do pensamento de Mesquita Filho. A respeito da miscigenação, ele afirma:

Até aqui nenhuma referência fiz ao grau de extrema miscigenação que se verifica nas populações que ocupam o país, da fronteira norte de São Paulo ao Amazonas. Entretanto, estou em que valem tanto para o homem como para qualquer outra espécie as conclusões a que chegaram no terreno da biologia experimental Mendel, De Vries, Morgan e Goldschmidt. E a diferença de mentalidade, consequência necessária da variedade de estrutura dos diversos segmentos sociais em que se decompõe o organismo nacional. Pois bem, para se haver com essa trama quase inextricável de terríveis problemas, com que conta o Brasil?

Com os homens que conheceis, saídos das escolas de Direito, de Engenharia e de Medicina. É dessa escassa trilogia em que até aqui se resumiu todo o nosso chamado Ensino Superior, que se deveria valer a Nação para procurar atender às prodigiosas dificuldades com que sempre lutou. [...] Nesse estado de inacreditável indigência cultural atravessamos dois reinados, no Império, e cerca de quarenta anos, no regime republicano. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 158-159)

Aqui, ancorado no trabalho de intelectuais do campo da biologia, que debatiam as “leis da hereditariedade”, ele realçava uma suposta diferença de mentalidade que explicaria os níveis de evolução dos segmentos sociais, afirmando, assim, que caberia aos mais evoluídos, os paulistas, a “obra de remodelação do país” (SILVA, 2015). Nota-se que a miscigenação aparece como um dos problemas centrais, que afetaria a mentalidade de praticamente todos os estados ao norte de São Paulo, problema diante do qual o Brasil contaria apenas com pessoas formadas pelas escolas

profissionais. As teorias evolucionistas oriundas da transposição de estudos da biologia⁴³ para as “raças humanas” aparecem de forma explícita na definição do papel que teriam os recém-formados pela nova Universidade. O termo indigência cultural utilizado para se referir à ausência de outras possibilidades de formação, que se encontravam então restritas às escolas profissionalizantes, remete à maneira como o jornalista se refere aos povos “primitivos”, negros e povos originários, a norte de São Paulo.

Mesmo no seio das elites que acessavam esse modelo profissionalizante de ensino superior, havia, segundo o autor, um componente de inferiorização, neste caso, não ligado ao pertencimento racial, mas à ausência de domínio do tipo de saber associado a uma formação ampla e abrangente para além da base profissionalizante, saber fundamentado na epistemologia europeia. Ele também utiliza a expressão “mentalidade primária” para se referir aos resultados do sistema educacional brasileiro e em seguida fazer uma dura crítica ao ensino superior, que, segundo ele, permanecia o mesmo desde 1890.

Para Mesquita, uma das finalidades centrais de uma instituição de ensino superior seria “a missão de fazer progredir a ciência, de formar e guiar pesquisadores” (MESQUITA FILHO, 1969, p. 160). Assim como no texto de doze anos antes, a ciência produzida pela Universidade não é apresentada com o papel de compreender *quais* eram os problemas nacionais, mas com a finalidade de atuar a partir de um *entendimento pré-estabelecido acerca de quais eram esses problemas*. Na perspectiva do evolucionismo social e da referência colonial que tinha a Europa como modelo, a ciência produzida pela USP teria a incumbência de solucionar a questão da heterogeneidade da nação brasileira, conduzindo-a assim ao progresso, à civilização ou à maturidade intelectual. Em outras palavras, a ciência atuaria a partir de um pressuposto que compreendia a heterogeneidade racial como um problema. Para ele, a atuação da Universidade ocasionaria um reposicionamento do Brasil no cenário internacional, conforme podemos ver a seguir em uma fala sobre o ensino secundário:

Não desconheci que dele depende a maior ou menor aptidão das nações para conservar a própria independência, senão o lugar que porventura venha a ocupar na hierarquia internacional. É pois, de capital importância para as nacionalidades, a organização de um ensino secundário capaz de suscitar valores e capacidades em condições de construir uma sólida elite dirigente. (MESQUITA FILHO, 1969, p. 163)

⁴³ Gregor Johan Mendel (1822-1884) desenvolveu estudos sobre hereditariedade que tiveram influência significativa no desenvolvimento da eugenia. Para saber mais sobre o assunto, ver Silva (2015), que apresenta as descobertas no terreno da biologia e explica como elas foram transpostas para o pensamento social.

A preocupação do jornalista com a posição do Brasil em uma suposta hierarquia internacional se conecta, mais uma vez, ao processo colonial por meio do qual a Europa situa a si própria no topo, definindo, ao mesmo tempo, os critérios necessários para se aproximar dessa posição. O movimento de Mesquita Filho, tanto no discurso fundador como no de celebração da Universidade de São Paulo, contém elementos que demonstram uma movimentação nesse mesmo sentido. Ele define os critérios para ocupar o topo, relacionando-os à aquisição de saber com base na epistemologia europeia, posicionando a si próprio e aos seus neste mesmo lugar. Um movimento local de réplica da colonialidade posta de forma global. A instituição pensada pelo jornalista tem um papel primordial, neste movimento de definição dos critérios e estabelecimento dos grupos que ocupariam o topo da hierarquia nacional.

Dirigindo-se aos formandos, ele diz:

E, assim, tendes por principal missão criar um ideal, uma consciência coletiva, ou, para falar a linguagem da época, tendes por principal missão criar no espírito da juventude e instalar na alma coletiva a mística nacional. Será isso empresa acima de vossas forças? Não nos parece. Sois na quase totalidade nascidos em São Paulo e se porventura alguns dentre vós não viram pela primeira vez a luz do sol dentro de nossas fronteiras, aqui formaram o seu caráter e amadureceram para a vida do pensamento. Nessas condições, basta que volvais o olhar para o passado, basta que vos apliqueis a penetrar o verdadeiro sentido da nossa história para que não vos assalte a sombra de uma dúvida sobre a rota a indicar às gerações de amanhã. Se a tanto vos dedicardes, vereis que ao paulista de hoje o destino cometeu uma única tarefa: a de completar a obra iniciada pelo paulista do ciclo da penetração.

Porque, senhores, o Brasil nada mais é do que um problema posto pelas bandeiras [...] é na integração do problema brasileiro, tomando este vocábulo na sua acepção spenceriana, que devemos buscar o ânimo para enfrentar as vicissitudes que porventura nos queira ainda reservar a história. E que admirável mística: tirar essa imensa massa do seu estado atual, quase amorfo, para dar-lhe consistência diferenciada e definida! (MESQUITA FILHO, 1969, p. 166)

Aqui, além da exaltação a São Paulo como um local onde se formam os capazes para a liderança nacional, há uma referência ao que o jornalista considera a “verdadeira” história, na qual os bandeirantes, que ele chama de “paulistas do ciclo da penetração” seriam heróis nacionais. A ideia de mística nacional que precisa ser construída e incutida na juventude se refere a uma forma de interpretar a história do Brasil e, ao mesmo tempo, de definir seus objetivos e conduzir a nação em direção a eles.

Assim como em 1924, o discurso de 1937 não fala explicitamente sobre uma destinação da Universidade de São Paulo à branquitude; no entanto, o fato de um dos objetivos centrais da formação oferecida na recém-criada instituição estar atrelado a uma perspectiva em que negros e

povos originários são considerados como um problema nacional a ser resolvido possibilita compreender que aquele espaço não estava destinado a esses grupos. Sua exclusão neste espaço não ocorre de maneira nomeada, mas de forma implícita e silenciosa. É um acordo tácito que se reforça quando Mesquita Filho faz o seu discurso. O sentimento de responsabilidade e superioridade, tanto por serem paulistas como por serem brancos, é algo partilhado no momento da formatura, e fica presente nas entrelinhas do discurso de Mesquita Filho. É o pacto narcísico descrito por Cida Bento (2002): “um pacto silencioso de apoio e fortalecimento aos iguais [brancos]. Um pacto que visa conservar a manutenção de privilégios e interesses” (BENTO, 2002, p. 105-106). Segundo a autora, por não ser explícito, esse acordo se faz presente em diversos domínios da sociedade e das instituições, sem poder ser reconhecido e questionado. As falas explicitamente racistas de Mesquita Filho foram um guia para interpretar também os seus silêncios e afirmar que a USP foi concebida como parte de um projeto de nação com fortes influências coloniais em que se compreendia negros e povos originários como o problema, a doença a ser curada por meio de um conjunto de saberes de base eurocêntrica que iriam conferir legitimidade à elite branca dirigente da nação.

...

Durante os séculos XVI e XVII, São Paulo havia se constituído como um povoado pobre, com a população predominantemente formada por brancos de origem portuguesa e mestiços de indígenas com brancos. No século XVIII, a produção de cana-de-açúcar origina uma transformação social caracterizada pela introdução da escravidão negra. No final do mesmo século, tem início o plantio de café, que proporciona grandes lucros e faz de São Paulo um dos maiores produtores mundiais do produto. A cultura do café demandou um aumento da entrada de escravos no país, modificando especialmente a composição populacional de São Paulo, que, em meados da década de 1870, abriga a terceira maior população escrava do Brasil. Com o fim do tráfico negreiro em 1850 e a abolição em 1888, no final do século XIX, os grandes agricultores paulistas optaram pela vinda de imigrantes europeus, tornando São Paulo um dos maiores polos de imigração do mundo (SCHUCMAN, 2014).

A imigração cumpria com um duplo objetivo estratégico: branquear e europeizar a cidade e, diante do choque abolicionista, desqualificar a mão-de-obra dos negros.

Nesta mesma época, além da abolição, mudanças estruturais aconteciam no país, como a industrialização, a proletarização e a urbanização. A questão da identidade nacional brasileira e o futuro da nação eram amplamente discutidos pelos intelectuais brasileiros. (SCHUCMAN, 2014, p. 101)

Entre 1900 e 1920, a população de São Paulo cresceu quase 150%, chegando a 500 mil habitantes. Diante do crescimento da indústria, dos serviços urbanos ligados ao setor cafeeiro e da chegada de um grande número de imigrantes, houve uma significativa complexificação social, que culminou no surgimento de possibilidades de trabalho que instituíam novas formas de hierarquização social e status educacional, surgindo assim novos grupos sociais e interesses políticos (LIMONGI, 1988).

As identidades raciais brancas são construções sociais, localizáveis em cada sociedade e contexto histórico (LABORNE, 2017) e sua elaboração por parte dos sujeitos não ocorre de forma homogênea, já que há outros elementos que influenciam em sua constituição (SCHUCMAN, 2014). É necessário, portanto, pensar nos diferentes grupos portadores da identidade branca, utilizando o plural: branquitudes. Nesse contexto, é possível pensar que, em São Paulo, entre os brancos, havia os cafeicultores, a camada média urbana, os trabalhadores, os imigrantes, a elite cultural, aqueles que ocupavam cargos políticos, entre outros. A elite branca, que anteriormente ocupava lugar de poder no sistema escravista (os antigos escravocratas), pode ser denominada como branquitude tradicional, uma vez que, na conjuntura histórica em que ela se formara, no período que antecede essa grande complexificação social, sua posição em relação às pessoas negras escravizadas tinha como elemento central a brancura e a propriedade de terras, que eram então o bastante para os situar no lugar social da branquitude e do poder, ao menos em relação aos negros.

No novo contexto, o conjunto dos portadores da identidade branca torna-se mais complexo e multifacetado. Se, antes da complexificação social vivenciada pela cidade de São Paulo, a brancura e a propriedade eram o suficiente para legitimar a posição de poder encontrada pela branquitude tradicional, a partir do momento em que ocorreram grandes transformações, esse grupo passou a precisar de mais elementos que o caracterizassem como apto para ocupar os lugares de poder em disputa no país. Daí a necessidade de uma instituição educacional – representada pela ideia de ciência moderna – reputada como detentora e transmissora do conhecimento considerado como mais elevado naquele contexto, para atualizar a legitimidade de uma fração da branquitude frente às posições de poder.

A Universidade, tanto em seu imaginário de formação, como nas transformações que sua presença supostamente traria ao país, englobava um conjunto de características e maneiras de interpretar a sociedade, os quais atualmente se encontram agrupados sob o prisma da branquitude.

Ela daria aos seus egressos o poder simbólico necessário para justificar sua posição, não apenas em oposição aos “Outros”, vistos como primitivos em função de sua raça, mas aos próprios brancos de outras regiões do Brasil, ou mais distantes do que agora se definia como moderno. O que caracteriza a fração da branquitude entendida por Mesquita Filho como apta a conduzir a nação é uma intensificação de atributos pertencentes ao próprio conceito de branquitude, sobretudo no que se refere à cultura. O sonho de Universidade de Mesquita Filho é um polo local de propagação da colonialidade que iria capacitar, institucionalizar, legitimar essa branquitude paulista assentada em valores como o nacionalismo, a suposta universalidade científica, o eurocentrismo e o discurso do progresso político e econômico necessários para conduzir uma nação “heterogênea” para o sucesso junto às consideradas grandes nações democráticas modernas.

Capítulo 4 – Mística Nacional: encobertos pela pretensa universalidade

Antes de iniciar a análise [...], é necessário destacar que uma das dimensões mais importantes da branquitude em nossa perspectiva é que ela é lugar de silêncio, omissão e suposta neutralidade, emergindo essencialmente na maneira como o assunto “negro” é focalizado ou omitido, e no silêncio sobre o lugar que o branco, enquanto branco, ocupa no discurso [...]. (BENTO, 2002, p. 73)

Fernando de Azevedo foi outra personalidade importante na criação da USP. Sociólogo e educador, foi responsável por sistematizar, a pedido de Armando de Salles Oliveira e de Júlio de Mesquita Filho, seu amigo pessoal, as ideias que seriam apresentadas como o plano de fundação da Universidade (CARDOSO, 1982; SILVA, 2015).

Entendemos que Fernando de Azevedo foi um dos principais mentores intelectuais do Projeto USP, uma vez que foi o educador responsável por sua elaboração e redação [...]. Neste sentido, juntamente com Júlio Mesquita Filho, Azevedo figura como um dos principais representantes das ideias contidas no Projeto USP, ao menos do ponto de vista de sistematização das ideias defendidas por Júlio de Mesquita Filho. (SILVA, 2015, p. 26)

Fernando de Azevedo é um nome de importância na educação, de maneira mais abrangente, tendo sido parte de episódios bastante relevantes nos encaminhamentos da educação brasileira (SILVA, 2015). Dentre os diversos autores que se debruçam sobre a biografia, a obra e os feitos políticos deste educador, Silva (2015) e Dávila (2006) nos oferecem um bom panorama, tendo em vista o enfoque na influência que o pensamento racial do autor teve em suas práticas no campo educacional.

Nascido em 2 de abril de 1894, em São Gonçalo do Sapucaí (MG), Fernando de Azevedo estudou, ao longo de cinco anos, letras clássicas, poética e retórica, língua e literaturas grega e latina. Em 1918, formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Largo de São Francisco [...]. Entre 1926 e 1930, ocupou o cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal e, em 1933, em São Paulo. Nestas ocasiões, foi um dos principais responsáveis pela reforma do Ensino nesses estados.

Destacam-se, dentro da sua atuação na educação brasileira, dois fatos: o primeiro é que Fernando de Azevedo foi um dos grandes expoentes do movimento escolanovista no Brasil, sendo redator do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932; o segundo é que foi uma importante figura na concepção do projeto que deu origem à USP [...].

[...] como outros pensadores de seu tempo, Fernando de Azevedo procurou responder à grande questão que motivava as elites das primeiras décadas do

século XX: a construção da nação brasileira. Sua reflexão foi edificada sobre o repertório intelectual disponível que, naquele momento, correspondia às interpretações produzidas dentro do arcabouço da medicina social, isto é, da higiene, do sanitarismo e da eugenia [...].

Fernando de Azevedo apostou na educação como instrumento para promover a mudança no povo e, conseqüentemente, no país. Nesse processo, a Educação Física teve um papel importante. (SILVA, 2015, p. 187)

Fernando de Azevedo também foi um dos fundadores da definição do lugar que seria dado aos negros na história da educação durante um longo período. De acordo com Fonseca (2007), no livro *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*, Fernando de Azevedo (1963) apresenta a escravidão como tendo um papel econômico importante na constituição da sociedade brasileira e os negros como participantes restritos ao mundo do trabalho a partir de sua “capacidade de submeter-se ao comando e à ordem dos brancos” (FONSECA, 2007, p. 23). Azevedo não trata explicitamente da temática da educação dos negros, mas o tema está implícito “na narrativa e nas escolhas conceituais do autor que reafirma a condição dos negros como escravos e delimita lugares sociais bastante precisos para esse grupo. Entre esses lugares, não considera a escola” (FONSECA, 2007, p. 25). Este livro foi um pilar importante para a perpetuação de um padrão analítico no campo da história da educação. Segundo Fonseca (2007), esse padrão de análise que à primeira vista não aborda a questão referente à educação dos negros permaneceu preponderante na história da educação por um longo período, contribuindo para a reprodução de um conjunto de generalizações infundadas a respeito da história da educação dos negros.

Assim como Mesquita Filho e parte importante da elite branca paulista, Azevedo mobilizava a imagem dos bandeirantes como desbravadores, descendentes de europeus que abriram caminho para o futuro de São Paulo (SILVA, 2015). Atuou como secretário da primeira Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada em 1928 por Renato Kehl (DÁVILA, 2006), com quem ele teve, além de trocas intelectuais, um laço importante de amizade ao longo dos anos 1920 (SILVA, 2015). Azevedo levou a eugenia, propagada como ciência capaz de responder às questões de como regenerar o Brasil, para o debate da educação física (SILVA, 2015). Fez parte de uma sucessão de educadores que expandiram e reformaram os programas de aprendizagem dos professores da cidade do Rio de Janeiro “colocando em prática valores que definiram o ensino como uma profissão branca, feminina e de classe média” (DÁVILA, 2006, p. 162) com base em um determinado perfil físico e psicológico que restringiu sistematicamente a presença de mulheres negras no papel de professoras (MÜLLER, 2008).

Ao falar sobre a história da educação física no Brasil, de forma semelhante ao que se dá nos escritos de Mesquita Filho, em um de seus textos, Azevedo apresenta o ano da abolição da escravatura como um marco que, segundo ele, interrompia um período positivo para a promoção da higiene e da saúde física e mental dos paulistas (SILVA, 2015):

Em sua narrativa, tem-se a impressão de que nesses períodos vivia-se uma situação quase paradisíaca. As intempéries são apresentadas como ocasionadoras do desenvolvimento e “ousadia empreendedora” dos paulistas. A força, a saúde e o caráter dos “nossos antepassados”, afirmava Azevedo, estavam relacionados à “vida ao ar livre, nas fazendas e cidades”. Em sua visão, tudo congregava para a saúde, a higiene e o progresso. Em nenhum momento da narração Fernando de Azevedo faz referência à escravidão, tampouco aos escravizados. O discurso enfoca a presença dos “portugueses” e “bandeirantes” – ainda que fale do “povo”, este não passa de coadjuvante e expectador do desenvolvimento das elites rurais e urbanas (AZEVEDO, F., [1930a] 1960, p. 284).

A impressão que causa ao leitor é que nesse tempo (período entre a colonização e o império) havia uma confluência entre homem e meio a ponto de compor um sentido de ordem que levava ao progresso. Todavia, apontava que essa ordem fora modificada a partir de 1888, data da Abolição da escravatura.

Na seção que segue intitulada: “A transformação do meio social e o veículo”, Azevedo afirmava que, em decorrência da Abolição, ter-se-ia a derrocada dos fazendeiros, o que produziu o “êxodo crescente” dos rapazes das fazendas para as cidades, processo que é visto como o momento em que a juventude (a próxima geração) passa a se “degenerar” perdendo o “vigor”, mas também “a honestidade de costumes”, caindo num “relaxamento moral” [...]. (SILVA, 2015, p. 202-203)

Sua obra destaca também os portugueses como símbolo de força, bravura e moral, e deprecia o legado dos africanos, ao falar dos capoeiristas como desordeiros, violentos e como “o terror da força pública” (SILVA, 2015):

A capoeira não poderia ser aceita como esporte nacional, pois era coisa reduzida a africanos e mestiços, e por isso era – segundo Azevedo – fator de desordem e de violência, além de produzir homens de físico e de caráter duvidosos. E aqui novamente vemos o padrão de homem desejado por Fernando de Azevedo (e Renato F. Kehl): o padrão apresentado pela Grécia e Suécia. (SILVA, 2015, p. 205)

A negação da possibilidade de que a capoeira pudesse ser reconhecida como um esporte nacional pelo fato de sua ligação com os negros revela uma perspectiva sobre a identidade nacional como sendo vinculada exclusivamente à cultura branca de origem europeia. Essa visão se verifica também nas referências saudosas e orgulhosas feitas aos bandeirantes, celebrados por conta de sua proximidade com os europeus. Esse movimento pode ser interpretado à luz da ideia de patologia social do branco brasileiro, conforme descrito por Ramos (1957). Silva (2015) nos mostra que Azevedo compreende a educação como sendo vinculada aos interesses nacionais.

Desse modo, se sua perspectiva sobre a nação exclui negros e suas manifestações culturais, os interesses da nacionalidade se limitam aos interesses da branquitude, compreendida como personificação da nacionalidade.

Ao analisar seu pensamento da primeira e segunda década do século passado, foi possível perceber que desenvolveu sua visão sobre o Brasil dentro de uma perspectiva “otimista” em consonância com o pensamento médico-sanitarista e eugênico. Em sua análise sobre o país é possível perceber a sobrevalorização do europeu em detrimento, particularmente, do africano e de seus descendentes. Nesse sentido, é possível vislumbrar que também em Fernando de Azevedo a estratégia da doença como metáfora para a raça se fez presente. A ênfase recaía sobre a regeneração dos corpos e das mentes, para tanto a educação física é apresentada como essencial. (SILVA, 2012, p. 209)

A questão envolvendo raça e nação esteve presente no centro do pensamento de Fernando Azevedo por um longo período (SILVA, 2015) e produziu resultados importantes nas políticas educacionais que ele liderou (DÁVILA, 2006). É possível notar uma semelhança entre o discurso de Mesquita Filho em relação à formação das elites nacionais que conduziriam a nação ao progresso e o que Dávila apresenta como discurso de Fernando de Azevedo que

[...] acreditava que a ordem social dependia de uma elite bem treinada, porque “a educação das massas populares, sem a formação de elites capazes de orientá-las e dirigi-las, importaria na mobilização de forças para a pior das demagogias”. (DÁVILA, 2006, p. 162)

Em ambos os casos, a educação estava implicada numa luta contra o atraso do Brasil e a formação de uma elite qualificada era apresentada como um remédio. Fernando de Azevedo se preocupava com a constituição de um corpo docente

[...] moderno, que se coadunasse com a imagem de uma elite moderna treinada cientificamente, muito bem educada, refletindo as normas mais rigorosas de saúde, temperamento e inteligência, e dotada de um senso corporativo de identidade de classe social semelhante ao dos militares. (DÁVILA, 2006, p. 165)

Compreendida a partir da informação de que as medidas tomadas por educadores e reformadores educacionais, entre os quais se encontrava Azevedo, resultaram num processo de branqueamento do corpo docente (DÁVILA, 2006; MÜLLER, 2008), a referência ao senso corporativo de classe que ele entende como necessário ao novo magistério remete à ideia de Pacto Narcísico, formulada por Bento (2002). A fundação da USP esteve alinhada com as necessidades que Azevedo enxergava no ensino público, uma vez que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras teria, como um de seus papéis centrais, a formação de um corpo docente para o ensino secundário. Este corpo docente estaria imbuído deste laço, Deste senso corporativo, que era constituído por uma identificação racial de si e do país como brancos, sem espaço para

integrar os negros e suas manifestações culturais aos seus vislumbres de modernidade, ciência e identidade nacional. A seguir serão analisados textos em que Fernando de Azevedo fala sobre o papel da Universidade ou sobre políticas educacionais que ajudam a compreender suas perspectivas sobre este papel.

Publicado no livro *Educação e seus problemas*, o texto intitulado *A Missão da Universidade* trata de uma conferência pronunciada por Fernando Azevedo em janeiro de 1935 na sessão solene de encerramento dos cursos do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. O educador começa falando sobre as sessões solenes e seus sentidos, afirmando que elas contêm “qualquer coisa de religioso nas homenagens que se prestam aos mestres e nas despedidas que se dão aos discípulos” (AZEVEDO, 1958, p. 53). Ao longo dos primeiros anos de existência da USP, a autoimagem dos egressos - de superioridade moral, maturidade cultural, neutralidade científica, disciplina, esclarecimento, racionalidade e responsabilidade pela missão de civilização e regeneração do Brasil – foi afirmada por meio de metáforas religiosas e compreendida como dotada do poder de elevar o país ao conjunto de países desenvolvidos (BONTEMPI JR., 2008). Tais atributos coincidem com componentes do conceito de branquitude e do eurocentrismo oriundos da colonialidade. O tom inicial de Azevedo nesse texto indica que os ideais formativos vislumbrados por este outro importante fundador da USP também coincidiam com atributos da branquitude.

O reformador afirma que a ciência tem o papel de promover a discussão advinda de contradições, mas que o momento histórico é de correntes políticas que fazem apelo à força que “esmaga a inteligência e a liberdade” (AZEVEDO, 1958, p. 58). Neste sentido, o governo do Estado de São Paulo teria criado a Universidade como um

[...] protesto de afirmação da fé na liberdade de pensamento e de investigação, de crítica e de debate, que constitui o fundamento das *instituições democráticas e universitárias*. É a resposta de S. Paulo aos ideais da força e da violência. A criação da Universidade importa, de fato [...] numa declaração de princípios, segundo os quais se substitui a ordem da força pela ordem do pensamento; a violência que corta as discussões pela liberdade que as estimula; a obstinação que geram os preconceitos pela tolerância que é inerente ao próprio espírito científico. É na Universidade que se podem plasmar homens e ideais capazes de resguardar, dos perigos que as ameaçam por todos os lados, a democracia e a ciência, a autoridade e a liberdade, e de opor *um sistema democrático de seleção e utilização necessária das capacidades recrutadas em todas as camadas sociais* a todo um *sistema demagógico* que, tendendo ao nivelamento dos bens e dos indivíduos, tende a rebaixar aquele que pode mais e a paralisar, em consequência, o esforço, a criação e a vida. (AZEVEDO, 1958, p. 58, grifo nosso)

Nota-se que Azevedo apresenta a tolerância como uma das características do espírito científico supostamente aberto para um sistema em que todos teriam acesso, independentemente de sua origem social. Para ele, a Universidade se coloca “contra o despotismo e contra a anarquia mental em todas as suas formas e manifestações” (AZEVEDO, 1958, p. 58). Ao mesmo tempo, seu papel seria o de “uniformizar, portanto, o pensamento humano, de modo que, como se dá no campo estritamente científico, o que é verdade para uns, o seja também para todos (AZEVEDO, 1958, p. 59)”. A universidade promoveria *ao mesmo tempo* a pluralidade por meio da “tolerância” e uniformizaria o pensamento por meio da disciplina do método científico. Unificar e pluralizar de forma concomitante seria uma característica da Universidade. Ou seja, a tolerância seria “inerente ao método científico” ao mesmo tempo em que o pensamento produzido fora dele seria caracterizado como inferior, devido seu teor “anárquico”. Vale lembrar que a inferiorização de formas de conhecimento situadas fora do padrão eurocêntrico que define a ciência moderna é parte do processo de instituição da Colonialidade do Saber, dada por meio da imposição do racismo epistêmico (GROSGOUEL, 2016; QUIJANO, 2000b, 2000a, 2007).

Assim, se pensarmos nas intelectualidades negras presentes em São Paulo nas décadas de 1920 e 30, uma vez que suas interpretações sobre nação, política e sobre a própria negritude (que serão apresentadas na terceira parte da tese) são desenvolvidas fora do contexto do método científico e sem o abrigo de instituições onde se desenvolve esse tipo específico de conhecimento, a ideia de que essas intelectualidades, suas perspectivas e propostas políticas seriam menos objetivas e portanto dotadas de menor valor, ganha corpo, já que o pensamento que se dá fora do método científico é entendido como inferior, associado à subjetividade e à particularidade passíveis de serem superadas somente pelo advento da ciência moderna, pretensamente universal. A institucionalização da legitimidade exclusiva do método científico cria uma roupagem institucional para as possibilidades de desvalorização do conhecimento produzido fora dele. Com a fundação da Universidade de São Paulo, nasce um mecanismo institucional e estatal de exclusão e inferiorização dos grupos que pensam a realidade brasileira fora dos parâmetros da ciência moderna.

No início do texto, Azevedo fala do papel da Universidade, de combater, a partir do pensamento, os regimes de força fundamentados na violência e no autoritarismo. Ele se refere à força física, às forças armadas, ou seja, violência física. Por meio das análises do restante de seu discurso, entretanto, é possível perceber o estabelecimento de uma outra força violenta, apoiada

no simbólico, nos valores em que a epistemologia europeia é imposta de forma autoritária como sendo a única forma legítima de produção de conhecimento. Isto se dá por meio da força de um discurso que, na realidade, só se sustenta com base na brutalidade bastante objetiva e concreta dos processos de racialização que constituíram a colonialidade, conforme evidenciado por Grosfoguel (2016).

Ainda no mesmo discurso, o educador afirma:

A função que cabe à Universidade, criada no momento em que o Brasil se encontra em presença das mais graves questões para resolver e em face dos problemas definitivos de sua organização, não poderá desempenhá-la, sem que, de um lado, subordine o seu sistema institucional a um certo número de ideias e diretrizes fundamentais que devem ser a carta de sua vida normal, e apresente, por outro, como uma instituição social, natural e viva, uma relação estreita com a vida nacional e um grande poder de plasticidade e de adaptação. Para que adquira a consciência de sua verdadeira missão e dos rumos que deve seguir; para servir à ciência e à obra de reconstrução nacional, precisa, sem dúvida, ser reforçada e ampliada por uma constante *tomada de contato* com as grandes forças vivas da nação. Mais do que um sistema de ensino superior, no conjunto de cujos institutos se elaboram a ciência e a alta cultura, ela deve ser “o centro orientador de todas as energias coletivas”, em que se forjam e se condensam as modalidades e os ideais que se pretenda imprimir à nação; e, por isto mesmo, como não pode dar forma e expressão senão aos ideais e às correntes do tempo e do meio, nem trabalhar senão com o material que lhe fornece a vida social, ela tem de transformar-se num sistema de antenas suscetíveis de entrar em vibração aos menores contatos sociais ou num órgão sensível a todas as inquietações e aspirações coletivas, e, por isto, capaz de se antecipar aos acontecimentos, para orientar eficazmente as transformações sociais, políticas e econômicas. (AZEVEDO, 1958, p. 59, grifos do autor)

Ao mencionar “todas as energias coletivas” e as “grandes forças da nação”, como parte do que deve estar em contato com a USP para que ela desempenhe o papel de se tornar o centro orientador da reconstrução nacional, não há qualquer indício de que os negros e os povos originários estejam sendo considerados entre essas forças. Ao contrário, quando ele afirma que “o Brasil se encontra em presença das mais graves questões para resolver e em face dos problemas definitivos de sua organização” sem explicitar quais seriam essas graves questões, é possível pensar que a força das ideias sobre raça e nação presentes naquele período possibilitavam que Azevedo se referisse a elas sem a necessidade de nomeá-las da maneira explícita, como havia feito seu parceiro Mesquita Filho. A associação frequente entre as questões nacionais e o papel da Universidade indica o estabelecimento de uma relação entre o acesso ao ensino superior e a possibilidade de tomar parte nas definições dos caminhos que levariam às transformações sociais,

políticas e econômicas do Brasil, retirando o povo negro, mestiço e indígena do que se entendia como atraso e degeneração.

Ao falar sobre o espírito científico, Azevedo afirma:

A principal característica das Universidades modernas, por toda parte, é “o espírito científico de pesquisa”, isto é, a indagação completamente objetiva e livre de quaisquer considerações que não sejam a busca da verdade, e que só se criará pelo estudo e pela pesquisa da ciência pura. (AZEVEDO, 1958, p. 6)

Mais uma vez nota-se a perspectiva que universaliza um certo tipo de conhecimento e sua produção, dotando aqueles que o detivessem da possibilidade de serem completamente objetivos. Vale a pena compreender melhor as raízes filosóficas dessa ideia que Grosfoguel (2016) sintetiza bem:

A moderna filosofia é supostamente fundada por René Descartes (2013). A frase mais famosa de Descartes – “penso, logo existo” – constitui uma nova fundação do conhecimento que desafiou a autoridade do conhecimento da cristandade desde o Império Romano. A nova fundação do conhecimento produzida pelo cartesianismo não é mais o Deus cristão, mas o novo “Eu”. Embora Descartes nunca tenha definido quem é esse “Eu”, está claro em sua filosofia que o “Eu” substitui Deus como a nova fundação do conhecimento e seus atributos constituem a secularização dos atributos do Deus cristão. Para Descartes, o “Eu” pode produzir um conhecimento que é verdadeiro além do tempo e do espaço, universal no sentido que não está condicionado a nenhuma particularidade e “objetivo”, sendo entendido da mesma forma que a “neutralidade” e equivalente à visão do “olho de Deus”.

Para afirmar a existência de um “Eu”, que produz conhecimento equivalente à visão do “olho de Deus”, Descartes manteve dois argumentos principais: um é ontológico e o outro é epistemológico. Ambos constituem a condição de possibilidade para afirmação de que esse “Eu” pode produzir um conhecimento que é equivalente à visão do “olho de Deus”. O primeiro argumento é o dualismo ontológico. Descartes afirma que a mente é uma substância diferente do corpo. Isso permite à mente estar indeterminada e incondicionada pelo corpo. Dessa maneira, Descartes pode afirmar que a mente é similar ao Deus cristão, flutuando no céu, indeterminada por nenhuma influência terrestre e que pode produzir conhecimento equivalente à visão do olho de Deus. A universalidade equivale aqui à universalidade do Deus cristão, no sentido que não está determinada por particularidade alguma, está além de qualquer condição particular da existência. (GROSFOGUEL, 2016, p. 28-29)

Os estudantes da USP são convidados a formular sua autoimagem enquanto representantes da universalidade no contexto nacional e a acreditar na ausência de subjetividade e particularidade do pensamento desenvolvido a partir do método científico, sem considerar o caráter particular da definição de conhecimento assentada nos moldes da modernidade/colonialidade. Os formandos seriam os seres pensantes da nação, os olhos capazes de ver tudo, os detentores do saber capaz de resolver todos os problemas. Seriam os definidores

de critério de legitimidade da ciência, mas também da própria existência, já que, só a partir da universalidade, é possível legitimar a hierarquização da sociedade a partir de critérios próprios. A base cartesiana fundamenta a noção de universalidade, e esta, por sua vez, fundamenta, alimenta e inspira o discurso que Azevedo faz aos formandos da USP, incitando-os a se identificarem com ela.

Outro tema presente nos documentos anteriores e que se repete no discurso de Azevedo é o componente da solidariedade necessária entre os membros da comunidade universitária:

Os trabalhos de laboratórios e de seminário, as investigações e os inquéritos devem, pois, preponderar no plano das atividades universitárias, para que o gosto e os métodos de observação, de experimentação e de descoberta científica se instalem na vida normal da Universidade; nela se forme um grupo de iniciadores e de mestres em todos os ramos de estudo, e se desenvolva um espírito comum de pesquisa livre e desinteressada e de cooperação incessante, com o qual se possa manter, através de todos os obstáculos e das diferenças individuais de caracteres e de opiniões, uma solidariedade profunda e irredutível entre os seus membros. (AZEVEDO, 1958, p. 61)

No contexto de um grupo que funda uma instituição afirmando sua pluralidade ao mesmo tempo em que enxerga os negros como intelectualmente inferiores e os considera como centro do problema nacional, a ideia de solidariedade profunda e irredutível, a despeito das diferenças, não engloba as diferenças raciais. Os negros são, para eles, o problema nacional, que será resolvido pela fundação de uma universidade, a qual irá desenvolver e propagar uma cultura, um saber e um tipo de pesquisa supostamente neutros, mas completamente vinculados à colonialidade a partir da qual ocorre a própria inferiorização dos negros. As diferenças que deverão ser superadas pelo espírito de solidariedade mencionado por Azevedo não incluem perspectivas oriundas de pertencimentos identitários distintos, entretanto isso não é mencionado de forma explícita. Assim como foi verificado no decreto de fundação da USP, o silêncio sobre as exclusões em curso, dado em paralelo com o uso de referências que sugerem ampla inclusão, configura uma maneira sofisticada de ocultação da presença do racismo nas bases do pensamento e das instituições moldadas por ele. Os silêncios, ao mesmo tempo, evidenciam a força de determinados pressupostos e dificultam sua identificação. Conforme visto com Bento (2002), a própria solidariedade interna constituinte da branquitude se baseia nesses silêncios.

A ideia do Pacto Narcísico possibilita visualizar que a branquitude não pode ser compreendida como um todo coeso que produz apenas unanimidades. Existem divergências e conflitos (assim como eles existem entre os negros), entretanto, é justamente na relação com os

negros, e também com a população indígena, que se verifica a unidade presente em seu interior. Em meio a um conjunto importante de discordâncias, os “outros” unificam a branquitude em seus posicionamentos hostis, mais ou menos explícitos, seja por meio dos silêncios a seu respeito nos discursos e na historiografia, das referências diretas ou indiretas à sua suposta inferioridade, ou ainda por meio de sua exclusão da Universidade recém-criada, que se configurou como um novo espaço de incubação de ideias e projetos intelectuais e políticos para a nação.

Azevedo prossegue:

A necessidade, por um lado, de limitar cada qual o campo de suas investigações e a absorção integral que exige o trabalho de pesquisa, e sobretudo, por outro lado, o progresso e o desenvolvimento contínuo das ciências experimentais, tornam hoje impossível o tipo do “homem universal” e extremamente raros os homens que, em outros tempos, não separaram nas suas aspirações, o culto das letras e o das ciências. [...] Mas, se é certo que o progresso vertiginoso das ciências acentuou o antagonismo dessas tendências rivais que dão aos próprios homens de ciência a oportunidade e o meio de se desprezarem uns aos outros, não é menos verdadeiro que o estudo exclusivamente especial, científico ou matemático, constitui uma perigosa mutilação do homem e que a especialização imposta por uma disciplina científica, se deve construir sobre a base sólida e larga de uma cultura geral, filosófica e literária, capaz de estabelecer o concurso e harmonia entre as atividades e as exigências do espírito e um estreito laço de solidariedade moral entre os homens. (AZEVEDO, 1958, p. 61-62)

Aqui, há a argumentação que fundamentou a estrutura da FFCL na ocasião da fundação da Universidade de São Paulo. Azevedo partilhava com Mesquita Filho a ideia da necessidade de uma formação de base comum que extrapolasse os limites das disciplinas. Além disso, chama atenção a maneira como essa formação está atrelada à ideia de “homem universal” e de solidariedade moral. A pretensa universalidade, elemento constituinte do conceito de branquitude e do eurocentrismo, que se encontra como um componente presente tanto nos discursos dos fundadores da USP como em referências importantes da historiografia que se dedica a contar a história dessa instituição, está associada ao domínio dos diversos campos de saber. O fato de que a própria elaboração e definição do que poderia se constituir como saber legítimo era algo restrito pelo contexto da colonialidade era desconsiderado por esses intelectuais, que tinham a Europa como ponto de referência para suas interpretações da realidade e para suas aspirações de sucesso, nação e progresso.

[...] o que é um belo ideal, tão fecundo como pouco acessível, no homem da ciência é, de certo modo, um imperativo categórico no homem público, que tem de ser, pela própria natureza de sua função, não o “homem universal”, mas um homem de ideias e vistas gerais que tenha no espírito abertura em todas as direções. (AZEVEDO, 1958, p. 62)

Mais uma vez, a ideia de olhar em todas as direções se opõe ao conhecimento concentrado em determinadas disciplinas. O referencial teórico dos estudos críticos da branquitude, apresentado no primeiro capítulo, ajuda a compreender que, tendo em vista a pretensa neutralidade contida na subjetividade branca, a característica da subjetividade negra poderia ser por si própria um elemento que impediria o “olhar em todas as direções”, apontado por Azevedo como sendo imprescindível para o homem público. Dessa maneira, apenas o branco, compreendido como neutro, seria dotado dessa habilidade, e o único com condições de ser entendido como representante universal da humanidade. Destaca-se o fato de que somente esse domínio de uma cultura dita “livre e desinteressada” elevaria alguém à condição de ser capaz de olhar em todas as direções. A terceira parte desta tese, refere-se à Imprensa Negra Paulista, e irá trazer perspectivas e posicionamentos que evidenciam outras definições possíveis de “direções” para as quais é preciso olhar, e não apenas as dadas pelas diferentes áreas de saber presentes na Universidade de São Paulo, e sobretudo na FFCL, perspectivas essas, ausentes na maneira como os fundadores apresentam o suposto caráter livre, desinteressado e universal do conhecimento a ser produzido e veiculado pela USP.

Ao falar sobre o papel da Universidade e das ciências na formação profissional, Azevedo afirma:

Se a Universidade deve organizar-se em função das múltiplas necessidades da vida social e se ela pretende exercer uma influência tão profunda como larga, deve tornar-se cada vez mais acessível a todos os grupos profissionais [...] e, portanto, às necessidades de todas as profissões de base científica, que constituem as molas essenciais da riqueza e das atividades da nação. (AZEVEDO, 1958, p. 64)

Uma instituição que se organiza em função das múltiplas necessidades sociais é diferente de uma instituição que define os rumos da vida social. Ainda que a definição de tais rumos se dê a partir das múltiplas necessidades presentes no contexto social, para que isto se concretize seria necessário escutar e legitimar todos os grupos e suas respectivas necessidades. Entretanto, a discussão se limita às diferentes áreas profissionais, já consolidadas e dominadas por diferentes grupos no interior da elite branca. Ao mencionar ainda que as atividades científicas seriam as molas essenciais da riqueza da nação, nota-se uma valorização do trabalho intelectual em detrimento de outros, que também fazem parte da propulsão da economia e da organização social. Na fala de Azevedo, ora o foco está na ciência desinteressada, ora na formação das profissões de base científica. Em momento algum, as necessidades sociais de outros grupos são consideradas

como passíveis de terem atenção da Universidade recém-criada. E é dessa maneira que o autor aponta para o papel da universidade de influenciar o meio social e marcar “os ritmos do progresso em todos os campos das atividades nacionais”.

É certo que a Universidade criada em S. Paulo para o Brasil, e fundada sobre a história e o caráter nacional, deve servir antes de tudo aos interesses do país e contribuir para criar sólida unidade espiritual – base da nova cultura e fonte viva dos ideais sociais e políticos que devem dar uma fisionomia própria e original à nação. Se a Universidade é, por sua própria definição e por sua finalidade, qualquer coisa de “universal”, e a sua “universalidade” provém não só de que ela deve abranger, nos seus cursos, *todos* os conhecimentos humanos [...], mas do fato de que a ciência não tem pátria, embora os sábios a tenham uma. (AZEVEDO, 1958, p. 65, grifos do autor)

A menção à abrangência de “todos” os conhecimentos humanos refere-se às diferentes áreas de conhecimento. Saberes advindos de outras culturas e epistemologias que não fossem dadas a partir do referencial europeu não integrariam o que está sendo denominado como “conhecimentos humanos”. Trata-se aqui, tanto de um processo de epistemicídio como da própria negação da humanidade daqueles cujos conhecimentos não se enquadram nas formas de saber associadas à ciência moderna. A desumanização com base no critério racial e o genocídio são processos que Grosfoguel (2016) apresenta como fundadores do epistemicídio presente nas universidades ocidentalizadas. O posicionamento de Azevedo nos permite ver as elaborações por meio das quais esse processo ocorreu no caso da fundação da USP. O contraponto de Azevedo à ideia de universalidade, por sua vez, aparece contornado pela particularidade do nacional. O universal seria o saber destituído de pátria, enquanto o nacional, por sua vez, deveria buscar a sua fisionomia própria.

O discurso desse educador se dá em um período em que os projetos de nação tinham como um eixo central as políticas de branqueamento, das quais ele também era adepto (SILVA, 2015; DÁVILA, 2006). A particularidade “própria e original da nação”, almejada e proposta por ele, era branca. Neste caso, o termo “fisionomia” é uma metáfora que não alude apenas à aparência física, mas à forma de pensar e às maneiras de produzir, estruturar e disseminar o conhecimento no contexto nacional. Esse processo, possibilitado, entre outros fatores, pelo silêncio a seu respeito (conforme visto no ato de fundação da USP, nas narrativas historiográficas a esse respeito e na presente análise dos textos de Fernando de Azevedo), colabora com a imposição de uma certa “fisionomia” à nação. As supostas neutralidade e universalidade marcam os conteúdos, a ciência e a própria fração da elite branca paulista idealizadora e criadora da

Universidade de São Paulo. A ideia de formação de uma “sólida unidade espiritual” trata, portanto, da imposição de uma forma particular de interpretar a nação, produzir conhecimento e de fazer política baseada na subalternização, no genocídio e no epistemicídio históricos por meio dos quais a ciência moderna pôde ser posicionada globalmente como única forma legítima de produção de conhecimento. A palavra “sólida” indica que tal imposição seria dura e inflexível em relação a outras possíveis formas de se compreender a nacionalidade e os problemas que mereceriam atenção dos responsáveis políticos. Dessa forma, a fundação da USP pode ser compreendida como um processo de institucionalização brasileira do epistemicídio implícito na desvalorização de saberes oriundos de matrizes subalternizadas.

Na parte final do texto, se lê:

A conservação desse espírito original de cultura, com que cada nação tende a afirmar-se e que reside à base de seu próprio humanismo é, sem dúvida, mais difícil nos povos em formação, sem lastro cultural, sobretudo numa época em que as facilidades de transporte e de transmissão de ideias tendem a abater todas as barreiras que separam os povos e assimilá-los cada vez mais aos padrões criados pela civilização. (AZEVEDO, 1958, p. 66)

A perspectiva de que alguns povos teriam um lastro cultural, enquanto outros não o teriam, bem como a ideia de uma sociedade que assimila os padrões da “civilização”, estão fundamentadas na colonialidade, que inferioriza e desconsidera histórias e culturas que não a europeia. O mesmo vale para a ideia de que a configuração de um “espírito original de cultura” seria mais difícil para essas nações consideradas destituídas de “lastro cultural”. A elite branca paulista que fundou a USP ocupa dois lugares: o de se considerarem parte de um desses povos sem lastro cultural e, portanto, inferiores aos europeus, e o de tomarem para si a missão de elevar o nível cultural nacional, colocando-se como superiores em relação aos demais brasileiros, numa perspectiva racial e regional. O tempo todo, a referência cultural europeia, ou “civilizada”, vai servir como parâmetro para a definição dessas posições, revelando o processo por meio do qual a colonialidade configura a elite paulista e branca como um grupo que pretende se posicionar acima do restante do país.

O seguintes textos, de Fernando Azevedo (1958), encontram-se no livro *A educação e Seus Problemas (tomo 1)*. Trata-se de uma série de três conferências originalmente realizadas em outubro de 1936, na Faculdade de Direito, por iniciativa da Universidade de São Paulo. Respectivamente intituladas *Política contra a educação*, *As lutas políticas e a Universidade e Política de Educação*. Foram selecionadas por fazerem parte de um conjunto de discursos

direcionados aos estudantes e realizados no interior da Universidade, a convite do reitor, nos primeiros anos após a fundação da USP. Além das menções diretas à universidade, o contexto e o público-alvo conferem relevância aos debates apresentados por Azevedo nessas ocasiões. Esses textos se revelaram úteis no desenvolvimento dos argumentos aqui propostos, uma vez que as próprias perspectivas do educador sobre questões pertinentes à educação forneceram caminhos para a interpretação do processo social que culminou na fundação da USP.

Na primeira parte da série, intitulada *Política Contra a Educação*, o educador fala sobre as diferenças entre os interesses particulares e os interesses maiores, do coletivo ou da nacionalidade, e sobre como os conflitos entre estes recaem nas esferas pública e educacional, sobretudo quando demandas partidárias de grupos que não têm a visão da nação como um todo tentam se sobrepor.

É que, além dos fatores de ordem geral que contribuíram para apagar a noção do interesse comum, outros fatores, ligados às nossas condições especiais, trabalhavam no mesmo sentido de subordinação do interesse geral aos egoísmos individuais e aos particularismos dos grupos políticos, que, identificando os seus interesses imediatos com os do Estado, corromperam a administração, organizando-a para seu serviço e explorando-a em seu proveito. (AZEVEDO, 1958, p. 106)

Sua linha de raciocínio é semelhante à interpretação que se formula aqui sobre a relação entre o grupo de fundadores da Universidade de São Paulo e sua inserção no Estado, a qual lhes permitiu fundar uma universidade cuja fundamentação estava atrelada às perspectivas de Brasil e aos interesses da branquitude paulista e da colonialidade, desconsiderando interesses de outros grupos que compunham a nação. Foi sob o pretenso manto da universalidade que interesses particulares de uma fração da branquitude brasileira fundaram uma instituição que visa propagar a legitimidade de seu próprio acesso ao poder, subalternizando os “outros”. Isso não se deu apenas na criação da USP. As políticas de embranquecimento, de migração e a própria existência da escravidão mostram o Estado a serviço dos interesses da branquitude.

Com o conceito de branquitude, essas situações podem ser agrupadas como tendo sido realizadas por um grupo com interesses comuns de manutenção do poder político, econômico e simbólico. Aqui não se trata de um partido, de um grupo político nomeado e, portanto, passível de ser reconhecido como detentor de interesses facilmente delineados. A prerrogativa de multiplicidade da branquitude – ou o direito de individualidade, conforme apresenta Piza (2014) – confere destaque às diferenças e conflitos presentes entre os brancos, dificultando uma leitura mais ampla dos objetivos partilhados nesse grupo. O conceito de branquitude e o de colonialidade

possibilitam a tomada de um distanciamento necessário para compreendermos que interesses comuns foram partilhados pela e em benefício da branquitude brasileira. Um bom exemplo disso é o que ocorre quando se dão os debates sobre a abolição da escravatura, apresentados por Célia Marinho Azevedo (1987). Os conflitos envolvendo a abolição separavam os brancos entre abolicionistas e defensores da escravidão. Entretanto, havia um laço comum que os unia, a crença na superioridade branca e o entendimento dos negros como uma população cujo destino deveria ser definido pelos brancos.

A perspectiva de Azevedo sobre os vínculos entre política e educação fornece uma importante contribuição para interpretar o próprio processo de constituição da USP, que, segundo o referencial teórico adotado, pode ser compreendido como um movimento que mobilizou o Estado para a fundação de uma instituição de nível superior fundamentada a partir de perspectivas racistas a serviço da branquitude que pretendia ser o polo nacional de reprodução do processo global de hierarquização baseado na raça, apresentada, porém, como estando a serviço dos “interesses maiores” da nação.

No segundo texto da série, intitulado *As lutas políticas e a Universidade*, Azevedo fala sobre as elites e sobre questões que interferem em sua constituição, renovação e em sua formação. Discute os conflitos entre os jovens e os mais velhos, mencionando diferentes posicionamentos advindos de transformações sociais que instituíram novos regimes. O educador também se refere à burguesia, aos moradores das cidades, à população letrada, aos apoiadores da República e aos abolicionistas, em oposição aos aristocratas e aos latifundiários e escravistas mais ligados, segundo ele, à cultura do império. De acordo com Azevedo, é natural que as elites se renovem a partir da transição dos mais capazes aos lugares de poder, ao “alto da pirâmide”. Há, entretanto, situações em que esse fluxo natural de renovação e substituição dos quadros políticos se encontra bloqueado. Azevedo menciona uma dessas situações:

O movimento de baixo para cima e de cima para baixo, de ascensão e de degradação de uma classe a outra, não se faz, porém, sempre num ritmo normal, devido aos obstáculos que se opõem, na sociedade, “a que indivíduos determinados, tendo aptidões dadas, ocupem o lugar que poderiam ocupar”. Esses obstáculos que provêm em parte da repugnância (por tradição, divergência de concepções e estilo de vida, etc.) das classes sociais superiores à infiltração, entre elas, de elementos “novos”, e em parte da diferença de nível e oposição de interesses econômicos, produzem frequentemente crises que perturbam a normalidade desse fenômeno de “circulação” nas sociedades humanas. (AZEVEDO, 1958, p. 119)

Essa repugnância das classes “superiores” à presença das classes “inferiores” em posições de poder remete ao posicionamento de Mesquita Filho em relação aos negros com direitos civis após a abolição e ao entendimento de que isso seria um dos mais importantes problemas postos para a nação. Além disso, ao longo do texto, Azevedo utiliza termos como “aptidões”, “bem-dotados”, “aptos” e “inaptos”, para caracterizar aqueles que ocupariam ou não as posições de poder político. Essas palavras foram utilizadas também nas reformas educacionais das quais Azevedo foi uma liderança. Segundo Dávila (2003), elas continham um fortíssimo teor racial, que fixava os alunos negros nas bases da pirâmide educacional. Seguindo o raciocínio de que a escola revelaria os mais aptos, possibilitando-lhes acesso ao ensino superior, os obstáculos que as propostas de modernização do sistema escolar – lideradas, entre outros, por Azevedo – impunham aos negros significavam também que eles permaneceriam ocupando a parte inferior da pirâmide social, sobretudo no aspecto político.

Ou seja, o fenômeno que Azevedo descreve como sendo um problema – os mecanismos que impediam a renovação das elites por impedir a ascensão de certos grupos – é exatamente um processo do qual ele participou ativamente no caso das reformas educacionais que impossibilitavam a ascensão escolar dos negros. Mais uma vez, Azevedo descreve, em tom de crítica, um processo social que equivale a circunstâncias políticas nas quais ele tomou parte ao fazer prevalecer os interesses da elite branca que ele representava. Saber se Azevedo percebia tais contradições não é tão importante quanto verificar que elas se mantiveram invisibilizadas por tanto tempo, não só nos silêncios de seus próprios discursos, mas também nos registros historiográficos sobre eles. Mais uma vez, o silêncio, componente central no pacto narcísico da branquitude, se perpetua e reverbera junto à construção de suposta neutralidade da identidade branca, permitindo que Azevedo descreva e critique processos com a mesma natureza presente nas situações sociais das quais ele participa.

No trecho a seguir, ele menciona o fim da escravidão, com enfoque nas fortes mudanças políticas e econômicas oriundas dos processos de transformação que culminaram na abolição e na proclamação da República.

A vida pública do político que, no império escravocrata e agrário, tinha como centro de gravitação o domínio rural – as casas grandes de engenho e de fazenda –, passou a gravitar, no fim do império e no atual regime, em torno da burguesia e do povo da cidade, que fizeram a república. Se no império erguido sobre os ombros da aristocracia rural a elite que assomou às eminências sociais e políticas deu à vida pública, concentrada no parlamento, o brilho de um Estado solidamente constituído, bastou que se lhe suprimisse, com a abolição da

escravatura, o seu maior esteio econômico, para virem abaixo as paredes já vacilantes do edifício político esboroado. [...] o partido conservador, mais intimamente vinculado à monocultura latifundiária, de base escravocrata, defendendo a monarquia e a escravidão; o partido liberal – abolicionista e, afinal, republicano – em que se agrupam os bacharéis, desertores da fazenda e do engenho e, sobretudo, a burguesia, que, alimentada ao seio do patriciado rural, no princípio do império, deslocou para a cidade, como mostra Gilberto Freyre, o eixo da organização social e da vida pública do país. (AZEVEDO, 1958, p. 117-118)

Em primeiro lugar nota-se que a escravidão é apresentada por Fernando de Azevedo como um mero elemento econômico, sem fazer qualquer referência à dimensão humana, às violências, às injustiças e demais elementos contidos no processo escravocrata. O fato de ele não falar sobre isso chama atenção quando se considera uma característica forte de sua escrita nos textos analisados: as explicações persistentes, longas e recorrentes sobre boa parte dos assuntos que ele menciona durante sua argumentação. Sua escrita é cheia de apostos, referências filosóficas e reflexões de cunho humanista. Entretanto, em relação à temática da escravidão, não se verifica nenhuma problematização ou menção às dimensões humanas envolvidas no sistema econômico violento e desumanizante que estruturava o Império, ao qual ele se refere como “um Estado solidamente construído” com base na escravidão. Nesse caso, o silêncio não só reforça a desumanização, como diminui e invisibiliza a contribuição dos trabalhadores negros escravizados para a produção nacional de riquezas, elemento que será veementemente evocado pela intelectualidade da Imprensa Negra, o que evidencia uma fissura situada na base da compreensão histórica do país e que tem como resultado diferentes posicionamentos em relação a ele.

O educador prossegue:

Ora, se, por um lado, é absolutamente necessário que a ideologia política “se dobre às condições econômicas da sociedade moderna ou adapte seus temas às novas preocupações da massa”, não é menos preciso, por outro, que se forme “uma elite que defenda a parte de desinteresse, sem a qual não se poderia conceber plano de conjunto nem real cuidado do bem comum”. É esta, sem dúvida, a função principal da Universidade, à qual cabe formar e disciplinar essa elite, promovendo o gosto da pesquisa, o amor à ciência e à cultura livre e desinteressada, e transformando-se no grande refúgio do espírito crítico e objetivo, do universal e do humano, numa instituição verdadeiramente “civilizadora”, destinada a educar e a cultivar a razão, que, sendo essencialmente intelectual e universal, ultrapassa mesmo a inteligência propriamente dita; que é feita “do que a inteligência humana chegou relativamente a universalizar entre os dados da ciência e da vida” e graças à qual as noções da conveniência e da harmonia acham o seu lugar na vida do espírito. (AZEVEDO, 1958, p. 122)

Mais uma vez surge a ideia de formação desinteressada, presente no Decreto de Fundação da USP e nos textos de Mesquita Filho. Dessa vez apresentada como aquela que estaria a serviço do “bem comum” e que serviria como “refúgio do espírito crítico e objetivo, do universal e do humano, numa instituição verdadeiramente civilizadora”. Para além das já efetuadas análises sobre a atribuição de neutralidade e universalidade à Universidade de São Paulo, nota-se que os seus fundadores e a comunidade discente e docente que a constituem apagam seus traços de particularidade e seu vínculo com a branquitude e com a colonialidade. É exaustiva a maneira como Azevedo reafirma os valores culturais europeus, ditos civilizatórios, a pretensa neutralidade científica capaz de solucionar todos os problemas e a suposta posição de neutralidade incluída em um conjunto de interesses que ele chama de nacionais. A ideia de bem comum dos fundadores da USP é bastante diferente da ideia de bem comum dos intelectuais da Imprensa Negra (que será apresentada na terceira parte da tese). Quanto mais se evidenciam os pressupostos do projeto de nação dos fundadores da USP, mais a própria ideia de nação se aproxima de uma imposição de valores que justificam e organizam a sobreposição de alguns grupos sobre outros no contexto nacional a partir do encobrimento dos interesses particulares desse grupo. A elevação de seus valores a uma suposta neutralidade e universalidade se assemelha aos processos políticos globais vivenciados sobretudo nas relações de colonialidade estabelecidas entre os países da Europa e o restante do mundo.

O termo “civilizadora” é facilmente identificado como parte de uma perspectiva que hierarquiza o mundo a partir da cultura europeia, entendida como modelo de civilização. Essa palavra – também utilizada por Silva (2015) no título da sua tese sobre a USP *Um projeto civilizatório e regenerador* – permite pensar na Universidade de São Paulo como um polo local de colonização cultural, intelectual, artística, científica, entre outros. Esse espaço “civilizatório” seria, portanto, um núcleo de poder simbólico a partir do qual as hierarquias internas à nacionalidade seriam definidas. Assim como globalmente era a Europa que definia o que estaria no topo do que se entendia como progresso e civilização, a Universidade de São Paulo foi criada com o intuito de formar as elites dirigentes, capacitá-las para ocupar o poder e, por consequência, legitimar a elite fundadora da USP como detentora do poder de definir as hierarquias nacionais a partir da evocação da cultura europeia e da ideia de raça.

Há, porém, uma ressalva: o que se afirma sobre a Universidade de São Paulo no presente trabalho se sustenta a partir dos discursos de seus fundadores. Ao ser criada, a USP ocupa uma

posição importante nesses processos, o que não significa que ela sozinha compra esta função. Ao contrário, a recém-criada instituição atua mais como uma nova roupagem e uma parte da (re)produção local de algo já existente, maior, mais antigo e global. A fundação de uma universidade por si só não é capaz de perpetuar a branquitude em posição de poder. Mas, como vemos no posicionamento de seus fundadores, ela foi pensada para constituir parte importante do poder simbólico que, estabelecido em bases raciais, define a distribuição nacional da hegemonia, envolvendo disputas entre São Paulo e os demais estados do país. Os critérios nacionais de hierarquização se refletem nas regiões e na autoimagem de São Paulo sobre sua posição em relação a elas que, conforme visto anteriormente, passa por uma identificação racial com os brancos, com os bandeirantes e com os europeus.

Azevedo finaliza o texto usando a seguinte metáfora, referente ao papel do conhecimento diante dos processos de transformação social de lutas políticas:

As auroras são belas e são também simbólicas; e o seu maior encanto consiste em que elas transfiguram, tingem e nimbam a visão das coisas, que nunca se veem como são, mas sob as magníficas auréolas do espectro. Por isto as alvoradas, “pródigas na poderosa e múltipla magia de luz”, são símbolos de novas épocas no desenvolvimento do progresso humano. Não só porque iniciam, nas expressões de Haya de la Torre, outros dias históricos, largos como séculos, às vezes senão também porque, no preciso momento “auroral” das grandes transformações, apresentam ofuscantes fenômenos de ilusionismo e de sedutora irrealidade, como na natureza. (AZEVEDO, 1958, p. 138)

Azevedo descreve com precisão o que se dá no momento de fundação da Universidade de São Paulo e no período de sua idealização. Ofuscados (e ofuscando) pela pretensão e pelo privilégio de entenderem a si próprios como representantes do universal, o grupo de fundadores e idealizadores da USP anunciava essa instituição como um espaço democrático de caráter plural e representativo das necessidades formativas da elite condutora da nação. Ofuscados pela (e ofuscando por meio da) ideologia racial que associa ser branco a ser humano, racional, objetivo, capaz, desenvolvido e civilizado, os fundadores da Universidade de São Paulo atuaram a favor da perpetuação da branquitude em espaços no poder. A análise dos discursos fundadores e das sessões solenes revela a aura de humanidade, grandeza, universalidade, por vezes até mesmo divindade erguida em torno da nova instituição de ensino superior e diante de toda a nação. A sociedade brasileira passava por um momento de grandes transformações e todo esse movimento originou um “ilusionismo” e uma “sedutora irrealidade” das ideias de neutralidade e universalidade da branquitude e da colonialidade.

No último discurso da série, intitulado *Política de Educação*, Azevedo apresenta suas concepções de filosofia e política de educação. Para ele, a filosofia dá suporte às políticas que definem as finalidades e formas da educação. O autor desenvolve uma reflexão sobre o papel e as perspectivas de educação situadas em diferentes contextos temporais, culminando no argumento de que não é possível que a educação fique completamente descolada dos problemas de seu tempo:

Assim, sob o nome de “educação racional”, o que se oculta muitas vezes não é a rigor e somente uma educação da razão pela razão, mas uma educação de acordo com a “nossa razão”, com o que temos como “racional” e que varia com o estado de cultura do país, que tanto mais arrasta múltiplas impurezas e preconceitos, quanto mais a cultura é encarnada numa classe (a cultura burguesa), numa época (a cultura de 1900, a cultura séc. XIX) ou numa nação. (AZEVEDO, 1958, p. 142)

Azevedo afirma a inexistência de neutralidade na educação. Ainda que sem intenção de seus gestores, ela atua na propagação de certas formas de pensar presentes no contexto histórico e cultural das diferentes localidades, classes, etc. O educador problematiza o caráter “racional” defendendo que aquilo que se pode desenvolver enquanto razão não é algo fixo e imutável, mas acompanha o contexto nacional. Os elementos que ele aponta como passíveis de influenciar a razão, a saber: a cultura de uma classe, o contexto temporal e a realidade nacional, remetem à colonialidade, ao racismo e à imposição de uma expressão de nacionalidade controlada por uma elite branca que tinha a intenção de eliminar, silenciar, invisibilizar ou regenerar os negros do país. A reflexão de Azevedo colabora para o reconhecimento de que tais elementos exerciam influência sobre a racionalidade daquele período. O reformador prossegue:

Por mais sincero e desinteressado que seja, na edificação de um sistema filosófico deste gênero, e esforço de objetividade e de universalidade, é claro, que, quando se vem a formular, não já somente leis biológicas e psicológicas elementares do pensamento, da ação e da conduta individuais, mas as tarefas ideais de uma sociedade humana em vista das quais os indivíduos têm o dever de se formar e às quais as condutas particulares tem o dever de se subordinar e de se adaptar harmoniosamente, é ilusório imaginar-se que se possa despojar essa política de educação do seu conteúdo sociológico ou, por outras palavras, que se possa fazer abstração das “individualidades nacionais”, isto é, das necessidades, das tendências ou das “particularidades” de cada povo numa época determinada. Imantada a política educacional sobre pontos essenciais, e para uma outra direção diferente da que é indicada pelas aspirações e exigências fundamentais das sociedades particulares (Estados ou nações), ela não cessaria de se modificar, sob a pressão dos fenômenos sociais, para orientar-se cada vez mais para essas exigências e aspirações coletivas. Ela fica sempre fortemente impregnada por elas. (AZEVEDO, 1958, p. 143)

O que Azevedo compreende como interesses particulares são os interesses de uma dada nacionalidade, os quais deveriam marcar as políticas educacionais segundo o que ele chama de necessidades coletivas. Sabemos que o entendimento de que o branqueamento seria uma necessidade coletiva para o desenvolvimento da nação era parte do repertório que compunha o pensamento das elites da época e do grupo de fundadores da USP. Este foi um entendimento operacionalizado de forma bastante concreta por Azevedo, nas reformas educacionais que ele liderou (DÁVILA, 2003). Assim, dentre os interesses a que ele se refere como coletivos, se encontram aqueles ligados aos projetos de embranquecimento da nação e/ou aperfeiçoamento da raça.

Azevedo partilhava do pensamento racista hegemônico em seu tempo e atuava na educação nacional de forma a instrumentalizar o Estado em direção à solução do problema nacional (a dita heterogeneidade, aqui compreendida como a própria presença dos negros e dos povos originários) por meio de um conjunto de técnicas oriundas de uma racionalidade científica moderna. Ao mesmo tempo, ele reconhecia a inexistência de uma racionalidade neutra, totalmente destituída de influências do contexto social, político e temporal. Azevedo trata os interesses da branquitude como sinônimo de um interesse coletivo abnegado e que, portanto, poderia influenciar a razão que guiaria a execução das políticas educacionais. Mais adiante ele afirma:

Não há, pois, política de educação que não esteja ligada à situação social, e, portanto, às necessidades e às aspirações fundamentais de um grupo determinado. [...] Tal é a política geral, tal a política de educação. Ela não toma seu sentido concreto senão “situada no conjunto e animada por um espírito”, isto é, por um plano de política geral. Ela é determinada nas suas partes fundamentais, mais estáveis, pelas formas de estrutura social e política de cada país, e se transforma, mais ou menos profundamente, de acordo com o programa de valores que se propõe realizar a classe, ou o grupo político que se instalou no poder, por meios pacíficos ou não. (AZEVEDO, 1958, p. 145-146)

A partir desta passagem e de sua definição de “política de educação” é possível interpretar que o grupo que ocupa posições de poder no Estado – ainda que circunstancialmente e que se leve em conta a permanente existência de discordâncias, disputas e limitações – tem a possibilidade de estabelecer políticas que favorecem seus interesses. Foi exatamente o que se deu com a fundação da USP. Se a política geral envolvia um projeto de branqueamento em curso, a política educacional certamente estaria sob influência desses objetivos, não só na educação

básica, mas também no ensino superior; logo, nos ideais fundadores da Universidade de São Paulo. Azevedo (1958) prossegue:

Se, porém, me fosse dado traçar a política de educação nacional, eu a marcara, antes de tudo, com um caráter profundamente nacional, pois a nacionalidade constitui, para nós, no momento atual, o programa soberano, e diante dos princípios sagrados, que são a alma da pátria e da nação, todo brasileiro tem o dever de se inclinar. É sobre a unidade moral e espiritual do povo que se tem de estabelecer a unidade política da nação; e tudo o que puder satisfazer à sede de união moral, a essa nostalgia, que todos sentimos, de uma “comunidade espiritual”, em que os brasileiros possam desenvolver-se, deve ser rigorosamente tentado, num plano educacional que se proponha, antes de tudo, a ser um *builder-nation*, a construir a nação. Esse plano, que deve estabelecer um estilo de vida que seja capaz de fazer a unanimidade e de assegurar a coesão do povo, pecará pela base se, pelo seu espírito e por um conjunto de medidas sistemáticas, “não estimular tudo o que dê movimento a essa comunidade e não abater tudo o que lhe puder criar obstáculo”. (AZEVEDO, 1958, p. 149)

As menções à necessidade de constituir a nação por meio da coesão, da união moral e da unanimidade possibilitam articular esse texto com a abordagem de Mesquita Filho a respeito dos negros e de como eles seriam parte importante da heterogeneidade ou falta de coesão nacional. O foco na construção da nacionalidade não pode ser interpretado sem considerar as conexões entre raça e nação e os projetos de embranquecimento, entendidos como parte dessa constituição da unidade nacional. O papel da educação como “*builder-nation*”, então, encontra-se ligado ao ideal estabelecido pela branquitude.

Azevedo denomina a “unidade moral e espiritual” a ser definida e imposta para a nacionalidade com base no embranquecimento como uma “comunidade espiritual” e afirma, na primeira pessoa do plural, que havia uma nostalgia em relação a essa suposta comunidade. Esse “nós”, que engloba Azevedo, Mesquita Filho, outros intelectuais que participaram da fundação da USP e uma grande parte da elite branca brasileira (sobretudo paulista) do período, não engloba aqueles que são considerados a dissidência dessa desejada “unidade moral” supostamente necessária à nação. Esse “nós” restringe-se àqueles sentiam o saudosismo a que Fernando de Azevedo se refere. Mais uma vez nota-se a tendência a compreender algo que corresponde apenas a um grupo como sendo equivalente à nação como um todo. Além disso, a formulação de que todos deveriam se inclinar ao que ele chama de “princípios sagrados que são a alma da pátria e da nação”, seguida da afirmação de que a constituição da nacionalidade “pecará” se não “abater” por um “conjunto de medidas sistemáticas” tudo o que lhe criar obstáculos indicam a disposição para eliminar tudo aquilo que fosse compreendido como dissidente do seu entendimento de nação, que

conforme vimos e vale a pena reiterar, se encontra assentado nas pretensas neutralidade e universalidade constituintes da branquitude e da colonialidade.

A educação teria então um papel importante no processo de imposição dessa perspectiva ao restante da nação.

A união da comunidade (*gemeinschaft*) brasileira, isto é, a criação de um estado de estreita união, de colaboração íntima, de fusão espiritual que repouse sobre a comunidade de lembranças, de ideais e de aspirações, é uma das finalidades determinantes a que se deve propor qualquer sistema de educação. O culto dos antepassados, pois, o respeito da tradição, o amor pelo que há de permanente no passado, são virtudes de uma trama sólida e à prova dos contratempos, das incertezas e dos perigos da vida nacional. (AZEVEDO, 1958, p. 149)

Quando lidas em paralelo com os debates trazidos pela Imprensa Negra Paulista, que serão apresentados no próximo capítulo, as referências a uma desejada “fusão espiritual”, a uma comunidade de lembranças comuns e ao culto aos antepassados tem sua limitação evidenciada, uma vez que os antepassados para Azevedo são os bandeirantes, enquanto para a intelectualidade negra são as pessoas que foram escravizadas. As memórias de constituição do país, para Azevedo, envolvem o enaltecimento dos europeus e a desumanização e invisibilização dos negros, enquanto, para a Imprensa Negra, elas envolvem a valorização do papel das pessoas escravizadas na produção econômica, social, intelectual da nação. Assim, a ideia de “fusão espiritual” indicada pelo educador como sendo uma necessidade sem qualquer menção a esta pluralidade, só pode ser interpretada como a imposição de critérios de diferenciação social por meio dos quais os “diferentes” se submeteriam aos projetos hegemônicos, como, por exemplo, o projeto de embranquecimento nacional por meio da imigração, contra o qual a Imprensa Negra também se levantou.

Ainda sobre o papel da educação, Azevedo afirma:

Do ponto de vista social, o plano de educação para realizar os próprios ideais de fusão espiritual de uma comunidade nacional, deve, pois, abrir igual oportunidade para todos, projetando uma educação das massas em larga escala, para lançar a mais profunda sondagem nas reservas da nação, **sem diferença e distinção de classes**, e recrutar por esta forma, desde a escola primária, a “parte dinâmica” dessa população, dos superdotados ou dos mais capazes, para o constante enriquecimento e a renovação incessante das elites dirigentes do país. A possibilidade aberta a todos os indivíduos de prosseguir os seus estudos até onde e para onde os possam levar suas **aptidões naturais**, e sua seleção, orientação e distribuição, de acordo com essas aptidões, pelos diversos campos de atividade humana [...] isto é, uma educação que tenha por fim, rompendo contra os privilégios e as injustiças de toda sorte, a realização de uma democracia de substância ou de fundo [...]. (AZEVEDO, 1958, p. 150, grifos nossos)

Ele explicita e detalha a preocupação com o acesso de todos os dotados de “aptidões naturais” às posições dirigentes do país. A preocupação com o acesso justo dos mais pobres, “sem distinção de classes”, não significa uma preocupação com o acesso dos negros nem dos povos originários. Uma vez que a ideia de aptidão natural era marcada pelo pensamento racial do período, a partir do qual os negros eram intelectualmente inferiores, o pensamento que visa garantir o acesso dos “mais capazes” não os incluía. Assim como no decreto de criação da USP, nota-se uma maneira implícita de manter essa população excluída de um discurso, sem que seja necessário fazer referências diretas à crença na sua inferioridade intelectual, e isto se dá em conjunto com referências inclusivas que, junto ao silêncio, intensificam o ocultamento dessa exclusão, de uma forma altamente sofisticada.

A adesão ao pensamento que propunha caminhos técnicos e científicos para o melhoramento da raça foi parte do que colaborou com a manifestação, também silenciosa, do racismo na fundação da USP. A afirmação da possibilidade de acesso dos mais aptos, ao mesmo tempo em que os negros são diligentemente impedidos de ingressar nos níveis mais elevados de ensino (DÁVILA, 2006), fundamenta uma ideia meritocrática que irá realimentar a concepção de inferioridade negra.

Ao prosseguir, Azevedo faz mais uma referência ao que ele considera como ausência de tradições e à heterogeneidade nacional:

Em um país, em que a falta de lastro de sólidas tradições, de forças organizadas de cultura, a plasticidade de organismo novo e a pressão de influências heterogêneas, em consequência de uma política necessária de imigração, conspiram todos os instantes para afrouxar os costumes, quebrar as tradições, relaxar o caráter, é forçoso e urgente apelar para uma educação viril, inspirada numa concepção ascética de vida, uma acentuação vigorosa dos valores de ordem e de disciplina, um profundo sentimento de pátria, e, por uma consciência cada vez mais viva do interesse geral, uma dedicação à toda prova à nação e ao Estado. Tudo que constitui a educação viril, a preponderância da saudação moral, a consciência da necessidade do esforço, da ordem e da disciplina, a coragem e o espírito de sacrifício, o culto do trabalho pelo trabalho e do trabalho realizado em consciência, a influência das ideias voluntaristas, em suma, uma concepção grave, se não heroica, mas generosa, da vida, deve constituir como que o cerne, a medula, a substância moral da ação, constante e sistemática, extensa e intensiva, da política da educação nacional. (AZEVEDO, 1958, p. 151)

Além dos já mencionados temas, este trecho faz referência à política de imigração. Se, por um lado, ela é apresentada como parte da heterogeneidade que caracteriza o país como sendo desprovido de sólidas tradições, por outro ela é caracterizada como “necessária”, sem que Azevedo apresente os motivos dessa necessidade. Sabe-se da ligação direta entre a imigração e o

projeto de embranquecimento nacional. Assim, o fato de Azevedo não mencionar os motivos pelos quais considera necessária a política de imigração fortalece a interpretação de que havia um pressuposto comum de inferioridade negra, de entendimento dos negros como sendo uma das causas dos problemas nacionais (partilhado com Mesquita Filho, mas também com o público alvo que ouvia as palestras de Azevedo, os quais eram predominantemente estudantes da recém-criada Universidade de São Paulo), possibilitando que esse assunto não fosse sequer mencionado, mas que ainda assim estivesse presente no texto, de forma implícita.

Além disso, chama atenção o uso do termo “viril” para caracterizar a educação que Azevedo considera urgente. Ela aparece vinculada a outras como “ascética”, “vigorosa”, “ordem”, “disciplina”, “moral”, “esforço”, “coragem”, “sacrifício”, “trabalho”, “ideias voluntaristas”, “grave”, “heroica”, “generosa”, “constante” e “sistemática”. Esse conjunto que passa a ideia geral de rigidez, rigor e austeridade relacionados às necessidades do país, “pátria”, “interesse geral”, “nação”, “Estado” sugere a imposição autoritária de um projeto rígido de nacionalidade, o qual se afirma como democrático. O primeiro conjunto de termos está situado em oposição às seguintes expressões e termos: “ausência de sólidas tradições”, “plasticidade”, “organismo novo”, “influências heterogêneas”, “afrouxar os costumes”, “quebrar tradições” e “relaxar o caráter”. O segundo grupo apresenta a ideia geral de flexibilidade, moleza, condescendência e indeterminação, que deprecia tudo que se encontre fora do que o autor entende como o interesse comum e indica a necessidade de um pulso firme, que possa estabelecer a “sólida unidade espiritual” necessária para o país.

O educador menciona a necessidade de se criar uma “mística” por meio da qual os homens superiores (mais aptos) dirigiriam o povo, constituído por elementos de natureza inferior. Essa mística pode ser interpretada como um conjunto de valores partilhados, a partir dos quais se justifica a posição de poder dos supostamente superiores sobre os demais:

A hierarquia que se impõe, nesse programa de valores, é formar caracteres e depois espíritos, sobre a sólida base de uma vigorosa preparação física, que permita a exaltação de todas as energias vitais. Entre uma educação racionalista, intelectualista e científica, e uma educação, que, apelando para as forças da inteligência, promova também a valorização das forças irracionais, isto é, do sentimento e da intuição, capaz de estimular um movimento religioso, que restitua à vida humana o sentido do seu mistério e do seu amor, não podemos hesitar na escolha, se queremos acender nas consciências das novas gerações a chama do entusiasmo e da dedicação. Só os homens superiores são capazes de se guiarem por princípios e por ideias puras [...]. É preciso saber exaltar as forças do sentimento para que os homens nos sigam, se quisermos dirigir os destinos de

uma nação. É o que se chama criar e transmitir uma “mística”. (AZEVEDO, 1958, p. 152)

A preparação física, a educação racionalista, intelectualista e científica devem se conectar com as forças “irracionais” do sentimento e da intuição que irão motivar os homens “superiores” a dirigir os destinos da nação. Enquanto os primeiros elementos referem-se ao cientificismo e à exaltação da racionalidade, os segundos remetem ao sentimento de pertencimento à nação, à autoimagem de superioridade dada aos que pudessem ver-se como dotados dos conhecimentos necessários para a condução ao progresso. Num contexto de separação entre razão e emoção, e de grande valorização da primeira, a segunda só é bem-vinda quando oriunda do “homem superior”, aquele que se guia por ideias puras. Azevedo não menciona o que seria o definidor dessa suposta pureza de ideias e de princípios. Possivelmente, para atingir tal pureza é necessário ocupar um lugar de suposta neutralidade, característico da branquitude. Este é o conjunto que configura a mística nacional. Um grande Pacto Narcísico fundamentado na legitimidade da ciência, porém conduzido por uma subjetividade que entende seus próprios sentimentos e motivações como neutros e impõe de maneira rígida os seus ideais, entendidos como puros, para os destinos da nação. Na terceira parte da tese veremos que os ideais, as interpretações de nação e de raça de uma fração da intelectualidade negra do período divergem radicalmente da perspectiva de Azevedo. Se “o ideal” é o que classifica/hierarquiza os homens, as perspectivas sobre nação distintas daquelas pregadas pelos brancos paulistas fundadores da USP eram compreendidas como inferiores.

Esta é a política de educação que se impõe, se pretendemos levantar a mocidade, pelas forças do sentimento, do caráter e da cultura, e se queremos fazer dos sistemas de educação focos intensos não somente do pensamento, pela cultura e liberdade do espírito, mas de energias morais, pela formação do caráter e pela criação de ideais, que, dando sentido e valor à vida humana, nos despertam e mantêm o desejo de ser úteis e a impaciência de servir a uma nobre causa até o sacrifício. Não se tratará apenas de dar à criança e ao adolescente “as noções necessárias para que o indivíduo venha a ser, para a nação, um homem capaz de ganhar a sua vida, de viver num mundo moderno em que nasceu, trazendo-lhe um elemento útil, não perigoso, mas um elemento apto a concorrer para a prosperidade geral”. Trata-se também, nas expressões de Paul Valery, de formar o indivíduo capaz não somente de gozar das aquisições de toda espécie de civilização, mas de aumentá-la, “custando o menos possível aos outros e trazendo-lhes o mais possível”. Essa política de educação, como não é só a escola que instrui e educa – terá de utilizar, atraindo-as e controlando-as, todas as instituições, todos os instrumentos de cultura, como o livro, a imprensa, o teatro, o cinema e o rádio, suscetíveis de atuar poderosamente sobre o espírito ou de exercer influência decisiva sobre as novas gerações. (AZEVEDO, 1958, p. 152)

Chama atenção a oposição radical entre ser um indivíduo útil e apto a contribuir com a prosperidade geral e ser um elemento perigoso. Assim, aqueles que não contribuíssem para esses ideais de nação que visavam o progresso, compreendido a partir de uma concepção que tinha origem na colonialidade e envolvia a busca pelo branqueamento, seriam perigosos. Fanon (1980) mostra a associação do corpo negro ao perigo, ao negativo, ao corpo instintivo, primitivo, destituído de razão. Além dessa interpretação, é possível pensar no perigo como oriundo dos grupos que detinham outras narrativas, memórias e histórias de constituição do Brasil e, portanto, outros projetos de nação. Nesse caso o perigo estaria nos negros, mas também nos imigrantes, nos povos originários e em todos aqueles que, por seu posicionamento político ou por sua origem, contrariassem as expectativas de branqueamento, europeização e nacionalismo que eram compreendidas como progresso e civilização.

À primeira vista, o pensamento de Fernando de Azevedo parece não se mostrar tão explicitamente racista como o de seu amigo Júlio de Mesquita Filho. Entretanto, toda argumentação central de Azevedo apresentada até aqui tem como pano de fundo reiterado (tanto no texto do autor, como na análise que dele fazemos) a presença da pretensão de universalidade e neutralidade. Azevedo pensa a imposição de um projeto de nação a partir do eurocentrismo e da colonialidade; os quais estabelecem: a suposta noção de nacionalidade homogênea; a noção de raça que inferioriza os povos e países do Sul Global, interpretando-os como destituídos de tradições; a noção de conhecimento e método científicos modernos como únicos válidos e legítimos; entre outros. O epistemicídio e o eurocentrismo fortemente presentes na maneira como ele pensa o papel da universidade e as políticas de educação são uma face do racismo. Rita Segato (2021) sintetiza bem as ideias de Quijano a esse respeito:

Eurocentrismo nada mais é do que o racismo no campo da hierarquização e atribuição de valor desigual às pessoas, ao seu trabalho e aos seus produtos, bem como aos saberes, normas e pautas de existência próprias das sociedades que se encontram de um lado e do outro da fronteira traçada entre Norte e Sul pelo processo colonial. [...] [É] a modernidade de origem colonial que inventa a “raça” com um conjunto de características e consequências para o controle da sociedade e da produção originados no olhar eurocêntrico próprio do padrão moderno de colonialidade. Eurocentrismo e racismo são apenas dois aspectos do mesmo fenômeno, e esta é uma importante contribuição que a perspectiva da colonialidade introduz, alertando-nos que o racismo não fala apenas da discriminação negativa que pesa sobre o fenótipo da pessoa humana que a vincula, como signo, à posição dos grupos vencidos na história colonial; o racismo é epistêmico, no sentido de que as epistemes dos povos conquistados e colonizados são discriminadas negativamente. Racismo é eurocentrismo porque

discrimina saberes e produções, reduz civilizações, valores, capacidades, criações e crenças. (SEGATO, 2021, p. 66)

Isto posto, torna-se possível compreender que a ausência de menções diretas de cunho discriminatório voltada aos negros e aos povos originários não descaracteriza a presença do racismo no pensamento de Fernando de Azevedo, nem o torna mais ameno. Ocorre que a pretensão de universalidade e neutralidade possibilita o processo de invisibilização da raça e da particularidade, dificultando a identificação dos elementos racistas contidos em seu posicionamento, conforme o próprio educador nos ajudou a interpretar ao falar sobre os “ofuscantes fenômenos de ilusionismo e de sedutora irrealidade” (AZEVEDO, 1958, p. 138).

Ao longo dos textos analisados, Azevedo recorre a diversas formas de referenciar essas pretensões; algumas delas são: “múltiplas necessidades sociais”, “interesses maiores”, “interesse geral”, “olhar em todas as direções”, “visão da nação como um todo”, “todos os conhecimentos humanos”, “humanismo”, “pluralidade”, “grandes forças da nação”, “centro orientador de todas as energias coletivas”, “contra o despotismo”, “liberdade de pensamento, investigação e crítica”, “centro de indagação completamente objetiva e livre”, “coesão do povo”, “fazer unanimidade”, “base sólida de uma cultura geral”, “unidade moral e espiritual”, “fusão espiritual”, “comunidade espiritual”, “princípios sagrados”, “alma da pátria”, “alma da nação”, etc. A noção de abrangência contida nestas expressões remete aos ideais democráticos de participação política. Alegorias como alma e espírito, por sua vez, parecem remeter a algo profundo e imutável, ou mesmo divino e, portanto, não passível de questionamento. A imagem do sólido, do centro e da força alude a algo que necessariamente se impõe contra “interesses particulares”, “egoísmos individuais” ou “particularismos de grupos”.

É esse o conjunto de representações que configura a “mística” nacional. Mística é um termo que retrata o mistério, o indecifrável, o transcendente. A universalidade é algo que transcende a própria humanidade. Vimos com Grosfoguel (2016) o fundamento cartesiano a partir do qual se torna possível a criação do mito da existência de um conhecimento não situado. Quijano (2007) mostra que a imposição de uma imagem mistificada de seus próprios padrões de produção de conhecimento foi uma das estratégias da colonialidade europeia. A ideia de mística nacional baseada na ciência moderna remete à imagem de um poder não situado, uma suposta unidade nacional imparcial, objetiva e desvinculada de limitações humanas. Na perspectiva de Azevedo, a Universidade de São Paulo deveria contribuir para a constituição dessa unidade e para a formação daqueles que iriam disseminá-la.

...

A seguir serão analisados alguns discursos de Armando de Salles Oliveira, o interventor federal em São Paulo na ocasião da fundação da USP. Engenheiro formado na Escola Politécnica de São Paulo, ele foi uma importante figura política, cujo papel na fundação da Universidade de São Paulo é reconhecido até hoje, uma vez que o campus da USP situado na zona oeste da capital paulista recebe seu nome. Vale ressaltar seu grau de parentesco com Mesquita Filho. Oliveira era casado com a irmã do jornalista, sendo, portanto, seu cunhado. À luz da formulação de Pacto Narcísico (BENTO, 2002), a ligação familiar entre dois homens brancos pertencentes ao alto círculo da política se torna altamente relevante, uma vez que, segundo a autora, o referido pacto consiste, entre outras coisas, no ato de privilegiar os iguais (brancos) em situações de distribuição de poder. É como se houvesse a constituição de uma rede, implícita e silenciosa, por meio da qual se fortalecem as iniciativas profissionais e políticas dos brancos. A transcrição feita por Silva (2015) da narrativa de Mesquita Filho sobre a maneira como se deu a possibilidade de efetivar a criação de seu projeto de universidade ajuda a entender a centralidade do vínculo entre eles nesse caso:

[...] num belo dia, recebi um telegrama de meu cunhado, Armando de Salles Oliveira, comunicando-me que havia sido nomeado interventor em São Paulo. Recobrei o ânimo: ‘Quem sabe se agora poderíamos realizar alguma coisa de proficuo para nossa terra’. Logo que cheguei, fui convocado por Armando para nos reunirmos em sua casa quando nos relataria o que vinha fazendo, pois há seis meses que já estava no governo. Foi nessa ocasião que me perguntou o que faria se eu fosse governo.

Perguntou-me: – ‘O que você acha do que já realizei?’

– ‘Você está certo. Aporia minha assinatura sobre todos os seus atos’

– ‘E se você estivesse no meu lugar o que é que você faria?’

– ‘Armando você quer minha opinião pessoal?’

– ‘Quero sua opinião pessoal’.

– ‘Meu primeiro gesto seria fazer entrar em São Paulo 100 mil fuzis, 3 a 4 mil metralhadoras e os mecanismos para fazer munição’.

– ‘Você está louco’.

– ‘Nós vamos ter que lutar com este homem que aí está (Getúlio Vargas). Em seguida, eu criaria uma universidade. Depois da experiência com as revoluções, colhi os ensinamentos que me indicavam a necessidade premente de se formar uma elite política brasileira. Estes ensinamentos mostravam que o Brasil precisava se dispor a criar uma elite capaz de reger seus destinos’.

– ‘Como você concebe uma universidade?’

Eu disse: – ‘Primeiro criaria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ela teria duas missões: primeiro, realizar pesquisas de ciência pura em todos os terrenos do conhecimento humano; segundo, se dedicar à preparação de professores que se devotarão à formação de brasileiros que serão os futuros alunos desta universidade’.

– ‘Você acha que as despesas seriam excessivas, muito grandes?’

– ‘Não me parece. Vou estudar o problema e no prazo de 3 a 4 dias trarei a você uma resposta’.

– ‘Você tem liberdade...’.

Fui de novo reunir-me com meus companheiros e delineamos o projeto da Faculdade de Filosofia de São Paulo. Armando o aceitou imediatamente e disse-me:

– ‘Pois você então reúne um grupo de comissões e estude o plano de nossa futura universidade’.

Foi então que convidei estes elementos a que se referiu o Dr... (orador anterior: provavelmente Julinho referia-se a Fernando de Azevedo e Theodoro Ramos). Com estes elementos, após dois meses de trabalho assíduo, apresentava a Armando as linhas gerais do Decreto de 25 de Janeiro de 1934. (Isto se passava em dezembro do ano anterior, 1933). Em seguida era promulgada a lei que instituía a Universidade de São Paulo. (MESQUITA FILHO apud SILVA, 2015, p. 288)

A proximidade de cunho familiar com o Estado foi um elemento essencial para que o projeto de Mesquita Filho, que representava os interesses particulares de uma fração da elite branca paulista, pudesse ser encampado e patrocinado pelo poder público, cujo aval intensificaria as pretensões de neutralidade e universalidade dessa instituição, que foi completamente concebida em bases racistas. Esta possibilidade de colocar o Estado para trabalhar a favor de um projeto próprio não estava posta para as intelectualidades negras do período, conforme veremos no próximo capítulo. O acesso do cunhado de Mesquita Filho ao poder institucional no cargo de interventor foi importantíssimo para a concretização do projeto USP (CARDOSO, 1982). Após a fundação da Universidade, a instituição concede a Oliveira um título de “doutor honoris causa”, reforçando esses laços de ajuda mútua que resultam em poder político, prestígio e, sobretudo, no caso da fundação da USP, na possibilidade de acesso de um grupo aos recursos públicos para efetuar um projeto dito neutro, porém, fortemente vinculado à ideais específicos de nação, de raça e de educação.

Vejamos a seguir o discurso do interventor pronunciado na Universidade de São Paulo em 26 de dezembro de 1936, na ocasião em que recebe o referido título:

Agradeço à Universidade de São Paulo a distinção que me confere, outorgando-me o título de doutor “honoris causa” [...]. O outro, a mim fortemente ligado mais ainda pela identidade das convicções do que pelos próprios laços de família, é o animador desinteressado de todas as obras que visem servir ao progresso moral da coletividade [...]. (OLIVEIRA, 1937, p. 37).

O “outro” a quem Oliveira se refere é Mesquita Filho, que também recebia o título de Doutor Honoris Causa na mesma ocasião. Essa atribuição de um título de distinção, conferida a ambos pela Universidade, evidencia a forma de funcionamento endógena do grupo fundador da USP e da própria instituição em seus primeiros anos de funcionamento. A Universidade criada por eles, após concretizada, agraciou seus próprios criadores, num movimento retroalimentado de enaltecimento mútuo que favorecia o reconhecimento daqueles que já faziam parte do grupo, ocupando posições de poder que lhes possibilitaram a concretização de seus interesses. Interesses que não se limitavam a proposição de ações orientadas para o grupo em si, mas impostas para a sociedade brasileira como um todo. Uma homenagem conferida por uma instituição ganha densidade advinda de seu vínculo com o Estado e de sua suposta neutralidade, o que perpetua a diferenciação de tais personalidades em relação a outros indivíduos e grupos sociais.

Para Oliveira, o encontro de figuras públicas nessa solenidade em vésperas da primeira formatura da USP “anima com novas energias a confiança dos paulistas na posição de São Paulo, dentro da atividade espiritual e política da nação (OLIVEIRA, 1937, p. 38)”. Oliveira entendia São Paulo como responsável por e capaz de realizar a obra necessária ao que se entendia como “progresso” da nação, o que, conforme vimos, está relacionado a uma autoimagem de São Paulo em relação ao país, que envolve, entre outros, o elemento racial. Ele também fala do “saber desinteressado” como necessário para a formação das elites:

Da torre simbólica, que se há de erguer para a sua reitoria, se espalhará para o Brasil uma luz inconfundível, que não somente será um guia para os brasileiros, mas ainda o ponto para onde eles se voltarão, esperançados e consolados, nas vicissitudes de nossa pátria. (OLIVEIRA, 1937, p. 40)

Nota-se a ideia da liderança paulista e intelectual e da formação da elite dirigente que não apenas “iluminará” a nação, mas servirá também de “consolo” e de “esperança” para a pátria. O grupo de fundadores da USP e a fração da elite branca paulista que lhes apoiava se sentiram consolados com todos os valores que seriam fortalecidos pela recém-criada instituição. A ideia de que isso seria um bom consolo para a nação como um todo, entretanto, remete à imposição de um ponto de vista particular, diluído na reiterada pretensão de neutralidade e universalidade.

Outro elemento que merece destaque na fala de Oliveira é o reconhecimento da influência que a universidade teria sobre atividades públicas. Conforme se lê a seguir:

A Universidade, dentro do plano em que foi organizada, abre largas perspectivas tanto para as atividades culturais, que lhe cabe estimular e orientar, como para as atividades públicas que não poderão fugir à sua influência salutar. (OLIVEIRA, 1937, p. 185)

A proximidade dos fundadores da USP com o Estado foi retroalimentada pela fundação da USP. O restante do discurso fala sobre as realizações do governo que Oliveira liderou em São Paulo. Merecem destaque dois pontos; primeiro, ao falar sobre a educação, nota-se a mesma preocupação com o acesso dos mais pobres aos níveis superiores de ensino, sem referência aos negros, assim como encontrado em Azevedo:

Alargamos os recursos para a educação primária, secundária e profissional do povo. Aperfeiçoamos o sistema de recrutamento para a escola superior, onde se formará a elite que pensa e que orienta: fazemos a seleção à entrada da Universidade, mas esta estará ao alcance dos mais modestos, porque se multiplicaram as escolas secundárias gratuitas do Estado.

Com essas providências eleva-se o padrão da nossa vida intelectual, modificam-se os hábitos, sucedem-se as conferências dos professores universitários, seguidas por auditórios cada vez mais numerosos, aumenta a preocupação geral pelas coisas do espírito. (OLIVEIRA, 1937, p. 200-201)

O segundo é o discurso voltado à exaltação dos paulistas e aos valores da família, da religião e da pátria:

Cabe a São Paulo fazer uma afirmação, que fixe o seu propósito de lutar para que, no naufrágio em que outros povos se afogam, se salve esta bela e nobre nação, que é o Brasil, e com ela os puros ideais do homem cristão.

A ideia da pátria grande e forte, orientada na direção do progresso social, dentro dos sentimentos tradicionais da família e da religião, é o alimento espiritual de que se nutram os paulistas para dar um sentido e um fim aos frutos de sua admirável atividade.

[...]

Pensando assim, tomou o Governo a iniciativa de mandar construir, no centro de uma nova praça de São Paulo, o monumento que, em honra dos Bandeirantes, foi ideado por um dos maiores artistas brasileiros – Victor Brecheret. [...] É uma arrancada de Bandeirantes, para a conquista da Terra Virgem. (OLIVEIRA, 1937, p. 203-204)

Oliveira descreve o monumento em homenagem aos bandeirantes, destacando a “força”, o “movimento”, o “idealismo paulista em ação”, “autoridade”, “civilização”, “hierarquia”, “disciplina”, “o pensamento dominando a ação”, e a ideia de “ação inteligente e construtora”. Todos esses elementos são familiares, pois constavam também como valores e interpretações presentes em Mesquita Filho e Fernando de Azevedo, neste caso, diretamente atribuídos aos

bandeirantes, compreendidos como ancestrais dos paulistas e símbolos do domínio do estado sobre o restante da nação em mais uma manifestação do que Guerreiro Ramos (1957) chama de Patologia Social do Branco Brasileiro.

O que chama atenção é o fato de um discurso pronunciado a propósito da concessão do título de Doutor Honoris Causa se tornar um espaço de “propaganda política”, pois Oliveira exalta os feitos de seu próprio governo e ao mesmo tempo engrandece São Paulo diante da nação. Mais uma vez nota-se um espaço de retroalimentação do prestígio do grupo realizado por eles mesmos. A recém-fundada Universidade, instituição cuja neutralidade e distanciamento de interesses políticos foi reiterada incessantemente por seus fundadores, concedeu um título de reconhecimento e prestígio ao político que a fundou e deu palco para que ele exaltasse as realizações de seu próprio governo e reforçasse a ideologia da superioridade racial paulista diante da nação.

Essa cena ajuda a compreender que as afirmações sobre a neutralidade e a “cultura desinteressada”, - no sentido de desconexão de interesses políticos partidários, conforme originalmente reiterado pelos fundadores da USP - não eram tão desinteressadas assim. A exaltação da cultura europeia, a enunciação de neutralidade, assim como a pretensa autoimagem vinculada à universalidade conduzem à retroalimentação dos espaços de poder e prestígio de um grupo que se aproveita da situação para lançar mão da estrutura do Estado, visando concretizar seus projetos particulares, não perdendo a oportunidade de trocar elogios ou, mais especificamente, honrarias e espaços de poder entre si. De forma tão reiterativa quanto foram as colocações sobre a suposta neutralidade, vale reafirmar que o Pacto Narcísico da Branquitude (BENTO, 2002) é um dos elementos fundadores da Universidade de São Paulo.

Parte 3

Capítulo 5 – Uma luta científico-social por um Brasil mais “brasileirado”: raça, nação e cultura doutra na Imprensa Negra Paulista

Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil [...] construída com base na apropriação indébita concreta e simbólica, e na violação institucionalizada de direitos de um grupo, em benefício de outro grupo. (BENTO, 2002, p. 28 e 51)

Tendo em vista que os seguintes temas foram fundamentais na concepção da Universidade de São Paulo, o presente capítulo apresenta a maneira como perspectivas sobre raça, ideal de nação, papel social da ciência, produção e disseminação de conhecimento se articulam às referências feitas ao ensino superior nos jornais *Clarim da Alvorada*, *Progresso* e *A Voz da Raça*. Três periódicos negros distintos, organizados por grupos independentes entre si e que mesmo em seu interior eram compostos por uma grande multiplicidade de perspectivas. Entendemos que a diversidade de vozes contribui para a apreensão de um, entre os diversos pensamentos coletivos partilhados pelos negros a respeito dessas temáticas. Nota-se na multiplicidade de vozes aqui articuladas, uma forma comum de interpretar os fenômenos nacionais que, se por um lado, não pode ser generalizada para toda a intelectualidade negra, por outro não pode ser invisibilizada nem mesmo compreendida como exclusiva de um único autor, grupo ou jornal.

Um conjunto expressivo de trabalhos desenvolvidos, desde a década de 1970, mostra como a Imprensa Negra representou um canal de expressão e reivindicação de direitos por parte dos negros, e como as características dos jornais que a constituíam passaram por transformações ao longo dos anos, culminando em conteúdos cada vez mais articulados com suas demandas políticas (BASTIDE, 1973, FERRARA, 1986; CARVALHO, 2009). Análises efetuadas a partir dessa imprensa contribuem para a compreensão dos movimentos políticos e intelectuais dos negros no final do século XIX e início do século XX (PINTO, 1993; PINTO, 2018; CARDOSO, 2005; GOMES, 2005; BALSALOBRE, 2010; ALBERTO, 2011; GUIRRO, 2013). Tal imprensa tem sido apontada como um espaço em que temáticas como educação, trabalho, saúde, história, identidade, cultura, entre outras, ganhavam relevo na comunidade negra (FERRARA, 1986; CARVALHO, 2009; GUIMARÃES, 2003). No campo da história da educação, a Imprensa

Negra vem sendo utilizada como fonte para compreender os sentidos atribuídos pelos negros à educação, para entender o lugar desta em suas reivindicações políticas e interpretações sobre a sociedade, e para conhecer suas iniciativas educacionais próprias (SOUZA, 2013; BARROS, 2005a; 2005b; MACHADO, 2009; SANTOS, 2007).

Os diferentes jornais analisados neste trabalho ocupavam, com maior ou menor formalidade, um espaço de ativismo negro. Uma característica que, considerando as análises efetuadas na segunda parte desta tese, pode ser também atribuída aos fundadores da USP, que, em analogia ao papel político da Imprensa Negra, podem ser compreendidos como “ativistas da branquitude”. Os intelectuais negros, entretanto, não tinham a possibilidade de se valer de uma suposta universalidade para configurar seus posicionamentos como “neutros”, como era o caso dos fundadores da USP, cuja militância racial passou quase sem registro pela historiografia, conforme demonstrado no segundo capítulo. Ainda assim, vale ressaltar que dentre os jornais negros analisados, o *A Voz da Raça*, foi veículo de uma associação formalmente constituída e organizada enquanto entidade política negra: a Frente Negra Brasileira. Essa característica talvez o posicione mais próximo do tipo de ativismo encontrado entre os fundadores da USP, caracterizado por uma disputa direta por posições de poder e decisão na política institucional.

A estratégia de mesclar e reunir jornais com diferentes características possibilitou refinar o olhar para a presença de diferentes pontos de vista existentes nos textos analisados. Este capítulo demonstra a existência de um pensamento que articulava ideias sobre raça e nação e valorizava o ensino superior como um caminho para o progresso dos negros no Brasil. Ele tem como objetivo explicitar a diferença entre a visão de uma parte da intelectualidade negra e a visão (também sobre raça, nação e ensino superior) que fundamentou a concepção da Universidade de São Paulo.

Aqui veremos uma fração da intelectualidade negra que valoriza e defende a busca pelo ensino superior por parte dos negros. No capítulo 8, por sua vez, será apresentada e analisada uma perspectiva distinta, existente também no interior da comunidade negra. Ou seja, a opção metodológica pelo agrupamento de diferentes textos, jornais e autores no presente capítulo não significou a invisibilização do peculiar e do contraditório existentes na diversidade, que era parte importante da Imprensa Negra Paulista do início do século XX. Ao contrário, possibilitou dar visibilidade às distintas estratégias (e respectivas justificativas) das intelectualidades negras ao pensar o papel do ensino superior perante o chamado “progresso” dos negros.

Vale ressaltar ainda, que, nesta tese a Imprensa Negra, e mais especificamente os três jornais analisados, não são o objeto de pesquisa, mas a fonte para responder às perguntas situadas no campo da história da educação. As características desses materiais foram apresentadas conforme a necessidade definida a partir dos objetivos centrais desta pesquisa, e, elegendo como prioridade, o diálogo com a historiografia da educação dos negros, em detrimento de uma interação mais aprofundada com a historiografia da própria Imprensa Negra. Isso foi feito também na segunda parte da tese: ainda que o jornal *O Estado de S. Paulo* tenha sido veículo de publicação de parte importante do material analisado, e ainda centro aglutinador dos intelectuais fundadores da USP, - que foram até mesmo chamados de “o grupo do Estado”, por conta desse vínculo (Cardoso, 1982) - foi priorizado o diálogo com a historiografia da USP, em detrimento de uma interação mais profunda com a historiografia da chamada “grande imprensa” (aqui referida como “imprensa branca”).

A necessidade de enfatizar essa escolha no presente momento da tese enseja uma reflexão articulada com o trabalho analítico proposto: nota-se que o estatuto de “fonte historiográfica” da imprensa branca é amplamente reconhecido, o que possibilita que ao ser utilizada como fonte - devidamente contextualizada - ela ocupe esse lugar nos trabalhos que a mobilizam para responder questões de pesquisa concentradas nos mais diversos temas, sem que haja uma expectativa de que todo o seu histórico seja resgatado.

No campo da história, o trabalho de contextualização das fontes, de seus limites, potencialidades, características e significados é necessário à própria interpretação e análise desses materiais, sem que isso signifique, entretanto, a necessidade de contar toda a história de um determinado arquivo ou conjunto de materiais a cada vez que se vai utilizá-lo como fonte. Nesta tese, a contextualização das fontes selecionadas foi feita de maneira mais prolongada na introdução, vem sendo feita por meio de breves comentários nos momentos em que cada material é analisado e está acontecendo novamente agora.

As diferentes procedências dos dois conjuntos de fontes aqui utilizados possibilitaram a percepção - favorecida pelo próprio referencial teórico adotado - de diferentes expectativas da própria autora em relação a suas respectivas contextualizações. Ainda que a Imprensa Negra seja fonte, e não objeto, da presente pesquisa, ao começar a redação das análises empreendidas a partir dela, me encontrei inclinada a realizar um trabalho de apresentação detalhada do histórico da Imprensa Negra, bem como de cada um dos jornais analisados. O exercício metodológico

permanente, de contraste entre os dois grupos que protagonizam as presentes análises, favoreceu a recordação de que, no terceiro capítulo, ao mencionar os discursos de Júlio de Mesquita Filho que haviam sido originalmente publicados no jornal *OESP*, - e foram posteriormente em forma de livro - não me vi inclinada a trazer para o trabalho toda a história desse jornal e sua posição em relação aos demais periódicos de sua época, mas apenas as informações necessárias à constituição dele como fonte na presente pesquisa.

Diante dessa diferença, é possível pensar que no caso da Imprensa Negra, o seu nomeado caráter de particularidade - “Negra” - a afasta dos desígnios das (bastante discutidas nos capítulos anteriores) suposições de universalidade e neutralidade características da branquitude e de seus empreendimentos (como por exemplo, publicar um jornal, ou fundar uma universidade). É possível que esse afastamento de uma suposta universalidade gere uma necessidade adicional para os trabalhos que utilizam a Imprensa Negra como fonte: eles são convocados a apresentar um panorama completo da história dessa imprensa (de novo e de novo), como se, para ela ser legitimada como fonte, fosse necessária uma apresentação de toda a sua trajetória.

A convocação reiterada a rerepresentar o panorama histórico da Imprensa Negra a cada vez que ela é utilizada como fonte, em alguma medida, força seu posicionamento no lugar de objeto de pesquisa. Vimos no primeiro capítulo, como as ciências sociais brasileiras historicamente colocaram os negros no lugar de objeto de pesquisa (em oposição ao lugar de produção de conhecimento). É possível pensar que esse movimento se estende às suas produções, caracterizando uma sucessiva “objetificação” dos negros e de seus empreendimentos. Assim como no caso da imprensa branca, existe uma significativa e importante historiografia própria dedicada à Imprensa Negra. Trabalhos que, em ambos os casos, têm como objeto de pesquisa os percursos temporais desses jornais, suas características e mudanças no tempo, suas interrelações, diálogos e conflitos, suas influências nos cenários político e cultural, entre outros.

A tendência a dar um tratamento diferenciado aos dois conjuntos de fontes aqui utilizados parece indicar, em alguma medida, a existência do pressuposto de um caráter legítimo de fonte da imprensa branca, proveniente de suas supostas “grandeza” (grande imprensa), neutralidade e universalidade. Vale lembrar, entretanto, que um determinado vestígio ou documento do passado não pode ser compreendido como uma fonte por si só. É o trabalho do historiador, ou historiadora, que o configura enquanto fonte. Portanto, na presente reflexão, não se trata de reivindicar à Imprensa Negra um lugar de fonte auto-evidente, fidedigna, etc. Mas de cuidar para

que a imprensa branca seja, também, submetida à rigorosa crítica historiográfica, conforme temos feito desde a introdução, sem que haja, entretanto, a necessidade de apresentar todo histórico de desenvolvimento das referidas imprensas no uso que se faz delas.

Certamente, estabelecer diálogos mais aprofundados com as historiografias das imprensas utilizadas para compreender a fundação da USP e a relação dos negros com o ensino superior seria frutífero. Entretanto, tendo em vista, a delimitação do problema de pesquisa e os campos de saber em que o presente trabalho tem a intenção de se posicionar, priorizou-se o diálogo mais aprofundado com a historiografia da USP, com a historiografia da educação do negro, com os estudos críticos da branquitude – devidamente situados no campo dos estudos das relações raciais – e, finalmente, com as perspectivas críticas sobre a colonialidade, referenciais esses que, mostraram-se profícuos para a realização das análises aqui propostas. Assim, optou-se por dar o mesmo tratamento para os jornais negros e brancos, apresentando as características necessárias à sua interpretação sem incorrer no risco de contribuir com o processo de objetificação sistemática da Imprensa Negra, tampouco no de presumir um suposto caráter de fonte auto-evidente para a imprensa branca.

Com relação ao campo da história da educação, a ampliação do entendimento do que se configura como educação e a redução de generalizações a respeito dos negros no período colonial contribuíram para o aumento e a diversificação das pesquisas sobre o acesso dos negros nos graus básicos do ensino. Um movimento semelhante pode ajudar a pensar questões referentes ao contato da população negra com o ensino superior e os tipos específicos de saber que ele veicula, uma arena em que os avanços da história da educação foram tímidos.

Assim como a ideia de “cultura letrada” não se limita ao saber ler e escrever, mas abrange usos sociais distintos desse tipo de conhecimento, é possível pensar na existência de uma “cultura douta” (ROCHA; COSTA, 2022) constituída por saberes integrantes do ambiente do ensino superior, mas que também poderiam ser acessados e mobilizados no exterior das instituições, sem vinculação com a obtenção de um diploma. Conhecimentos do campo da advocacia, da medicina e da odontologia, práticas profissionais como o jornalismo e práticas socioculturais como a escrita literária, a oratória, a produção de conhecimento, a participação em debates científicos, filosóficos e políticos, permeadas pelo reconhecimento dos pares, pelos que acessavam essa cultura formalmente e pela comunidade de maneira geral, e ainda, o estabelecimento de redes com influência política e o posicionamento diante dos debates sobre raça, nação, história,

identidade, economia, internacionalização, imigração, voto e sistema político, entre outros, são compreendidos aqui como elementos constituintes da cultura douta.

Para além da frequência regular ao ensino superior, houve possibilidades informais de participação nessa cultura que proporcionava habilidades, conhecimentos e papéis sociais também adquiridos na passagem por instituições de nível superior. A cultura douta extrapola os limites do ensino superior, porém mantém uma relação forte com ele, que é socialmente compreendido como seu lugar de origem. Assim, entender como se deram os contatos dos negros com ela e com o status social, o papel político e as profissões derivadas, é compreender a história da relação deles com o ensino superior (ROCHA; COSTA, 2022).

A análise realizada sobre a fundação da USP e os discursos feitos no contexto de seus primeiros anos evidencia a conexão existente entre o ensino superior e um conjunto de questões políticas que perpassam os entendimentos sobre raça, que configuram ideais de nação e estabelecem papéis para a ciência moderna e sua produção e disseminação no contexto nacional. O ensino superior situa a cultura douta no interior de uma instituição de cunho educacional e científico à qual são atribuídas finalidades sociais diretamente conectadas com perspectivas políticas para a nação. Na concepção da USP, a ciência moderna e o cultivo de conhecimentos supostamente livres e desinteressados contribuiriam para a produção, o fortalecimento e a disseminação da mística nacional, compreendida aqui como a imposição de uma interpretação e de um ideal de nação anunciados como imbuídos de uma suposta neutralidade, mas notadamente delimitados por sua posição branca e racista/eurocêntrica. As próximas páginas mostram como os jornais da Imprensa Negra analisados pensavam essas questões.

Vicente Ferreira⁴⁴ foi um homem negro que não sabia escrever, mas que sabia ler, ditava textos, tendo inclusive sido colaborador da imprensa negra, e detinha conhecimentos do campo da filosofia, circulava entre estudantes da Faculdade de Direito, onde recebia um elevado nível de reconhecimento por sua intelectualidade, mas, por conta do racismo presente na época, também sofria hostilidades e ridicularizações nos ambientes acadêmicos em que se propunha a falar. Seu caso exemplifica a existência da possibilidade de acesso dos negros à cultura douta, incluindo

⁴⁴ Este capítulo foi elaborado com base em artigos de diversas autorias e apresenta perspectivas coletivas extraídas de um conjunto de textos dos jornais analisados, por esse motivo optamos por referenciar os autores cujos nomes são mencionados a partir de sua participação enquanto colaboradores da imprensa negra ao invés de destacar as biografias individuais de cada um deles. A história de Vicente Ferreria foi apresentada com maiores detalhes em artigo produzido como parte da presente pesquisa. Ver: ROCHA, M. M.; COSTA, A. L. J. da. População Negra e Ensino Superior no início do século XX. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 22, n. 1, p. e214, 1 jul. 2022.

debates científicos, filosóficos e políticos por meios informais, que são independentes do acesso regular ao ensino superior (ROCHA; COSTA, 2022). Vicente Ferreira foi o orador que esteve presente no enterro de Jacinta Maria de Santana⁴⁵ e derramou lágrimas de todos os presentes. No dia 22 de abril de 1933, o jornal *A Voz da Raça* republicou um texto originalmente publicado no *Correio da Manhã* em que Vicente Ferreira fala sobre a contribuição dos negros para o país. Com riqueza de detalhes sobre as especificidades regionais, ele menciona o ciclo da cana, o ouro e o café, enfatizando a importância do trabalho dos negros na produção agrícola, trabalho esse que havia trazido riquezas para o Brasil. Em seguida convoca a população negra a participar da Constituinte, afirmando o descaso do governo para com eles e a ausência de reconhecimento de suas contribuições para a nação:

A raça negra, cuja atuação foi tão intensa na formação do Brasil, produzindo toda expressão de força nos engenhos do norte e nos cafezais do sul, foi parte ativa auxiliando o trabalho dos garimpos como célula nervosa que desbravou as matas virgens para a fundação das fazendas, onde brotou do sangue e da resistência da raça toda a riqueza que engrandeceu o primeiro e o segundo império. [...]

Assim é que, na larga discussão para a Constituinte vem se ventilando todos os pontos culminantes da vida nacional, mas parece que a raça negra vai ficar outra vez esquecida, até ir desaparecendo aos poucos, pela pobreza e falta de agasalho dentro da própria pátria que ela ajudou a construir chorando. Nesta hora em que a nacionalidade desperta, para o caminho das reivindicações sociais, o negro que foi presente no amanhecer do Brasil, tem direito de ser lembrado, não como um motivo pretérito, mas, atuando na vida do país, conquistando o direito histórico, moral e político, na participação da vida do país. Apesar de não haver preconceito visível, a raça negra tem força para constituir-se em partido representativo, para ir discutir os direitos que lhe cabem na grandeza dos serviços prestados à nação. [...]

Irmãos Negros do Brasil, levantai-vos para o despertar vigoroso, tocando a rebate, para glorificar as cinzas dos nossos antepassados, na esperança de que a raça palpita na esperança de ser respeitada nos direitos humanos, levantados pela voz de Patrocínio, o vulcão que calcinara os elos da escravidão. Negros do Brasil. É chegada a hora de vos reunirdes em torno de uma bandeira, para a defesa e a reivindicação dos vossos direitos.

Para a Constituinte! (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 6, p. 1)

Em primeiro lugar, temos um homem negro, que detinha domínio da cultura douta e que o mobilizava para fortalecer a causa da comunidade negra, obtendo reconhecimento dentro e fora dela. Seu texto foi publicado originalmente num jornal que não era especificamente voltado à

⁴⁵ A história de Jacinta Maria de Santana será apresentada no próximo capítulo.

comunidade negra, indicando que seu status de intelectual extrapolava essas fronteiras. A republicação de seu texto vem intitulada da seguinte maneira:

‘A Voz da Raça’, com entusiasmo, transcreve, data vênica, do ‘Correio da Manhã’ de 15 do corrente, e transmite aos seus leitores, as brilhantes palavras que se seguem, do grande tribuno negro, professor Vicente Ferreira. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 6, p. 1)

O título elogioso e o posicionamento do texto na primeira página evidenciam o reconhecimento que ele tinha também na comunidade negra e apontam para a existência de uma valorização comunitária desse tipo de saber. Em segundo lugar, o texto fornece uma leitura sobre a história do Brasil em que os negros são vistos como importantes contribuintes da riqueza nacional, e a abolição é interpretada como tendo sido vencida e superada com a influência de outro homem negro detentor da cultura douta, José do Patrocínio⁴⁶.

Em terceiro lugar, é a perspectiva sobre a participação dos negros no desenvolvimento econômico nacional o que fundamenta a reivindicação de seus direitos perante a nação. Vicente Ferreira interpreta que esses direitos estavam esquecidos e afirma que a mudança desse quadro dependia da mobilização política dos próprios negros, que ele diz terem força para se constituir em partido político e a quem ele convoca a participar da Constituinte. Em quarto lugar, o subtexto que permeia toda a explanação de Vicente Ferreira permite concluir que ele não estava de acordo com as perspectivas racistas que viam os negros como inferiores ou como problema da nação. Finalmente, a menção ao papel dos negros no desmatamento das matas virgens aponta para a mobilização de uma perspectiva oriunda do colonialismo na defesa dos direitos dos negros, uma vez que, do ponto de vista social, a ideia de “mata virgem” desconsidera a presença e a forma de habitar já existente entre os povos originários. Apesar da reprodução do discurso de expansão territorial nacional que invisibiliza os povos originários, vale ressaltar que a definição de negro, no entendimento de Arlindo Veiga dos Santos, presidente da Frente Negra Brasileira, incluía esses povos (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 33, p. 3-4), indicando a existência de algum tipo de solidariedade ou entendimento de que eles eram vítimas do mesmo preconceito que atingia os negros.

Vicente Ferreira não é o único intelectual negro do período que se refere à história do Brasil enfatizando a importância dos negros. Isaltino Veiga dos Santos (irmão de Arlindo Veiga

⁴⁶ José do Patrocínio (1853 – 1905) foi jornalista, orador, poeta, romancista e um dos intelectuais negros de maior relevo na luta abolicionista.

dos Santos⁴⁷), outra importante liderança política da comunidade negra do período, também ganha a primeira página do jornal *A Voz da Raça*, afirmando que a abolição do 13 de maio era uma farsa,

[...] uma liberdade mentirosa, esfacelada e vergonhosa, uma tapeação muito bem engendrada pelos magnatas, e pela falada aristocracia escravocrata brasileira, que ainda hoje por aí andam, com sua consciência roída pelos remorsos, provindos dos crimes hediondos que praticaram, com o cinismo torpe dos desumanos.

E a raça foi liberta em 13 de Maio de 88, e nós os Negros, dentro do Brasil que é nosso, e que foi construído com o nosso sangue, continuamos escravos [...].

Embora muita gente, queira dizer o contrário, nós, os Negros que continuamos sofrendo, afirmamos o que dizemos, e eu, em boa hora já disse que: – O PRECONCEITO DE COR NO BRASIL, SÓ OS NEGROS O PODEMOS SENTIR.

Outros dizem, que a ação da F.N.B. [Frente Negra Brasileira] pode trazer para o Brasil uma QUESTÃO que não existe, com tendência a uma divisão racial, mas nada disso existe, não adianta esse envenenamento, não é nada disso que se prega na Frente Negra Brasileira, o que desejamos é estar sempre ao lado de nossos irmãos brancos, em todos os ramos de atividade, especialmente na parte em que toca a nossa nacionalidade [...] mesmo porque, se nós os negros estamos afastados da vida política da nacionalidade, a culpa cabe tão somente a falada aristocracia brasileira, que se envergonhando da sua própria descendência, nos jogou à margem de todas as atividades, dando concepções escandalosas aos estrangeiros, substituindo até na lavoura, os negros pelos mesmos [...] só compreendemos um Brasil forte e unido, com a união de todos os brasileiros, sem distinção de cor ou credo político [...].

[...] assim sendo de cabeça altiva, a raça quase unida pleiteia e pleiteará dentro da ordem os seus direitos como brasileiros que são e que nunca deixaram de ser, já tendo dado para isso sobejas provas, especialmente nas horas em que a pátria periga [...] ninguém mais brasileiro do que o negro [...] porque ele há quatrocentos e tantos anos, vem rolando pelo Brasil, vítima de todas as injustiças e diminuições vexatórias e irritantes... e, no entretanto, apesar de tudo isso, continua ele firme com o Brasil, amando-o como coisa sagrada [...] negá-lo como elemento preponderante na organização deste forte quadrante geográfico da América é negar também a existência do Brasil... e nós, os dirigentes da Frente Negra Brasileira, aqui estamos para dizer e afirmar essas verdades, que precisam ser ditas, porque milhares de negros as desconhecem, julgando-se inferior [...] que tem sido um exótico dentro de sua própria terra [...] mas a verdade é que a abolição foi feita pelo negro. Só meio século depois o negro está compreendendo esta verdade: a abolição foi feita pelo negro, apoiada pelo soldado negro, contra a vontade da nação, que diante dessa conquista, teve que tomar da enxada e proletarizar-se, como ainda hoje vai fazendo, embora com muito custo, porque a nossa gente foi criada num meio terrível, onde o fato de ser branco já representava aristocracia. Os negros devem pois agradecer a abolição aos negros nossos antepassados [...]. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 9, p. 1–4).

⁴⁷ Arlindo Veiga dos Santos foi presidente da Frente Negra Brasileira e mais detalhes biográficos serão apresentados no capítulo 8.

A citação longa se justifica pela quantidade de elementos fortemente conectados, que constituem a visão a respeito da história nacional, e por oferecer a possibilidade de interpretação do tom geral de insatisfação que se expressa em relação tanto à situação social e política dos negros como a uma versão da história que não os entendia como parte importante da nacionalidade. Além da contestação da inferioridade negra, a qual é subtexto de toda sua explanação, verifica-se a contestação da afirmação de que não havia preconceito de cor no Brasil, o que para o autor seria uma “adorável e perversa ingenuidade” (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 9, p. 1–4). Apesar de fortemente presente na sociedade do período, inclusive na intelectualidade da Imprensa Negra Paulista (ALBERTO, 2011), o que posteriormente viria a ser conhecido como “mito da democracia racial” não pode ser entendido como unanimidade. No trecho anterior, Vicente Ferreira diz que “Apesar de não haver preconceito visível, a raça negra tem força para constituir-se em partido representativo” (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 6, p. 1), Isaltino formula, usando caixa alta, que “O PRECONCEITO DE COR NO BRASIL, SÓ OS NEGROS O PODEMOS SENTIR” (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 9, p. 1–4). Enquanto o primeiro diz que o preconceito não é visível, o segundo mostra quem são aqueles capazes de enxergá-lo: os negros.

O posicionamento desses intelectuais sobre a história e a política nacionais são fruto da compreensão da existência de visões em conflito a respeito do próprio Brasil, sobretudo no que se refere à história dos negros. Isaltino Veiga mobiliza uma interpretação sobre a escravidão que em nada reduz sua violência, que centraliza o negro no lugar de produção de riquezas e de agente de sua própria libertação. A ruptura com o sistema escravista e as demais contribuições dos negros para o país fundamentam sua alegação de que “ninguém mais brasileiro do que o negro”. Ele afirma o nacionalismo dessa população ao mencionar, além do trabalho, a participação dos negros na defesa de fronteiras e em outras guerras, como a do Paraguai, suas contribuições na intelectualidade, nas artes e na música, para, finalmente, defender seus direitos e sua participação na vida política.

Na historiografia, a perspectiva que entende o papel da resistência negra como central para o fim da escravidão tem lugar apenas a partir dos anos de 1980 (ADOLFO, 2017), ou seja, levou mais de cinquenta anos para que o saber histórico formal produzido no contexto acadêmico se colocasse perguntas e encontrasse respostas pautadas numa interpretação sobre o Brasil, que se encontrava presente na intelectualidade e no ativismo negros desde os anos 1930. A existência

dessa perspectiva, tantas décadas antes de sua incorporação nos caminhos institucionais de produção de conhecimento, sugere, por um lado, a ausência de diálogo do campo da história com essa intelectualidade e, por outro a ausência de pessoas com essa perspectiva no interior das instituições de pesquisa.

Ao mesmo tempo em que Isaltino enfatiza o nacionalismo por parte dos negros, ele revela a consciência de uma ruptura, quando diz que a abolição se deu contra a vontade da nação. A forte identificação com o Brasil coexiste com uma intensa reivindicação do reconhecimento das contribuições dos negros para o país e com a percepção da existência de uma “vontade da nação” contrária aos direitos desse grupo. Isso se verifica também quando Isaltino afirma que a aristocracia brasileira trazia “concepções escandalosas aos estrangeiros, substituindo até na lavoura, os negros pelos mesmos” (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 9, p. 1–4). Nos anos 30, o incômodo em relação às políticas de branqueamento que favoreciam os imigrantes se manifestou de forma bastante combativa na Imprensa Negra, chegando a originar um protesto feito pela Frente Negra Brasileira⁴⁸. No dia 23 de dezembro de 1933, o jornal anuncia:

A Frente Negra Brasileira protesta contra a invasão de imigrantes que vem agravar ainda mais a situação precária dos nacionais. A “Frente Negra Brasileira” enviou o seguinte telegrama ao exmo. Senhor dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório: “O Grande Conselho da Frente Negra Brasileira representando milhares de patrícios, protesta perante V. Excia. contra a continua entrada de imigrantes estrangeiros, quando nada se faz para melhorar a situação de infinidade de negros desempregados. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 28, p. 1)

O posicionamento contrário às políticas de imigração revela a percepção do prejuízo que tal iniciativa representava para os negros no mercado de trabalho, e está assentado numa perspectiva radicalmente diferente a respeito de raça, do papel e da importância histórica da comunidade negra para o desenvolvimento do país, situando-se, portanto, em direção contrária ao projeto de branqueamento da nação, vislumbrado pelas elites brancas do período. Na Imprensa Negra havia um posicionamento fundamentado numa perspectiva do Brasil como um país construído em grande parte pelos negros. Essa visão também aparece em um texto intitulado *O Brasil ainda é dos brasileiros* em que se afirma que os negros devem entender “que o Brasil é

⁴⁸ Frente Negra Brasileira foi uma entidade do movimento negro presente na capital paulista no início do século XX. Fundada em 1931, ela é considerada como uma das organizações negras de maior relevância política no período. Ela reivindicava a igualdade de direitos e participação dos negros em todas as esferas da vida social brasileira. Organizava atividades educacionais, políticas e culturais destinadas à comunidade negra. Ao longo dos anos fundou filiais em diversas cidades do interior de São Paulo e em estados de quase todo o país, e em 1936 se constituiu como um partido político. Em 1937, a ditadura do Estado Novo decretou o fim e considerou ilegais todos os partidos políticos, ocasionando o fim da Frente Negra Brasileira (DOMINGUES, 2008).

seu” (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 15, p. 33) para que seja possível atingir “um Brasil grande, forte e verdadeiramente ‘brasileirado’” (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 15, p. 4). Adiante se lê:

Ao negro, a quem o Brasil deve a sua formação, nunca se lhe deveriam fechar as portas [...] se há injustiça a reparar esta é uma das principais, que a alma do negro sepultada há 400 anos ainda reclama em prol de seus desventurados filhos que hoje vivem desamparados por todos os recantos deste vastíssimo território que eles abnegadamente cultivaram até 88, deixando seu sangue e vidas gravados na grandeza deste vasto Brasil, que os maus brasileiros inebriados pelo ouro, tentam desnacionalizar. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 15, p. 4)

Havia a percepção de um dever, ou mesmo uma dívida do Brasil para com os negros; a imigração era vista como “desnacionalização” do país e a escravidão e a exclusão dos negros compreendidas como injustiças que mereciam ser reparadas. Trata-se de uma perspectiva muito distante daquela em que os negros são entendidos como responsáveis pelo atraso da nação, pelo caos político ou mesmo pela degeneração nacional. O entendimento sobre raça influi diretamente na perspectiva sobre a nação, sua constituição, sua história e suas necessidades. Com base nessas diferenças, eram estabelecidos distintos planos de futuro. Na perspectiva das elites brancas, incluindo os fundadores da USP, o problema era a presença negra, expresso, entre outros, por meio da ideia de “heterogeneidade”. Do ponto de vista de uma fração da intelectualidade negra, os problemas eram a falta de reconhecimento da contribuição histórica dos negros para o crescimento nacional e as políticas de imigração, que impediam sua integração no mercado de trabalho, nas benesses oriundas do crescimento urbano e industrial e na própria imagem que se criava acerca do Brasil.

O entendimento da Universidade como sendo uma das instituições educacionais importantes para o desenvolvimento intelectual dos negros aparece em um texto que compara a situação dos negros brasileiros à dos negros estadunidenses:

O negro Norte Americano com ser tão perseguido como são, progridem de uma forma notável: – Tem suas escolas, Universidades, o seu teatro, seu patrimônio e até seus milionários, já é um povo que se impõe pela sua utilidade dentro de uma pátria que lhe é adversa, por assim dizer. Não sejamos ambiciosos do bem dos outros, mas procuremos como a abelha o nosso bem estar sem picarmo-nos entre si. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 18, p. 4)

A Universidade negra é interpretada como símbolo do crescimento e desenvolvimento dos negros estadunidenses. Colocada ao lado de elementos como escola, teatro ou “ser milionário” revela um olhar positivo para a intelectualidade e para as artes. Referindo-se a um país segregacionista em que os negros precisaram ter suas próprias instituições, por serem impedidos

de frequentar as mesmas que brancos, o autor chama os negros para a união a partir da qual se fará possível o crescimento. No conjunto da leitura dos jornais analisados, foi possível apreender a presença de uma perspectiva de que apenas a comunidade negra poderia fazer algo por si própria. Num primeiro momento, verifica-se esse posicionamento n’*O Clarim da Alvorada*, posto, entre outros, no contexto de protestos contra a discriminação de negros na contratação da Guarda Civil em São Paulo. O jornal se pronuncia diante da indignação voltada contra essa manifestação de preconceito:

O que não devemos é passar por despeitados [...].

Não é por este fato que vamos deixar de ser bons brasileiros, e, que este Brasil grandioso, também deixe de ser a nossa estremecida Pátria, e por ela sempre devemos estar dispostos a dar tudo quanto temos. Assim como já deram os nossos queridos avós [...].

Não. A nossa causa está da outra banda, é uma causa muito mais sagrada do que esta que está perturbando os espíritos dos nossos patrícios. Vamos tratar da instrução do preto, vamos tratar do civismo, vamos tratar das caixas beneficentes e de uma associação forte, que represente de verdade, esta classe poderosa que até aqui tem vivido completamente desunida. Vamos tratar da fundação do nosso verdadeiro órgão oficial, e vamos deixar de uma vez dessas banalidades, que não podem dar bons resultados... (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 35, p. 3)

Este é apenas um dos momentos em que se nota uma ausência de expectativa no resultado de um confronto direto com situações pontuais de discriminação ou mesmo condições gerais oriundas do preconceito. Havia, sobretudo n’*O Clarim da Alvorada* (1924-27), a manifestação predominante de uma postura de resolução que se desse de forma interna, com recursos e mobilização da própria comunidade, sem menção a reivindicações ao Estado. No *Progresso* (1928 – 30), as denúncias se configuram de forma mais contundente, conforme será possível verificar no caso de Enoch Carteador, apresentado no capítulo 7, e n’*A Voz da Raça* (1933 – 34), por sua vez, o discurso de união começa a se configurar na disputa por espaços políticos institucionais, conforme apresentado no presente capítulo. Num primeiro momento não há menção ao Estado, e nem expectativa de que ele contribua com a questão dos negros; em seguida ocorrem denúncias, e, por fim, uma mobilização para disputar o Estado. A distância simbólica em relação à disputa pelo Estado parece diminuir sensivelmente ao longo dos anos (e conforme o fato de o jornal se encontrar ou não vinculado a uma associação política organizada) permanecendo, entretanto, significativamente díspar em relação ao que se verifica entre os fundadores da USP, ativamente participantes de partidos políticos e ocupando, ou tendo ocupado em algum momento, posições distintas no próprio Estado.

Dentre os jornais analisados no recorte de tempo proposto (1924 – 1934), a perspectiva de reivindicação dos direitos dos negros por meio da política institucional foi verificada pela primeira vez em 1925, quando *O Clarim da Alvorada* menciona o desejo de constituir um partido político exclusivamente negro:

[...] já se cogita, nesta capital a fundação de um grande partido político, composto exclusivamente de homens de cor; esse partido de conformidade com as informações fidedignas, terá a denominação de **“Congresso da mocidade dos homens de cor”** muitas esperanças teremos se por ventura tal iniciativa obtiver glórias. [...] será talvez dessa associação que se estenderá outros ramos de progresso para os nossos irmãos, para a nossa mocidade de hoje que parece querer doravante labuta com intento de cooperar muito para a elevação dos nossos brios. (O CLARIM DA ALVORADA, 1925, n. 16, p. 1, grifos do autor)

Ainda que uma parte da intelectualidade negra daquele período negasse a existência de preconceito de cor – o que segundo Alberto (2011) se constituía numa estratégia na luta por direitos –, o desejo de criação de um partido político exclusivamente negro evidencia a existência de um conflito racial, de uma pauta política e até mesmo de um projeto de nação proposto e pleiteado por uma fração da intelectualidade negra. Uma das primeiras medidas tomadas pelos organizadores do “Congresso da Mocidade dos Homens de Cor” foi procurar por doutores negros para, que estes pudessem contribuir com a causa (CUTI, 2007), o que indica que, na perspectiva dessa intelectualidade, a cultura douta e a luta política dos negros estiveram associadas, sendo a primeira vista como capaz de contribuir com a segunda.

A imagem de um Brasil com dinâmica nacional entre negros e brancos em que haveria uma suposta superioridade dos últimos, também era questionada, como se vê nesse texto em que o autor elogia as revoltas dos negros contra a escravidão e enaltece o Quilombo dos Palmares:

E foi assim que Palmares, ergueu-se formidável, bem ao alto de uma serrania, beijado pelo sussurro de todos os ventos que pareciam dizer – LIBERDADE, e nessa grande intenção o reduto temível cresceu em força e em progresso tanto, que foi maior em 70 anos de vida sob um governo negro, que a Colônia em 150 anos sob o tacão escravizador dos governadores gerais.

A lição moral dessa grande façanha não teve palimpsestos de bronze, onde os pastores se edificassem no grande exemplo; antes, teve-os, mas destruíram-nos; a existência deles como um espelho refletor e comparativo de grandezas e misérias morais, seria perigosa para o domínio do escravizador, pelos tempos à fora, daria também a um povo e a uma raça a exaltação criadora do que o negro na sua barbaria, pela história a dentro do Brasil, foi um marco luminoso da Justiça e da Verdade imanentes, dando vastíssimas vezes peregrinas lições de moral cívica, ao branco civilizado que o martirizava. (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 28, p. 3-4)

Palmares teria sido vencido, porém sem se render, e deixando um exemplo, uma lição de insubmissão do homem negro à injustiça e às violências da escravidão. É uma inversão total em relação aos valores oriundos da perspectiva racista dos brancos que buscavam inferiorizar os negros, sobretudo no que se refere à moral e às condições de atuação política (conforme vimos nos discursos de Mesquita Filho, no terceiro capítulo). Aqui, o povo negro era apresentado como capaz de concretizar um governo de sucesso, e ao mesmo tempo como aquele que praticava os valores da justiça e da verdade, então compreendidos como capazes de elevar a moral do país. Afirmar que o negro dava lição de moral “ao branco civilizado” subverte os lugares ocupados por cada um desses grupos, desafiando as narrativas históricas hegemônicas e que buscavam hegemonia da branquitude na construção do país.

A menção ao apagamento da história de Palmares devido à ameaça que a sua memória representava para o poder dos brancos indica a percepção do valor da história desse quilombo na construção da imagem das raças e dos lugares simbólicos que elas ocupavam no país. Vale ressaltar ainda a erudição exibida ao longo do texto: o autor, Alberto Orlando, menciona o diálogo com a história, com os materialistas, demonstrando ter conhecimento de filosofia, ao falar sobre a relação entre corpo e espírito e afirmar que na escravidão, apesar do aprisionamento do primeiro, o segundo tinha o potencial de permanecer livre. O autor intitula seu texto como *Trecho de um capítulo do opúsculo de próxima publicação: O negro na evolução brasileira*, evidenciando sua intenção de posicionamento no campo de produção da história e oferecendo uma interpretação sobre a formação do Brasil.

Nota-se, nas afirmações enfáticas sobre o papel e a importância da comunidade negra, bem como naquelas a respeito de seus direitos humanos e políticos na nacionalidade, a existência de uma disputa pelo papel desempenhado pelos negros na história do país, uma contestação da própria História. Tal disputa advinha da consciência da importância de tais narrativas na edificação da comunidade negra, mas também na construção da própria identidade nacional. No texto de Isaltino Veiga, por exemplo, é possível identificar a defesa da necessidade e da importância em propagar essas perspectivas “porque milhares de negros as desconhecem, julgando-se inferior” (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 9, p. 1). Ou seja, a transmissão desse conhecimento é compreendida como importante na construção da subjetividade negra e no resgate de um sentimento de autovalor que era prejudicado pelas ideias racistas do período. As

narrativas apresentadas sobre a história nacional envolviam também o destaque ao café em São Paulo:

[A] assombrosa riqueza cafeeira do Brasil que São Paulo “lidera” no mundo inteiro, devem a eles [os negros] a sua grande parte inicial e assistência por longos anos. **O historiador que se der ao trabalho de escrever sobre a colonização negra no Brasil, terá de dedicar-lhes páginas inteiras com os trechos mais emocionantes**, descrevendo a vida daqueles valorosos anônimos, cujos hábitos sóbrios e simples se enquadravam numa existência trabalhosa e honesta. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 16, p. 1, grifo nosso)

A menção ao trabalho do historiador que registraria o papel dos negros na construção do poderio econômico cafeeiro de São Paulo aponta para o entendimento do papel da ciência, nesse caso a história, tanto em relação à construção nacional, como à justiça que se reivindica em relação ao papel dos negros na especificidade do contexto paulista. O uso do termo “colonização negra” sugere uma aproximação entre os negros e os ideais de expansão do território nacional, ideais estes verificados no pensamento da elite branca paulista e dos fundadores da USP. Apresentar o negro como colono significa afirmar seu papel no avanço territorial, altamente estimado pelas elites, tipo de argumentação que talvez tenha se constituído como parte do conjunto de estratégias adotadas na busca pelo reconhecimento do valor dos negros no contexto nacional. Por fim, o uso de expressões e termos como “valorosos anônimos”, “sóbrio”, “simples”, “trabalhosa” e “honesto” indica uma apresentação dos negros como um povo de elevado valor moral, a partir de uma perspectiva de enaltecimento do trabalho. O autor segue, falando sobre o fato de os negros terem sido os iniciadores do Brasil, narrando seus percursos após a abolição; e num dado momento descreve o desenvolvimento de alguns pequenos negócios a partir dos quais eles passaram a ter bens imóveis, propriedades urbanas e rurais e

Passaram a dar melhor educação aos seus filhos, dos quais, muitos, ingressaram nas escolas superiores. Surgiram bacharéis, médicos, engenheiros e grande número de educadores primários. Também alguns ingressaram na arte e saíram bons artistas; pedreiros, carpinteiros, marceneiros e grande numero de barbeiros; os desta profissão eram também cirurgiões eventuais, por isso seus serviços eram reclamados para pequenas intervenções cirúrgicas, tais como: extração de dentes, furos de tumores, aplicações de “bichas” tiragens de ventosas, serviços veterinários, etc. [...] alguns dedicaram-se à música [...]. Com o longo estágio da vida cidadina, puderam, os velhos colonos com facilidade introduzirem os seus costumes, os quais em grande parte, familiarizaram-se entre as gerações que os sucederam até os nossos dias. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 16, p. 1)

Neste caso, a valorização da contribuição histórica dos negros envolve uma narrativa sobre seu acesso ao ensino superior, suas capacidades e conhecimentos em diversas áreas e

profissões. Destaque esse que, mais uma vez, se opõe aos pressupostos de inferioridade, sobretudo moral e intelectual, dos negros associados aos trabalhos braçais, desvalorizados e mal remunerados. As ciências, as artes, a literatura também são valorizadas como meios de propagação de valores, ideias e imagens a respeito dos negros. No jornal *O Clarim da Alvorada*, a presença de poemas em quase todos os números analisados evidencia essa consideração. Em 1933, no jornal *A Voz da Raça*, encontra-se um texto em que essa perspectiva é evidenciada. O autor conta sobre sua visita a uma exposição de arte em que ele havia visto os negros representados nas obras, mas ausentes como público que desfrutava da exposição. Após criticar a falta de interesse da comunidade negra pelas artes visuais, ele oferece uma solução:

Tratemos de estudar para bem aparecer os nossos frutos. A arte não tem cor, as ciências também; torna-se mister, que compreendamos mais as nossas possibilidades. Os nossos artistas, os nossos poetas, os nossos escritores, enfim, todos os brasileiros que fazem da sua pena, do seu cinzel, da sua palavra uma progressão de fé coletiva **não se olvidam de engrandecer os nossos feitos do passado e as grandezas diminutas dos nossos dias que correm.**

Eduquemos mais e mais os nossos filhos, dando-lhe uma educação e uma instrução de acordo com as suas aspirações. Assim, contemplaremos, também, negros artistas, negros doutos, **negros cientistas mais em harmonia com o progresso nosso.** (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 24, p. 2, grifos nossos)

O autor afirma que as artes, as ciências e a literatura também atuam a serviço das disputas pela memória nacional, pelo reconhecimento do papel dos negros e de sua importância para a nação. A possibilidade de ocupar esses espaços é compreendida como importante na luta pelos direitos dos negros. A afirmação de que a ciência não tem cor não se coloca na perspectiva de um entendimento dela como neutra, pelo contrário; ele afirma que o acesso dos negros a esses campos ocasionaria a existência de homens doutos “mais em harmonia com o progresso” dos negros. Ou seja, afirmar que a ciência não tinha cor significava reivindicar o direito dos negros aos espaços de produção científica (bem como literária e artística). Além de ser uma perspectiva sobre o papel das intelectualidades negras perante sua comunidade e perante a nação, ela estabelece, assim como nos casos anteriores, um vínculo entre o domínio da cultura douta, pelos negros, e a política. Os argumentos centrais do texto são a importância da formação de intelectuais e artistas no interior da comunidade negra, um convite ao interesse pelas artes, ciência e literatura e um chamado aos pais negros para que invistam na educação de seus filhos, possibilitando seu acesso a esses campos de produção de conhecimento e cultura.

A contribuição dos negros nos referidos campos é valorizada também de forma indireta, por meio do reconhecimento de sua importância em outras áreas, como a militar:

Não há muito, um notável escritor patricio, fazendo a retrospectiva do movimento literário, declarou do alto de sua curul de acadêmico que o negro não contribuiu para as belas letras nacionais. O ajuste de contas dos valores que representam todas as nossas conquistas não pode ser feito de modo tão selecionado em seus elementos orgânicos. Ao contrário, o estudo deve girar em torno do Brasil conjunto, agora que se comemora o primeiro centenário da independência, porque impossível será determinar-se qual o quantitativo da contribuição dos elementos étnicos concorrentes à formação do brasileiro. O progresso atingido pelo país, na especulação das ciências e das artes como na expressão dos sentimentos, é uma resultante indivisa do trabalho comum e nele reflete o espírito da nação, a mentalidade do povo, e não a atividade singular do homem, o trabalho exclusivo do indivíduo. [...] [Conta a história de Henrique Dias retratando-o como herói.] Não parece que o negro tenha incapacidade para as artes; não se compreende, que uma raça que apresenta modelo de tal heroísmo, em o qual não houve ausência de uma só virtude moral como também se tem mostrado mais acentuada inteligência, o sentimento de arte não tenha vida. O heroísmo é uma qualidade de divinização da humanidade; é uma resultante do consórcio individual de condições de doçura, emoção, sensibilidade e energia de ânimo no mesmo tipo, de modo a torná-lo uma exceção no meio coletivo. O herói, no furor de alcançar os objetivos que colima, emociona-se, inspira-se, arrebatado pelo ideal que sonhou e persegue. No cotejo dos valores mentais do Brasil, não se pode apagar e esquecer o concurso do negro, só porque a condição servil de animalizado o impediu de aperfeiçoar o dom inato da inteligência, comum a todos os indivíduos, facultando-lhe meios engenhosos de exprimir o seu eu interior e se representar decentemente nas belas artes. O herói e poeta nivelam-se. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 9, p. 2)

Existe uma compreensão de que o desenvolvimento de todos os campos de produção da intelectualidade e das artes estão conectados com a economia e o trabalho, de forma que, mesmo quando não se trata de afirmar a existência de contribuições específicas naqueles, estes são utilizados como fundamentação do argumento de que o negro é partícipe de todo o desenvolvimento e progresso nacional, ainda que este se desse em áreas nas quais sua presença não fosse tão marcante. Chama atenção o tom irônico utilizado para se referir a alguém que, inserido no contexto acadêmico, mobiliza a legitimidade conferida por essa posição “do alto de sua curul de acadêmico” para negar a contribuição dos negros no campo literário nacional. A mobilização de conhecimentos detalhados sobre a história de Henrique Dias e de sua importância para o país constitui a contra-argumentação dando a entender que, apesar da posição acadêmica, essa pessoa não compreendia a conexão existente entre as guerras em nome da pátria e a possibilidade do florescimento do campo das letras em seu interior.

Em mais um texto que apresenta uma versão da história brasileira em que os negros são protagonistas, o campo de produção de conhecimento da história é provocado a olhar com mais atenção para o papel dos negros na constituição da nacionalidade:

O nosso irmão pela origem e saudoso beletrista baiano, Manoel Querino, que foi membro da Academia Baiana de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com a autoridade que lhe é peculiar em tais assuntos, escreveu uma obra pondo em relevo o valor do colono negro como fator principal para a economia nacional. Esse livro que ainda não tivemos o prazer de ler, deve constituir por certo, um índice fiel, um ótimo “roteiro” para os que se derem ao trabalho de escrever sobre tão grande assunto adstrito a nossa vida histórica.

Pois bem meus jovens compatriotas, o que acima ficou descrito, falho e incompleto é verdade, focaliza, entretanto, os esforços empregados pelos precursores da raça, os quais, forçados como foram, a abandonar a obscuridade em que nasceram, trazendo-nos valorosa colaboração para a riqueza e conseqüente civilização da grande terra que veio nos pertencer. Tais serviços, grandes pelo seu conjunto e alto valor histórico, deviam ser melhor compreendidos para que nos fossem dispensadas maior assistência e estima e não o indiferentismo “sistemático” e relativo esquecimento a que nos tem relegado. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 17, p. 1)

A valorização da pessoa e da contribuição de Manoel Querino, um intelectual negro cuja formação e reconhecimento resultaram no seu ingresso em instituições científicas e literárias, é mais uma maneira de demonstração da apreciação pela cultura douta. Seu livro sobre a contribuição dos negros para a história brasileira é indicado como um roteiro para outros historiadores brasileiros, indicando a expectativa de que essa perspectiva de valorização seja adotada pelo campo da história. A menção à necessidade de se compreender melhor o valor histórico da contribuição dos negros para a nação reforça o chamado feito ao campo. Havia o entendimento de que o conhecimento sobre essa história contribuiria para que os negros não fossem esquecidos, e tratados com indiferença na vida social e política da nação, e havia também uma percepção da ausência de uma dada perspectiva sobre a situação dos negros no contexto de produção científica e artística.

Humberto de Campos também aponta para essa lacuna quando comenta uma novela teatral que, segundo ele, abordava “a situação do negro brasileiro; descobrindo nela, dramas e tragédias que escaparam até hoje, a sociólogos e romancistas” (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 27, p. 4). Verifica-se a presença de uma leitura crítica das contribuições do campo das ciências, das artes e das literaturas em que era apontada a ausência dos negros ou de perspectivas específicas a respeito de suas contribuições e dos problemas que eles enfrentavam.

Num texto intitulado *Os homens pretos e a evolução social*, Horácio da Cunha refuta a existência de preconceito de cor no Brasil e defende que o que ocorre na sociedade brasileira são atos de inveja e de pessoas que privilegiam os seus protegidos no momento de selecionar aqueles que ocuparão cargos de prestígio ou mesmo de valor intelectual no mercado de trabalho. Para lutar contra isso, esse autor afirma que os negros deveriam estudar e se capacitar, para ocupar tais cargos no futuro. Ele menciona um samba antigo cuja letra dizia vislumbrar negros em posições de prestígio no futuro; e afirma que o que a música preconizara havia se realizado. Em seguida apresenta um conjunto de nomes de homens negros atuando como políticos, professores, juristas, padres, inventores, deputados, médicos, entre outras profissões, e afirma ainda que havia um outro conjunto de nomes que ele não poderia mencionar por se tratar de negros que não se consideravam como tal (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 30, p. 2). A menção aos nomes e a ênfase na existência dessas pessoas (até mesmo daquelas cujo critério de autodefinição racial se diferenciava do utilizado pelo autor) pode ser lida como uma negação implícita da inferioridade intelectual dos negros e como um modo de dar visibilidade à existência de negros intelectuais, indicando que lhes era possível atingir tais posições. Essa estratégia reforça a negação da existência de preconceito por parte do autor, e estimula a busca, de outras pessoas negras por ocupar tais posições.

Em contraposição a esta perspectiva, ilustrando a diversidade de pontos de vista existentes no contexto da Imprensa Negra, em um texto que fala sobre o papel da Frente Negra Brasileira, verifica-se a afirmação da existência de preconceito contra os negros, associada especificamente à presença destes no sistema escolar e em instituições de ensino superior:

Desde que tais preconceitos existem na frequência de logradouros públicos, (um legado da Escravidão no Brasil), nos cursos superiores e casas de diversões mantidas por nacionais e estrangeiros como não faz muito tempo se deu com os filhos do abalizado professor Hemetério dos Santos, negando-lhes a entrada num ginásio de padres pelo fato de serem de “cor” a quem compete desafrontá-los? (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 10, p. 4)

A pergunta retórica é respondida no restante do texto:

Por isso a fundação da “Frente Negra Brasileira” contribuirá não para a separação de raças mas para educar os seus próprios elementos envergonhados de sua origem, demonstrando-lhes que ter o sangue africano não é vilipêndio. [...]

A raça branca, (justiça lhe seja feita) em sua maioria condena tais preconceitos; intelectuais de escól pela imprensa e pelo livro, pela palavra e pelos atos tem nos defendido com ardor e com sinceridade.

Mas daí o deixarmos essa tarefa, exclusivamente a eles, se não é supina ignorância é desconhecer em absoluto o nosso dever.

Dever de nos construir em uma corporação forte pelo número e respeitável pelo que tivermos de mais representativo nas artes e nas letras, nos domínios sociais e políticos, de proteger-nos uns aos outros avançando nos prêmios das conquistas humanas, ombro a ombro, juntamente com a raça branca para os destinos da nossa nacionalidade. [...]

Se essa justiça nos faz a História, como poderemos deixar que nos aviltem os descendentes tarados dos primitivos escravocratas? [...]

Quando desaparecerem os anais da “História Brasileira”, sepultar-se-ão com eles os nomes que ilustram e hão de ilustrar a nossa Raça.

A “Frente Negra Brasileira” tem para nós, que já advogamos os mesmos ideias há mais de 20 anos por estas colunas, o duplo sentido: homenagear os nossos antepassados e fazer com que as gerações presentes saibam o que fomos, o que somos e o que teremos de representar no futuro! (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 10, p. 4)

O texto fala sobre o papel dos negros nas ações direcionadas à sua integração na nacionalidade. Seja com base na negação ou na afirmação da existência de preconceito racial no país, a defesa do direito, ou do dever dos negros, de buscarem melhores posições sociais e políticas, está presente e é associada à cultura douta, assim como a História surge invariavelmente como conhecimento privilegiado para o reconhecimento dos direitos dos negros e para ressignificação de sua imagem na sociedade brasileira. Nesse caso, há uma menção ao papel da intelectualidade branca na defesa dos direitos dos homens negros. Apesar de reconhecida como existente, o autor defende que os negros não devem se valer apenas dela para que seus problemas sejam resolvidos. Os brancos que perseguiram os negros, por sua vez, são apresentados como “descendentes tarados dos primitivos escravocratas”, mais uma vez indicando uma inversão em relação ao pensamento hegemônico ao associar a falta de moral aos brancos e enaltecer a postura dos negros. Assim, seja no debate sobre história, seja no papel dos negros, e até mesmo dos brancos, a relação com a cultura douta, em que vale destacar as ciências, se encontra persistentemente atrelada às questões sociais e políticas discutidas pelo movimento negro do período, dentre as quais se registra a queixa de episódios de racismo no ambiente de ensino, inclusive superior.

A percepção da existência de preconceito no interior do sistema escolar aparece vinculada ao debate sobre ensino superior no texto que segue:

O negro de hoje tem suas ideias e opiniões, podendo oferecê-las às pessoas que pedirem. Ele já pode se defender e defender os outros poucos cultivados. Felizmente a civilização humana já reconhece o valor do negro e, pouco a pouco vai se apagando o tempo em que um negro não podia se inscrever em um concurso ou em uma escola superior. Antigamente, quando o negro, por

qualquer circunstância galgava o degrau máximo da sua inteligência, era obrigado a viver isolado e no dia dos exames caracteres baixos, mesquinhosamente o reprovava, conforme tive ocasião de ver um negro passar por esta vergonha. Ainda se encontra grupos escolares que recebem os negros porque são obrigados, porém os seus professores procuram menosprezar a dignidade das crianças negras, deixando-as ao lado para que não aprendam e os pais, pobres, e desacompanhados pelo pouco desenvolvimento do filho, resolvem tirá-los e entregar-lhes os serviços pesados (...). E com isso, vem o negro lutando com as peripécias morais da vida. Sei que a fiscalização é rigorosa, e é repartida equitativamente, mas os esforços aplicados ao negro aluno, não é aquele que recebem as crianças brancas. (A VOZ DA RAÇA, 1934, n. 32, p. 2)

Além de evidenciar a percepção da existência de mecanismos informais de contenção da população negra nos níveis mais baixos da educação formal, o autor apresenta a pobreza dos pais, a necessidade de que seus filhos trabalhem e a atitude “mesquinha” dos professores como motivos pelos quais as crianças negras acabavam abandonando a escola. O autor menciona também uma memória sobre a existência de impedimentos para o acesso dos negros a certos concursos e às escolas superiores. Apesar de tratar tais episódios como algo do passado, ele enfatiza a permanência das práticas discriminatórias informais ocorridas no sistema escolar, demonstrando que a permissão formal de acesso não significava a possibilidade efetiva do exercício desse direito. Merece destaque a menção feita pelo autor ao fato de que os negros àquela altura já tinham condições de expressar suas ideias e opiniões e de defender a si e “aos outros, pouco cultivados”: isso evidenciava novamente a consciência de que o domínio da cultura douta poderia ser mobilizado em defesa dos interesses e da imagem da comunidade negra.

O movimento contido nos textos analisados abordam, de maneira geral, questões referentes à situação dos negros, e pode ser compreendido como próximo ao efetuado no contexto das ciências sociais na busca pela compreensão do país, suas origens, problemas, entre outros. A Imprensa Negra atuava como produtora de conhecimento fora dos marcos das instituições oficiais, que tinham essa finalidade. Apesar da presença forte do nacionalismo que configura todos esses debates, aqui não se verifica a pretensão de neutralidade, característica cultivada pelos fundadores da USP e atribuída à ciência por eles exaltada.

Ao falar sobre intelectualidade negra, Nilma Lino Gomes apresenta uma importante discussão sobre como, em determinados contextos produtivos, tais como aqueles em que há financiamento empresarial ou outros, o conhecimento pode passar a ser determinado por interesses exteriores, configurando a heteronomia de cientistas e técnicos. Os contextos de autonomia intelectual, por sua vez, podem representar condição tanto para a qualidade do saber

quanto para a transgressão da ordem vigente (GOMES, 2009). Entender a Imprensa Negra como produtora de conhecimento passa pela constatação de que tal movimento se dava num contexto de autonomia intelectual, não só em relação a terceiros, mas em relação ao próprio Estado.

José Correia Leite, importante liderança negra do período, conta em sua biografia que, após um dos discursos feitos por Vicente Ferreira, em que ele era costumeiramente apreciado por seus conhecimentos e por isso chamava a atenção de homens brancos de renome, Vicente Ferreira recebeu uma carona de Macedo Soares, jurista, historiador e político formado pela Faculdade de Direito, seguida de um convite para um café. Vicente Ferreira consultou Correia Leite a respeito do que o jornal estava precisando, Leite disse que *O Clarim da Alvorada* precisava de uma tipografia pequena. Vicente Ferreira então foi ao encontro e teve o seguinte diálogo com Macedo Soares:

– Bem, nós temos um jornal que precisa de uma oficina. Nós editamos o jornal com dificuldade, não temos condições...

– Ah, isso eu não posso dar. Mas em todo caso, o senhor traga aqui que eu quero ver o jornal.

O Vicente Ferreira voltou, pegou uma coleção d’*O Clarim d’Alvorada* e levou. O Macedo Soares ficou espantado. Acho que ele não tinha visto ainda. Aí disse que não podia colaborar de jeito nenhum, que nós estávamos fazendo um estardalhaço por coisa inexistente no Brasil etc. E tentou argumentar:

– Mas, se vocês quiserem fazer um tipo de jornal como esse – e pegou um número do nosso jornal que tinha sido feito em formato de revista e que só homenageava os mortos, um jornal xarope – eu posso ajudar.

O Vicente Ferreira explicou pra ele:

– Mas esse é um jornal especial, de gratidão. Não é essa a nossa proposta.

Mas o outro não arredou o pé:

– Bem, a minha proposta é essa. E nem posso dar tipografia. Eu posso arrumar para o jornal ser impresso na oficina do Instituto Ana Rosa, que minha família é protetora [...].

O Vicente Ferreira não concordou, e nada feito. (CUTI, 2007, p. 67)

Apesar das dificuldades financeiras que marcavam a Imprensa Negra (ALBERTO, 2011), esse episódio mostra a importância da independência financeira em relação a terceiros, que pudessem condicionar seus apoios a certos tipos de censura ao conteúdo veiculado nos jornais. Isso delimita o campo de definição dos critérios de publicação dentro de perspectivas advindas de seus próprios grupos ou associações organizadoras. A multiplicidade dos autores e a diferença de perspectivas, vista, por exemplo, na coexistência de intelectuais que concordavam com a ideia de existência de preconceito de cor no Brasil, ou que dela discordavam, expõe a presença de uma abertura significativa para a convivência de pontos de vista distintos, tendo como pano de fundo comum, especialmente nos fragmentos aqui apresentados, o posicionamento em relação à

importância do papel dos negros na história do país, a busca por efetivação de seus direitos sociais e políticos e a preocupação em transmitir tais posicionamentos, bem como os conhecimentos que lhes fundamentavam.

Além da transmissão de conhecimento efetuada pela própria Imprensa Negra, situações de ensino e aprendizagem dadas com o incentivo e a iniciativa da luta política da comunidade também surgem como um valor:

As nossas sociedades compreendem a tempo o quanto vale a biblioteca, o valor que tem para o negro o queimar as pestanas ou ouvir atentamente o que outros mais adiantados na instrução, sacrificando as suas horas de lazer, ministram, com orgulho de poder dizer alguma cousa de util a seus irmãos que não tiveram RECURSO para aprenderem.

Recurso porque o negro nunca teve a recompensa exata do seu trabalho físico; porque o seu salário mal dá para as despesas de primeira necessidade.

E assim o negro só aprendeu alguma coisa, devido à sua fé inabalável, graças sempre ao seu esforço próprio e à sua vontade tenaz.

Hoje, admiravelmente se vê desde o menino até ao adulto receber o livro como um pão celestial, guardar as lições recebidas com o entusiasmo sempre crescente de evolução.

O programa de instrução no meio negro ganha terreno dia a dia, crescendo sempre a olhos vistos, de uma maneira belíssima; embora não conte com proteção oficial ela aí está presente aos olhos de todos.

E todo esse trabalho dos guias negros tem sido levado a efeito com a paciência dos fortes, sustentando, despeito de nome, política interna, ambições de grupo, etc. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 16, p. 2, grifos do autor)

Aqui, o autor enfatiza o interesse dos próprios negros em relação à educação, bem como suas iniciativas educacionais e a possibilidade de redistribuição do conhecimento por parte daqueles que puderam acessá-lo. Em meio ao reconhecimento dos obstáculos presentes no acesso à educação, a falta de recursos recebe um destaque enfático, que indica, mais uma vez, um argumento implícito contrário à ausência de capacidade intelectual, e que demarca a existência de uma desvantagem econômica dos negros, reforçada pela afirmação de que seus salários são insuficientes até mesmo para as despesas básicas. Nesse contexto, aqueles que haviam acessado certos tipos de saberes assumem um papel educativo no interior da comunidade, seja como professores, como organizadores de associações educativas, como oradores ou mesmo como jornalistas. Esse papel não se limitava ao ensino de conteúdos escolares; incluía, entre outros, a transmissão de conhecimentos sobre sociedade, história, artes, literatura, ciências e outros que pudessem contribuir com o posicionamento político da comunidade na busca por melhores condições de vida. A educação teria, portanto, o caráter comunitário de atender às necessidades

coletivas do grupo, conforme expressa o autor, sem relação com partidos ou orientações políticas, ou seja, a partir de um interesse comum, que se sobressaía no grupo. Chama atenção a menção à ausência de “proteção oficial”, indicando que não havia participação do governo na promoção das iniciativas educacionais especificamente voltadas aos negros.

Já a ênfase dada ao papel de uma educação de cunho político pode ser vista no seguinte trecho:

Não deveis combater uma ideia sem primeiro estudá-la e, com o estudo formal, então poderá destruir os fatos errados que foram colocados sobre a tua fiscalização. Combatendo intelectualmente sereis, se vencerdes, vitoriosamente colocado no local que almejais. [...] O preparo intelectual atualmente é vastíssimo e ninguém se conforma com suposições. Os negros também têm olhos e querem ver para poderem seguir. Logo se quiserdes ter vitória mostrai ao publico o teu preparo intelectual e moral e não lanceis mão da fraqueza dos humildes irmãos para fazê-los destruir uma obra que nem mesmo vós estais ao par. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 25, p. 4)

O avanço nos estudos era entendido como detentor do potencial de contribuir para que os negros pudessem defender seus pontos de vista políticos diante da própria comunidade negra, mas também diante da sociedade como um todo. Para além da leitura e da escrita, estudar envolvia o acesso a conteúdos de teor histórico e social compreendidos como úteis no contexto da luta dos negros pelos seus direitos. Dedicar-se aos estudos, ou à transmissão de saberes no interior da comunidade negra, portanto, adquiria um sentido político orientado para a justiça e a liberdade, de forma semelhante ao que Silva (2021) mostra ter ocorrido ao longo do período escravista de diversos países da diáspora africana, inclusive do Brasil. O que o autor chama de “fatos errados” que seriam superados a partir dos estudos, pode ser interpretado, por exemplo, com base tanto na disputa sobre as versões da história brasileira que invisibilizavam e inferiorizavam os negros, quanto nas acusações de que a Frente Negra Brasileira estaria promovendo uma divisão racial inexistente no Brasil.

Já nas primeiras letras, a transmissão de conhecimento efetuada no interior da comunidade não dependia exclusivamente de pessoas que tivessem formalmente acessado tais saberes:

Alcides Souza não sendo nenhum professor diplomado é todavia regularmente preparado por um bom professor, portanto, bem alfabetizado; e negar-se a qualidade de um bom alfabetizador, por simples preconceito ou etiqueta de um diploma aliás necessário nas aulas publicas, seria negar a competência do seu professor. Alcides de Souza jovem fretenegrino vem todas as noites à Delegação da Frente Negra, alfabetizar os seus irmãos desinteressadamente [...]. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 26, p. 1)

O trecho trata da alfabetização, mas, tendo em vista a própria atuação educativa da Imprensa Negra, é possível depreender que, no caso da transmissão de conteúdos históricos e políticos, ou mesmo filosóficos, científicos e outros, constituintes da cultura doutra, também não fosse necessária a obtenção de um diploma. A referência ao termo “desinteressadamente”, utilizado para caracterizar a ação do professor, merece destaque. Enquanto, no caso dos fundadores da USP, a ideia de cultura livre e desinteressada estava associada à desvinculação dos saberes com as práticas profissionais, técnicas, e com a política partidária, aqui, o tempo todo surge o conhecimento como uma ferramenta útil para os interesses políticos da comunidade negra. O uso do termo ‘desinteressado’ refere-se ao caráter do desprendimento, individual, de ganhos materiais por parte daquele que se propunha a contribuir para o crescimento de sua comunidade e, conseqüentemente, da própria nação.

Assim como era valorizada e estimulada a participação dos negros no campo intelectual, artístico, literário e na produção e transmissão de conhecimentos, a ciência era compreendida como detentora do potencial de contribuir com a luta dos negros por melhores condições de vida.

Estamos em nossa plena época. Em tudo encontra-se o dedo atrevido do negro. O negro sabe ser poeta, o negro sabe ser músico, o negro sabe ser artista em todas as atividades da vida. Mais do que tudo. O negro, o próprio, que fora ainda ontem aquele que sofria os martírios do trabalho servil é o emparedado, não dos açoites inqualificáveis de outrora, mas o emparedado para assim dizer, em todas as conquistas dentro das atividades do progresso que se multiplica cotidianamente. O negro deseja na época presente, subir mais e mais ainda.

O negro que ser político [...].

O que o negro necessita é de instrução primaria, secundaria e superior. Necessitamos de uma grandiosa corrente de atividade dentro da nossa coletividade, que saiba estudar os fenômenos existentes em todas as camadas da vida da nossa raça.

[...] o nosso Brasil procura dar caldeamento dos povos que aqui vivem uma complexa mesclagem. E tudo passa e o negro também passa.

E se a grande raça, que dera tantas figuras de renome não se movimentar, o que será dos nossos filhos no amanhã vindouro, repleta de vicissitudes. Circundada de tantas e tantas “blagues”, para a destruição dos semelhantes, quando o preconceito do negro para o próprio negro se torna uma realidade sem par? (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 16, p. 2)

Assinado por Jim de Araguay, o texto está afirmando que a formação superior contribuiria para que a comunidade negra pudesse produzir conhecimentos sobre questões que afetavam a sua vida na sociedade brasileira. A produção científica ou o ensino superior são interpretados como portadores do potencial de contribuir com a luta dos negros por melhores condições, mediante a elaboração de interpretações e análises sobre a situação social desse grupo.

Interpretada no contexto mais amplo das pautas previamente apresentadas, a contribuição com a garantia dos direitos dos negros, ou a promoção de sua igualdade, era também aporte para a nação e para o movimento de “brasileirar” o Brasil. A menção ao preconceito dos negros contra os próprios negros, nesse contexto, sugere que a aquisição de conhecimentos também poderia contribuir com o olhar da comunidade para si própria e para seus problemas comuns, deixando de se entender por meio da ótica de reprodução do preconceito racial. Ao final, ele se dirige à posteridade, demonstrando preocupação com as próximas gerações, ou seja, a reflexão sobre ensino superior está vinculada ao movimento de vislumbrar o futuro social e político dos negros.

O autor está refletindo sobre a finalidade do acesso dos negros ao ensino superior. Ainda que não se trate de pensar de forma direta e explícita sobre uma suposta finalidade do ensino superior em si, da maneira como era efetuado pelos fundadores da USP, suas colocações possibilitam inferir algumas delas, como a contribuição para a solução de questões sociais - o que traria benefícios para a nação como um todo - e a formação de pesquisadores.

Em 1927, *O Clarim da Alvorada* publicou um texto de Gervásio de Moraes, que, ao ressaltar a importância deste jornal, afirma:

Os louros colhidos através das lutas educadoras da contemporaneidade social, não possuem mais aqueles épicos triunfos que fizeram o entusiasmo secular das remotas eras [...].

A psicologia enigmática das multidões, desafia a argúcia experimentada dos intelectuais modernos para uma **luta científica-social**, no final da qual, talvez o que tombar não seja de fato o vencido. A vitória será conhecida pela fórmula e não pelo desfecho aparente.

Diante dos espetáculos simultâneos que prendem a atenção do Mundo civilizado, perante o ruído ensurdecador de marcos que se partem caindo em pedaços, esmigalhando e soterrando tudo; de monumentos que oscilam se inclinam e rolam envoltos pelo pó que se ergue do sapato roto das multidões andantes, é que avistamos o cortejo sem fim dos Atilas modernos, flagelos dos vendilhões do sagrado Templo da sociologia Universal e amigos desse exército que hora se organiza, e que a História cognominou Raça Negra! [...]

E é por isso que o significativo da efeméride este pequeno órgão, não se apresenta vestido da grandeza merecida, do seu real valor diante a situação incerta do negro brasileiro, escravo de ontem, lutador de hoje e libertador de amanhã! [...]

Não diz bem o tamanho minúsculo do seu formato, a grandeza do seu valor. Disse já um dos nossos tribunos que: a palavra sugestiva, empolga, entusiasmo e arrebatada, entretanto é de duração rápida, efêmera. O vento leva e ela desaparece. Mas os escritos são documentos incontestáveis que afirmam uma existência passando de gerações em gerações! [...]

Estes [organizadores do jornal] não buscam a glória, mas sim conquistam o triunfo de seus irmãos em nome de sua própria honra, pela grandeza da raça e

para a glória da Pátria. (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 28, p. 2, grifo nosso)

O valor do jornal é sustentado a partir do seu papel educativo e na promoção de debates que contribuíam para a luta dos negros por direitos. A referência a um desafio posto pela “psicologia enigmática das multidões” à “argúcia experimentada dos intelectuais modernos”, bem como a menção à vitória do “pó que se ergue do sapato roto das multidões andantes” sobre “marcos” e “monumentos” em uma “luta científica-social” indica o reconhecimento de que o jornal contribuía com um processo de disseminação de ideias, valores e conhecimentos que, apesar de situados fora dos marcos formais da academia, seriam importantes para a realização de mudanças sociais orientadas para o reconhecimento dos negros e para sua integração na nacionalidade.

Além da imagem de uma luta científico-social de “pequenos” contra renomados e reconhecidos, nota-se a percepção da importância do jornal enquanto registro da história de luta dos negros. O autor diz que o vento poderia levar as palavras, mas que seu registro escrito garantiria que elas chegassem até as próximas gerações. Verifica-se a consciência de que o movimento da intelectualidade que constituía a Imprensa Negra naquele período era algo importante para a história futura, que poderia ser resgatada pelas próximas gerações. Havia uma consciência do fazer histórico-político dado na Imprensa Negra, e uma preocupação com o seu registro, configurando concepções e operações altamente ligadas com a cultura douta e com o pensamento científico. Ao afirmar que o grupo ao qual ele se refere foi denominado pela História como Raça Negra, o autor por sua vez indica o entendimento do papel da história na definição dos termos das questões raciais do período, e sugere a compreensão de que existia um processo social por meio do qual os diferentes grupos raciais eram concebidos. Todas essas são discussões bastante sofisticadas, seja do ponto de vista racial, ou do histórico e científico.

A luta dos organizadores dos jornais é vista como uma luta pelos seus irmãos, o que contribuiria para a sua própria honra, para a grandeza da raça como um todo, e para a glória da pátria. O posicionamento a partir do qual se reivindica o lugar do fazer científico reconhece que ele está voltado para interesses próprios e ao mesmo tempo para interesses nacionais, uma vez que ambos não são compreendidos como contrapostos ou excludentes. Não se verifica a pretensão de ocultar a correlação entre os interesses dos negros e os interesses nacionais, nem mesmo de negar o lugar a partir do qual tais iniciativas estavam sendo pensadas e praticadas. Trata-se de uma postura bastante distinta da verificada na elite branca fundadora da USP, que se

apoiava incessantemente nas pretensas neutralidade e universalidade de seus interesses, ao falar sobre o papel da formação superior e do avanço científico na formação da chamada “Mística Nacional”.

A reflexão sobre o fato de o formato e o tamanho do jornal não serem equivalentes à importância de seu papel social para os negros e para a pátria leva a perguntar: qual seria o tamanho e o formato apropriado de um veículo de produção e transmissão de conhecimentos para a comunidade negra e para a sociedade em geral? Considerando apenas os elementos presentes no próprio texto, é possível pensar que Gervásio de Moraes estivesse vislumbrando um jornal de porte e circulação maiores, equivalentes ao elevado valor que ele identificava no papel político e social desempenhado pelo jornal *O Clarim da Alvorada*. As leituras efetuadas em paralelo aos debates presentes na concepção e criação da USP, entretanto, indicam que as movimentações sociais e intelectuais feitas pela Imprensa Negra – como a produção de narrativas históricas; a disputa pela memória e pela identidade nacional; a disputa pela posição política, econômica e social dos negros no país; o domínio e a manipulação da cultura douta; e o diálogo com os debates científicos da época – poderiam também ser efetuadas no interior de uma instituição de ensino e produção de conhecimento do porte de uma universidade.

Se, por um lado, não havia uma reivindicação específica de acesso ao ensino superior, às bases de fundação da Universidade de São Paulo tampouco intenção de fundar uma universidade própria, por outro seus posicionamentos abrangem conteúdos semelhantes aos encontrados nas bases de concepção da USP: uma concepção de raça articulada a um ideal de nação a partir dos quais se definia um papel para o ensino superior e para as ciências, em benefício do desenvolvimento de um grupo e do país. Conteúdos semelhantes, abordados a partir de pontos de vista distintos, resultando em posicionamentos divergentes.

No caso da fundação da Universidade de São Paulo, a proposta do estabelecimento de uma relação entre a ciência moderna e um projeto específico de nação foi viabilizada graças à relação de proximidade e até mesmo familiaridade entre seus fundadores e os representantes do Estado. Mas, antes disso, os fundadores faziam uso da imprensa, tanto para falar a respeito da necessidade de criação dessa instituição e discutir seus fundamentos, como para tomar parte nos debates científicos e políticos da época. Nas primeiras décadas do século XX, os jornais eram veículos primordiais de debate social e até mesmo de disputas científicas e políticas e por meio destes era possível ventilar interpretações sobre a história brasileira, os valores nacionais,

perspectivas de raça, entre outros temas importantes. O grupo fundador da USP se valia d’*O Estado de S. Paulo*, um jornal de grande porte e circulação (CARDOSO, 1982). As intelectualidades negras contavam com pequenos jornais, cuja sobrevivência ocorria de forma bastante precária (ALBERTO, 2011). No caso dos primeiros, o OESP chegou mesmo a ser considerado por Mesquita Filho como um veículo provisório para suprir a necessidade de circulação de certas ideias enquanto não ocorria a fundação de uma Universidade em São Paulo (CARDOSO, 1982). Ou seja, o jornalismo era interpretado como capaz de estar integrado com o debate científico, e de cumprir o papel de transmissor de conhecimentos dessa ordem, dois objetivos associados a algumas das funções primordiais da Universidade.

O lugar social ocupado pelo jornalismo era muito bem compreendido pelas intelectualidades negras do período. Correia Leite conta em sua biografia que, certa vez, foi realizada uma passeata na qual Vicente Ferreira fez discursos à frente de cerca de dez redações de jornais:

Ele falou diante dos dois grandes jornais da época: o Correio Paulistano e O Estado de S. Paulo. Depois fomos ao jornal A Platéia. Era uma passeata que o Vicente Ferreira entendeu fazer em homenagem à grande imprensa. [...] Não eram discursos xaropes. Ele fez discursos violentos que metiam o pau em Oliveira Viana, Nina Rodrigues e todos esses caras que estudaram mal o negro. E ele gritava:
– Queremos saber o que os senhores vão fazer com a raça negra. Qual é o destino que os senhores vão dar para a raça negra? (CUTI, 2007, p. 70-71)

Nota-se que havia um diálogo estabelecido entre a intelectualidade negra e outros órgãos da imprensa paulista. Além disso, o jornalismo negro também atuava como um espaço de produção e disseminação de conhecimento e circulação da cultura doutra. Poemas, hinos, textos contendo homenagem a inventores como Santos Dummont, com referência às suas criações e exaltando a ciência brasileira (PROGRESSO, 1928, n. 7, p. 3), diálogo com a obra de Nina Rodrigues (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 26, p. 4), anúncio de uma crítica feita por Plínio Barreto ao livro *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, em que foi reproduzido e comentado um trecho do texto de Barreto contendo críticas à escravidão (PROGRESSO, 1928, n. 7, p. 3), crítica a correntes políticas específicas, fundamentada na existência de “erros científicos” de livretos que as divulgavam no Brasil (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 11, p. 1), denúncias de racismo contra homens negros situados no campo científico, como o caso do médico negro Enoch Cartead⁴⁹, que recebeu diversas publicações, entre elas uma intitulada *O preconceito de cor, não tem razão*

⁴⁹ O caso será apresentado no capítulo 7.

de existir entre os homens de ciência (PROGRESSO, 1929, n. 9, p. 1), notícias sobre eventos organizados pelo movimento negro, como o convite do Centro Cívico Palmares para o intelectual negro Evaristo de Moraes em que “aberta a sessão pelo presidente da mesa, falou o dr Evaristo de Moraes que discorreu, pelo espaço de 40 minutos, sobre ‘O fator psicológico da raça negra na civilização brasileira’” (PROGRESSO, 1928, n. 1, p. 4), anúncio sobre a visita que o Instituto Arqueológico e Geográfico, representado por uma comissão de sócios acompanhados de engenheiros e fotógrafos, faria à Serra da Barriga, local em que se desenvolveu o Quilombo dos Palmares, enfatizando a necessidade de se dar mais importância à sua história (PROGRESSO, 1928, n. 4, p. 2) são alguns exemplos de conteúdos em que a ciência era mencionada, reverenciada ou disparadora de reflexões.

A visão de que a ciência era parte do que constituía ou amparava a Imprensa Negra se encontra presente desde 1924:

À sombra da ciência acresce dia-a-dia a cotação da imprensa em nosso meio!... Vai-se ramificando essa colossal e valorosa trepadeira que chamamos “jornal”. Uns apreciam colaborações poéticas, outros reportagens críticas e outros a sua composição garbosa de pena mestre. (O CLARIM DA ALVORADA, 1924, n. 5, p. 2)

Também é constatada a presença de cientistas negros no meio que constituía, entre outras associações, os jornais. Numa notícia que fala sobre o fechamento do Centro Cívico Palmares, entidade negra voltada para a educação, se diz que ele:

[...] seguiu passo a passo o progresso do Brasil. Criou biblioteca. Fundou escolas. De seu curso secundário que contava com um afinado corpo docente preto, existem alunos nas escolas superiores do país. Foi ao Chefe da Nação. Nomeou o seu presidente honorário [...]. Sustando ordem da não entrada de pretos na Guarda Civil. Tomando providências para a inscrição de crianças pretas nos concursos de robustez. Fez mais o Centro Cívico. Levou o *leader* do Governo nos seus salões. Poetas, jornalistas, escritores célebres, músicos de nomeada, fizeram-se aplaudir por **um auditório formado pela nata do elemento negro paulista, em cujo meio também se notavam capacidades e revelações quer nas ciências, letras e artes.** (PROGRESSO, 1929, n. 10, p. 2, grifo nosso)

O próprio subtítulo de *O Clarim da Alvorada*, no primeiro número, o apresentava como um “órgão literário, científico e político” (O CLARIM DA ALVORADA, 1924, n. 1, p.1), o que em seguida foi alterado para “literário, científico e humorístico” (O CLARIM DA ALVORADA, 1924, n. 2, p. 1) e posteriormente para “literário, noticioso e humorístico” (O CLARIM DA ALVORADA, 1924, n. 3, p. 1). A retirada do termo científico leva a perguntar se havia algum questionamento interno referente à legitimidade do jornal em se anunciar dessa maneira, ainda

que debates ligados à ciência estivessem presentes em suas pautas. De um jeito ou de outro, a mobilização da cultura douta e a transmissão de conhecimentos e debates científicos era parte integrante do jornalismo, tanto da Imprensa Negra quanto daquele que abrigava os fundadores da USP, ambos dados a partir das pautas políticas colocadas para seus leitores, para si próprios enquanto grupo e para a nação.

O final do século XIX é marcado pela presença de um conjunto de jornais que tinham como um de seus objetivos o de realizar uma popularização da ciência. Seu intento era comunicar conhecimentos de diversos campos científicos ao grande público, sobretudo as classes trabalhadoras e as crianças, considerando que o cultivo das ciências “representava instrumento para o conhecimento das novas nações em construção ou em consolidação naquele período” e para a formação do povo (FONSECA, 2018, p. 639). Homens de letras, professores, advogados e médicos se posicionavam como mediadores e utilizavam linguagem simples e acessível ao invés dos jargões internos das respectivas áreas de saber. Dentre as características comuns desses jornais, verifica-se o uso do termo “científico” em suas descrições, a publicação sobre temas como literatura, ciências, política e informações de cunho prático e a adoção de preços acessíveis para sua aquisição. A portabilidade e a possibilidade de deslocamento no espaço e no tempo constituiu a imprensa como um dos canais de maior impacto “na criação de um interesse social pelo desenvolvimento científico-técnico” (FONSECA, 2018, p. 644).

Fonseca (2018) apresenta uma discussão sobre o papel desses jornais, o qual poderia ser entendido como decorrente da produção científica ou como parte dela. No primeiro caso, a visão binária conferia ao papel dos disseminadores uma posição hierarquicamente inferior em relação aos cientistas; no segundo, o mediador é compreendido como desenvolvedor e detentor de um saber específico necessário para o sucesso do objetivo de atingir o público não especializado. A vulgarização das ciências contribuía para reduzir a centralização e o monopólio que constituía as instituições educacionais, sobretudo o ensino superior (FONSECA, 2018). A disseminação da ciência para o público em geral não se limitava aos jornais, mas incluía suportes como livros, revistas, conferências e exposições. Um desses jornais, chamado *O Vulgarizador* e lançado em 1877 no Rio de Janeiro, contou com um conjunto de colaboradores dentre os quais se encontra a figura do engenheiro e intelectual negro André Rebouças (FONSECA, 2018). Os distintos perfis e trajetórias profissionais dos “vulgarizadores” podem ser entendidos como a configuração de um

perfil social específico, o dos “intelectuais mediadores da vulgarização das ciências” (FONSECA, 2018, p. 663).

Tendo em vista que a popularização das ciências foi um dos papéis que marcou a imprensa ao longo do século XIX, é possível pensar que tal movimento tenha influenciado os periódicos da Imprensa Negra, situados nas primeiras décadas do século XX. Ainda que eles não se apresentassem a partir desse objetivo, é possível notar que parte importante de seus conteúdos dialogava com temáticas oriundas do campo científico, sobretudo histórico, social e político que se relacionavam com a pauta política racial central desses órgãos. Assim, a Imprensa Negra, especialmente os jornais selecionados no contexto da presente pesquisa, pode ser compreendida como tendo sido um dos canais de popularização de debates científicos. Mais do que isso, nota-se o diálogo com esses conhecimentos e, a partir deles, a produção de perspectivas próprias a respeito deles. Ou seja, além de poder ser considerada como mediadora dos debates científicos entre os negros, a Imprensa Negra pode ser interpretada como um espaço de produção de conhecimento técnico voltado às estratégias de vulgarização. Além dos jornais, os intelectuais e ativistas ligados à Imprensa Negra atuavam na realização de palestras, na criação de ambientes de ensino e aprendizagem e em outras formas de promover a circulação de conhecimentos. Atuação essa, que pode também ser verificada entre os fundadores da USP.

Enquanto uma parte da intelectualidade negra demonstrava de diversas formas - inclusive algumas que serão apresentadas nos capítulos seguintes - o valor da cultura doutra e incentivava os membros de sua comunidade a persegui-lo (salvo em situações que serão apresentadas e analisadas mais à frente), os intelectuais que fundariam a USP vislumbraram criar sua própria instituição. Em momento algum ela foi apresentada desta maneira, tendo em vista os já reiterados ares de universalidade, neutralidade e democracia evocados para ela e seus fundadores, mas de fato ela significou a institucionalização e o direcionamento de recursos públicos para uma instituição vinculada a um ideal de nação significativamente divergente do que era defendido pela Imprensa Negra.

Antes da fundação da USP, é possível pensar que o papel intelectual e político exercido, por meio do jornalismo, pelos fundadores e pelos intelectuais da Imprensa Negra era similar, mas, os impactos eram distintos, tendo em vista o alcance dos seus respectivos jornais. Os fatores econômicos que definiam o porte, a circulação e até mesmo a legitimidade eram bem diferentes. O OESP ficaria conhecido como parte da “grande imprensa”, ou seja, seria qualificado a partir de

suas proporções, por meio da palavra “grande”, que o enalteceria e reforçaria sua pretensa neutralidade, invisibilizando a particularidade da elite branca paulista a quem ele dava voz. Por sua vez, a Imprensa Negra enfrentava dificuldades financeiras para se manter (ALBERTO, 2020) e, ao mesmo tempo em que falava a partir da comunidade negra e a ela se direcionava, ficou reconhecida com essa denominação. Ela, mas também a imprensa operária e a imprensa feminina, por exemplo, seriam caracterizadas com ênfase na particularidade de seus criadores e públicos. As possibilidades eram desiguais desde o início. A fundação da USP, entretanto, concretizou, aprofundou, institucionalizou e estatizou a diferença entre os dois grupos.

A Imprensa Negra pode ser interpretada como um espaço que acolheu e propulsionou as relações entre os negros e a cultura douta, servindo como suporte para que seus ideais de nação e suas perspectivas sobre raça e sobre seu lugar na sociedade brasileira pudessem ser registrados, debatidos e difundidos. Havia um entendimento particular sobre o papel do ensino superior e da cultura douta, e aqui vale destacar as ciências, na luta para efetivação dos ideais de nação que envolviam o acesso dos negros a todas as esferas da nacionalidade, e o reconhecimento de suas contribuições fundamentais para o desenvolvimento da nação brasileira.

Essas perspectivas, discussões e produções não foram abrigadas por nenhum tipo de aparato institucional com recursos públicos que pudessem favorecer o seu desenvolvimento e até mesmo fortalecer a sua legitimidade perante a nação. Reconhecer o fato de que as intelectualidades negras tinham um olhar para o papel do ensino superior e da cultura douta na luta dos negros, e até mesmo desempenhavam um lugar na produção e disseminação de conhecimentos, evidencia que, ao ser fundada, a Universidade de São Paulo atuou como uma incubadora para os fundamentos científicos, intelectuais e políticos dos projetos de nação da branquitude paulista.

Disfarçados sob o manto das pretensas neutralidade e universalidade, os pressupostos racistas e colonialistas que dão embasamento à concepção da USP atuaram reforçando as ideias de “aptidão natural” que justificariam as diferentes posições de negros, povos originários e brancos na sociedade. Mais do que impedir o acesso a determinados campos profissionais, a invisibilização e exclusão dos ideais de nação e das perspectivas de raça da(s) intelectualidade(s) negra(s) da universidade que nascia representava a exclusão dos negros dos processos de participação política nacional e dos processos de formação intelectual a partir dos quais seriam formados os “Intérpretes do Brasil” e os próprios cânones do pensamento sobre raça. Ou seja,

significou excluí-los do conjunto de grupos sociais que seriam aparelhados pela estrutura universitária para estudar a “questão do negro”.

O recorte racial basilar e silencioso dos projetos e do público cuja admissão estava pressuposta na Universidade de São Paulo permite compreendê-la como participante ativa dos processos brasileiros de racialização. A institucionalização e a legitimação da branquitude e de sua forma de conceber o papel da produção de conhecimento perante a nação são partes importantes da configuração do poder político, material e simbólico que compõem a produção social da raça. A incorporação das ideias de universalidade e neutralidade contidas no projeto USP ocasionou um processo de silenciamento e invisibilização das perspectivas das intelectualidades negras. Essa exclusão não dita contribuiu para o aparelhamento da branquitude e a perpetuação das desigualdades raciais, inclusive simbólicas, conferindo à USP, no período de sua fundação, uma posição de destaque no processo brasileiro de construção social da raça.

Capítulo 6 – Mumificada pela ciência moderna: um lugar para a mulher negra na Faculdade de Direito de São Paulo – Jacinta Maria de Santana

A branquitude é aética? Os valores humanitários ficam suspensos? (BENTO, 2002, p. 146)

No dia 6 de junho de 1929 a Prefeitura de São Paulo e o Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, realizaram um evento anunciado como homenagem à população negra da cidade. Trata-se do velório e enterro da jovem negra Jacinta, uma cerimônia cristã realizada no Cemitério São Paulo. Quase trinta anos antes, seu corpo havia sido mumificado em um experimento realizado pelo professor Amâncio de Carvalho, médico renomado e docente do campo de medicina legal da referida faculdade. Após o procedimento, o professor manteve o corpo de Jacinta exposto na sala em que dava suas aulas, na Faculdade de Direito de São Paulo, durante aproximadamente três décadas. Ao longo desse período, além de ser chamada por nomes aleatórios, como Raymunda, Benedicta, ou simplesmente “a múmia” (nomes os quais foram preservados nas fontes que serão aqui apresentadas), o corpo de Jacinta foi vítima de uma série de violências e desrespeitos, praticados por estudantes da faculdade e por outras pessoas que circulavam na instituição (PROGRESSO, 1929; LEITE, 1970; DIÁRIO NACIONAL, 1929).

Interpretadas como “pilhérias”, “estudentadas” e atitudes de “irreverência”, as violências envolviam, entre outros abusos, a utilização do corpo de Jacinta como um cabide. Houve até mesmo um episódio em que, após a redação de cartas suicidas em seu nome, seu corpo fora arremessado em um barranco no centro da cidade, causando seu desmembramento e chamando a atenção de policiais. Tendo falecido o professor Amâncio em junho de 1928, Jacinta permaneceu na instituição, até que, após pedidos insistentes da viúva do docente, foi realizada uma cerimônia cristã seguida do enterro do corpo mumificado (PROGRESSO, 1929). Jacinta foi sepultada vestindo um hábito da ordem de São Francisco. A roupa, o transporte do corpo e o caixão foram custeados pela Casa Rodovalho, uma das maiores empresas paulistanas no ramo de aluguel de carroças e carruagens para sepultamentos e ornamento de sepulturas. A prefeitura de São Paulo, por sua vez, doou ao Centro Acadêmico da Faculdade de Direito uma sepultura perpétua no

Cemitério São Paulo, como uma forma de “homenagem” aos negros da cidade (PROGRESSO, 1929; LEITE, 1970; DIÁRIO NACIONAL, 1929).

A mobilização de tal circunstância como um ato de tributo aos negros indica, entre outras coisas, que as características físicas de Jacinta se encontravam preservadas; foram quase trinta anos de exposição do corpo de uma mulher visivelmente negra sendo vilipendiado na Faculdade de Direito de São Paulo. Além dos organizadores do sepultamento, a cerimônia contou com a participação de representantes de organizações políticas e culturais negras do período, como o Clube A. Palmares, o G.R.D. Kosmos e o jornal Progresso (PROGRESSO, 1929), que, assim como outros jornais, publicou sobre o ocorrido:

Encerrou-se, no dia 6 do corrente o ciclo de permanência, na Faculdade de Direito, da célebre múmia ali existente. Foi ela dada à sepultura por vontade da viúva do Dr. Amâncio de Carvalho, que há muito insistia nesse propósito, muito. A múmia, argumenta a exma. sra., foi preparada pelo dr. Amâncio, no intuito único de demonstrar a eficiência de sua fórmula. Hoje, que ele é falecido e que seu sucessor, um advogado, não pode ter pelo trabalho o mesmo cuidado, não há razão para que lá continue. [...]

Foi no começo deste século. O saudoso mestre dr. Amâncio de Carvalho, um dos primeiros cultores da Medicina Legal em nosso país, um dia, querendo preparar uma múmia por processo de sua descoberta, procurou e obteve, na polícia, um cadáver. Era uma negrinha, aparentando seus vinte e poucos anos, que teria sido encontrada morta na rua, e segundo outros, entre os quais se alista o escritor Aureliano Leite, criação da família do dr Amâncio.

Em seu corpo foi feita a experiência do processo do dr. Amâncio de Carvalho, após o que, levaram-no para a sala da Faculdade, onde eram ministrados aos moços, os conhecimentos de Medicina Legal. Ali ficou numa redoma, ao lado esquerdo da cátedra, enquanto jazia, do outro lado, esbranquiçado esqueleto.

Entretanto do corpo de Raymunda se desprendia insuportável mau cheiro, a ponto dos estudantes que ocupavam as primeiras cadeiras (“Banda de Música”, na gíria acadêmica), saírem com dores de cabeça.

A Raymunda era o alvo de troças dos estudantes. Quando sumia o chapéu de alguém era fácil encontrá-lo enfeitando a cabeça da múmia. Outras vezes aparecia com vela nas mãos [...].

... no dia 6, às 15 horas, com a presença de regular número de pessoas, entre alunos e o povo [...] deu-se início a cerimônia fúnebre. [...]

Raymunda estava vestida com hábito talar da ordem de São Francisco, dádiva da Casa Rodovalho, assim como o caixão e o carro. (PROGRESSO, 1929, n. 13, p. 1, grifo nosso)

Assim como o nome que lhe era dado, o que então se dizia sobre a vida e a morte da jovem negra mumificada variava:

Uns diziam que era o corpo de uma ex-escrava da família Amâncio de Carvalho; outros que era apenas uma pobre mulher que perambulava pelas ruas; e outros, mais ousados ou mais impressionados, chegavam a admitir a hipótese de ter sido

aquele corpo mumificado o de alguma princesa ou rainha africana, trazido daquele continente como raridade.

[...]

Pelo ano de 1900 havia em S. Paulo uma preta de nome Benedicta de tal, muito conhecida nos meios estudantinos e militares e cujo ofício era vender laranjas.

Essa mulher, que **tinha o hábito de beber, perambulava, quase sempre embriagada**, pelas ruas do Centro e da Luz, permanecendo com especialidade no Largo do Palácio e no Largo S. Francisco, **onde os estudantes a tratavam com grande amizade e carinho**. Por esse tempo o Dr. Amâncio de Carvalho, que lecionava Medicina Legal na Faculdade ocupava também o cargo de Médico Legista da Polícia.

Uma noite, parece que em 1902, foi dado aviso na Central de que no Largo da Sé estava o corpo de uma mulher de cor preta já morta.

[...]

Estava de serviço nesse dia o Dr. Amâncio de Carvalho que, depois de verificar o óbito, pediu ao chefe de Polícia, que era então o Dr. Pedro Antônio de Olliveira Ribeiro, permissão para mumificar aquele corpo.

Obtida a licença, foi encetado o trabalho, **no próprio necrotério da Polícia**, segundo narram.

Depois de mumificado e envernizado, o corpo de Benedicta foi exposto numa tabacaria da rua 15 de novembro [...].

Uma enorme aglomeração diariamente se formava em frente à vitrina dessa charutaria onde estava exposto o corpo de Benedicta.

Depois de alguns dias, saciada a curiosidade pública, o Dr. Amâncio de Carvalho resolveu levar a múmia para a Faculdade de onde ela servisse para ilustração de suas aulas de medicina [...]. (O ESTADO, 1929, p. 1, grifos nossos)

Na revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Amâncio de Carvalho recebeu uma homenagem póstuma em meio às “grandes figuras da medicina”, em São Paulo. O tributo foi ilustrado com um depoimento sobre a história da mumificação da jovem negra:

Amâncio de Carvalho, baiano de nascimento, foi meu professor na Medicina Legal na velha Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Coração generoso, leal, amigo dos estudantes, as suas preleções matinais ofereciam-se **muito divertidas**. Empregando processo seu, mumificou **uma empregadinha órfã**, sem família, e colocou-a no salão de aulas, em uma vitrina protegida por transparente cortina. **Tornou-se motivo de muita estudantada**, brincadeiras, às vezes, desrespeitosas. Após o falecimento do querido mestre, **um grupo de rapazes furtou a múmia, rodeando-a de cenas chistosas**. Acabaram por abandoná-la num terreno baldio, onde a Polícia foi encontrá-la, supondo tratar-se de um crime. **Esclarecida a estudantada**, surgiu o problema de ser a múmia levada à sepultura, após a encomendação religiosa, coisa nada fácil de conseguir-se das autoridades civis e eclesiásticas.

O Prof. Amâncio não gostava de alunas. Achava imprópria a carreira de Direito para elas. Todavia, já duas ou três moças frequentavam a velha Faculdade. Acontecia que, quando Amâncio pretendia tratar de algum assunto escabroso, dizia de véspera:

– Amanhã trataremos dos crimes de atentado ao pudor. A matéria não é própria para moças.

Nem assim elas se afastavam. (LEITE, 1970, p. 41)

Em notícias publicadas pelo Diário Nacional (1929) e no texto de Valle (2017), há maiores detalhes a respeito de quem eram os estudantes que violavam o corpo mumificado da jovem Jacinta e de quais foram os tipos de ação que receberam o nome de “brincadeiras”. Certa vez,

[...] a múmia “sumira”, deixando ao que afirmavam, três cartas. Uma a Amâncio, comunicando-lhe sua intenção de suicidar-se; outra à polícia, pedindo que não responsabilizasse ninguém por seu ato de loucura; finalmente, a terceira dirigida a hoje distinto advogado, aqui, confessando-lhe violento amor... Furtaram-na os estudantes [...] isto em 1906, indo jogá-la numa barroca, onde hoje começa a avenida Brigadeiro Luiz Antônio. [...] Os autores da troça não eram alunos do dr. Amâncio. [...] nela tomaram parte Affonso Penteado, juiz federal em Curitiba; Fernando Nobre, tabelião em São Paulo e não como se supõem Moreira Machado, diretor da cadeia da Luz e o senador federal Justo Chermont, mas o jornalista Manuel Lopes de Oliveira Filho, estranhos à Faculdade [...]. Até hoje, continua sendo motivo de brincadeiras dos moços, vítima de sua irreverência. Ligada à vida risonha dos rapazes, tornou-se mesmo parte das tradições da Faculdade. Nem só as vetustas arcadas ou as mesas recortadas, recordam um tempo em que a vida paulistana se resumia em estreitíssimo círculo, do qual a Academia era o centro (DIÁRIO NACIONAL, 1929, n. 592, p. 1, grifo nosso)

[...] em seu livro de memórias, no qual dedica um capítulo à FD. [COSTA JÚNIOR, 2003, p. 119] Cita, ainda, o que também é uma constante nos relatos sobre a instituição: **a irreverência dos alunos**, comumente chamada de “mocidade”. No caso específico, o sequestro de uma múmia utilizada por Amâncio de Carvalho, professor de Medicina Legal, em cujo lugar foi deixado um bilhete: “Querido Amâncio. Cansada de ouvir as tuas preleções, que são as mesmas há trinta anos, resolvi suicidar-me. Sua múmia.” (VALLE, 2017, 348-349, grifo nosso)

Os estudantes da Faculdade de Direito que a violentavam, e os colegas que testemunhavam passivamente as violências desferidas contra o corpo de Jacinta, viriam a ocupar importantes cargos na estrutura burocrática e política brasileira. Amâncio de Carvalho, por sua vez, obtivera acesso e licença para efetuar seu experimento, justamente devido à sua inserção em uma dessas posições. A afluência dessas pessoas na polícia, no necrotério, em delegacias, como legistas, juízes, senadores, entre outros espaços de autoridade, revela a íntima ligação entre elas e o Estado, que lhes concedia tanto a proximidade com o poder para que tais ações fossem viabilizadas, como no caso de Amâncio, quanto o prestígio para que elas não fossem objeto de investigação e julgamento. A Faculdade de Direito se constitui como um desses espaços.

A violência, o desrespeito e a objetificação do corpo dessa mulher negra fez parte da cultura dessa instituição, explicitando uma de suas formas de se relacionar com a população

negra. A partir do exemplo de seu professor Amâncio de Carvalho, os estudantes da Faculdade de Direito foram educados direta e indiretamente para naturalizar a objetificação, a violência, o desrespeito e a completa desumanização de um corpo feminino negro. O caso possibilita prognosticar a atmosfera presente na Faculdade de Direito. Ainda que não houvesse uma barreira jurídica que formalizasse o impedimento de acesso dos negros na condição de estudantes e professores, o conteúdo transmitido pela presença de um cadáver negro em exposição, após ser submetido a um experimento, demarcava os limites do lugar ocupado por pessoas negras nesse ambiente.

Aqui nota-se primeiramente a facilidade no processo de “aquisição” do corpo de uma mulher negra, seguido da permissividade social (formal e informal) para a manipulação do mesmo com finalidades que, além de ditas científicas, contribuíam para a constituição do lugar simbólico de prestígio de um homem branco, médico e catedrático, que conduziu os experimentos e a exposição prolongada desse corpo negro em um ambiente destinado à formação da elite branca paulista. Em segundo lugar, vale atentar para o fato de que, após a imersão nesse ambiente institucional de estrita violência, um número grande de estudantes circulou na Faculdade de Direito, ao longo dos trinta anos de exposição do corpo de Jacinta, e eles seriam contemplados com diplomas que legitimariam seu direito a um conjunto de posições de poder material, político e simbólico no país. Trata-se de um conjunto de “doutores” ou “bacharéis” partilhando do prestígio de uma instituição que mantinha o cadáver de uma mulher negra sendo exposto e ridicularizado.

A cena da sala de aula contendo uma mulher negra mumificada em estado de semiputrefação sem nenhum indício de sensibilidade dos estudantes em relação àquele corpo, - sua história, seu nome, sua memória, enfim, à sua humanidade, ao contrário, sendo tratada como uma boneca, ou em outras palavras, como um brinquedo, servindo à diversão da intelectualidade branca paulista branca, - evidencia um nível de crueldade que só pode passar despercebida na medida em que se destitui aquele corpo de qualquer condição de humanidade.

Em 1903, quando se deu a mumificação de Jacinta, o jornal O Pharol (1903) assim publicou a notícia:

Embalsamento

Devia ter sido exposta, na sala n.7 da Faculdade de Direito de S.Paulo, a múmia que o dr. Amâncio de Carvalho, ilustrado lente daquela faculdade, conseguiu, por uma inovação sua no processo Dubois, embalsamar em 1900, conservando-se, até hoje, todas as suas vísceras em perfeito estado de integridade.

O aperfeiçoamento conseguido pelo dr. Amâncio de Carvalho é de grande mérito científico e a conservação do cadáver é feita por meio de injeções hipodérmicas.

Esse trabalho foi exposto ao público em 26 de novembro de 1900, completando portanto, três anos. (O PHAROL, 1903, p. 1)

Vinte e seis anos depois, o jornal Estado (1929) fez a seguinte referência:

Não pode deixar de ser interessante uma cerimônia desta natureza, em que **perto de 600 estudantes de direito vão acompanhar o enterro** de uma múmia. (O ESTADO, 1929, p. 1, grifo nosso)

Se o procedimento de mumificação se deu no início do século, e nesse momento Jacinta tinha cerca de vinte e poucos anos, a data de seu nascimento possivelmente se deu antes da abolição formal⁵⁰ da escravidão em 1888. As relações objetivas e subjetivas de propriedade em relação aos corpos negros ainda se encontravam fortemente presentes no contexto de seu nascimento. Fosse ela uma “órfã” ou uma “criada” da família de Amâncio, é possível pensar que os níveis de desumanização, vulnerabilidade, constrangimento, agressão, privações, discriminações e intimidações, aos quais seu corpo esteve sujeito ainda em vida, foram parte do racismo, que possibilitou que postumamente ela permanecesse sendo violentada sem que se registrasse qualquer iniciativa de alguém que intercedesse a seu favor. O *Diário Nacional* (1929) traz mais detalhes sobre o caso:

Foi ela dada à sepultura por vontade da viúva do Dr Amancio de Carvalho, que há muito insistia nesse propósito, muito embora lhe fosse ponderado ser a múmia um trabalho científico de alto valor, devendo antes ser enviada a um museu [...].

A Jacynta era o alvo das troças dos estudantes. [...] E não raro [seu corpo aparecia] nas mais estranhas posições que o espírito de seus algozes inventava [...]

Nunca ninguém soube como conseguira o dr. Amâncio de Carvalho conservá-la. Era por um processo que alcançara com suas investigações. Nada se sabia. Tampouco se veio a descobrir até hoje. Diziam outros, despeitados, sem dúvida, que a mumificação fora em virtude da constante bebedeira em que vivia a pretinha celebrizada...

⁵⁰ A ideia de “abolição formal” está vinculada a um movimento historiográfico que demonstra a existência de uma resistência negra à escravidão que enfraqueceu o sistema escravista. Presente no combate direto, mas também nas formas indiretas e criativas de preservação da subjetividade, nas manifestações públicas dos negros contrárias à escravidão, nas fugas em massa seguidas de estabelecimento no mesmo território com a oferta de trabalho remunerado aos fazendeiros e nas grandes quantidades de negros que já haviam, por meios distintos, conquistado sua alforria ou mesmo nascidos livres, tais manifestações são interpretadas como parte do próprio processo de abolição, de forma que a assinatura da Lei Áurea em 1888 se constitui como um reconhecimento formal do fim de um sistema que já não se sustentava na prática. Dois bons exemplos dessa historiografia são os trabalhos de Chalhoub (1990) e Azevedo (1987). Ana Lúcia Müller (2008) utiliza, para os mesmos fins, o termo “legalização da abolição” referindo-se à Lei Áurea como regularização de uma situação que já se encontrava irreversível.

O Rapto

Através de todo o seu magistério, o dr. Amâncio de Carvalho conservou-a carinhosamente, vindo por isso mesmo a ter forte desgosto, no dia em que soube que ela havia desaparecido. [...]

Furtaram-na os estudantes, que dessa forma se livraram do martírio diário [...]. O dr. Amâncio sentiu imensamente, quando o soube, admoestando sua turma, prometendo reprová-la, quando dos exames. Seu bom coração não o deixou dar execução aos seus projetos. Aliás, seus alunos estavam inocentes da culpa que lhe fora atirada. Os autores da troca não eram alunos do dr. Amâncio.

[...]

Morto o dr. Amâncio de Carvalho, sua viúva achou que nenhum outro motivo restava, que justificasse a permanência da múmia na Faculdade. Em palestra que tivemos com um seu genro e esposa, indagando das causas dessa resolução, viemos a saber que [ela] enviara, nesse sentido, um requerimento ao Dr. Pinto Ferraz. E se assim procedera foi porque achava ser o sepultamento um ato de **caridade cristã**, empenhando-se nisso há muito tempo já. [...]

Numa de suas últimas sessões o Centro Acadêmico XI de Agosto, por proposta dos bacharelados Scalamandrê Sobrinho e Nicolau Gludice, resolveu cuidar do enterro.

[...]

No cemitério, após a encomendação do corpo por frei Nicolau da ordem franciscana, falaram os srs. Vicente Ferreira e Scalamandrê Sobrinho, respectivamente pelas associações de cor e pelo Centro acadêmico.

Está pois, finda a existência aventureira da pobre múmia, que, antes de desaparecer, teve o dissabor de ver mudado mais uma vez seu nome, pois foi encomendada como sendo Raymunda. (DIÁRIO NACIONAL, 1929)

Quando, após a morte de Amâncio de Carvalho, sua viúva, uma senhora decrita como “movida por sentimentos religiosos” (O ESTADO, 1929), solicita a realização de uma cerimônia que confere a Jacinta algum nível de humanidade, isto será então concretizado por um conjunto de atores que, assim como a viúva, seriam então reconhecidos por seu altruísmo, a ponto de anunciar seu próprio ato como uma homenagem à população negra de São Paulo. Um certo tipo de ambivalência ou trânsito entre a completa desumanização e a aparentemente mais genuína homenagem pode ser atribuída aos estudantes da Faculdade de Direito e à família Carvalho. O grupo, constituído pelos que ora foram os maiores violentadores do corpo de Jacinta e pelos que posteriormente foram os organizadores da cerimônia pomposa de seu enterro, foi retratado no primeiro momento como “irreverente” e “brincalhão”, para em seguida ser posicionado como um agente de “caridade cristã”.

A prefeitura concedeu a sepultura perpétua ao Centro Acadêmico XI de Agosto e não à Jacinta. Ou seja, foi no uso do próprio prestígio de seus lugares da branquitude que se fez possível a realização da cerimônia que supostamente os consagraria como generosos promotores

de uma homenagem aos negros de toda a cidade. Do ponto de vista dos estudos críticos da branquitude, mais uma vez verifica-se a presença do Pacto Narcísico. Bento (2002) apresenta esse conceito como sendo um acordo tácito que viabiliza a manutenção de posições de vantagem distribuídas pela própria branquitude para os seus iguais. Aqui, esse Pacto atua a partir de vínculos que proporcionam o patrocínio da cerimônia a partir da qual a branquitude poderia ver-se e propagar a respeito de si própria a imagem de filantrópica.

Ao mesmo tempo, Jacinta era vítima de piadas em que um suposto consumo exagerado de álcool teria causado a preservação de seu corpo. O uso da palavra “perambulava” para se referir à sua presença nas ruas do centro da cidade carrega a ideia de alguém andando ociosamente, sem destino certo. Isto junto às piadas sobre um suposto nível elevado de consumo de álcool ter preservado seu corpo, e a apresentação dela como “órfã” ou como “cria da família”, produz ora a imagem de uma mulher negra dada ao vício da bebida e destituída de moral, ora a de alguém vulnerável, dependente da família que a “criou”. A narrativa de que ela teria sido encontrada morta sozinha, na rua, traz a imagem de alguém destituído de qualquer respaldo social ou importância. Os termos “empregadinha” e “negrinha” fazem uso do diminutivo com uma conotação depreciativa, indicando antipatia e diminuição de seu valor humano. Aqui não se pretende constatar se há veracidade nessas afirmações, tendo em vista o escopo limitado das fontes delimitadas a partir do objetivo central da pesquisa. O material, entretanto, possibilita destacar o reducionismo e o enfoque pejorativo presente na maneira como ela foi retratada. A ausência de informações que pudessem humanizá-la possibilita compreender que o período na Faculdade de Direito não conteve apenas violência física e ridicularização de seu corpo, mas também violências contra sua memória e reputação. O conjunto de hipóteses negativas a seu respeito, por vezes apresentadas em tom jocoso, contribuía para a retirada de sua humanidade, constituindo um discurso que possibilitava a naturalização da brutalidade, e ao mesmo tempo a manutenção da imagem, da instituição e daqueles que nela se graduavam como sendo os representantes do progresso, do refinamento e da erudição.

O pedido insistente da viúva de Amâncio para que se fizesse o enterro da jovem revela a emergência de um incômodo em relação à situação. Isso se pode dizer também em relação à pompa que foi dada ao enterro. A realização dos ritos e homenagens póstumas com tamanho primor aponta para um esforço de construção de uma nova imagem que desassociasse os responsáveis pelos trinta anos de vilipêndio do cadáver de Jacinta de um conjunto de ações que,

se haviam sido completamente naturalizadas no início do século, tornavam-se publicamente condenáveis com o passar dos anos e com as mudanças nas maneiras de pensar as relações raciais e de manifestar o racismo. O apoio do Centro Acadêmico, da Prefeitura e da Casa Rodovalho para a realização da cerimônia, a extensiva publicização do “evento”, que foi coberto por diversos jornais da época, e as presenças de seus representantes, de pessoas comuns, e de membros de associações negras indicam a (performance da) existência de um reconhecimento da humanidade de Jacinta, o qual, por meio da pomposa homenagem, se estende à toda comunidade negra.

É possível que as mudanças sociais e o afastamento temporal em relação à escravidão tenham modificado, mesmo que sensivelmente, o pensamento racial hegemônico do período e a partir de uma consolidação, então em curso, do lugar dos negros enquanto cidadãos de direito, talvez o que antes não causava choque tenha passado a incomodar. Não é possível saber de quanto tempo datava o incômodo da viúva de Amâncio, ou quais as suas possíveis motivações ocultas, e nem mesmo se ela era a única pessoa contrariada pela situação. Mas a adesão dos envolvidos na cerimônia fúnebre, em confronto com os trinta anos de exposição do corpo, possibilita formular a hipótese de que o desconforto seria algo novo, talvez crescente ao longo dos anos ou já existente, mas que antes fosse desconsiderado.

Em suas memórias, José Correia Leite assim retrata a grande comoção gerada pelo enterro e a iniciativa e presença oriundas da instituição:

Outro caso interessante aconteceu na Faculdade de Direito. Lá havia uma múmia de uma negra, que servia para estudo. Entrou um novo diretor e achou aquilo uma profanação, uma coisa injusta. Então resolveram enterrar a Jacinta, que era o nome da múmia. Nesse dia do enterro, o Vicente Ferreira foi lá ao cemitério, São Paulo, parece. Ninguém esperava que aparecesse alguém para tocar na vida de uma mulher da condição de Jacinta. Aquele cadáver deu pro Vicente Ferreira uma motivação tão forte que, quando ele chegou e começou o discurso dele, conseguiu comover todo mundo. Foi um dos [discursos] mais felizes da carreira dele, de tribuno do povo. Ele descreveu a Jacinta na sua época, como é que ela andava pelas ruas de São Paulo, fez descrição da cidade e narrou como é que ela vivia. O que eu sei é que, quando ele terminou, estava ele chorando e toda aquela gente lá (estudantes, professores...) de lenço na mão. (Depoimento de José Correia Leite para CUTI, 2007)

O exercício do intelectual e orador negro Vicente Ferreira de descrever o cotidiano, o ambiente, e narrar a presença dela em vida foi na contramão da maneira reducionista e pejorativa como ela havia sido retratada até então. O discurso suscitou elementos que resgatavam a humanidade de Jacinta, e por isso comoveu o próprio palestrante e os demais presentes. Esse

momento de tributo à vida daquela mulher negra, seguido da sensibilização de brancos e negros, talvez não fosse possível trinta anos antes, na ocasião de seu embalsamamento. No primeiro capítulo apresentou-se o teor transmutativo das concepções de raça, as quais se encontram em permanente disputa e transformação. Aqui, verifica-se que, ao longo dos anos, uma situação que antes era totalmente naturalizada começou a gerar estranhamento e incômodo, ocasionando o movimento que culminou na grandiosidade da homenagem póstuma à Jacinta.

Após servir à família Carvalho (ainda que de maneira póstuma), à Faculdade de Direito, à diversão dos estudantes e à ciência, seria ela eternizada como um experimento, impedida de receber as homenagens póstumas socialmente valorizadas pela cultura cristã que permeava com maior ou menor intensidade cada uma dessas esferas, ou receberia o direito ao encaminhamento de sua alma, e a “descansar em paz”? Junto com Jacinta, a história de abusos e vilipêndio do seu corpo na renomada Faculdade de Direito, estava sendo enterrada.

Numa sociedade em transformação, em que as perspectivas raciais hegemônicas se encontravam em crescente questionamento, apenas o segundo caminho poderia oferecer a possibilidade de uma suposta “redenção” dos atores envolvidos em um caso que, possivelmente, já estivesse começando a ser questionado. A própria sugestão de que havia uma narrativa oculta a respeito da origem de Jacinta, e de sua possível vinculação prévia com a família de Amâncio, indica a existência de cismas a respeito do que foi feito de seu corpo e mesmo de sua memória.

No dia 14 de julho de 1929, o jornal O Clarim da Alvorada publicou um texto de Frederico Baptista de Souza, membro destacado da comunidade negra, que fora secretário do jornal O Alfinete e de muitas outras associações que defendiam o interesse dos negros e dos trabalhadores, e desenvolvera uma longa trajetória como funcionário da Faculdade de Direito (BALSALOBRE, 2010; TIEDE, 2018). Sua carreira na Faculdade de Direito se iniciou em 1900, mesmo ano em que se deu o embalsamamento do corpo de Jacinta. A propósito de seu enterro, em texto intitulado À Jacintha, ele diz:

Foi finalmente sepultada a Jacintha, no dia 6 de junho, por iniciativa do Centro Acadêmico XI de Agosto, por proposta do estudante Scalamandré. Os jornais anunciaram que no enterro seriam representadas as sociedades dos homens pretos, foi divulgada essa notícia, respectivamente em acordo com a ideia do Jornal dos homens pretos “O Progresso”. No entanto essa representação contou do Centro Cívico Palmares, representada pelo tribuno negro Vicente Ferreira, do Clube Atlético Palmares, por uma comissão de cavalheiros e senhoras, os jornais “Clarim d’Alvorada” e “Progresso” e “Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos”, que se fez representar tão somente na Faculdade, tendo as demais acompanhado o féretro até o Cemitério São Paulo, onde ela se acha

sepultada em jazigo perpétuo, terreno doado ao Centro Acadêmico pelo exmo. Dr. Prefeito Municipal.

Na Faculdade, depois de feita a encomendação por um padre da ordem Franciscana, usou da palavra o Dr. Júlio de Barros, homem de epiderme branca, revivendo o tempo em que foi, como empregado, incumbido de zelar do corpo mumificado, retirou o caixão da sala 7 da Faculdade, uma comissão de acadêmicos de Direito, e no cemitério, uma de homens pretos. Aqui usou da palavra o nosso incansável batalhador pelo progresso da raça – Vicente Ferreira – que falou, como se estivesse muito à sua comodidade, em referência aos fatos que se ligavam à Faculdade, mas estas coisas só partiram de Vicente Ferreira, que não só estuda a evolução dos homens brancos, como a dos negros, usou ainda palavra o estudante Scalamandrê e o representante do jornal “O Progresso”.

Tudo ocorreu muito bem; paz a alma de Jacintha, porém a pequena presença dos homens pretos é que não se coadunou com o apregoado progresso da raça, que tanto tem sido debatido pelos [...] defensores da classe; se em uma ocasião desta, em que seria justo homenagear uma patricia, sem parentes a quem os homens de epiderme branca, prestaram honrosa homenagem, coisa que nós, os pretos não conseguiríamos realizar com idênticas condições, mínima foi a representação dos negros. [...]

Será possível que os negros do Brasil desconheçam tantos fatos que oprimem a raça? E se conhecem, porque não demonstrar? [...]

Sejamos unidos, mostremos que possuímos coração e que somos patriotas. (O CLARIM DA ALVORADA, 1929, n. 18, p. 1)

Frederico Baptista da Silva expressa com a palavra “finalmente”, usada para se referir ao sepultamento, a existência de uma espera ou mesmo de um esforço nessa direção. Ele menciona também “os fatos que oprimem a raça”, indicando que a situação a que o corpo de Jacinta foi submetido, a despeito do concomitante elevadíssimo índice de naturalização, fosse também interpretada como uma forma de opressão aos negros, a qual ele havia testemunhado e vivido durante os anos em que frequentava a instituição na condição de funcionário.

O apelo à presença dos negros no enterro de Jacinta indica a existência de uma angústia particular de alguém que observou de perto a violência do corpo de uma mulher negra mumificada e sendo feita de brinquedo pelos estudantes. A cobrança indica a percepção da necessidade de humanizar aquela mulher negra, rendendo-lhe os devidos tributos póstumos. O que ele indicou como baixa adesão dos representantes da comunidade negra, por sua vez, possibilita pensar que o alcance da iniciativa do sepultamento tenha servido muito mais aos interesses dos acadêmicos e demais brancos envolvidos, de “se redimirem” dos trinta anos de vilipêndio do corpo de Jacinta, ocorridos na instituição a partir da qual advinha grande parte de seu prestígio e legitimidade perante a nação, do que algo organizado em parceria com a comunidade negra, de forma a fazer sentido para esta. Frederico diz que o enterro e a participação

de organizações negras foram anunciados nos jornais o que aponta mais para um comunicado do que para um convite direto efetuado pelos organizadores para as lideranças negras. A demarcada presença e iniciativa dos brancos em prestar “honrosa homenagem, coisa que nós, os pretos não conseguiríamos realizar com idênticas condições” (O CLARIM DA ALVORADA, 1929, n. 18, p. 1), confirma o protagonismo branco no que foi anunciado como uma “homenagem aos negros da cidade de São Paulo”.

Os jornais da Imprensa Negra frequentemente homenageavam personalidades negras vivas ou mortas, enfatizando seus feitos, seja em nome da luta abolicionista, das lutas nacionais pela independência, Proclamação da República ou de suas conquistas, especialmente quando ocupavam posições de destaque ligadas ao campo da educação, das ciências, da política, entre outras áreas de conhecimento. No caso de Jacinta, entretanto, nenhuma das fontes consultadas contém qualquer tipo de referência à sua importância, por exemplo, para o desenvolvimento do progresso científico. O desenvolvimento da medicina, da ginecologia e de múltiplos conhecimentos da área da saúde de maneira geral contém diversos casos de uso de corpos negros para experimentos, conforme atesta Pinheiro (2021).

Alguns casos marcaram negativamente a história no sentido de práticas empíricas propiciadas no escopo do racismo científico contra a população negra (em especial contra mulheres negras), tais como: as cirurgias ginecológicas desenvolvidas pelo médico estadunidense James Marion Sims que no século XIX utilizava mulheres negras escravizadas sistematicamente em seus experimentos, muitas vezes sem anestesia. Outro caso extremamente problemático de empiria dentro da lógica do racismo científico envolveu a jovem estadunidense Henrietta Lacks, que nasceu em 1920 e morreu de câncer do colo uterino em 1951. Henrietta foi a doadora involuntária de uma cultura de células cancerosas, [...] popularmente conhecidas como células HeLa, muito utilizadas em pesquisas médicas sem o consentimento da mesma, muito menos da família desta. Outro relato macabro destas práticas científicas é a história de Sarah Baartman, a mulher negra sul-africana que foi exibida como atração de circo em feiras europeias de exposição científica na categoria “fenômenos bizarros humanos” até a sua morte. Sarah Baartman morreu em 29 de dezembro de 1825, mas seu cérebro, esqueleto e órgãos sexuais continuaram sendo exibidos em um museu de Paris até 1974. Também podemos citar que na segunda metade do século XX o biólogo estadunidense Dr. Gregory Goodwin Pincus fez testes do uso das pílulas anticoncepcionais com mulheres negras haitianas e porto-riquenhas sem que essas tivessem conhecimento da pesquisa. (PINHEIRO, 2021, p. 58)

Jacinta não foi, entretanto, apresentada como vítima da violência das ciências, nem como contribuinte, embora compulsoriamente, para o desenvolvimento científico. Dentre as tantas possíveis maneiras de homenagear a “população negra da cidade de São Paulo”, inclusive a partir

de memórias de sua participação na produção do café, que trouxe à cidade e ao estado a riqueza em consequência da qual São Paulo estava se constituindo como um grande centro urbano e industrial, foi escolhido chamar de homenagem o velório realizado subsequentemente a um conjunto de violências e humilhações, e à redução de Jacinta a uma memória desmoralizada e silenciosa de vítima, que a configurava como uma múmia também no sentido figurado do termo. Considerou-se como cortesia um ritual no qual foram ostentados opulência e prestígio, presumidamente redentores de todos os efeitos práticos e simbólicos das violências cometidas contra Jacinta e, por extensão, contra a população negra como um todo.

“A múmia”, Raymunda, Benedicta, ou Jacinta, como aqui se escolheu denominá-la – devido à adoção deste nome pela historiadora Suzane Jardim, conforme publicado em reportagens recentes (ROQUE, 2021; LEVI, 2021) –, não foi a primeira mulher negra cujos nome, voz e humanidade se perderam nos arquivos históricos. Tampouco foi a única a ter seu corpo esquadrihado em nome do avanço científico, e a ter sua história resumida a poucas linhas, que destacam sobretudo as violências praticadas contra elas. A reflexão de Hartman (2008) sobre mulheres negras escravizadas no Atlântico, como foi o caso de tantas Vênus negras com os nomes variados, a exemplo de “Harriot, Phibba, Sara, Joanna, Rachel, Linda e Sally” (HARTMAN, 2008, p. 1) encontradas em diversos lugares do mundo atlântico, pode perfeitamente ser aplicada à situação de Jacinta:

O destino dela é o mesmo de qualquer outra Vênus Negra: ninguém se lembrou de seu nome ou registrou as coisas que ela disse, ou observou que ela se recusou a dizer qualquer coisa. A sua história é uma história inoportuna contada por uma testemunha equivocada. [...] Eu poderia dizer, com base em um famoso filósofo, que o que sabemos sobre Vênus em suas muitas formas equivale a “pouco mais do que um registro de seu encontro com o poder” e que fornece “um mísero esboço de sua existência”. Um ato de acaso ou de desastre produziu uma divergência ou uma anomalia do curso esperado e usual de invisibilidade e a catapultou do subterrâneo para a superfície do discurso. Nós tropeçamos nela em circunstâncias exorbitantes que não fornecem nenhuma imagem da vida cotidiana, nenhum caminho para seus pensamentos, nenhum vislumbre da vulnerabilidade de seu rosto ou do que olhar para tal rosto pode exigir. Sabemos apenas o que pode ser extrapolado de uma análise do livro de contabilidade ou emprestado do mundo de seus captores e mestres e aplicado a ela. No entanto, o exorbitante deve ser considerado exemplar ou típico para que sua vida forneça uma janela para a vida dos escravizados em geral. Não se pode perguntar: “Quem é Vênus?” porque seria impossível responder a tal pergunta. Existem centenas de milhares de outras meninas que compartilham suas circunstâncias e essas circunstâncias geraram poucas histórias. E as histórias que existem não são sobre elas, mas sobre a violência, o excesso, a falsidade e a razão que se apoderaram de suas vidas, as transformaram em mercadorias e cadáveres, e as

identificaram com nomes lançados como insultos e piadas grosseiras. O arquivo é, neste caso, uma sentença de morte, um túmulo, uma exibição do corpo violentado, um inventário de bens, um tratado médico sobre gonorreia, algumas linhas sobre a vida de uma prostituta, um asterisco na grande narrativa da história. Diante disso, “é sem dúvida impossível apreender [essas vidas] novamente em si mesmas, como poderiam estar 'em um estado livre’”. (HARTMAN, 2008, p. 2, tradução nossa)

Hartman (2008) nos ajuda a compreender que a violência perpetrada contra Jacinta se perpetua após sua morte, não só pelos atos de vilipêndio de seu corpo e de sua reputação, mas também pela impossibilidade de resgate de sua história. O limite dos arquivos impossibilita que sua humanidade seja resgatada, reduzindo-a simplesmente a uma vítima da violência de seus algozes. Essa invisibilização da memória, incerteza sobre o nome, sobre a história e mesmo sobre como o corpo de Jacinta foi parar nas mãos de Amâncio de Carvalho, são partes importantes da constituição da relação estabelecida entre a Faculdade de Direito e a população negra, uma vez que tudo ocorreu sob o respaldo da notoriedade da instituição.

Em quase todas as referências a ele presentes nas fontes consultadas, o professor que realizou o experimento aparece com nome e sobrenome ou como “dr Amâncio”, enquanto sequer se tem certeza sobre o nome verdadeiro de Jacinta, que passa por trocas de nome e fica predominantemente conhecida como “a múmia da Faculdade de Direito”. A faculdade, a Casa Rodovalho, o Centro Acadêmico, o frei que realiza sua cerimônia e até mesmo alguns membros das associações negras que participaram de seu velório têm seus nomes registrados nas notícias consultadas. Além de Jacinta, uma outra figura feminina relevante nessa história também não foi propriamente nomeada: “a viúva de Amâncio”. As formas de invisibilização das personagens femininas desse enredo remetem ao trecho que afirma que o professor não aprovava a presença de mulheres no curso de direito, o que revela a condição conflituosa da minguada presença delas na faculdade e ao mesmo tempo chama atenção para a existência da hegemonia do poder masculino na sociedade do período.

Até mesmo homens com uma breve participação na narrativa são nomeados, enquanto aquela que protagoniza o sepultamento surge como “a viúva” e tem assim sua aparição mediada pelo vínculo que ela estabelece com um homem. Certamente, o nível de naturalização das violências contra o corpo de Jacinta, para além do já evidenciado caráter racial, estava imbuído da atmosfera sexista presente naquela sociedade. Outra personalidade, dessa vez do sexo masculino, aparece sem nome:

Havia em S. Paulo **um jornalista que se matriculara na Faculdade**. Durante o clássico trote alguém se lembrou da múmia.

Acolhida a lembrança, logo uma ideia foi posta em execução.

Vendaram os olhos ao jornalista e obrigaram-no a beijar o rosto da preta Benedicta.

Sem poder imaginar o que estava beijando, o jornalista acedeu.

Uma estrondosa gargalhada saudou este beijo, **sendo-lhe imediatamente arrancada a venda dos olhos para que fosse gozado o seu desapontamento**.

Mas não veio o desapontamento esperado pelos estudantes. O que veio, segundo relatam, foi **um acesso de loucura** de que se viu tomado o jornalista, ao ver que o que tinha beijado era a múmia da Benedicta.

É de se imaginar **o abatimento de que foram possuídos os moços estudantes**, diante de um fim, tão trágico quanto imprevisto. (O ESTADO, 1929, p. 1, grifo nosso)

O rapaz não é chamado de estudante em momento algum, nem de calouro, mas sempre de jornalista, demarcando uma diferenciação no trato dado a ele quando em comparação aos demais, nomeados o tempo inteiro como estudantes. O tipo de trote a que ele foi submetido parece ter sido diferente do que era dado aos demais alunos: havia um grande público, uma cuidadosa expectativa em “gozar de seu descontentamento” ao perceber que havia beijado “a múmia”, e uma intensa reação manifesta pelos risos “estrondosos”. Em seguida, ao notar quão violentos foram os efeitos do trote para o referido “jornalista”, os demais estudantes tiveram um “desapontamento”, que era “de se imaginar”. Esse texto permite compreender a reação dos estudantes diante do “imprevisto”, trata o que se deu com o “jornalista” como “um episódio trágico” mas, assim como ocorre com Jacinta, não há qualquer indício de estranhamento em relação à agressão feita a este calouro por meio do trote. A narrativa tem como núcleo as “estudentadas”, dá destaque ao fato de que alguém “se lembrou” da múmia para efetuar o trote contra esse novo estudante, indicando uma certa contemplação dos episódios de violação do corpo mumificado de Jacinta.

O jornalista não tem apresentados seu nome, sua família, sua origem e nem se fala sobre o que ocorreu com ele após o “acesso de loucura”. Também não se diz que ação foi classificada como loucura. O que se tem é alguém a quem, apesar de ser homem e estudante, aconteceu algo bastante relevante, que não é retratado como tal, e tem sua memória relegada à sombra das “pilhérias” ou “gracejos” dos demais. Trata-se de um caso bastante diferente daquele em que os estudantes se unem para escrever bilhetes em nome de Jacinta, direcionando parte de sua malícia ao seu professor. Aqui há um grupo maior de estudantes pregando uma peça em um único calouro, às custas de quem deu-se “estrondosa gargalhada”. Esse contexto enseja perguntas: seria

este um estudante negro? Haveria um perfil social ou racial entre os estudantes que enfrentavam trotes mais perversos? Independentemente dessas informações, a situação demonstra que, além de vilipendiado, o corpo de Jacinta serviu como forma de praticar outras violências, possivelmente direcionadas a estudantes cujo pertencimento ao espaço da Faculdade de Direito pudesse se encontrar fragilizado, por algum motivo.

Aquela não foi a primeira vez que o corpo de Jacinta teria sido utilizado na realização de um trote racista. De acordo com as informações fornecidas pela historiadora Suzane Jardim (ROQUE, 2021), uma das cartas que os estudantes escreveram em nome de Jacinta, na ocasião em que seu corpo foi arremessado no centro da cidade de São Paulo, simulava uma declaração de amor pelo aluno Benedicto Galvão, estudante negro da Faculdade de Direito naquele período (ROQUE, 2021). Ou seja, para os negros que lograssem constituir o corpo discente da Faculdade de Direito, à hostilidade da presença do corpo mumificado de Jacinta e das violências realizadas contra ele eram ainda adicionadas ações que buscavam evidenciar o vínculo racial existente entre tais estudantes negros e o corpo de Jacinta, desumanizado, e transformado, pelos estudantes brancos, em experimento e brinquedo. Ao performar um conjunto violento de demonstrações de poder e domínio daquele espaço, os estudantes brancos reforçavam a delimitação de papéis e lugares ocupados pelos negros na instituição, desumanizando também outros negros que frequentassem o espaço, fosse na condição de alunos, funcionários ou em outros tipos de relação com a faculdade.

Assim como “os estudantes” que carregavam o vínculo institucional que lhes dava prestígio, o professor Amâncio, aquele sob cuja sombra seriam borradas as identidades e memórias de Emília Pereira da Silva, sua viúva, e de Jacinta, não era qualquer homem, pois tratava-se de um cientista, um catedrático e uma “grande figura da medicina paulista”, outros elementos que contribuíam para que ele se tornasse protagonista das narrativas, e mesmo dos registros que viriam a se tornar as fontes a partir das quais se escrevem essas linhas.

A maneira como se dava a valorização da ciência e do lugar ocupado pelos estudantes de direito na promoção do progresso do país é mais um elemento que colaborou para a naturalização das violências cometidas contra o corpo de Jacinta. Os bacharéis eram vistos e viam a si próprios como detentores do saber necessário para a redenção da nacionalidade brasileira. Seus discursos de autoafirmação misturavam a valorização da ciência moderna com imagens religiosas. Amâncio de Carvalho foi um dos docentes da Faculdade de Direito que, ao falar sobre o papel da

referida instituição na sociedade brasileira, recorreu de modo insistente às metáforas religiosas e imagens da tradição cristã brasileira, apresentando os magistrados como “semeadores da boa semente”, personagens da “santa parábola” que deveriam ouvir “os gemidos dos desgraçados” assim como pretendem que Deus os ouça (BONTEMPI JR, 2018).

A concomitância da imagem religiosa de si próprio e dos magistrados como agentes salvadores, que deveriam “ouvir o gemido dos desgraçados” com o que foi feito ao corpo de Jacinta no local onde se dava a própria formação de tais agentes indica que, em paralelo à desumanização dos corpos negros, ocorria uma elevação deste grupo, ostensivamente formado por homens brancos, a uma condição quase divina. Verifica-se aí a constituição de uma autoestima tão elevada a ponto de se perceberem como sendo próximos a Deus e, portanto, autorizados a manipular a vida e a morte. Eles deveriam ouvir os gritos dos desgraçados; Deus, por sua vez, ouviria os deles. Essa autoimagem contribui para a constituição da insensibilidade em relação aos desrespeitos a que o corpo de Jacinta foi sujeitado, uma vez que o reducionismo a que foi submetida a memória da jovem negra não a caracterizava sequer como parte dos “desgraçados”, cujos gritos pudessem ser ouvidos. É desse lugar que emerge a percepção do grupo de magistrados como sendo os mais aptos para ocupar cargos de liderança política perante a nação.

De modo similar ao que ocorre com as instituições superiores formadoras dos engenheiros, médicos e filósofos/cientistas de São Paulo, os discursos dos anos 1930 têm chamados enfáticos para a participação dos egressos na organização social para o progresso da nação, com a competência profissional e “consciência” adquiridos nos anos de formação naquelas casas. Na Faculdade de Direito, dada a antiguidade de sua relação com a política e a administração do Estado, os chamados não representam novidade. (BONTEMPI JR., 2018, p. 80)

A autoimagem de superioridade e de propensão natural à racionalidade necessária à prática da ciência moderna, características da branquitude, conforme apresentado no primeiro capítulo, é parte do que possibilitou que os membros da Faculdade de Direito percebessem a si próprios como imbuídos do direito de efetuar as violências que foram praticadas contra o corpo de Jacinta, ao mesmo tempo em que se percebiam como dotados das características necessárias para conduzir a nação ao progresso. Numa escala nacional, esse tipo de perspectiva e comportamento compartilha o fundamento das proposições de políticas sanitaristas, higienistas e eugenistas que marcam o país na primeira metade do século XX.

O caso de Jacinta possibilita pensar ainda no papel da socialização e de procedimentos institucionais na educação de brancos e brancas no contexto de uma sociedade racista. Se ela em

vida serviu à família de Amâncio, nem a morte a livrou de continuar servindo. Se ela, enquanto viveu, esteve desamparada nas ruas, o mesmo pode ser dito sobre a continuidade de sua situação de vulnerabilidade póstuma. As outras histórias que ela teve para além das de violência ainda não são conhecidas. O que se sabe é que o período em que o corpo permaneceu exposto e violentado possivelmente equivale ou mesmo supera seu próprio tempo de vida. Ou seja, nem a morte pôde encurtar seu período de exposição ao racismo violento daquela sociedade. As situações envolvendo o corpo de Jacinta remetem à descrição de Hartman sobre a necessidade de demonstração de poder dos senhores de escravos durante a escravidão:

[...] o exercício do poder era inseparável de sua exibição porque a dominação dependia de demonstrações do domínio do senhor de escravos e da humilhação do cativo. A exibição de domínio do proprietário era tão importante quanto o título legal da propriedade escrava. Em outras palavras, representar o poder era essencial para reproduzir a dominação. [...] Essas demonstrações de poder consistiam em fazer os escravizados testemunharem o espancamento, a tortura e a execução de outros escravos, mudar os nomes das crianças escravizadas por capricho para enfatizar aos seus pais que o dono, e não eles, é que determinava o destino da criança e requisitar escravos para cantar e dançar para o entretenimento dos proprietários fingindo contentamento. Tais atuações confirmavam o domínio do senhor de escravos e faziam do corpo cativo um veículo do poder e da verdade do senhor. (HARTMAN, 1997, p. 7-8, tradução nossa)

O trecho contém diversos elementos que compuseram a presença de Jacinta na Faculdade de Direito. A instituição constituía o centro da intelectualidade paulista do período, o que dava grande visibilidade para os acontecimentos que ocorriam ali. Conforme disse o *Progresso*:

Não há, certamente, quem desconheça a história da múmia. E recordá-la é reviver mais uma das muitas aventuras dos estudantes do velho templo do Direito, quando a grande metrópole de hoje, não era senão uma cidadezinha... (PROGRESSO, 1929, n. 13, p. 1)

Ou seja, o longo episódio teve significativo relevo em seu tempo, tendo sido provavelmente conhecido por um grande número de pessoas. É possível estabelecer paralelos entre o experimento realizado pelo professor, e a exposição de cenas de tortura mencionadas pela historiadora; entre as “brincadeiras” dos estudantes com o corpo, incluindo a espetacularização do sepultamento, e a sujeição ao entretenimento dos senhores; e, por fim, entre a utilização de nomes diversos, incluindo o termo “a múmia”, e as práticas de mudança de nome como forma de reafirmação do poder de decisão sobre os corpos negros.

No lugar da legitimidade do sistema econômico escravista estadunidense do período analisado por Hartman (1997), aqui se verifica a legitimidade da busca pelo progresso científico,

e da autoridade da instituição, e daqueles que a compunham. Os projetos de nação, envolvendo o embranquecimento e a subalternização dos negros após a abolição, também requeriam suas próprias formas de demonstração de poder. É no processo de perda da legitimidade do sistema escravista que se consolidam internacionalmente as teorias do racismo científico que irão se transformar, desdobrando-se, no caso brasileiro, em políticas eugenistas, higienistas e sanitaristas, cujos mais importantes defensores e expoentes eram os homens da ciência. Se, no período escravista, essas demonstrações aconteciam predominantemente no âmbito privado das relações entre senhores e escravos, no pós-abolição elas ganharam a esfera pública, foram adotadas pelo Estado e pelas instituições, entre as quais aqui se destacam as educacionais. A perspectiva técnico-científica, que visava corrigir aqueles que eram vistos como degenerados, se baseava na construção da imagem e da legitimidade da ciência, das instituições científicas e dos próprios cientistas como os porta-vozes da modernidade e dos conhecimentos, supostamente neutros e universais, que levariam a nação ao progresso.

Para além do que isso transmitia, em termos de educação racial para os alunos, e para a sociedade como um todo, uma vez que o alcance do conhecimento e sobretudo dos valores propagados pelo ensino superior não se limita às suas próprias paredes, a Faculdade de Direito se fez o palco de uma representação de domínio racial, o cenário de uma demonstração ostensiva do poder dos brancos sobre corpos negros (sobretudo femininos), mesmo após o fim da escravidão. Ali se expressaram o poder da branquitude, da masculinidade, da ciência e da instituição que formava as elites condutoras da nação. O poder da violação do corpo e da reputação, da invisibilização da memória e da destituição da humanidade dos negros. O poder daqueles que se julgavam ligados ao sagrado e próximos a Deus, que poderiam efetuar o grotesco ao mesmo tempo em que se dissociavam desta imagem, projetando-a completamente no outro. A humilhação da raça negra na figura da “empregadinha”, da “negrinha”, “cria da família”, da “órfã” que “perambulava” pelas ruas e a quem todo tipo de crueldade poderia ser naturalizada, e a quem seria negado ou concedido o direito a um ritual fúnebre, elemento fundamental do processo de humanização expresso em diversas culturas.

Para além dos já mencionados limites impostos pelos arquivos, conforme reflexão ensejada por Hartman (2008), resta ainda no modo de produção da história (e quiçá das ciências sociais como um todo) um fazer que perpetua o silêncio sobre as características do procedimento da branquitude. Se, naquele período, a naturalização advinda “do pensamento de seu tempo” e as

relações de poder que definiam as vozes a serem ouvidas impediram que aquilo que se sucedeu com Jacinta fosse caracterizado, analisado, esquadrinhado e combatido, ou ainda que a proposta de homenagem à população negra dada no velório de uma “múmia” submetida a todo tipo de humilhação fosse compreendida e publicamente apontada como indecorosa, hoje a utilização de certos adjetivos para caracterizar tais acontecimentos incorreria no risco do anacronismo. Assim, o jogo de formação da identidade branca por meio da projeção nos negros de tudo que é negativo, imoral e ligado ao passional, conforme visto no primeiro capítulo, enquanto a racionalidade, a ponderação e a bondade são associadas aos brancos se faz presente como tensão que constitui as possibilidades de desenvolvimento desta própria escrita.

É com base na compreensão dos campos da linguagem e da história como constituidores dos processos sociais de construção social da raça, que se faz necessário enfatizar a contradição presente na concomitância entre a violência brutal e a autoimagem, associada a uma suposta bondade divina, entre o discurso de progresso e civilização em paralelo à licenciosa boçalidade. Cesaire (1978) mostra que este contrassenso é uma característica da colonização:

Seria preciso estudar, primeiro, como a colonização se esmera em *descivilizar* o colonizador, em *embrutecê-lo*, na verdadeira acepção da palavra, em degradá-lo, em despertá-lo para os instintos ocultos, para a cobiça, para a violência, para o ódio racial, para o relativismo moral, e mostrar que sempre que há uma cabeça degolada e um olho esvaziado no Vietname e que em França se aceita, uma rapariguinha violada e que em França se aceita, um Malgaxe supliciado e que em França se aceita, há uma aquisição de civilização que pesa com o seu peso morto, uma regressão universal que se opera, uma gangrena que se instala, um foco de infecção que alastra e que no fim de todos estes tratados violados, de todas estas mentiras propaladas, de todos estes prisioneiros manietados e “interrogados”, de todos estes patriotas torturados, no fim desta arrogância racial encorajada, desta jactância ostensiva, há o veneno instilado nas veias da Europa e o progresso lento, mas seguro do *asselvajamento* do continente. (CESAIRE, 1978, p. 17, grifos do autor)

O autor destaca o cinismo e a hipocrisia contidos na execução e na tolerância cúmplice das violências desferidas contra os povos dominados e caracterizados como inferiores nos processos coloniais (CESAIRE, 1978), demonstrando o processo de asselvajamento daqueles que praticam e/ou aceitam tais abusos. A reflexão ajuda a compreender o posicionamento dos membros da Faculdade de Direito, ao efetuar e condescender com as violências praticadas contra o corpo de Jacinta, ao mesmo tempo em que se viam - e eram vistos - tanto como capacitados para o exercício da liderança da nação, quanto como sendo aqueles mais próximos de Deus. Tudo isso pode ser lido sob a ótica da brutalidade colonial em sua versão local dada no Brasil. Dessa

forma, a Faculdade de Direito pode ser interpretada como um polo local de reprodução da lógica do domínio colonial.

E não cuides de saber se esses senhores estão pessoalmente de boa ou má fé, se pessoalmente, isto é, na sua consciência íntima de Pedro ou Paulo, são colonialistas ou não, o essencial é que a sua muito aleatória boa fé subjetiva não tem nenhuma relação com o alcance objetivo e social da reles tarefa que executam, de cães de guarda do colonialismo. (CESAIRE, 1978, p. 40)

Amâncio obteve o corpo, realizou o experimento e expôs “a múmia”. Os estudantes vilipendiaram o corpo de Jacinta e fizeram-no de brinquedo enquanto conviviam com o cheiro forte de sua decomposição. A memória e a reputação de Jacinta foram violadas, seu registro na história foi reduzido ao lugar de vítima, a viúva do médico e os estudantes ficaram registrados como humanistas organizadores do luxuoso enterro feito para ela com o uso das redes estabelecidas a partir da posição de privilégio da branquitude. E, além de receber direta ou indiretamente todos os efeitos simbólicos desse espetáculo de brutalidade realizado em nome da ciência, a comunidade negra foi criticada por um de seus próprios membros por estar ausente da cerimônia.

Eu, pesquisadora negra que escrevo estas linhas, no que me toca, me percebo imersa no esforço de narrar o caso sem nomear a raiva, a indignação e tantos outros sentimentos despertados a partir do que foi feito do corpo de Jacinta sob risco da acusação de ausência de objetividade. O desejo de usar adjetivos que possam expressar minha perspectiva busca ancoramento teórico em Aimé Cesaire, para que minha capacidade analítica não seja posta em xeque. Diferentemente de Amâncio que recebeu homenagens entre as “grandes figuras da medicina”, que teve seu nome registrado em uma das salas da Faculdade de Direito e em uma das ruas da cidade de São Paulo, a história de Jacinta só saiu da invisibilidade muito recentemente, quando a historiadora Suzane Jardim difundiu o caso. Por isso, nesta tese, é entre lágrimas que registro minha total solidariedade e respeito a Jacinta. Registro meu pranto, minha dor, minha raiva, meu ressentimento e minha recusa em apresentar essa narrativa em tom mórbido, como se eu própria fosse uma múmia, para que minha escrita possa ter legitimidade. A legitimidade da historiografia que contou a história da USP sem mencionar a questão racial ou a legitimidade da sociologia uspiana que invisibilizou Virgínia Bicudo e se consagrou entre os cânones das relações raciais no Brasil, conforme se viu nos capítulos anteriores.

Ao me humanizar enquanto pesquisadora, admito os limites do meu ponto de vista e enxergo os limites dos historiadores, sobretudo brancos, que me antecederam, enfatizando que

não sou a primeira e nem a única a produzir conhecimento a partir de um posicionamento situado em meio às dinâmicas e disputas raciais existentes no país. Os estudos críticos da branquitude fundamentam minha afirmação de que nunca me foi dada a possibilidade de pretensa neutralidade, uma vez que, em meio aos processos históricos de construção social da raça, neutralidade é atributo (auto)atribuído apenas à branquitude.

Cabe ainda uma reflexão propositiva acerca do campo de estudos em que se situa a presente pesquisa: a história da educação (dos negros). Os estudos críticos da branquitude contêm trabalhos que se destinam a compreender a formação da subjetividade branca, esses estudos estão situados sobretudo no contexto da psicologia social do racismo, como se verifica em Bento (2014). Tais estudos, entretanto, se dedicam a pensar o tempo presente, e não se debruçam especificamente sobre a educação, ou seja, não podem ser caracterizados como um movimento direcionado a compreender processos educativos formais ou informais que fizeram parte de uma história da educação (racial) dos brancos.

Há hoje o entendimento de que a aprendizagem sobre o funcionamento do regime escravista, ou de estratégias de autopreservação dos negros na interação com os senhores, faz parte da história da educação dos negros. Tal entendimento representou uma importante expansão da produção efetuada nesse campo (FONSECA, 2007; 2016). Contudo, o enfoque exclusivo nos negros perpetua o olhar que invisibiliza a racialidade contida na branquitude. Assim, por analogia, a compreensão de que os processos de aquisição do comportamento dos senhores ou os processos de educação formal e informal por meio dos quais os brancos aprendem a se relacionar com os negros, no contexto de uma sociedade racista, são parte de uma história da educação racial dos brancos que se faz necessária e, em direção semelhante ao movimento realizado pelos estudos críticos da branquitude, contribui para romper com o padrão analítico que foi hegemônico por muitos anos nas ciências sociais, em que discutir raça significava pensar “o problema do negro”.

O caso da Faculdade de Direito, aliás, se constitui como uma situação de educação racial (ou racista) para ambos os grupos: por um lado, os brancos estavam aprendendo a naturalizar a objetificação e desumanização de um corpo negro e a assumir a posição de reprodutores locais do domínio colonial e racial no Brasil. E, por outro lado, brancos e negros estavam aprendendo que o espaço formativo do ensino superior, mais especificamente da Faculdade de Direito, tinha lugares específicos reservados para cada um desses grupos. Para os últimos não se tratava de

lugares de sujeitos, que ocupariam as fileiras estudantis e as cátedras docentes, mas de objetos, contribuindo para a constituição do prestígio intelectual de uma das “grandes figuras da medicina” e a serviço de uma dada perspectiva de conhecimento e de progresso científico.

No campo da história da educação dos negros, foi necessário ampliar o entendimento do que significa educação, extrapolando os limites do modelo formal/escolar e rompendo com um conjunto de generalizações, como por exemplo a associação direta entre os termos escravo e negro (FONSECA, 2007; 2016), para que os estudos a respeito dos processos educacionais da população negra pudessem florescer. Se, por um lado, no interior do campo definido como “história da educação”, existe um subcampo denominado “história da educação dos negros”, que vem crescendo a partir dessas novas perspectivas, por outro lado não há qualquer oposição equivalente, no que se refere à educação da branquitude.

Compreendida como representante do universal, a branquitude escapa de análises raciais que se dediquem a compreender a maneira pelas quais a história de seus processos educacionais formais e informais constituem suas formas de pensar e agir na sociedade. Seria possível inferir que a característica de pretensa invisibilidade da branquitude, apresentada no primeiro capítulo, configurasse o grande campo da História da Educação como um campo que se refere aos brancos sem receber a denominação que especifica a raça em seus processos históricos de educação. Isto, entretanto, não é verdade, uma vez que, quando se fala em “história da educação”, os temas e assuntos são compostos de investigações que não têm como finalidade observar os processos de racialização, ou, mais especificamente, de constituição da identidade branca em curso. O olhar aqui lançado sobre o caso de Jacinta na Faculdade de Direito inaugura essa perspectiva, indicando a viabilidade de novos caminhos para o campo da história da educação.

Finalmente, é forçoso lembrar que o vínculo da Faculdade de Direito de São Paulo com a Universidade de São Paulo não se restringe ao fato da primeira ter sido incorporada à segunda na ocasião de sua fundação. Durante o período em que a exposição e vilipêndio do corpo de Jacinta se encontravam em curso na Faculdade de Direito, Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo se formaram nessa instituição. O ambiente da Faculdade de Direito foi, portanto, uma parte da educação que influenciou a forma como esses intelectuais pensavam sobre os negros e com eles se relacionavam. Com relação à Mesquita Filho, sabe-se que ele tinha muitas críticas à faculdade e às elites que eram formadas ali (SALONE, 2009), nenhuma delas, entretanto, estava relacionada às atrocidades cometidas contra Jacinta naquele espaço. Conforme apresentado no

segundo e terceiro capítulos, Mesquita Filho compreendia os negros como inferiores e falava abertamente sobre isso. Conhecer seu pensamento e saber que ele frequentou a Faculdade de Direito ajuda a compreender que os estudantes que vilipendiavam o corpo de Jacinta estavam imbuídos do sentimento de superioridade racial hegemônico na sociedade daquele período. As violências não eram “brincadeiras”, mas manifestações do racismo que se retroalimentava ao configurar o ambiente da Faculdade de Direito como um espaço de educação racista para as elites que o frequentavam. Um episódio da, ainda por ser contada, história da educação da branquitude.

Capítulo 7 – Iguais perante a Lei, diferentes perante a Europa: o médico negro e baiano que São Paulo tentou apagar – Enoch Carteadado

[...] branquitude pode ser caracterizada como interdição do progresso do outro, como abuso de poder e como distorção ética e moral [...] pode ser vista como territorialidade e como lugar de privilégio e poder não compartilhável. (BENTO, 2002, p. 116 e 134)

No dia 24 de outubro de 1928, durante uma caravana de médicos de diversos estados brasileiros à França, realizada pela agência Exprinter, com a finalidade de realizar um curso de quarenta e cinco dias na Faculdade de Medicina de Paris e organizada “mediante a contribuição paga anualmente por todos os membros da caravana”, médicos brancos paulistas que compunham o grupo requisitaram que a agência organizadora da viagem impedisse a presença de Enoch Carteadado junto aos demais médicos brasileiros, por ser ele negro e baiano (PROGRESSO, 1928, n. 7).

A Caravana [...] está sofrendo uma crise provocada de modo injustificado pelos médicos paulistas que, ao contrário dos seus colegas dos demais estados que a constitui, se insurgiram contra a presença do médico baiano, Enoch Carteadado, pelo fato de este ser preto.

O médico patricio, do grupo baiano, justamente indignado, com a humilhação que alguns de seus colegas pretendem infringir-lhe, em terra estrangeira e numa ocasião em que tudo deveria apertar o sentimento da solidariedade, foi forçado a passar o seguinte telegrama de apelo ao professor Fernando de Magalhães:

“Paris, 22 – Dr. Magalhães Pro-Matre – Rio de Janeiro. Alguns colegas de São Paulo querem forçar “Exprinter” separar-me da caravana médica pelo motivo somente de ser eu diplomado pela Bahia, da raça preta, para que os franceses ignorem que o Brasil a possui. Peço vossa intervenção, pois julgo não desonro pátria. (a) Enoch Carteadado.” (PROGRESSO, 1928, n. 7, p. 1)

Ao saber do ocorrido, Fernando de Magalhães envia dois telegramas. O primeiro tinha como destinatário o embaixador brasileiro em Paris, Luís Martins de Souza Dantas. O segundo foi endereçado à própria Caravana dos médicos brasileiros:

Dantas: peço proteção Enoch Carteadado, médico caravana. Abraços – (a) Fernando Magalhães. (PROGRESSO, 1928, n. 7, p. 1)

Má impressão aqui, questão Carteadado. Julgo indispensável solução pacífica, pois, Carteadado tem direitos iguais – (a) Fernando Magalhães. (PROGRESSO, 1928, n. 7, p. 1)

Exceto pela iniciativa de “forçar” a agência organizadora, as fontes não revelam quais teriam sido as demais formas de manifestação do incômodo dos médicos brancos paulistas com a presença de um médico negro no grupo. Entretanto, a palavra “proteção”, direcionada ao embaixador brasileiro, e a demanda de uma “indispensável solução pacífica” aos médicos envolvidos, indicam a existência de uma forte tensão, com potencial de desdobramentos violentos. A atmosfera presente na situação de estar em um país estrangeiro sendo parte de um seletivo grupo de seu país de origem, grupo este que rejeitava a sua presença, não o reconhecia como igual, e contrariava seu direito de estar lá seguramente gerou impactos objetivos e subjetivos que prejudicaram a experiência de Enoch Carteador se interpondo às suas possibilidades de desfrutar integralmente dos encontros e aprendizados envolvidos na viagem. O ambiente profissional e educacional, marcado pela seletividade oriunda da passagem pelo ensino superior conteve, neste caso, um nível de hostilidade alto e gerador de obstáculos mesmo após a obtenção de um diploma de grande prestígio.

A mobilização de figuras de autoridade, como o presidente do sindicato médico brasileiro, o embaixador brasileiro em Paris e a própria agência organizadora da caravana, revela que o conflito contava com pressupostos de legitimidade de ambos os lados e que sua resolução não pôde se dar somente a partir de uma negociação entre os que se encontravam diretamente envolvidos. Os médicos paulistas se viram como detentores de legitimidade para promover a exclusão de Enoch Carteador, incitando a Exprinter a excluí-lo, uma ação direta e explícita de mobilização de um autoconcedido poder racial e regional para que os responsáveis pela viagem impedissem a presença do médico negro. Apesar de uma das reconhecidas características do racismo brasileiro ser sua forma de operar nas sutilezas, nas entrelinhas e sem embates diretos, aqui as ações contêm motivações racistas explícitas, que nem mesmo são ocultadas daquele contra quem elas estavam direcionadas. Carteador estava ciente do desejo de sua exclusão, dado por motivações raciais. Diante disso, sua resposta também se ancora numa perspectiva de legitimidade. Ele mobilizou alguém que detinha uma posição de poder e influência junto aos médicos do grupo e ainda um canal direto de comunicação com um representante da nação brasileira em território francês.

Ainda que o conflito racial envolvesse apenas brasileiros, o pedido de proteção direcionado ao embaixador eleva a situação ao status de uma questão diplomática. Um confronto racial interno ocorrido em terras estrangeiras e que gerou fortes preocupações a respeito dos

efeitos que tal episódio poderia causar na imagem que a França teria a respeito do Brasil. No exterior, os laços de identidade nacional poderiam ter atuado como fortalecedores do pertencimento comum, mas ocorreu o contrário, o que demonstra um não-reconhecimento do pertencimento de Enoch – e, por analogia, dos negros, a despeito de seus eventuais títulos e posses – à própria nacionalidade. O acirramento do incômodo com a presença de um homem negro teve como combustível a aversão à ideia de que os franceses constatassem a existência de uma pessoa negra no seletivo grupo de médicos brasileiros, bem como da população negra no próprio país. Nota-se aí outro conflito: para os médicos paulistas, causaria má impressão a presença de um negro junto à caravana; para Fernando Magalhães, era a postura desses médicos o que causava má impressão.

Se a ação explicitamente racista podia causar má impressão, é porque, em paralelo às ideias de superioridade da branquitude oriundas da colonialidade, do racismo científico e dos demais pensamentos raciais, apresentados nos capítulos anteriores, havia um julgamento social, estabelecido de forma contrária ao preconceito de cor. O combate ao racismo aparece no interior da comunidade negra letrada, conforme se nota na cobertura realizada pelo jornal *Progresso*, mas ultrapassa suas fronteiras, segundo se nota no posicionamento de Magalhães e no suposto repúdio por parte de médicos de outros estados presentes na caravana. O embaixador mobilizado na França representa o Estado brasileiro e acioná-lo significava recorrer ao Estado. Essa situação evidencia o caráter dinâmico e conflituoso dos processos históricos de constituição social da raça no contexto nacional, e exibe seus desdobramentos na vida profissional de homens negros que eventualmente conseguissem acessar um diploma de ensino superior naquele período, sobretudo em São Paulo. A presença de negros em posições de prestígio, associada aos diplomas, originava situações controversas, cujo enfrentamento possivelmente fazia parte da trajetória dos homens negros que atingiam semelhante nível de escolaridade.

Além do termo “revoltante”, o *Progresso* qualifica a postura dos médicos paulistas como “grosseira e impatriótica”, e oriunda de um preconceito “idiota”:

Esse revoltante incidente registado no seio da caravana médica brasileira que frequenta os cursos da Faculdade de Medicina de Paris e provocado pela atitude grosseira e impatriótica de médicos paulistas que se teriam insurgido contra a presença do sr. Enoch Carteadado, pelo fato de se tratar de um clínico preto, reclama alguns comentários a fim de que melhor se justifique a reação da opinião pública. Em primeiro lugar é preciso firmar a consideração de que a maioria dos médicos da caravana repugna a lamentável iniciativa dos médicos paulistas, conforme se deduz dos telegramas acima e que esse sentimento é

compartilhado não só da sociedade, como de toda a medicina brasileira, que conta, entre os seus, caros nomes que, não por contribuições pernósticas, mas por trabalhos, pesquisas e descobertas que enriquecem a ciência mundial, o de Juliano Moreira, que é um dos nossos maiores luzeiros e ora percorre, sendo um homem preto, os centros científicos da Alemanha e do Oriente, que o aplaudem e o admiram sem preconceitos que seriam idiotas, onde a inteligência e o saber se impõem.

O que deve constar a opinião de todos os médicos da caravana, é a presença não do dr. Enoch Carteadado, mas a de seus colegas paulistas que o repelem e sobretudo daquele que concebeu, de alma tão negra e tão boçal de espirito, aquela perseguição degradante em que coloca os seus promotores tão mal no país como no estrangeiro, sobretudo na França, a cujo corpo medico pertence Rezy Roussel, o sábio negro especialista de moléstias nervosas e que dá, em Londres, simples conselhos médicos por preços cinco vezes superior aos dos nossos melhores especialistas [...]. Mas, não vale a pena repisarmos o assunto. O que devemos traduzindo o sentimento publico, é louvar a correção exemplar da atitude da Agência Exprinter, não servindo a tão baixos sentimentos e antes condenando-os e as iniciativas do professor Fernando Magalhães, que, quer com o seu telegrama ao embaixador Souza Dantas, quer com aquele que, em circular enviou aos médicos patrícios, deu um admirável testemunho do modo feliz por que soube interpretar os juízos da opinião brasileira melhor diremos, do espirito nacional. (PROGRESSO, 1928, n. 7)

A notícia expressa o sentimento de revolta contra o preconceito de cor manifestado pelos médicos paulistas, o qual é apresentado como contrário à opinião pública, aos demais médicos presentes na caravana e ao campo da medicina em geral. Juliano Moreira e Rezy Roussel são apresentados como exemplos de médicos negros bem sucedidos e reconhecidos por suas importantes contribuições para a medicina, seguindo a prática presente em jornais da Imprensa Negra de efetuar homenagens e tributos à memória de pessoas negras em destaque em campos importantes. Durante o período analisado (1928-30), nenhum outro caso teve uma repercussão tão grande no *Progresso* como a situação de preconceito contra Enoch Carteadado. A ocorrência foi retomada pelo jornal mais de cinco vezes, com referências diretas e indiretas, evidenciando a grande importância que o jornal dava à defesa do direito de pessoas negras acessarem não só o ensino superior propriamente dito, mas as posições sociais e profissões dele decorrentes.

São Paulo é marcadamente reconhecido por nutrir e propagar a sua autoimagem de superioridade em relação ao restante da nação, uma perspectiva fortemente calcada em bases raciais elaboradas a partir de uma suposta ausência de miscigenação com os negros no contexto paulista (BERRIEL, 2013). As possibilidades de acesso de negros às posições de maior prestígio educacional e ocupacional eram menores ao se comparar o que hoje são o Sul e o Sudeste com as demais regiões do país. A chegada maciça de imigrantes europeus teria dificultado o acesso de

negros a posições desse tipo. No Nordeste, onde se encontrava a maioria da população negra brasileira, foram verificadas maiores possibilidades de mobilidade social para ela, já que a região não havia recebido um alto contingente de imigrantes brancos⁵¹ (HASENBALG, 2005). Essa dinâmica regional ajuda a compreender o fato de terem sido os médicos paulistas a se manifestarem contra a presença de Carteados na caravana. O clima de hostilidade em relação à presença de negros nos ambientes de circulação da elite cultural possivelmente se manifestava com mais força em São Paulo. O fato de que os argumentos dos médicos paulistas para rejeitar a presença de Enoch englobavam a informação sobre ele ter se diplomado na Bahia fortalece essa interpretação.

O fato de o episódio ter se dado na França também merece atenção:

As nações civilizadas! Como outros setores ilustrados da elite brasileira, os olhos postos na Europa, na França em particular, a elite médica cultivava um profundo sentimento de rejeição às coisas do país: o atraso das instituições, a ignorância do povo, o provincianismo dos costumes, o acanhamento da Corte, o aspecto colonial da cidade e tantos aspectos mais. A alienação espiritual, que levaria Tobias Barreto a editar em alemão um jornal (*Deutsche Kampfer*) na cidadezinha de Escada, interior de Pernambuco, era a mesma que estimulava os doutores da Academia Imperial a dissertarem com fluência sobre os sistemas médicos que se digladiam na Europa ou que fazia circular pelas salas da Escola de Medicina do Rio de Janeiro o *dernier cri* da ciência médica parisiense. Do seu país conheciam pouco, quando muito da Corte. (COELHO, 1999, p. 106)

A admiração da cultura francesa por parte das elites brasileiras desde o Império, bem como a compreensão daquele país como sendo uma das grandes nações cujos passos o Brasil deveria seguir e, ainda como um centro de desenvolvimento científico, possibilita compreender a realização da viagem do grupo. Tendo em vista que as teorias explicativas do que se entendia como atraso brasileiro em relação às grandes nações, dentre as quais se encontra a França, estavam fundamentadas em ideias de inferioridade - inclusive intelectual- dos negros. A França país pode ser interpretada como um símbolo da própria ideia de superioridade racial, ou conforme nos mostra Cardoso (2017a; 2017b), o lugar do “branco-branco”, entendido como superior ao “branco não branco” encontrado no Brasil. O período entre guerras foi marcado pelo estabelecimento e reforço de um conjunto de relações de diplomacia científica entre o Brasil e

⁵¹ É importante ressaltar que, apesar de maiores, as possibilidades de mobilidade social no nordeste do país se davam no contexto em que essa região se constituía como a parte “subdesenvolvida” da nação, já que, enquanto o sul passava por processos importantes de industrialização e urbanização, o nordeste permanecia tendo como base econômica central a agricultura. De acordo com Hasenbalg (2005), a predominante concentração dos negros nessa região foi parte do que colaborou para a ocorrência de outras formas de manutenção nacional de suas desvantagens em relação aos brancos, entre os quais estavam os recém-chegados imigrantes, concentrados nas regiões mais industrializadas e urbanizadas.

diversos países da Europa Ocidental. Publicações colaborativas, intercâmbio científico, congressos e cursos de aperfeiçoamento realizados em parceria com esses países eram ao mesmo tempo manifestações do período de intensa disputa internacional de nichos de atuação científica na América Latina por parte da indústria farmacêutica e também da busca por espaços acadêmico-institucionais e da possibilidade de que os principais interlocutores brasileiros, com países como a França, a Alemanha e a Espanha, ganhassem destaque no campo nacional (SÁ et al., 2009).

Assim, os médicos paulistas não estavam se opondo ao exercício da profissão de médico por Enoch Carteado em território nacional, ou mesmo na Bahia, mas à presença dele como um de seus pares num grande centro que representava a superioridade racial global que São Paulo reclamava para si em termos nacionais. Os médicos estavam reivindicando exclusividade racial de acesso ao que se considerava um dos níveis mais elevados do conhecimento e do prestígio cultural e intelectual. Vale lembrar que o contexto brasileiro, de relativização do determinismo biológico, deu aos médicos uma posição muito importante no que se refere à resolução dos problemas nacionais associados às epidemias que assolavam a nação. Eles entendiam-se como os únicos profissionais capazes e responsáveis por definir os caminhos por meio dos quais se estabeleceria a saúde da população e, por consequência, de toda a nação, uma vez que esta era compreendida também como um organismo cujos desvios patológicos poderiam ser resolvidos por meio de conhecimentos científicos, sobretudo médicos (MOTA, 2005). Médicos se viam dotados de um dom natural:

Esse dom, do qual estaria impregnado, carregava-lhe distinção entre as outras profissões e autoridade frente a uma sociedade hierarquizada, que o autorizava a garantir o preparo e a direção de toda a sociedade e, por que não?, de toda a humanidade. A consecução dessa liderança atuava em duas frentes de controle: as próprias ações impetradas e a relação com o corpus social. A primeira dizia respeito à aceitação, pelos dependentes do trabalho médico de suas indicações, que deviam ser obedecidas, e a segunda, à previsão das consequências que sofreriam se não correspondessem às exigências colocadas.

A partir desse poder conferido aos médicos e às suas instâncias normativas, as políticas públicas de saúde incorporaram-se ao planejamento das cidades e das zonas rurais sob a forma de combate sistêmico das doenças, domínio e saúde do corpo social: o médico tornou-se cientista social, integrando, à sua lógica, a estatística, a geografia, a demografia, a topografia e a história, e planejando o mundo urbano, já que as grandes transformações da cidade estariam, a partir de então, ligadas à questão da saúde. (MOTA, 2005, p. 22)

Essa rede médico-científica estava diretamente relacionada às ações imperialistas e colonialistas que regiam a afirmação da nação. No contexto nacional, São Paulo pretendia tomar

para si a condução de tal afirmação. Essa característica marcou a fundação da Faculdade de Medicina como “uma instituição cujos fins eram inculcar nos estudantes um pensamento médico ‘originariamente e naturalmente paulista’ e recolocar o estado na liderança econômica, intelectual e científica” (BONTEMPI JR., 2018, p. 75).

Ou seja, os médicos paulistas da caravana tinham três elementos compondo a suposta superioridade que justificaria suas posições de poder: o pertencimento a São Paulo – fundamentado, entre outros, em uma suposta superioridade racial –, a profissão de médicos e a conexão com os centros científicos de ponta internacionais. A figura de Enoch em uma situação de intercâmbio médico-científico na França rompia os pressupostos dessa imagem de superioridade, uma vez que se tratava de um médico negro e baiano que estava disposto e capacitado para adquirir os mesmos elementos de legitimidade científica que os demais. Sua presença tensionava as expectativas brancas e paulistas de domínio racial da nação.

Outro elemento apontado por Enoch Carteado como motivação da atitude dos médicos paulistas era o desejo de esconder a existência de negros no Brasil. A busca da elite branca brasileira por “esconder” das nações europeias a presença de negros no país é amplamente reconhecida. Esse medo originou críticas a grupos musicais e peças de teatro brasileiras que seriam apresentadas em outros países devido à presença de referências aos negros em letras de músicas ou como personagens, mesmo que interpretados por atores brancos (CUTI, 2007; DANTAS, 2009); a rejeição à ideia da construção de um monumento em homenagem à mãe preta na cidade do Rio de Janeiro, com base no argumento de que o papel da mulher negra escravizada que havia amamentado crianças brancas não poderia ser considerado como uma contribuição para a constituição da nacionalidade e de que tal monumento atrapalharia os esforços brasileiros no sentido de mostrar às grandes nações que o Brasil não era um país de negros (ALBERTO, 2011); e ainda o consenso estabelecido entre os quadros políticos brasileiros de não fazer menção à presença de negros no país (GOMES; DOMINGUES, 2014). Em todos os casos nota-se a preocupação com a imagem do Brasil diante dos olhos europeus e a busca ávida por constituir a imagem de uma nação branca.

Nesse caso, porém, não se tratava apenas de “esconder” uma população negra de modo geral, mas de esconder um homem negro altamente escolarizado e bem posicionado. Enoch ocupava um lugar de poder material e simbólico no contexto baiano. Além disso, o ato de “escondê-lo” da França significa impedir que ele desfrutasse dos conhecimentos e experiências

formativas mais elevadas e dos vínculos profissionais que poderiam se originar a partir da passagem pela Europa. O caso remete à ideia de Patologia Social do Branco Brasileiro, formulada por Guerreiro Ramos (1957), ou seja, a busca dos brancos brasileiros por disfarçar sua condição “mestiça”, aproximando-se avidamente de tudo que evidenciasse seus vínculos com a Europa, e distanciando-se ansiosamente de tudo que pudesse revelar sua ligação com a África. Negar ou mesmo esconder a existência de negros no Brasil pode ser entendido como uma das manifestações da citada patologia. Trata-se também de uma busca pelo reconhecimento da existência de um domínio branco no Brasil, o que ao mesmo tempo combateria a inferiorização nacional dada em termos globais e legitimaria sua pretensa superioridade racial local em relação aos negros.

Evitar a visibilidade internacional e a temida constatação da presença negra no Brasil era, provavelmente, mais fácil quando se tratava de negros em posições subalternas no mercado de trabalho e no país, mas esconder alguém que, assim como Enoch Carteador, tivesse condições objetivas e simbólicas para acessar altas posições e circulação internacional, constituía-se em uma tarefa mais difícil. Assim, a manutenção dos negros em posições sociais inferiores contribuía com o objetivo de invisibilizar sua existência diante das grandes nações. Nesse caso, a tentativa de apagamento se dá por meio da exclusão, de um homem negro, de um ambiente profissional e educacional tido como elevado. Tal segregação o impossibilitava de acessar aquilo que se entendia como a mais distinta qualificação científica e cultural, e o decorrente sentimento de autovalorização e pertencimento a uma elite intelectual que vislumbrava para si o lugar de condutora da nação. Aqui nota-se uma exclusão que produziria resultados objetivos e subjetivos.

O temor da visibilidade dos negros existia em proporções nacionais, e a partir dele é pertinente considerar que, em subgrupos da elite dotados de outros vínculos de pertencimento, como por exemplo a relação com uma prestigiosa Faculdade de Medicina ou de Direito, houvesse também o desejo de evitar que entre eles se verificasse a presença de negros, o que assim como no caso nacional, poderia ser interpretada como um elemento de inferiorização do prestígio dessas comunidades. O caso de Enoch indica a existência de tensões e iniciativas informais contrárias à presença negra em condições de igualdade em espaços de formação de nível superior, sobretudo no caso paulista.

A própria configuração racial de tais espaços pode ser entendida como uma dessas tensões. Bicudo relata que seu pai planejava estudar na Faculdade de Medicina de São Paulo, e

que, naquele período, a aprovação no ensino secundário era pré-requisito. Sabendo dessa intenção, um professor o reprovou no secundário, afirmando que “negro não podia ser médico” (MAIO, 2010a, p. 31). Assim, um professor escolar mobilizou seu poder para impedir o ingresso de um estudante negro no ensino superior, apesar de não haver barreiras formais que previssem tal impedimento (ROCHA; COSTA, 2022). Um dos entrevistados por Bicudo declara:

Terminado o curso primário, fui prestar exames para o curso secundário, na cidade vizinha. Dias depois, os jornais publicaram os resultados — eu estava colocado em terceiro lugar entre os concorrentes. A minha colocação despertou admiração de todos na cidade. Muitos chegavam a me perguntar: “Você é o preto que tirou o terceiro lugar nos exames?” Eu achava natural e não compreendia o motivo de tanta admiração. Mais tarde, ao ingressar na profissão que atualmente exerço, fui submetido a um exame. Entretanto, notei que somente de mim exigiram conhecimentos além do estipulado para os outros. Depois de comprovar que tinha conhecimento além do esperado, fui aceito no emprego. (BICUDO, 2010, p. 76)

A surpresa com as boas notas, e a imposição de obstáculos exclusivos para a realização de uma profissão para a qual ele se encontrava oficialmente qualificado, revelam a discriminação em relação aos negros que atingiam níveis de escolarização mais altos e explica os entraves dispostos como impedimento para o exercício de profissões associadas aos seus respectivos níveis de formação. A situação se deu na passagem do ensino primário para o secundário, revelando a presença de obstruções excepcionais ao longo da vida escolar de estudantes negros dificultando seu acesso aos níveis mais avançados de ensino, especialmente o ensino superior (ROCHA; COSTA, 2022).

Bicudo (2010) apresenta a trajetória de um rapaz negro que, após formar-se em odontologia, encontrou grandes dificuldades para o exercício de sua profissão, uma vez que os pacientes duvidavam de sua capacidade e sentiam-se inseguros em tratar-se com ele. Assim, mesmo após a conclusão dos estudos, o rapaz vivenciou sérias dificuldades financeiras e quase desistiu de exercer a profissão de dentista para a qual havia se formado com grandes esforços em uma escola livre de odontologia. Maio (2010) reitera que o acesso a níveis elevados de ensino não livrava as pessoas negras de sofrer situações de preconceito no meio social branco, e Hasenbalg é ainda mais específico ao dizer que “[...] quanto maior o nível educacional atingido por uma pessoa de cor, maior será a discriminação experimentada por ela no mercado de trabalho” (HASENBALG, 2005, p. 191). Desse modo, se por um lado o acesso ao ensino superior traria recompensas materiais e simbólicas aos negros, por outro poderia atuar como um elemento que intensificava as vivências de preconceito de cor. (ROCHA; COSTA, 2022, p. 12)

As intelectualidades negras do período percebiam e combatiam as situações em que tais “barreiras adicionais” se apresentavam, e explicitavam o preconceito de cor nelas contidos. No

trecho que segue, o jornal *Progresso* aborda a abolição da escravatura, entendida como uma das poucas realizações do governo em prol dos negros, mas afirma que, depois dela,

[...] nada mais se fez no Brasil, em prol da raça preta. Vivem na maioria abandonados completamente, sem que governo nenhum se incumba de promover o seu levantamento intelectual. Tanto é isto verdade, que, quando encontramos numa faculdade superior um preto, um médico, um advogado, um professor, um jornalista de talento, ficamos boquiabertos. Por quê? Porque nunca ninguém se incomodou de estender a mão aos descendentes daqueles que estenderam o seu braço para amparar os nossos maiores. É uma ingratidão. (PROGRESSO, 1928, n. 3, p. 1)

Nota-se, em tom de cobrança, a compreensão de que havia um dever do Estado na garantia do “levantamento intelectual” dos negros. O dever do Estado se justificava tendo em vista a grande contribuição dos negros para o desenvolvimento da nação desde a escravidão. A menção à surpresa que ocorria ao se deparar com um negro no ensino superior revela a consciência coletiva de que tal acesso era algo pouco alcançado pelos negros. Contrapondo-se às teorias raciais que pregavam a inferioridade intelectual dos negros, aqui se postula que o que ocasionava tal contexto era a ausência de iniciativas do governo na “elevação intelectual” dos negros. A ideia de que isso se tratava de uma “ingratidão” se refere à falta de reconhecimento da contribuição das gerações de população negra para o que se entendia como o progresso da nação (ROCHA; COSTA, 2022).

A caracterização da atitude dos médicos paulistas como “impatriótica” dialoga com o posicionamento da Imprensa Negra, que afirmava a importância do papel dos negros no desenvolvimento da nação. Por isso, a oposição à presença de Enoch naquele espaço era entendida como equivalente a uma postura contrária à própria pátria. Tendo em vista que o nacionalismo era algo fortemente presente no pensamento do período, sua mobilização carregava muita força, e evidenciava o entendimento de que o acesso dos negros às posições, ocupações, ao conhecimento e ao status social relacionados ao ensino superior era um direito deles, mas era também um bem para a própria nação. Nota-se uma ideia de nação bastante distinta daquela observada nas elites brancas do período, conforme se observou no posicionamento de Mesquita Filho no segundo capítulo. Para ele, a presença negra constituía um dos maiores problemas do Brasil. O final do telegrama de Enoch, em que o médico diz que julga que a sua presença não desonra a pátria, evidencia o encontro entre os debates sobre raça, nação e ensino superior.

O destaque dado à postura dos médicos de outros estados; o elogio ao posicionamento de Magalhães e da agência Exprinter, afirmando que eles refletiam a “medicina”, a “opinião pública

brasileira” e o “espírito nacional”; e, ao mesmo tempo, a relevância ao fato de que a atitude de preconceito de cor provinha somente dos médicos paulistas, evidencia uma afirmação do direito que os negros teriam para ocupar esse tipo de espaço, não só do ponto de vista jurídico, mas da legitimidade social com base na opinião pública. Esse argumento está relacionado a uma perspectiva de que no Brasil não havia preconceito de cor, o que posteriormente seria conhecido como o “mito da democracia racial brasileira”. Nesse caso, é possível verificar que, conforme demonstra Alberto (2011), a negação da existência de preconceito de cor no Brasil era parte de uma posição estratégica da intelectualidade negra do período, com a finalidade de incluir os negros nas benesses da sociedade paulista em processo de expansão urbana e industrial.

Na edição de número oito, subsequente à publicação da notícia sobre Enoch Carteado, o jornal *Progresso* apresentou diversas referências diretas e indiretas ao caso, entre elas um artigo assinado por Medeiros e Albuquerque, homem branco que alcançou notoriedade no período devido à sua atuação jornalística, política e literária.

O caso do médico preto, que, tendo ido com outros médicos brasileiros para Paris, ali começou a ser hostilizado pelos seus colegas, parece tão incrível que só deve ser acreditado depois de informações mais minuciosas. Deve, por força, haver mais alguma coisa.

É positivo que não há entre nós o preconceito de cor. Ou se há, é mínimo. Não vai além de ligeiros gracejos.

Por outro lado, na França, esse preconceito também não é maior que entre nós. Resolve-se apenas em pilherias. Para o povo francês, o preto é o “mal lavado” e Bergoso no seu livrinho sobre “O Riso”, mostra qual é a base dessa pilheria, por um lado quem é preto tem essa cor de um fixo e natural, mas por outro lado, como quem não se lavasse ficaria preto, é também natural que o preto pareça o branco, ou de outra cor, que não se lavou.

O marechal Mac-Mahon, quando foi presidente da República, deixou um ciclo de anedotas, análogo ao que se criou aqui com a presidência do marechal Hermes. Era muito pouco inteligente.

Dele se contava, por exemplo, que levado até às margens do Atlântico, em uma comitiva oficial, alongou os olhos pela vastidão do oceano e só teve uma exclamação:

- Quanta água! Quanta água!

Nada mais lhe acudiu.

Indo um dia à Escola Militar, onde havia um estudante preto, o diretor lhe chamou a atenção para o fato. Disse-lhe que o estudante era muito distinto, mas que os colegas o perseguiam com gracejos. Pediu, portanto, ao marechal que lhe dissesse algumas palavras de animação, E Mac-Mahon prometeu.

Correndo a longa fila dos estudantes, todos eles brancos, não teve dificuldade em distinguir o preto. Foi até ele e perguntou-lhe:

- Você é o preto?

Que havia o rapaz de responder? Limitou-se a dizer:

- Sim, sr. Marechal.

E Mac-Mahon:

– Continue, meu filho.
Foi tudo. A frase “Continuez, mon enfant!” – ficou proverbial na França.
Nunca se saiu desse terreno de pilheria. (PROGRESSO, 1928, n. 8, p. 1)

O texto problematiza o que aconteceu, afirmando a inexistência de preconceito de cor no Brasil e questionando qual teria sido o real motivo da manifestação dos médicos paulistas. O autor diz que na França não há preconceito, apenas algumas “pilherias” ou “gracejos” a respeito da raça. Ele afirma que, para o povo francês, ser negro é sinônimo de sujeira, “o mal lavado” e afirma que é “natural” que se faça esse tipo de associação. Esse é seu argumento para afirmar a ausência de preconceito de cor na França. Nota-se que, para ele, os referidos “gracejos” não se constituíam como preconceito de cor. A associação das manifestações de perseguição, hostilidade e violências contra negros por parte de estudantes de ensino superior a “gracejos” parece ter sido uma constante no período, tendo em vista o que se apresentou no caso anterior, em que também se entendia as práticas de violação contra o corpo de Jacinta como “pilhérias”.

A veemência na negação da existência de racismo elaborada a partir de situações altamente constrangedoras para pessoas negras mostra que, assim como os processos de racialização variam de acordo com o período e o contexto local, o próprio entendimento a respeito do que se configura como racismo/preconceito de cor se transforma ao longo do tempo. Há um entendimento de que preconceito de cor seria apenas a impossibilidade formal desses estudantes negros estarem presentes nesses espaços. Na ausência deste impedimento, as manifestações informais e cotidianas de exclusão e constrangimento não eram compreendidas como expressões de preconceito de cor. O fato de o estudante apresentado na anedota precisar de um incentivo para continuar seus estudos, apesar da perseguição sofrida, evidencia o impacto de tais ações, cotidianas e informais de perseguição, na manutenção da segregação dos negros desses espaços.

A mediação do marechal francês, que se propunha a estimular o estudante, acabou se constituindo numa nova forma de constrangimento. O uso do termo “enfant” (criança) para se referir a um jovem de uma escola militar, remete às associações de negros com a infância, a ausência de autonomia e de seriedade, atributos que são partes constitutivas do processo colonial de racialização, o qual associa os negros, suas manifestações culturais e políticas, à posição de dependência e inferioridade. A graça da piada, focada na ideia de falta de inteligência do marechal, reside justamente no fato de que a tentativa de estimular o aluno negro acabou se

tornando um constrangimento público de grande porte, a ponto de levar a piada a ganhar notoriedade e se difundir como popularizada anedota francesa sobre o marechal. Apesar de ser uma situação ocorrida na França, ela é narrada por um jornalista brasileiro, que mobiliza seus próprios entendimentos sobre o que seria preconceito de cor e o que seriam gracejos e pilherias na construção da argumentação de que nem na França nem no Brasil havia preconceito de cor.

Interessante notar que a intervenção proposta para lidar com o caso do estudante negro na escola militar francesa se deu no sentido de tentar “incentivá-lo” a perseverar. Não houve, porém, iniciativa no sentido de conter os “gracejos” que caracterizavam a perseguição ao estudante negro. Lidos como brincadeiras e aceitos com naturalidade, os comportamentos hostis dos estudantes brancos no espaço educacional predominantemente branco constituem uma nova evidência da existência de um campo aberto para estudos daquilo que aqui se propõe como uma “história da educação (racial) da branquitude”, não apenas no contexto brasileiro, mas também em outros países, uma vez que se trata de uma situação dada numa instituição educacional (militar) francesa.

A argumentação de Albuquerque está direcionada a levantar uma suspeita a respeito do comportamento de Enoch Carteador, ou seja, para ele a manifestação dos médicos paulistas se deu devido a algum mal comportamento do médico baiano:

Disseram os jornais que os empreendedores da perseguição ao médico preto foram paulistas. S. Paulo já teve, segundo se diz, um professor de Direito (chamava-se Cabral – creio) que se tornou celebre pela perseguição aos estudantes de cor. Anunciava como princípio: “Negro não pode ser bacharel” – e reprovava todos os pretos que lhe caíam na aula. Mas essa tradição se perdeu.

Os telegramas são frequentemente falsos. Quase se pode dizer que essa é a regra.

Na França, sobretudo, depois da última guerra, o preconceito de cor, que já era mínimo, desapareceu de todo. As tropas pretas fizeram maravilhas de bravura.

Há Atualmente no parlamento francês um deputado preto, o sr. Candace. Ninguém o persegue ou boicota. Lendo a notícia, o que me ocorreu foi que o médico preto tivesse feito qualquer coisa inconveniente, contra a qual se tivessem insurgido os seus patrícios, não pela cor de quem mal agira, mas pela inconveniência do ato. E se seria insuportável a perseguição de alguém só por ser preto, não seria, em compensação menos insuportável que se tolerassem inconveniências de alguém unicamente por causa de sua cor. Dir-se-ia que isso é uma hipótese. Em todo caso é menos absurda que a de ver médicos paulistas manifestando subitamente fora do país um preconceito, que não têm, quando estão dentro dele. Médicos – eles não podem deixar de pensar que um dos príncipes da sua profissão no Brasil é o admirável homem de ciência, que se chama Juliano Moreira. Juliano Moreira é o Miguel Couto da neurologia e psiquiatria, como Miguel Couto é o Juliano Moreira da clínica geral.

Paulistas – os médicos que estão em Paris não podem esquecer, entre outros, o grande homem político paulista, fundador da República, que se chamou Francisco Glycerio.

Nem Juliano nem Glycerio quiseram jamais passar por brancos e louros...

Há por força, alguma coisa mal contada nessa história. (PROGRESSO, 1928, n. 8, p. 1-2)

A construção da suspeita a respeito da conduta de Enoch, junto à repetida afirmação da inexistência de preconceito de cor no Brasil, indica que pessoas negras, que acessavam posições de prestígio educacional e ocupacional, estavam sob contínua vigilância, e que até mesmo uma situação em que elas fossem vítimas de racismo poderia se virar contra elas, a partir de suspeitas de que elas próprias e sua conduta é que teriam sido os causadores das reações hostis em relação à sua presença. A insistente afirmação de que não havia impedimentos formais para a presença dos negros, associada à negação do caráter racista das ações informais de manutenção da segregação, abria caminho para a culpabilização dos próprios negros. Assim, para aqueles que lograssem chegar ao ensino superior, qualquer deslize poderia ser lido como um motivo legítimo para perseguições raciais.

Dessa forma, a pressão para se fazer impecável e irrepreensível, o medo constante de errar e o esforço para evitar desafetos, possivelmente esteve presente na trajetória de negros que frequentaram o ensino superior em São Paulo no final do século XIX e início do século XX. Um trabalho subjetivo adicional, que não se colocava para os estudantes brancos, que ao contrário desfrutavam do poder que lhes era conferido por tais situações. Retraimento, subserviência ou mesmo uma infundável busca por perfeição podem ter sido alguns dos resultados desses ambientes na formação subjetiva de negros que acessaram o ensino superior nesse período. Para os brancos, era criado um lugar de autoridade, de autoconfiança e de sensação de impunidade. Além disso eles poderiam se entender como definidores do que seria interpretado como racismo ou como pilhérias e gracejos destituídos do preconceito de cor.

Nem toda ação informal de segregação se deu de forma evasiva por parte de colegas. A narrativa de Medeiros e Albuquerque sobre a prática do professor de direito que reprovava alunos negros e afirmava que preto não podia ser bacharel é apresentada como uma história que circulava boca a boca, mas que dizia respeito apenas ao passado. Nota-se aí um entendimento do preconceito de cor como algo superado e já distante no tempo. Independentemente de sua exata temporalidade, trata-se de uma memória coletiva bastante viva, que indicava a existência de um

funcionamento particular do ensino superior, marcado também pela hostilidade informal, porém explícita em relação aos negros, então excluídos ou subjugados. Nem na escola militar francesa, e nem na história sobre a faculdade de direito, o fato de haver um único estudante negro aparece como dado relevante; a ausência de negros nesses espaços era naturalizada, e sua presença era algo inusitado, a ponto de causar espanto, gerar piadas e motivar perseguições. A naturalização da ausência de negros, e a manifestação explícita de oposição em caso de sua eventual presença, é notável no caso da caravana de médicos brasileiros que foram à Paris. O fato de Enoch Carteado ser o único médico negro presente no grupo não é compreendido como um sinal da existência de barreiras raciais; e a perseguição realizada pelos médicos paulistas, por sua vez, é justificada por Medeiros e Albuquerque com a suposição de que ele deveria ter feito algo de errado⁵².

Ainda que o jornalista faça uma referência a médicos negros brasileiros de renome a quem os médicos paulistas deveriam tributo devido à sua notoriedade, o centro argumentativo do texto é levantar uma suspeita quanto à afirmação de eles terem de fato desejado excluir Enoch Carteado por motivações raciais. Assim como o marechal francês, que tinha a intenção de incentivar o estudante negro a continuar na escola militar, mas terminou por potencializar seu constrangimento, o jornalista e autor do texto exalta os médicos negros, nega e condena o preconceito de cor, para no final potencializar a fragilização de Enoch Carteado, levantando infundadas suspeitas sobre sua conduta.

No mesmo número do *Progresso*, Juliano Moreira figura entre as referências de Medeiros e Albuquerque, e nas de uma outra notícia publicada pelo jornal. A nota fala sobre uma viagem de Moreira à Alemanha realizada após passar dois meses no Japão onde “pronunciou conferências em alemão nas principais universidades e sociedades científicas do império” (PROGRESSO, 1929, n. 8, p. 3), tendo recebido a distinção da “Ordem do Sagrado Tesouro do Japão”, das mãos do imperador Hirohito, em Tóquio. Além de mencionar suas viagens internacionais, seu reconhecimento, sua habilidade de falar alemão, o texto cita que ele era presidente da Academia de Ciências do Brasil e diretor da geral da Assistência aos Psicopatas do Rio de Janeiro, enfatizando seu lugar de importância no meio médico brasileiro e internacional. O

⁵² São poucos os textos do *Progresso* que vêm assinados. Este, entretanto, além da assinatura de Medeiros e Albuquerque, contém um, diálogo diretamente estabelecido com a notícia publicada no número anterior.

destaque para a proeminência de Juliano Moreira no exterior pode ser interpretado como uma resposta à intenção dos médicos da caravana, de esconder que o Brasil possuía negros.

A citação de nomes de médicos negros amplamente reconhecidos não é exclusiva do momento em que se defende o direito da presença de Enoch Carteadó na viagem à Paris:

[...] é possível verificar que já nos anos de 1930 o ensino superior e todas as possibilidades profissionais, materiais, de prestígio, reconhecimento, contribuição social e atuação política a que ele dava acesso eram altamente valorizadas e estavam sendo disputadas pela imprensa negra. O jornal fazia frequentes homenagens às pessoas negras que ocupavam ou haviam ocupado posições importantes em diversos campos, entre eles o das ciências, do direito, da medicina e da engenharia. Personagens importantes para a luta dos negros e/ou o desenvolvimento da sociedade brasileira, por exemplo, o médico Juliano Moreira, o engenheiro André Rebouças, o advogado autodidata Luiz Gama e outros, tinham seus feitos profissionais e educacionais elogiados e recebiam verdadeiros tributos à sua memória. Quando se tratava de pessoas vivas, contemporâneas ao jornal, a atenção se dirigia às viagens, palestras e outras atividades profissionais realizadas por intelectuais negros. Tais homenagens comunicavam aos leitores não só a existência dessas pessoas, como a possibilidade de que outras pessoas negras ocupassem posições semelhantes a essas.

Havia um movimento de afirmação da capacidade intelectual dos negros, que se somava à argumentação de valorização e reconhecimento da importância da contribuição dos negros no contexto nacional. Tal empreendimento se colocava em contraposição direta ao pensamento racial do período, baseado em ideias de inferioridade intelectual dos negros. (ROCHA; COSTA, 2022, p. 6)

As homenagens prestadas pelo Jornal, de maneira geral, propagavam referências que serviam tanto como modelos, quanto como uma demonstração de que os negros eram capazes de exercer profissões de prestígio. O reconhecimento e o elogio aos homens negros das ciências e outras profissões liberais, associadas ao ensino superior, buscavam dar inspiração e orgulho para a comunidade negra. Há também aí um diálogo, indireto, com as teorias que pregavam a inferioridade, sobretudo intelectual, dos negros.

Uma outra publicação trazendo as referências ao caso de Enoch, feita pelo número oito do jornal *Progresso*, merece atenção: *Um tapa com luva de pelica* (PROGRESSO, 1929, n. 8, p. 4) traz o texto do cronista de um jornal de Santos, afirmando que o preconceito de cor ainda existia no Brasil, “enraizado como fosse uma parte de nossa própria índole, um pedaço de nossa própria alma” e que narrou um “episódio de acontecimento atual” (PROGRESSO, 1929, n. 8, p. 4), ocorrido em Santos. Trata-se do caso da menina de uma família branca que havia ficado doente e, tendo sido chamado, o médico que era especialista na moléstia em questão era um homem negro. Ele começou a examinar a criança.

No momento, porém, em que ia tomar-lhe o pulso para contar os movimentos do coração, a mãe da criança, orgulhosa e com sonhos de linhagem que nunca teve, entendeu, num gesto de irritante superioridade, de impedir que o esculápio de cor tocasse com seus dedos escuros os bracinhos claros da menina.

[...] O médico se ressentiu dessa impiedosa demonstração de superioridade da cor branca. E viu, com grande espanto que a respeitável matrona persistia em não permitir-lhe tocasse o pulso da enferma com a ponta dos seus dedos pretos.

O esculápio sorria, amargo, sem extravasar o fel da humilhação que lhe ia pelo coração. Mas se conteve heroicamente para evitar que um homem de cor fosse condenado por um excesso de orgulho ou altivez.

Limitou-se apenas ao sorriso amargo. Levou ainda uma vez as mãos ao pulso daquele anjinho que, afinal, não tinha culpa da explosão de vaidade materna. A mulher levou uma ponta do lençol ao braço da menina, para que o médico tomasse as pulsações.

O homem de cor desfez, sem grande esforço, a máscara de azedume que a sua fisionomia expunha aos assistentes. Passou as mãos no bolso do fraque e tirou um par de luvas brancas. Vestiu-as. E com elevada malícia de um silêncio profundo, tirando a ponta do lenço que cobria os braços da criança, pôde contar as pulsações.

Ao sair, ainda sorria, amargo, não de humilhação, mas de superioridade – magnífica lição de um homem de cor a uma mulher branca. (PROGRESSO, 1929, n. 8, p. 4)

A narrativa trata de mais um médico negro que se depara com reações de preconceito durante o exercício de sua profissão no estado de São Paulo. A reação da mãe indica que, por ser negro, o médico era entendido como indigno de tocar a menina, evidenciando que as barreiras raciais que o separavam de sua paciente se sustentavam, a despeito de seu diploma, e mesmo que a necessidade do toque fosse em nome do bem-estar da própria criança. O lugar social de distinção proveniente da profissão de médico, o qual envolvia, além do elevado nível educacional obtido formalmente, a disposição de condições econômicas favoráveis que possibilitassem arcar com os custos provenientes da faculdade de medicina, estava em choque com o seu pertencimento racial. A obtenção de um diploma de prestígio e o exercício de uma profissão lida como ilustre não flexibilizavam as noções de raça que relegavam os negros ao lugar de inferioridade.

Antes da fundação da Faculdade de Medicina de São Paulo (FMSP), entre 1912 e 1913, os paulistas que desejassem se formar médicos precisavam estudar no exterior. Nas últimas três décadas do século XIX, a maioria dos médicos de São Paulo tinha formação francesa, ou havia estudado no Rio de Janeiro, ou em Salvador, onde se encontravam as duas faculdades mais tradicionais do país. As três opções requeriam a possibilidade de arcar com os custos da manutenção em um lugar distante, o que reservava o diploma de medicina às famílias mais

abastadas. O resultado é que, entre o final do século XIX e início do XX, faltavam médicos em São Paulo. A situação começou a melhorar após a fundação da FMSP, mas, até 1943, ainda havia 25 municípios sem médicos, o que representava então 10% das cidades paulistas (GOMES; DOMINGUES, 2014).

Dadas essas condições, principalmente aquelas existentes antes da década de 1920, a demanda de médicos em São Paulo era tal que seriam aceitos de braços abertos profissionais de qualquer proveniência e origem, apesar dos preconceitos reinantes naquela sociedade. Isso representou uma oportunidade particularmente para os recém-formados vindos da faculdade de Salvador – na qual a maior parte dos estudantes provinha da Bahia, não sendo raros os mulatos entre o corpo estudantil (Nogueira, 1992; Peard, 1999). De fato, “o primeiro médico a se inscrever no Serviço Sanitário” do estado de São Paulo, em abril de 1892, era baiano, formado pela faculdade do seu estado natal, como a maioria dos médicos registrados em 1892, “quando se registraram mais médicos naturais da Bahia e formados pela FMBA do que paulistas, cariocas e fluminenses formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro” (Mott et al., *ibidem*, p. 107-08). Apesar de a faculdade carioca diplomar um número maior de médicos, a de Salvador manteve posição de destaque entre os profissionais atuantes em São Paulo [...]. (GOMES; DOMINGUES, 2014, p. 296)

Além das possibilidades profissionais, a falta de médicos ocasionava oportunidade de posições de destaque na política, como foi o caso de homens negros como Casemiro da Rocha e Fabrício Carneiro Tupinambá Vampré. Tais posições, entretanto, não se davam livres de episódios de constrangimentos e perseguições advindas do preconceito de cor fortemente presente em São Paulo (GOMES; DOMINGUES, 2014).

As palavras usadas para descrever a menina, “uma linda criança”, que é comparada a um anjo, indicam que o simples toque de um homem negro poderia ser interpretado como um risco e uma ameaça a essas condições de pureza e inocência, às quais a criança branca era associada. A mãe, por sua vez, executa a ação racista de forma silenciosa, demonstrando sua apreensão e seu sentimento de superioridade, sem o uso de qualquer linguagem verbal. Apenas linguagem corporal: o movimento de cobrir o braço da filha e o silêncio comunicaram seu sentimento de superioridade. A despeito da ausência de palavras, seu comportamento foi explícito o bastante para que o médico negro compreendesse se tratar de racismo, e respondesse utilizando a mesma linguagem silenciosa, sabendo ainda que sua própria reação poderia ser colocada em julgamento.

Uma interação não verbal com base no elemento racial. Se situações como essa estavam presentes, mesmo após a obtenção formal do diploma pelo homem negro, é possível pensar que elas também tenham – de diferentes maneiras, a depender do local onde se dava a formação – sido experimentadas ao longo de sua graduação, circunstância que possivelmente esteve presente

na trajetória de outros homens negros que frequentaram o ensino superior e exerceram profissões liberais a ele vinculadas, sobretudo em São Paulo. O texto menciona que o caso se deu em Santos, e que era “atual”, sem fornecer nomes: “uma família, cujo nome omitimos por questão de lisura profissional mandou chamá-lo para uma linda criança que estava passando mal, o médico especialista na moléstia para a qual fora chamado” (PROGRESSO, 1929, n. 8, p. 4). Mais uma vez nota-se a presença de um repertório de memória coletiva sobre (profissões do) ensino superior e as interações raciais dadas naquele período.

Ainda que o médico tenha se sentido humilhado, não pôde reagir de pronto e disfarçou o desgosto expresso em sua face para evitar ser interpretado como um homem negro com excesso de “orgulho ou altivez”. Da mesma maneira que na situação vivida pelo médico Enoch Carteador, verificam-se indícios de que, para os homens negros altamente escolarizados daquele período, ser vítima de preconceito de cor poderia se constituir numa nova fonte de problemas, já que qualquer tipo de reação mais enfática poderia voltar-se contra eles. O risco de ser visto como orgulhoso ao reagir indica a pressuposição do dever de aceitar calado.

Se a ação de evitar o toque direto na pele da filha se desse em relação a um homem negro pobre ou sem estudo, seria possível interpretar a cena como tendo sido baseada em preconceitos direcionados a essas outras características, mas, por se tratar de um homem bem posicionado em termos de formação e ocupação, a motivação racista do comportamento da mãe da menina se torna mais evidente. Trata-se de uma expressão bastante “sofisticada” do racismo, que ao mesmo tempo é perceptível e causa impacto, mas que, devido à sua característica silenciosa, torna-se difícil de ser percebida ou mesmo registrada.

A interpretação de que sua reação, ao pegar as “luvas brancas”, havia sido inteligente e de que ele havia dado para a mãe da garota uma resposta à altura – ou, um “tapa com luva de pelica”, conforme indicado no título do texto – fazendo-a sentir-se constrangida por sua própria ação, indica que vestir as luvas foi uma maneira de se manifestar em relação ao ocorrido. A forma de se manifestar evitando o conflito pode ser compreendida como uma estratégia de autoproteção. O uso de termos como “sorriso amargo” e “fel da humilhação” indica também a dolorosa consciência da existência do preconceito de cor. A passagem pelo ensino superior, a obtenção de um diploma e o exercício de uma profissão liberal oriunda dessa formação podem ter se constituído como situações em que esse preconceito, frequentemente negado em muitas situações sociais, tornava-se mais nítido, ainda que dado por vias informais manifestas em

atitudes discriminatórias e hostis, as quais comunicavam e reafirmavam que aquele lugar social não era para os negros.

No caso de Enoch Carteador, é a transparência da motivação racial que possibilita a reação de indignação encontrada no jornal *Progresso*, que, ao repudiar a atitude dos médicos paulistas, afirma o direito dos negros de frequentarem as escalas mais elevadas de ensino e de exercerem as profissões decorrentes dessa formação, sem constrangimentos oriundos do pensamento racista presente no período. Porém, nos casos em que a interação racista ocorre de forma silenciosa, há uma dificuldade adicional em se manifestar. Ao final do texto, o jornalista afirmou que a senhora branca acabou humilhada pela forma estratégica como o médico negro lidou com a situação. Sua decisão de reagir de forma que ele pudesse executar o trabalho para o qual fora chamado, e ao mesmo tempo evitar um conflito direto, a despeito de sua indignação, indica a existência de formas silenciosas de resistência, e de respostas às situações tácitas de preconceito.

A narrativa do jornalista, de que houve um mútuo incômodo na interação dada entre a mãe da garota e o médico indica a existência de um código racial cuja força dispensava o uso de palavras. É possível pensar que, no silêncio das interações raciais, residia a manifestação de pressupostos conhecidos o bastante para se sustentarem na condição de não ditos. Isso nos remete aos documentos referentes à fundação da Universidade de São Paulo, apresentados no capítulo anterior, e em que se verificou um significativo silêncio a respeito dos negros, ainda que, na argumentação inicial do principal idealizador da USP, estes fossem entendidos como parte do “problema nacional”, que seria resolvido pela fundação dessa instituição. Dadas no silêncio, certas manifestações do preconceito de cor se fazem significativamente mais difíceis de apreensão pela historiografia. O “tapa com luva de pelica” que intitula o texto indica, por sua vez, a existência também de formas de resistir cuja apreensão também não era tão óbvia.

O texto que narra esse episódio ocorrido em Santos se inicia com a afirmação da existência do preconceito de cor no Brasil:

O preconceito de cor ainda não desapareceu inteiramente das convenções sociais. Permanece enraizado aqui como se fosse uma parte de nossa própria índole, um pedaço da nossa alma ou um sentimento inato que há de morrer, quando se descobrir a droga que poderá lavar a pele.

Por enquanto, embora clame a voz da alta moral e vigorem os princípios de todas as religiões pelos quais a igualdade é o apanágio que há de nivelar todos os homens – perdura no espírito do homem, na lição da prática e da sugestão a mesma e natural aversão à cor. (PROGRESSO, 1929, n. 8, p. 3)

A multiplicidade de textos e de autores presentes no jornal *Progresso* permite perceber que não havia um posicionamento único em relação à existência ou não de preconceito de cor na sociedade brasileira. Nesse caso, ele é explicitamente afirmado e exemplificado por meio da história do médico que precisou vestir luvas brancas para realizar o trabalho em que era especialista. Os negros, ora impedidos de realizar seu trabalho, ora excluídos de uma atividade formativa referente à sua profissão, pareciam ter sua condição de segregação evidenciada em situações oriundas das posições conferidas por seus diplomas. Tais situações discriminatórias reafirmavam o que era preconizado pelo pensamento racial hegemônico do período, ou seja, que esse lugar social – e seus acessos, conhecimentos, funções – não era para eles.

Na edição de número nove, uma nova menção sobre o caso de Enoch Carteadado diz:

Nasce assim, entre brasileiros, o terrível preconceito norte-americano que, quando classificam um individuo de “colored man”, lhe preparam uma serie de dissabores taes que o alvejado procura, para ter um pouco de paz e tranquilidade, afastar-se do meio em que pontificam os brancos.

O ilustre médico, vítima dessa odiosa distinção, ficou num estado entre surpreso e indignado, sem compreender as linhas de classificação epidérmica que procuravam separá-lo dos colegas.

Como não pretendia figurar num concurso de tipos arianos, mas simplesmente acompanhar cursos especializados da França e na Alemanha, continuou a viagem. [...]

Depois disso, o que houve de mais estranho, foram as impressões do próprio médico, que não percebeu qualquer sinal de mal estar, com a sua presença, senão entre os médicos brasileiros, seus colegas. [...]

Compreende-se, nesses países, que a humanidade é uma, cabendo a todos os indivíduos a mesma dignidade.

O Brasil pode, pois, ter a certeza de que se avantajou em muitos anos os países cultos, quando extinguiu o preconceito da cor, inadmissível, hoje em dia, na Europa que, não faz muito tempo teve que abrir as fileiras de seus exércitos para incluir batalhões negros, chegados das colônias. [...]

Vários médicos europeus acharam estranho que os colegas brasileiros se mostrassem tão sensíveis ao preconceito de cor, que não tem razão de existir entre os homens de ciência. (PROGRESSO, 1929, n. 9, p. 1)

Ao contrário da afirmação anterior, de que o preconceito ainda não haveria se extinguido, aqui nota-se a ideia de que ele seria algo novo, algo que se encontra nascendo no Brasil. Além disso, ele é associado aos Estados Unidos, que, ao ser tomado como um modelo de segregação formal, possibilita afirmar a sua ausência no Brasil. A menção à “série de dissabores” que levaria os negros a evitarem meios predominantemente brancos remete tanto à exclusão de participação em um curso em Paris, como aos “gracejos”, ao racismo expresso de forma silenciosa, às situações de encorajamento carregadas de elementos vexatórios e à realização e exposição do

corpo de uma mulher negra mumificada na sala de aula de uma faculdade. A necessidade de abandonar tais espaços e situações em busca de ter um pouco de “paz e tranquilidade” indica a presença de sobressaltos, raiva, aflição, angústia, insegurança e medo intensificados a ponto de se sobressair aos desejos, expectativas e benefícios que tais espaços deviam representar e oferecer. O texto fala do ambiente dos homens de ciência como sendo um dos meios em que o preconceito de cor “não tem razão de existir”, ou seja, faz a defesa do direito dos homens negros de frequentarem este espaço sem serem perseguidos.

Chama atenção o sarcasmo presente na frase “Como não pretendia figurar num concurso de tipos arianos, mas simplesmente acompanhar cursos especializados da França e na Alemanha, continuou a viagem”, que revela o posicionamento de indignação diante da tentativa de excluir Enoch Carteado de um ambiente científico por causa de sua cor. A construção se apresenta como uma estratégia de revelar o desgosto causado pela situação e o desprezo em relação à atitude racista geradora da situação. Num contexto em que parte da opinião pública, e possivelmente dos próprios leitores do jornal (uma vez que essa perspectiva se encontra inclusive entre os autores), acreditava na inexistência do preconceito de cor no Brasil, a forma sarcástica de se opor ao ocorrido possibilita leituras distintas para além da menção explícita ao preconceito de cor contido no episódio da caravana médica.

O número dez do jornal *Progresso* é a quarta edição seguida a abordar o caso. São cerca de 5 meses entre a data da caravana, em outubro de 1928 e esta publicação, em março de 1929. Aqui, sob o título *Preconceito de cor: ainda o caso da caravana médica*, se lê:

O “Jornal Pequeno” de Pernambuco, num telegrama da Bahia, noticiando o incidente Enoch Carteado, dá uma sucinta nota da vida pública desse esculápio, nestas linhas:

S. SALVADOR: novembro – (Do correspondente) – Em fins de outubro último partiu desta capital o dr. Enock Carteado, para incorporar-se à Caravana Médica, que dias depois deixava o Rio de Janeiro com destino à Europa.

O dr. Enock é **preto, porém clínico de renome e de grande cultura científica**. É baiano e formou-se na Faculdade desta capital, e foi para Ilhéus, onde, tempo depois, constituiu família, para mais tarde, à custa de seu trabalho, tornar-se proprietário, e tanto conceito mereceu de seus concidadãos, que exerceu, com proficiência, vários cargos políticos na referida cidade.

Uma vez convidado, resolveu o dr. Enock participar da Caravana Médica, viajando em companhia de sua esposa, d. Astheria Nich Carteado.

A viagem do dr. Enock custou apenas 16:000\$000 e a caravana segundo o seu programa traçado visitaria as diversas faculdades médicas francesas, para permanecer, em seguida um mês e meio em Paris, tempo em que os médicos poderão tomar cursos especializados com as sumidades do Velho Mundo.

E sempre foi esse o ideal do dr. Enock Carteado.

Como o dr. Enock é de cor preta, os médicos paulistas que fazem parte da caravana, talvez para evitar aborrecimentos na Europa, não trepidaram em ir à companhia “Esprinter” que organizara a caravana, pedir a exclusão do médico baiano, alegando a inferioridade da sua cor.

A companhia lhes deu esta lição de compostura: alegou então o fato de haver o dr. Enock pago igualmente, como todos, e daí o direito que lhe era garantido em igualdade de condições.

O dr. Enock telegrafou de Paris ao dr. Fernando de Magalhães. Este, por sua vez, entendeu-se com o embaixador do Brasil em França, sr. Souza Dantas, pedindo para patrocinar a causa do seu colega fazendo ver também aos médicos paulistas da caravana, a péssima impressão que o seu procedimento irrefletido vinha de causar no Brasil. (PROGRESSO, 1929, n. 10, p. 4)

Aqui são obtidas maiores informações sobre a trajetória Enoch Carteadado. Tais informações revelam o perfil do médico baiano. São apresentados elementos valorizados na sociedade daquele período, como a constituição de família, o acesso à propriedade, a trajetória política e a notoriedade obtida na cidade em que morava. A menção ao valor do pagamento efetuado à agência que organizou a Caravana evidencia que sua condição financeira garantia não apenas sua participação, mas a possibilidade de levar consigo a esposa.

Nota-se que Enoch tinha capital cultural e educacional de grande valor simbólico, tendo em vista sua formação em medicina; capital social, que possibilita que ele envie o telegrama para Fernando Magalhães, que rapidamente contata o embaixador do Brasil na França; capital político, evidenciado pela menção aos cargos políticos que ele próprio havia ocupado na Bahia; capital econômico, manifesto na possibilidade de pagar pela viagem; ele gozava de um status moral positivo notável na referência à sua família, esposa, notoriedade pública em sua cidade e à propriedade conquistada a partir de seu próprio trabalho. Nada disso evitou a situação de preconceito manifestado por seus colegas médicos paulistas. Sua negritude falou mais alto do que seu diploma, suas relações, seu histórico de realizações e sua credibilidade política. Nada disso impediu que ele passasse por uma situação altamente estressante e humilhante de ser excluído de um grupo que representava a classe médica brasileira na Europa. Ao mesmo tempo, esses capitais e posses é que possibilitaram que seu caso tenha tido alguma repercussão na mídia, conforme se verifica na Imprensa Negra paulista por meio do jornal *Progresso*, mas também na imprensa da Bahia e de Pernambuco, conforme se vê pela notícia transcrita.

A indignação pública está diretamente ligada à bagagem de Enoch Carteadado. A situação de preconceito de cor se dá exatamente pelo fato de o médico negro estar se aproximando de bens simbólicos altamente valorizados, e por isso entendidos pelos médicos paulistas como devendo permanecer na condição de exclusividade branca de acesso. O curso, a circulação internacional, o

tomar parte no grupo que representa a classe médica e científica brasileiras são alguns dos bens simbólicos em questão no episódio de racismo da caravana médica. Para os médicos paulistas, não importava que Enoch tivesse os diversos capitais mencionados. A ideia de que entre eles pudesse haver um homem negro e de que os franceses veriam isso e associariam, tanto os demais médicos brancos, como o próprio Brasil e sua classe médica e científica aos negros era algo que minimizava todos os outros elementos da trajetória de Enoch. Nesse contexto, a raça se tornou a característica mais relevante e foi definidora da tentativa excluí-lo.

Por outro lado, as medidas tomadas pelo professor a quem Carteadado recorreu levaram em conta todos os seus capitais. Magalhães não acionou o embaixador brasileiro na França para proteger um homem negro pobre e sem estudo. A menção ao fato de Carteadado ter “direitos iguais” é direcionada a um homem negro muito bem posicionado, letrado etc. É nesse contexto que ele afirma haver uma “má impressão” causada pela postura dos médicos paulistas. Se, por um lado, a tentativa de impedir Enoch pode ser lida como um ato de discriminação direcionado aos negros de maneira geral, uma vez que ele indica que nem tendo dinheiro, formação, contatos e influência política um homem negro poderia ser visto como par pelos médicos paulistas, por outro, a afirmação de que Enoch tinha direitos iguais não pode ser tão facilmente estendida aos negros em geral. O argumento da Exprinter, que destaca o valor pago, evidencia isso. Não é possível pensar que os mesmos elementos teriam sido mobilizados em defesa de uma pessoa negra que não tivesse a importância política que Enoch tinha na Bahia. A tentativa do jornalista branco Medeiros e Albuquerque de levantar suspeitas sobre a conduta do médico negro, a despeito de toda a sua trajetória de credibilidade, evidencia isso.

Por isso, a menção à sua condição de “homem de família”, casado, cujas propriedades advêm de seu próprio trabalho, compõem uma imagem que se fazia necessária para que alguém fosse passível de ser defendido diante de uma situação de preconceito. Qualquer deslize, qualquer fuga da norma social, da moral estabelecida naquele período, poderia rapidamente se converter em uma justificativa para a exclusão da pessoa negra, deslegitimando suas possibilidades de defesa ao ser alvo de preconceito de cor. A defesa da moral, dos bons costumes, da formação de família, entre outros, foram elementos fortemente encontrados nos jornais analisados, indicando a maneira como o racismo se entrecruzava com esses outros valores, ocasionando discursos de culpabilização dos negros por sua situação de pobreza e vulnerabilidade. No caso de Enoch Carteadado, nota-se tanto o levantamento de uma suspeita a respeito de seu comportamento, como

uma apresentação de todos os elementos que o posicionavam como uma pessoa negra que seria referência no interior da comunidade negra, e alguém cujos direitos diversas pessoas se disporiam a defender, inclusive pessoas brancas como o professor Magalhães.

Ainda assim, os canais de divulgação do que ocorreu com Carteadado são bastante específicos. Jornais de grande porte da imprensa branca não mencionaram o caso. O OESP publicou uma notícia referente à caravana médica, em que cita nomes e filiações institucionais de algumas figuras que receberam a caravana na Europa:

A “Caravana” Médica Brasileira

Toulouse, 19 (U.P.) – Chegou aqui a “caravana” médica brasileira, de passagem para Pariz, tendo sido alvo de uma calorosa recepção. A municipalidade ofereceu um banquete aos hóspedes da cidade, tendo o prefeito, sr. Julien, ao oferecer aquela homenagem, elogiado o triunfo científico da medicina brasileira, especialmente nos seus trabalhos de combate à lepra, à febre amarela e à sífilis. Respondeu, agradecendo, em nome da caravana, o dr (?) Martins.

Paris, 19 (A.) – A “caravana” de médicos brasileiros que percorre a França, em viagem de estudos, chegou a esta capital procedente do sul, tendo sido recebida na estação pelo embaixador Souza Dantas, dr. Antonio Austregesilo, representante do dr Roger, decano da Faculdade de Direito, e membros proeminentes da colônia brasileira.

Amanhã, os médicos brasileiros serão recebidos na Faculdade de Medicina, que brevemente lhes oferecerá um banquete. (ESTADO DE S. PAULO, 1928, p. 2)

No OESP não houve nenhuma menção ao caso de Enoch. O jornal cuja notícia falava sobre a trajetória de Enoch e foi transcrita pelo *Progresso*, por sua vez, circulava em Pernambuco, de forma que a repercussão pública, bem como os posicionamentos de indignação em relação ao ocorrido, ainda que não se limitassem aos negros, possivelmente não foram algo de grande porte em São Paulo. Por outro lado, não se verificaram também posicionamentos endossando a postura dos médicos paulistas, o que indica que aqueles que os apoiavam não se utilizaram de jornais para fazer manifestações públicas de apoio àquela situação. O silêncio parece ter sido a declaração de apoio, ou de ausência de incômodo ou choque em relação à situação. Vale destacar o silêncio do OESP, tendo em vista sua ligação com Mesquita Filho e com os debates sobre a fundação da USP. Alguns meses depois, em julho de 1930, o *Progresso* retoma o assunto com o texto intitulado *Coisas da Vida*:

“O silêncio vale ouro”... é uma verdade que muita gente boa ignora.

Alegam os componentes da Caravana Médica, que o sr. Enoch Carteadado, portando-se inconvenientemente, em Paris, foram obrigados a tomar contra o médico negro, a atitude de todos conhecida de sobejo.

Os preconceitos dos esculápios brasileiros repercutiram em todos os meios civilizados, deixando em cheque o nosso grau de educação. Esse incidente,

lamentável por todos os títulos trouxe uma vantagem, ao dr. Carteadado, porém. Tornou-se conhecido no mundo científico. Um congresso médico há pouco reunido na Espanha, expediu convite ao dr. Enoch Carteadado para tomar parte nos seus trabalhos. Se os colegas do médico baiano soubessem o valor do silêncio por certo nunca teriam exprobado, espetaculosamente, o procedimento do dr. Enoch. O Destino é irônico... (PROGRESSO, 1930, n. 26, p. 4)

Mais uma vez, o tom sarcástico marca o desgosto em relação ao caso. O fato de Enoch ter recebido um convite da Espanha para um congresso, após ter ficado conhecido por conta do preconceito que sofrera, aparece como uma reparação da afronta sofrida, na medida em que se constitui como uma resposta ao racismo dos médicos paulistas e uma afirmação da competência e reconhecimento internacional do médico negro. A retomada do caso alguns meses depois evidencia ainda a permanência prolongada da indignação em relação ao caso de Enoch, e aponta para um posicionamento contundente contra o preconceito. As reivindicações de igualdade de direitos contidas nas entrelinhas da cobertura do caso se fundamentam tanto no questionamento das ideias que pregavam a inferioridade racial – sobretudo intelectual e moral – dos negros, como das ideias que, baseadas nessa suposta inferioridade, identificavam-nos como o problema da nação. A defesa do lugar de Enoch Carteadado na caravana de médicos brasileiros em Paris é também a defesa da posição dos negros em espaços ligados ao ensino superior, ao mundo médico-científico e, por consequência, às posições de poder no contexto nacional.

Capítulo 8 – Um caminho de dor, sofrimentos e desenganos: ensino superior no programa estratégico de um intelectual polêmico – Arlindo Veiga dos Santos

Branquitude pode não ser interdição se o negro ficar no seu lugar. Branquitude pode ser demarcação de fronteiras. (BENTO, 2002, p. 142)

Arlindo Veiga dos Santos foi um dos mais importantes líderes dos movimentos negros da primeira metade do século XX, e presidiu “a maior entidade negra na história do país, a Frente Negra Brasileira (1931 – 1937)” (DOMINGUES, 2006, p. 519). Ao desenvolver um artigo sobre a vida e as ideias do referido intelectual, Domingues (2006) chama atenção para o fato de que, apesar de sua importância histórica e política, “o mais comum é Arlindo Veiga dos Santos ser citado obliquamente ou simplesmente ser tematizado em um único parágrafo” (DOMINGUES, 2006, p. 520). Concordando com o pesquisador, é fundamental que alguns elementos da biografia deste importante intelectual e ativista negro sejam apresentados e mesmo discutidos. Além disso, Veiga do Santos foi um homem negro que acessou o ensino superior no período analisado, portanto no contexto do presente trabalho, algumas reflexões sobre sua trajetória e sobre o tratamento dado a ela pela historiografia merecem atenção:

No dia 12 de fevereiro de 1902, nascia Arlindo José da Veiga Cabral dos Santos na cidade de Itu, interior de São Paulo. De origem humilde, iniciou naquela cidade seus estudos, em escolas católicas. Ainda adolescente, revelou talento literário e jornalístico, tanto escrevendo poesias quanto colaborando em algumas publicações locais. Por problemas financeiros da família, transferiu-se para São Paulo, onde fez curso universitário na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo (que se tornaria futuramente a Faculdade São Bento). Nesta instituição, concluiu o curso de Filosofia e Letras, em 1926. Destacou-se precocemente na vida acadêmica, tornando-se colaborador da revista *Filosofia* daquela instituição. A religião influenciou imensamente a formação ideológica de Veiga dos Santos. Desde a mais tenra idade, esteve ligado ao catolicismo praticante. Quando se mudou para São Paulo, filiou-se à Congregação Mariana da Imaculada Conceição de Santa Ifigênci. Foi um carola mariano muito aplicado, a ponto de ter chegado à presidência dessa irmandade, em 1940. Levava uma vida ascética, freqüentando assiduamente o culto, “fazendo do jejum e da penitência hábitos constantes” (Malatian Roy, 2001: 46). Veiga dos Santos colaborou ou dirigiu alguns jornais católicos, entre os quais *O Mensageiro da Paz* e *O Século*. Ele também foi membro do Centro D. Vital de São Paulo, ligado à revista “*A Ordem*”, periódico de orientação ultraconservadora que congregava os intelectuais católicos, dentre os quais o proeminente Jackson de Figueiredo. Em 3 de março de 1928, em conjunto com alguns amigos, Veiga dos Santos fundou o Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova (CMCSP

Pátria Nova). Nesse período, Santos já havia estabelecido as bases do programa político-filosófico-religioso de construção da Pátria-Nova, fundada no princípio de que a instauração do III Império seria a salvação para todos problemas do Brasil. Encontramos um artigo publicado no jornal da imprensa negra, em que Arlindo Veiga dos Santos já expõe o mote de seu pensamento: “A grande obra da ação negra no Brasil deve começar pela família pois que é ela a célula-mãe de toda a sociedade civil. É a família a união do varão e a esposa com seus filhos, debaixo do governo do varão. É ela o protótipo da sociedade política ou estado mais perfeito, isto é — monarquia”.

Veiga dos Santos era “inclinado a profecias, predestinações, premonições, símiles evangélicas, julgava-se inspirado por Deus e dotado de carisma. Acreditava que ao completar 33 anos lhe aconteceria algo muito importante” (Carta de A. Paim Vieira, São Paulo, 17/2/1977 apud Malatian Roy, 1978: 51). Daí provavelmente seu estilo messiânico. Ainda paira certo mistério sobre sua personalidade e vida pessoal. Conforme depoimento de Raul Joviano do Amaral — um companheiro de militância no movimento negro — ele, nessa época, “só tinha uma calça e um paletó, um sapato desbeijado”. Passava privações materiais e tinha até dificuldade de alimentação. Iniciava e encerrava as reuniões do CMCSP Pátria Nova com uma oração, e frisava que o próprio movimento de defesa do III Império nasceu “sob a inspiração da Santíssima Trindade”. Em 1932, essa organização reformou os estatutos e se transformou em Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB). (DOMINGUES, 2006, p. 521)

Tendo em vista seu posicionamento político, “reacionário” e “xenófobo” são dois termos frequentemente utilizados na historiografia dedicada a compreender o pensamento de Veiga dos Santos. No contexto da presente pesquisa, nota-se o contraste com o grande zelo verificado nos subterfúgios utilizados para evitar atribuir o adjetivo “racista” a Júlio de Mesquita Filho. Nenhuma voz se ergue em defesa de Arlindo Veiga dos Santos para afirmar que ele era “um homem (negro) de seu tempo”. A também frequente ausência de ênfase em um conjunto de mediações que complexificam o seu posicionamento sugere que homens negros e brancos que acessaram o ensino superior no período estudado são tratados pela historiografia de formas distintas.

Gomes (2005) mostra como, no momento seguinte à abolição, alguns ex-escravos perceberam rapidamente que seus ex-senhores “havia trocado suas roupas de fazendeiros por fardas republicanas” (GOMES, 2005, p. 20), e que “a propaganda republicana expressava um ódio aos ‘homens de cor’ gerado pela insatisfação de alguns setores agrários com os efeitos provocados pela abolição” (GOMES, 2005, p. 21). Alguns senhores foram apelidados como “republicanos do 14 de maio” pois sua adesão ao regime republicano estava diretamente relacionada à sua frustração e contrariedade em relação à abolição. Eles reclamavam indenização, se preocupavam com o controle do trabalho dos ex-escravos e atacavam a monarquia com uma

intensidade que “cheirava a intolerância racial” (GOMES, 2005). Assim, os posicionamentos contra ou a favor da monarquia estavam marcados por um conjunto complexo de disputas e interesses, inclusive raciais, que merecem ser considerados ao olhar para o posicionamento de Veiga dos Santos.

Outra nomenclatura frequentemente associada a esse intelectual sem grandes mediações é a de “xenófobo”. Vale lembrar que a imigração europeia promovida no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX foi parte de um projeto de embranquecimento nacional (MISKOLCI, 2012), e São Paulo foi um dos lugares em que esta política ocorreu com grande intensidade:

Na virada do século XIX para o XX, o ideal de branqueamento da população paulista era correspondido, aparentemente, de forma muito notória pelo censo populacional, marcado justamente pela diminuição assustadora da população negra. Pelo menos esse era o caso da capital [...].

Os números são reveladores. Pelo censo de 1872, os negros (pretos e mulatos) correspondiam a 37,2% da população da cidade de São Paulo. Já em 1893, o percentual era de 11,1% e, pelas estimativas de 1934, esse percentual declinava para 8,5%. Portanto, o desaparecimento do negro, ou branqueamento da população, era um dos fenômenos estatísticos mais evidentes do quadro racial de São Paulo. [...]

Entre 1890 e 1929, entraram em São Paulo 1.817.261 imigrantes brancos. A europeização demográfica da cidade chegou ao ponto de, em 1897, haver dois italianos para cada brasileiro. (DOMINGUES, 2002, p. 566-568)

Dessa forma, a resistência, muitas vezes contundente, dos negros em relação à presença de imigrantes revelava a percepção de que um conjunto de vantagens sociais, que incluía a preferência dos patrões por contratar estrangeiros em detrimento dos trabalhadores negros nacionais (ANDREWS, 1988), que já era percebida e combatida no interior dos movimentos negros do período. Domingues (2006) afirma que:

Quanto ao sentimento de hostilidade por parte do movimento negro em relação ao estrangeiro, salientamos que, na nossa avaliação, foi uma reação que refletia a perda de espaço do negro no mercado de trabalho formal no pós-abolição, cada vez mais monopolizado pelos “oportunistas” ou “alienígenas” imigrantes. (DOMINGUES, 2006, p. 529)

Em um contexto hegemonicamente racista, em que os negros lutavam pelo seu reconhecimento como parte legítima da nação, a manifestação de seus incômodos com relação à presença dos imigrantes não pode ser equiparada a uma manifestação semelhante que se desse por parte de grupos hegemonicamente associados à nacionalidade. Nesse caso, o uso do termo

“xenófobo”, sem as devidas mediações, desconsidera a resistência às políticas imigratórias de branqueamento nacional por parte daqueles contra quem tais políticas estavam direcionadas.

Veiga dos Santos tinha admiração aberta pelo fascismo italiano e pelo nazismo alemão (DOMINGUES, 2006; GOMES, 2005; SOUZA, 2013) e, ao mesmo tempo, ele foi um dos mais contundentes críticos do “racismo antinegro”, conforme mostra Alberto (2011):

Em seus escritos convocando um Congresso da Juventude Negra, o contribuidor do Clarim, Arlindo Veiga dos Santos, é o melhor exemplo das tensões de nativismo e nacionalismo militantes – às vezes beirando a xenofobia – que estavam se desenvolvendo entre alguns pensadores e ativistas negros no final da década de 1920 em São Paulo. Santos tinha opiniões conservadoras sobre religião (ele era um católico fervoroso), governo (ele era monarquista) e sociedade (ele acreditava fortemente em uma família patriarcal brasileira). O fato de seu intenso antirracismo girar em torno do nacionalismo extremo e da crença na fixidez de uma “raça negra” se encaixa nessas tendências conservadoras. Santos formulou algumas das críticas mais contundentes ao racismo antinegro de sua época e frequentemente associou o racismo aos imigrantes. “O Brasil”, escreveu ele, parafraseando Miguel Pereira e Belisário Penna, dois líderes da campanha do início do século XX para sanear e modernizar as cidades brasileiras, “é um grande hospital”. Mas não foram, como argumentaram os defensores do saneamento, os tipos raciais degenerados e suas supostas doenças genéticas e médicas que deixaram o Brasil doente. O Brasil, ao contrário, sofria da “pior doença, que é o preconceito racial; por outras palavras, a mentalidade doentia dos nossos dirigentes, que deixam perecer todo um Povo, porque devem ser substituídos, porque são mestiços, porque são negros e devem ser brancos, custe o que custar, mesmo à custa da destruição do Brasil pela onda do arianismo imigrante internacional”. (ALBERTO, 2011, p. 99, tradução nossa)

Veiga dos Santos era adepto de um conjunto de ideais conservadores e simultaneamente questionava raça – um dos pilares estruturantes da sociedade – de maneira categórica. Diversos autores mostram como os interesses dos negros não se encontravam representados de forma satisfatória nem no contexto da direita e nem no contexto da esquerda, ou seja, nem no socialismo, no comunismo, no anarquismo e no sindicalismo – tradições ideológicas da classe trabalhadora industrial brasileira – nem no capitalismo, no integralismo, no nazismo e no fascismo. Para os negros, não se tratava de escolher entre a direita ou a esquerda – constituídas a partir de critérios que fechavam os olhos para as questões raciais, - mas de fazer política com valores, métodos e estilos específicos (ANDREWS, 1988; BARROS, 2016; CARDOSO, 2005; CUTI, 2007; DÁVILA, 2003; DOMINGUES, 2007; GOMES; DOMINGUES, 2014; GOMES, 2005; HASENBALG, 2005). A dualidade estabelecida entre conservadores e progressistas também não leva em conta a questão racial. Assim, as maneiras de classificação a partir das quais os intelectuais negros eram pensados permaneceram restritas a tais formas de interpretação da

realidade política, desconsiderando o posicionamento a respeito dos negros como algo que rompe com o poder hegemônico instituído pela colonialidade.

A questão que se levanta aqui é a necessidade de interpretações que possam deslocar-se do eixo analítico que define o posicionamento dos militantes do movimento negro predominantemente a partir de categorias prévias que desconsideram o papel central e secular da raça no processo de estabelecimento das hegemonias e hierarquias globais. A ideia de raça foi imposta à população do mundo inteiro como um aspecto da dominação colonial moderna e eurocentrada. Ela constitui as dimensões mais importantes do poder mundial baseado em uma suposta superioridade cultural, intelectual e política da Europa e define a divisão internacional do trabalho e do mercado. Ainda que não seja a única manifestação da colonialidade, o racismo é a mais óbvia e onipresente. De acordo com Gomes (2009):

[...] os intelectuais negros, ao elegerem a ressignificação da raça, como categoria útil de análise para entender as relações raciais, colocam-se no terreno político e epistemológico de ‘desconstrução mental’, ressignificação e descolonização de conceitos e categorias. Ao tematizarem a raça como construção social, cultural, histórica e política, ao discutirem que a incidência do racismo sobre os negros (pretos e pardos) não se restringe à sua ascendência africana e nem à sua cultura, mas está vinculada às interpretações que recaem sobre os sinais diacríticos inscritos no corpo negro, os intelectuais negros repolitizam a raça e ressemantizam-na. (GOMES, 2009, p. 429)

A ideia de conservadorismo atribuída a Veiga dos Santos sem as devidas mediações, ou desconsidera o movimento que ele efetua ao rejeitar a construção secular da raça imposta pelo processo colonial, ou desconsidera esta como sendo um dos pilares da distribuição global de recursos, trabalho, prestígio e de associação com as ideias de modernidade, progresso e razão. A contradição presente na possibilidade de interpretação de seu posicionamento como sendo reacionário ao mesmo tempo em que ele se levanta contra uma das mais expressivas e duradouras construções coloniais modernas de hegemonia global com desdobramentos nacionais, evidencia a necessidade de novas possibilidades de interpretação para posicionamentos políticos semelhantes aos seus.

Paul Gilroy (1993) discute elementos que constituem as especificidades do nacionalismo no interior do discurso político negro na modernidade. Ainda que seus principais referenciais estejam situados nos Estados Unidos e na Europa, é pertinente pensar que adotar como referência outros atores políticos negros, situados no contexto global, possa enriquecer o olhar para as interpretações a respeito dos posicionamentos de Arlindo Veiga dos Santos e, conseqüentemente,

de parte importante dos grupos de intelectuais e ativistas negros do início do século XX. É preciso considerar as particularidades que diferenciam um posicionamento nacionalista hegemônico, e sobretudo branco, que desenvolve manifestações como xenofobia, conservadorismo, defesa da família patriarcal e até mesmo adesão ao catolicismo, em relação a posicionamentos semelhantes, quando mobilizados por um grupo que se encontra subalternizado no contexto da nacionalidade.

Não se trata de negar os aspectos conservadores do pensamento de Veiga Santos, mas de admitir a possibilidade da existência de abordagens interpretativas adicionais, a partir da compreensão do racismo como um elemento estruturante, cujo combate, por si só, caracteriza uma divergência crucial em relação ao que tradicionalmente se configura como direita, esquerda, conservadorismo, progressismo etc. Manter apenas essas categorias para falar de um intelectual que reivindica uma noção completamente distinta do sentido de nacionalidade, por conta de seu posicionamento em relação à raça, é simplificar o debate. Tal posicionamento só é possível se a questão racial não for compreendida como um pilar da colonialidade estruturante da organização social brasileira e mundial.

No dia 13 de maio de 1927, Arlindo Veiga dos Santos publicou o texto *Palavras aos Pais Negros* no jornal *O Clarim da Alvorada*. Ele inicia o texto apresentando sua definição do que é ser negro:

Antes de começar, força nos é explicar o que entendemos por “negro”; é NEGRO toda gente de cor, preto, mulato, moreno, etc., descendente do Africano e do Indígena. Não é aqui lugar de explicarmos as premissas dessa conclusão a que chegamos. (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 33, p. 3)

Se ele se vê na necessidade de explicar seu entendimento do termo negro, isso significa que não se tratava de um entendimento comum. Em geral, naquele período, as referências a esse grupo utilizavam o termo “homens de cor”, mas aqui ele amplia esse entendimento incluindo além destes, os mulatos, morenos e descendentes de africanos e povos originários. Após explicar quem seriam os pais a quem ele direciona seu texto, Veiga afirma que “a Ação Negra no Brasil deve [...] começar pela família pois que é ela a célula-mãe de toda a sociedade civil” (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 33, p. 3). Conforme visto anteriormente, seu entendimento de família é patriarcal, ou seja, a união “do varão e a esposa com seus filhos, debaixo do governo do varão” (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 33, p. 3) seria, para ele, o protótipo da

sociedade política, “ou o estado mais perfeito, isto é – monarquia” (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 33, p. 3).

Ele explica então que o pai e a mãe teriam seus papéis particulares na responsabilidade de educar os filhos, visando as dimensões físicas e espirituais, por meio do fornecimento de condições de “nutrição e disciplina, além de outras condições exteriores da vida nas sociedades modernas” (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 33, p. 3). E prossegue, fazendo um elogio à raça negra e estabelecendo prioridades no que se refere às suas necessidades.

Raça forte que, graças a Deus, somos, a miséria da condição social e física em que vivemos nós Negros Brasileiros não pôde ainda quebrar tanto a nossa integridade física. E, pois, a cruzada da educação do corpo é menos atraente ou, melhor, menos urgente do que a do levantamento do nosso nível intelectual e moral. (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 33, p. 3)

Em seguida conclama os pais ao dever “nacionalístico e patriótico” (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 33, p. 3) de educar seus filhos para a conquista do presente e do futuro, evitando “o analfabetismo da leitura e, ainda mais, o analfabetismo moral que provoca a pavorosa crise do caráter nacional” (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 33, p. 3) que segundo ele, atinge a todos, especialmente “a nossa Gente”. Então, ele aconselha que os pais negros não incentivem seus filhos a desejar o ensino superior:

Não queremos que os filhos da Plebe (a não ser em condições de inteligência excepcionais) venham a ser bacharéis de alta esfera e se metam em altos estudos que exigem grandes posses para não causar grandes sofrimentos e desenganos. Nem sempre esses saltos valem a sua dor. O que precisamos é de artífices e profissionais hábeis, de gente do Povo que possa por si compreender o momento social e político, entender a significação e necessidade de uma ação social intensa. (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 33, p. 3)

No final pondera que nem todos os pais possam oferecer tudo isto aos seus filhos, já que ninguém dá o que não tem, mas que todos poderiam dar as condições materiais para a aquisição desta “educação, ensino e disciplina, poupando, a bem da sua descendência e do Brasil maior e melhor para nós e para todos, alguns milréis mensais” (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 33, p. 3), aplicando-os numa obra de “aperfeiçoamento” do Negro Brasileiro - que seria o Centro Cívico Palmares. E finaliza:

Acorrei especialmente vós, ó Pais Negros que não renegastes a vossa descendência e vos orgulhais do glorioso sangue dos nossos antepassados. Não possa mais tarde dizer a posteridade que no Brasil mirrou uma gente forte porque os filhos negaram, por falta de educação, o sangue de seus pais, e que os pais malditos desceram à campa cheios da sua depravação e degradação, por egoísmo e covardia. (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 33, p. 3)

O motivo central pelo qual ele desaconselha a aspiração ao ensino superior é que as expectativas de se tornarem bacharéis poderiam causar “sofrimento, desenganos e dores” nos negros “filhos da Plebe”. Os fatores que poderiam ocasionar tais sentimentos não são explicitados. Entretanto, ao pensar que, conforme visto anteriormente, se tratava de um período em que: a Faculdade de Direito continha uma mulher negra mumificada feita de brinquedo pelos estudantes em uma de suas salas de aula; um médico era hostilizado por seus colegas em uma caravana internacional de médicos brasileiros pelo fato de ser negro; que professores do ensino secundário reprovavam alunos afirmando que “negro não pode ser bacharel” (BICUDO, 2010); que circulavam memórias sobre professores que rejeitavam alunos negros nos cursos superiores e narrativas como a do médico negro que fora impedido de tocar uma criança branca no momento em que a examinava; e, ainda, que tais situações eram frequentemente interpretadas como sendo simples gracejos, ou coisas do passado, negando sua existência e assim invalidando reações contrárias a elas, é possível pensar que a hostilidade presente no ambiente formativo do ensino superior seria um dos elementos potencialmente causadores dos sofrimentos a que ele se refere.

Ainda hoje, o sofrimento psíquico causado aos negros pelo racismo é um tema significativamente negligenciado pelo campo da saúde (DAMASCENO; ZANELLO, 2018), contudo, sua existência e a necessidade de ampliação de estudos a este respeito vêm sendo debatidas (DAMASCENO; ZANELLO, 2018). Silva (2005) sustenta que

O racismo institucionalizado é determinante no acesso diferenciado dos afro-descendentes aos equipamentos sociais e gera conflitos nas relações inter-raciais, provocando desigualdades na forma de inserção dos grupos racialmente oprimidos, com impactos perversos em sua dinâmica psíquica.

Nesse sentido, o inconsciente coletivo marcado pelo racismo e sexismo, manifestado através dos preconceitos, estereótipo e discriminação, é gerador de situações de violência física e simbólica, que produzem marcas psíquicas, ocasionam dificuldades e distorcem sentimentos e percepções de si mesmo.

As atitudes racistas são incorporadas às estruturas sociais, incluindo instituições políticas, educacionais, de saúde e diferentes equipamentos do Estado, causando acesso e tratamentos desiguais, que, na maioria das vezes, são imperceptíveis ao conjunto da sociedade, mas são, quase sempre, considerados pelos negros como ato persecutório.

Estando no centro de uma dinâmica muito complexa, na qual se sentem ora perseguidos ora perseguidores, os negros vivem num estado de tensão emocional permanente, de angústia e de ansiedade, com rasgos momentâneos dos distúrbios de conduta e do pensamento, o que os inquieta e os faz sentir culpa.

Essa situação causa diversos transtornos físicos e psíquicos às vítimas, incluindo taquicardia, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não-provocada, depressão, hipertensão arterial, úlcera gástrica, alcoolismo, entre outros.

Os dados do Ministério da Saúde, IBGE e IPEA demonstram a existência de uma diferença bastante significativa, no perfil socioeconômico e indicadores de morbimortalidade da população negra em relação à população geral. (SILVA, 2005)

O argumento central de Veiga dos Santos ligado à percepção da existência de um sofrimento relacionado às expectativas de obter um diploma de bacharel indica que, além do convívio cotidiano com os elementos que originam tal mal-estar, os espaços de formação superior podem ter se constituído como lugares em que ele seria particularmente intensificado. No final do século XIX, a psiquiatria preconizava a existência de uma relação entre raça e doenças mentais. Acreditava-se que negros e mestiços eram degenerados e por isso estavam destinados à loucura, o que justificou a instituição de dispositivos de controle social que tratavam o que hoje pode ser interpretado como consequência do sofrimento psíquico negro com base em concepções eugenistas. Tais concepções afetaram também a produção de conhecimento, que durante um longo período ignorou a relação entre raça e saúde mental (DAMASCENO; ZANELLO, 2018).

Apesar da ausência de pesquisas, tendo em vista os aspectos fisiológicos da relação entre o sofrimento psíquico e as doenças que ele causa, é possível pensar que a correlação apontada por Silva (2005) também ocorresse no período aqui estudado. Assim, ainda que não houvesse a compreensão completa dos males físicos e emocionais causados pela hostilidade em relação à presença dos negros nesses espaços, a percepção do filósofo Veiga, de que a busca pelo ensino superior poderia ocasionar sofrimentos grandes o bastante para justificar que esta fosse evitada, pode ser lida como uma estratégia de manutenção da sanidade mental, da saúde física e até mesmo de preservação da própria vida.

Além disso, a aquisição de um diploma era um elemento que distanciava os negros de sua própria comunidade (BICUDO, 2010). Humberto de Campos menciona o ensino superior e o isolamento ao comparar a situação entre negro brasileiro e o negro estadunidense, dizendo que

[...] o negro americano é, sem dúvida, hostilizado, combatido, perseguido, e vive afastado, ali da comunhão social organizada pelo branco. O negro brasileiro tem pelo contrário, desde que se torne notável, abertas as portas das escolas superiores, da política, da sociedade. Não há, aqui, nem perseguições clamorosas, nem linchamentos selvagens. Mas, o filho do antigo escravo brasileiro, com todas essas vantagens, será mais feliz, acaso, do que o descendente de escravo americano? (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 27, p. 4)

E prossegue, comentando uma novela teatral que tinha como um dos personagens um médico negro inteligente e culto, que dizia ao protagonista:

Vocês, brancos brasileiros, [...] devem à nossa passividade uma fama de tolerância que os brancos americanos teriam, se os negros do Norte, da América vivessem como nós vivemos. As senzalas desapareceram, mas existem as vossas casas onde entramos como criados, continuando o nosso destino servil. A liberdade não nos ensinou que poderíamos ser patrões, concorrendo convosco em todos os ramos da atividade humana.

A carta de alforria satisfez-nos porque nos livrava do relho do feitor e nos permitia escolher um amo. A tragédia do negro começa quando ele – como eu – adquire o direito de frequentar os lugares onde os de minha raça apenas abrem portas, recebem chapéus e aceitam gorjetas. [...]

Sou médico e negro, meu caro... Sinto cada dia mais intensa a realidade, vivendo entre uma sociedade que me evita e uma família que me é estranha e se vexa da sua humildade diante de mim... O negro americano isolou-se e criou uma aristocracia negra dentro da qual os homens de espírito podem viver sem sentir as muralhas que bloqueiam a raça [...]. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 27, p. 4)

Humberto de Campos prossegue analisando o conteúdo da fala do personagem, na qual ele diz que, para se sustentar, o negro brasileiro tinha que ser

[...] estivador, pedreiro, vendedor de jornais, operário de ofícios modestos e obscuros, e, quando muito, carteiro do correio ou servente de repartição. As mulheres são lavadeiras, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, nesse estado, tem eles organizada mais ou menos a sua vida social [...].

Quando, porém, um deles se destaca heroicamente, conquistando um título numa escola superior, um nome nas letras ou alguns galões nas classes armadas, é para tornar-se infeliz, pelo isolamento. Perde os companheiros de outrora, seus irmãos de raça, e não conquista outros. Se pensa no casamento, este se torna um problema grave e complexo, pois que é recusado pelas mulheres brancas, e não se conforma em ficar com as pretas. É verdade que há, no país, para os raros pretos doutores, algumas pretas professoras. Os casais assim constituídos seriam, porém, tão poucos que não poderiam, mesmo nas grandes cidades formar um pequeno grupo aristocrático da sua raça. Para evitar a solidão e salvar o que conquistou no trabalho e no estudo, arrasta ele então, o ridículo, casando com mulher branca, se a encontra, generosa e condescendente. Isso não é bastante, todavia, para que ele penetre na sociedade a que ela pertenceu. O preto educado, culto, superior, é assim, no Brasil, mais lamentável do que o seu irmão que permanece embrutecido. Este, pelo menos, ainda tem companheiros, tirados do meio servil em que vive. O negro ilustrado, à medida que subir, se sentirá mais triste, mais desgraçado, mais só. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 27, p. 4)

A conclusão do ensino superior por um homem negro é associada a um feito heroico. A escolha dessa palavra indica abnegação, força, luta e vitória diante de uma situação altamente adversa e hostil. Afastar-se das condições de trabalho braçal mal remunerado e muitas vezes degradante é visto como um ato de braveza e distinção extraordinárias. Entretanto, do ponto de vista de Campos, após enfrentar essa situação, o resultado obtido era um caminho de grande infelicidade, dada pelo isolamento em relação à sua comunidade de origem. A leitura feita por ele

é de que havia um impacto do acesso ao ensino superior na vida social, o qual atingia até mesmo a vida amorosa e as possibilidades de constituição de família de um homem negro. Além disso, se, para o homem negro, este acesso era difícil, para as mulheres negras ele figura como uma completa interdição, uma vez que a possibilidade de casamento com alguém de mesma condição não é sequer considerada. Casais negros que partilhavam de percursos educacionais mais elevados seriam constituídos, quando muito, por um bacharel e uma professora primária. Aparentemente, este era o auge da formação formal possível para as mulheres negras. Tanto o autor da novela teatral como o comentário que Humberto de Campos faz sobre ela indicam a força do isolamento associado à conquista de uma educação mais elevada. Ele prossegue:

Na América do Norte, o negro organizou-se socialmente para viver, e prosperar, à revelia do branco. Lá tem ele os seus jornais, as suas Universidades, os seus Bancos, o seu comércio, a sua agricultura, as suas indústrias, as suas artes. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 27, p. 4)

E conta que, nos Estados Unidos, um grande artista negro “poderá encher um teatro enorme unicamente com ‘gentleman’ da sua raça. No Brasil, o negro não tem formado senão clubes dançantes de arrumadeiras e copeiros” (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 27, p. 4). Nota-se a comparação com os Estados Unidos modulando as diferenças entre as formas existentes de preconceito nos dois países e questionando se a existência dos linchamentos, perseguições explícitas e da segregação oficial significava de fato que a situação dos negros de lá fosse pior que a vivenciada pelos negros daqui. O acesso ao ensino superior e a constituição de universidades negras aparecem como elementos favoráveis presentes na vida da comunidade negra de lá. No caso brasileiro, o isolamento social que aguardava os poucos que cruzassem a fronteira estabelecida para/pelo ensino superior reverberava não apenas na vida pessoal, mas também na vida profissional, uma vez que a menção à possibilidade encher um teatro com um público negro pode ser lida em paralelo à possibilidade de formar-se médico ou advogado e ter uma clientela negra. A ausência desse grupo no Brasil significava que os profissionais negros, após formados, dependeriam da adesão de uma clientela branca. O caso em que Bicudo (2010) mostra a dificuldade de um dentista em conseguir clientela, e a narrativa sobre o médico negro que precisou vestir luvas brancas para tocar em sua paciente⁵³, possibilitam entender que havia sérias dificuldades impostas, pelo racismo, ao exercício profissional de negros que acessavam o ensino superior no Brasil.

⁵³ Apresentada no capítulo 7.

Geralmente, as comparações com os Estados Unidos, encontradas nos jornais aqui analisados e também em alguns referenciais bibliográficos, dos quais Gilberto Freyre (1980) pode ser um bom exemplo, levavam à conclusão de que no Brasil os negros viviam em melhores condições do que nos Estados Unidos. Humberto de Campos rompe com essas interpretações, ao destrinchar algumas das diferentes formas de manifestação do preconceito de cor no Brasil, e afirmando que entre as “superstições nacionais” se encontrava a “suposta igualdade das raças” (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 27, p. 4). De maneira geral, ele argumenta que se, por um lado, nos Estados Unidos havia os linchamentos, por outro havia também universidades, teatro e uma comunidade negra com instituições próprias. Ou seja, o isolamaneto de negros brasileiros que atingissem níveis mais altos de escolaridade era parte importante da manifestação do racismo no Brasil, e configurava a ausência de uma camada média negra com a qual eles pudessem se identificar.

Se, de um lado, o status simbólico da posição de bacharel originava um isolamento que não encontrava solução na aliança com os brancos de condição semelhante (BICUDO, 2010), do outro lado a hostilidade permanecia e, como forma de proteção, desenvolvia-se a estratégia de isolamento também em relação aos brancos. Fernandes (2008) menciona um documento pessoal em que um homem negro escreveu: “nunca procuro um lugar em que me sinto acanhado nem também que eu me sinto indesejado nesse ou naquele ambiente” (FERNANDES, 2008, p. 310). Segundo o autor, os negros evitavam tanto quanto pudessem o convívio com o branco, este isolamento “se produzia num clima psicológico em si mesmo desmoralizante e desmoralizador” (FERNANDES, 2008, p. 310) e terminava por se constituir como um movimento de autoexclusão (FERNANDES, 2008), uma vez que os espaços de poder se encontravam ocupados e dominados pelos brancos. À reflexão do autor, vale incorporar que ocorria uma imposição de tal movimento de “autoexclusão”, ou seja, não se trata de uma renúncia deliberada, mas de um movimento estratégico de autopreservação diante de hostilidades e das comunicações indiretas do domínio branco e da rejeição à presença dos negros nesses espaços, que são físicos e ao mesmo tempo simbólicos. Ao invés de uma “autoexclusão”, esta seria uma exclusão, direta ou indiretamente, imposta pelos brancos no contexto racista de domínio dos espaços de formação, dos espaços profissionais, mas também dos espaços políticos de tomada de decisões, como aquele em que se definia incentivo governamental à imigração, por exemplo. Esse domínio afetava a vida dos negros em todos os aspectos.

Da mesma forma que o domínio branco não se restringia aos espaços de formação superior, a hostilidade em relação aos negros que cruzassem essa fronteira simbólica, demarcada de forma silenciosa, também não se limitava a eles. Qualquer símbolo, comportamento ou ação que indicasse o distanciamento dos negros de sua condição servil no mercado de trabalho e revelasse suas expectativas de ocupar lugares diferentes poderia ser recebida como afronta pela sociedade em geral, conforme nos mostra mais um texto publicado no jornal *A Voz da Raça*:

Um dos artigos ou artiguets da gozadíssima “Constituição” de noventa e um, pela qual, aliás, muita gente que pretende ser levada a sério anda suspirando por aí, – um dos artigos daquela massaroca de papel, enfaticamente proclama a “igualdade de todos perante a Lei”... Entretanto, para desmentir a apressada afirmativa dos coveiros da Nacionalidade, que aqui implantaram a “eletricidade”, a liberal-democracia, da tal “igualdade” os negros, pelo menos aqui do Sul do Brasil, só conheceram o nome. Tanto isto é verdade que até bem pouco tempo as atividades da nossa gente, na opinião dos filhos carnis ou espirituais dos fundadores da nossa democracia de fachada, deviam restringir-se as atividades da gente negra, aos serviços grosseiros, constituindo aos olhos dos habitantes da nossa “urbis” plutocrata e cosmopolita, verdadeiro escândalo ou pelo menos, admiração, o uso do chapéu por uma negra, a audácia de uma patricia fazer-se normalista, (vêde a igualdade), igual celeuma fazendo-se se um rapaz negro, levando a sério a “constituição”, se fizesse estudante e saísse a rua com os livros à mostra. Qualquer desses “desaforados” por pouco não eram corridos a pedrada, na cidade, da sua própria terra, que se supõe, não sei bem porque, a mais “civilizada” do País. Esta era a situação do negro quarenta e tantos anos depois da abolição da escravatura e passadas quatro décadas da inauguração nestas plagas, do regime “igualdadeiro”, e ainda mais, em plena vigência do tão decantado “regime legal” dos demagogos de última hora.

As mulheres negras, estas, deveriam ser, talvez para gaudio da democracia, sempre, sempre, “pianistas” do... Fogão. (*A VOZ DA RAÇA*, 1933, n. 6, p. 2)

O autor não menciona diretamente a universidade, mas menciona as reações de indignação e violência causadas diante da figura de um rapaz negro estudante, e de uma moça negra normalista, e do uso de símbolos como os livros ou o chapéu, que diferenciariam essas pessoas negras da maioria, predominantemente associada à realização de trabalhos braçais, ou “grosseiros” nas palavras do autor. Se o uso de tais símbolos já era suficiente para causar surpresa, possivelmente a presença de uma pessoa negra no ensino superior também causaria. Isso mostra que a hostilidade e não aceitação de negros em posições educacionais mais elevadas ultrapassava os espaços das instituições formativas. A ideia de que tais pessoas seriam vistas como desaforadas ou audaciosas, estando até mesmo sujeitas a punições sociais violentas, apenas por carregar esses símbolos, indica a existência de uma forte resistência, contrária ao deslocamento do negro da posição de trabalhador braçal para uma posição associada à cultura

douta. As reflexões do autor aparecem conectadas a uma crítica aguda, cheia de sarcasmo e ironia, feita à democracia e à suposta igualdade jurídica dos negros perante a lei. Trata-se de um texto em defesa da Frente Negra Brasileira, ou seja, articulado com a luta política dos negros por igualdade e, portanto, com as disputas pela nação, pela memória e pelas perspectivas sobre os sentidos de ser negro no país.

O conselho que Veiga dos Santos dá aos pais negros quando desestimula o encorajamento de seus filhos à obtenção do diploma de bacharel por causa dos sofrimentos que essa busca poderia originar pode estar ancorado na percepção das situações de isolamento e hostilidade dadas para além dos espaços profissionais e acadêmicos, afetando a vida pessoal e social de uma forma mais ampla. O filósofo não nega o direito dos negros de acessarem esse nível de estudo, mas entende que, diante dos sofrimentos que ele pode causar, os esforços necessários para obtê-lo não se constituíam como a melhor estratégia para a comunidade negra naquele momento. Algumas décadas mais tarde, esse tipo de movimento estratégico foi encontrado no interior de um conjunto de famílias negras, conforme atesta Hasenbalg (2005):

No Brasil contemporâneo, pelo menos, os negros e mulatos em geral reduzem suas aspirações e deliberadamente limitam sua competição com os brancos, simplesmente para evitar serem lembrados “de seus lugares” e sofrerem a humilhação pessoal implícita em incidentes discriminatórios. De fato, evitar a discriminação parece constituir a principal causa da técnica de socialização utilizada pelos pais não-brancos, para ajustar aspirações subjetivas às possibilidades objetivas e proteger seus filhos de frustrações futuras. (HASENBALG, 2005, p. 210)

Evitar frustrações e sofrimentos ligados a um desajuste entre os desejos e as possibilidades objetivas percebidas de maneira empírica pelas famílias negras não deve ser compreendido como uma autoexclusão, mas como uma estratégia de proteção da saúde mental e, portanto, da vida das novas gerações. Vale lembrar que Veiga dos Santos não apenas acessou o ensino superior, mas também foi um intelectual de destaque. Graduou-se em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo (Faculdade São Bento) em 1926, um ano antes da publicação desse artigo, tornando-se um colaborador da revista de filosofia daquela instituição e sendo prontamente reconhecido nesse meio (DOMINGUES, 2006).

Veiga dos Santos era culto, dominava várias línguas. Traduziu alguns livros. Foi professor de latim, inglês, português, história, sociologia e filosofia. Lecionou em algumas escolas particulares e faculdades como, por exemplo, na Faculdade São Bento, que se transformou posteriormente na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Na qualidade de intelectual, poeta e escritor, Veiga dos Santos é autor de diversas obras. (DOMINGUES, 2006, p. 530)

Entretanto, nada disso o tirou da pobreza (DOMINGUES, 2006). “Ele enfrentou privações materiais e teve até dificuldade para se alimentar” (DOMINGUES, 2006, p. 522). É possível que sua referência ao sofrimento e sua definição de prioridades estivesse relacionada às suas próprias vivências enquanto aluno e egresso formado pelo ensino superior. Hasenbalg (2005) afirma que

Embora a educação no Brasil tenha sido o principal canal de ascensão social para a população de cor, há boas razões para acreditar que quanto maior for o nível educacional atingido por uma pessoa de cor, maior será a discriminação experimentada por ela no mercado de trabalho. Em outras palavras, o retorno de anos adicionais de escolaridade, em termos de ganhos ocupacionais e de renda, tende a ser proporcionalmente menor para os não-brancos do que para os brancos. (HASENBALG, 2005, p. 191)

A partir dos casos e memória evocados pela Imprensa Negra, sobretudo apresentados nos capítulos 5 e 7, e considerando a própria trajetória de Veiga dos Santos, é possível pensar que a dinâmica descrita por Hasenbalg também fosse verificável nos anos de 1920 e 30, constituindo um grande sofrimento ligado à decepção da expectativa de mobilidade social e mesmo de reconhecimento como igual que se frustrava na persistência de preterimento no mercado de trabalho e na hostilidade de colegas de profissão.

A referência aos desenganos poderia advir também da impossibilidade de conclusão dos estudos por falta de recursos para arcar com eles. A palavra “salto” que Veiga dos Santos utiliza para se referir ao movimento de frequentar o ensino superior indica que esse nível de escolaridade estava distante das condições econômicas e educacionais encontradas entre os negros naquele período. Durante o período analisado (1924-27), o analfabetismo é relatado, pelo próprio jornal em que o texto é publicado, como uma situação dominante entre a população negra. Machado (2009) e Barros (2005) afirmam que havia uma grande distância entre a elite branca alfabetizada e as classes populares, especialmente os negros. Em depoimento concedido a Bicudo, um entrevistado negro afirma que

Empregados em trabalho de baixo salário, os negros se achavam absorvidos pelos problemas de prover a subsistência. Não lhes ficavam tempo e energia para adquirir elementos intelectuais a fim de compreender os determinantes sociais de sua miserável condição. Vimos ser necessário, em primeiro lugar, abrir caminho no campo econômico. Movemos campanha contra os estabelecimentos que não queriam aceitar negros, pedindo apoio ao governo”. (BICUDO, 2010, p. 129)

O entrevistado esboça um programa de ação que estabelece prioridades a partir de sua leitura da realidade social. O mesmo ocorre no texto de Veiga dos Santos. Nesse caso, diante da constatação do fechamento de diversos setores do mercado de trabalho para a presença de negros,

um diploma em mãos poderia se constituir em mais um motivo de frustração. O racismo e o contexto de pobreza dele proveniente impunham aos negros um conjunto adicional de dificuldades para o exercício da profissão para a qual se haviam formado. Bicudo (2010) apresenta casos de profissionais liberais negros que encontravam dificuldades, advindas tanto da necessidade de recursos financeiros para o início da prática profissional liberal (constituição de consultório ou escritório), como dos obstáculos de ordem racial dados na formação de uma clientela pagante para os serviços prestados.

Alguns anos mais tarde, um colaborador do jornal *A Voz da Raça* menciona essa questão:

Algumas famílias negras que, com sacrifícios fizeram seus filhos estudar, viram seus esforços completamente perdidos, pois não existia uma organização negra em que os mesmos pudessem frequentar, em que pudessem fazer uso daquilo que com grandes esforços aprendera.

Aí está o motivo pelo qual, muitos negros que estudaram diziam: o negro não adianta estudar, pois não lhe dão valor!

Alguns diziam por estar desacorçoados, e outros por ouvirem algumas pessoas dizer, mas todos por estupidez, com respeito ao não adianta estudar. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 22, p. 2)

Ainda que houvesse aqueles que pensassem diferente, Veiga dos Santos não era o único homem negro que, tendo percorrido o caminho de acesso ao ensino superior, não o recomendava aos mais jovens e nem entendia que ele devesse ser prioridade na busca educacional dos negros. A menção ao impacto da ausência de uma organização que pudesse absorver os profissionais negros que atingissem esse nível de ensino dá a entender que, na sociedade paulista daquele período, os homens negros formados não conseguiam colocações nos postos de trabalho condizentes com a sua formação, daí a decepção das famílias que, com “sacrifícios”, haviam dado suporte aos seus filhos para que se formassem. A ideia de sacrifício feito pelas famílias evidencia a necessidade de um esforço muito grande, para além daquele que seria realizado pelo próprio estudante. É possível entender que acesso ao ensino superior demandava um tipo de mobilização familiar (talvez até mesmo comunitária) marcante e acentuada, mas sem compensação certa para os negros.

No texto de Arlindo Veiga, o desincentivo à escolha de dar primazia à busca pelo ensino superior é seguido pela apresentação de quais seriam as prioridades educacionais da comunidade negra: formação profissional, capacidade de leitura, posicionamento e ação política, alfabetização, e a educação moral. A utilização da terceira pessoa do plural (“O que precisamos é de artífices e profissionais hábeis...”) ao se dirigir aos pais negros estabelece um “nós” situado no

interior da comunidade negra pensada de maneira transgeracional, uma vez que as necessidades apresentadas não se limitavam aos pais a quem o texto se dirigia, mas também às próprias crianças, que seriam alvo de sua intervenção. As estratégias contidas em suas recomendações tinham como objetivo o benefício desse coletivo, de famílias negras, como um todo.

Assim como Mesquita Filho, no livro *A Crise Nacional: reflexões em torno de uma data*, analisado no terceiro capítulo, Veiga dos Santos se refere a uma certa “crise nacional”. Enquanto o jornalista branco fazia silêncio sobre os traços de pertencimento em relação ao seu grupo de origem (a elite branca paulista proprietária de terras e ex-escravagista), invisibilizando as particularidades de seu posicionamento e elevando-o a uma suposta condição de neutralidade dirigida à nação como um todo, como se houvesse uma única forma possível (neutra e universalizante) de interpretá-la e de pensar seus problemas, o jornalista negro Veiga dos Santos situava seu discurso no interior de sua comunidade de origem, dirigindo-se especificamente a ela, sem deixar, entretanto, de mencionar que seus objetivos estavam orientados a favor do bem da nação. O problema moral que ele afirma afetar a nacionalidade como um todo – e especialmente os negros – é que seria o causador da crise nacional. Do interior de sua comunidade, ele busca combatê-lo ao incentivar os pais de crianças negras a priorizarem a educação moral de seus filhos. Ou seja, ele admite o interesse particular de benefício para a sua comunidade ao mesmo tempo em que, a partir dele, visa o bem da nacionalidade como um todo.

Mesquita Filho via os negros como parte de um problema que seria resolvido (entre outras ações políticas) pela formação de uma elite que conduziria o país ao progresso. Veiga dos Santos não entende os negros como problema, mas como um grupo integrante da nacionalidade e cujo sucesso contribuiria para o seu progresso e crescimento. Ou seja, os pontos de partida diferentes definiam e possibilitavam autoimagens e estratégias diferentes, baseadas em compreensões distintas sobre raça e nação, mas que tinham em comum o nacionalismo e o desejo de sucesso da pátria. Para Veiga dos Santos, porém, este sucesso não significava a desqualificação dos negros, nem o entendimento de que eles seriam o “afluxo de toxinas” (MESQUITA FILHO, 1925, p. 9) a entrar no organismo político nacional após a abolição. Para ele, os negros eram uma “raça forte” enfrentando uma condição social e física de miséria (O CLARIM DA ALVORADA, n. 33, p. 3, 1927). Além das diferenças de concepção de raça, dos negros e da nação, as ideias do que seria o sucesso da pátria também eram distintas, pois, no caso de Mesquita Filho, ele poderia ocorrer apesar dos negros, e para Veiga dos Santos, ele só era possível com o sucesso deles.

A formação profissional surge como mais uma das prioridades educacionais elencadas por Veiga dos Santos. Fernandes (2008) mostra que a estrutura ocupacional da cidade de São Paulo passou por grandes transformações com a chegada dos estrangeiros. Negros e mulatos foram excluídos das posições que antes ocupavam no artesanato urbano, no comércio e nos serviços, sendo confinados a ocupações brutas, degradantes e mal remuneradas. A competição com o estrangeiro foi aniquiladora para negros e mulatos, que não puderam manter suas antigas posições, nem concorrer às novas oportunidades redistribuídas no processo de crescimento da cidade. Os “serviços de negro” consumiam seu físico e moral, dando em troca uma existência penosa e incerta.

Por isso, não é de se estranhar que muitos preferissem trilhar outro caminho, para “não ser otário”, “não bancar o trouxa” ou “não vender o sangue como escravo”. O vagabundo, o ladrão ou a prostituta enfrentavam riscos bem menores e construíam um destino comparativamente melhor. Em certo sentido, só eles conseguiam êxito e podiam ostentar os marcos dos seus triunfos no gênero de vida que levavam, na roupa que vestiam e no fascínio que acabavam exercendo na imaginação dos outros [...]. O êxito evidente e reconhecível, o conforto e o respeito dificilmente poderiam ser logrados por outras vias que não passassem pela área do vício ou do crime. Além do sacrifício apagado e estéril dos que se destruíam para conseguir sobreviver, só o vício e o crime ofereciam saídas realmente brilhantes ou sedutoras de carreiras rápidas, compensadoras e satisfatórias. Por isso, ambas foram trilhadas com alguma sofreguidão pelos jovens, embora numa proporção bem menor do que supunham os brancos. (FERNANDES, 2008, p. 154)

De acordo com Andrews (1998), a maneira como Florestan Fernandes descreveu e enfatizou a presença do alcoolismo, do crime, da “família desestruturada” e mesmo das práticas sexuais da população negra do período teria sido aprovada pela elite da virada do século XIX, pois se trata exatamente da forma como ela via os negros. O autor aponta que Fernandes exagerou no destaque dado a tais elementos, sobretudo ao não reconhecer que tais condições existiam em quantidades semelhantes entre os brancos imigrantes.

Assim como o Florestan Fernandes que escreveu sobre essa situação anos depois de sua ocorrência, e amparado por um conjunto de ferramentas teórico-metodológicas do campo da sociologia, é possível pensar que a fração intelectual e ativista que compunha a Imprensa Negra vivendo aquele período também estivesse influenciada pelo olhar das elites para os negros. Daí a preocupação de Veiga dos Santos com a questão da educação profissional e da educação moral, apontadas como prioridade no programa educacional que ele apresenta aos pais negros em seu texto. Por um lado, havia um processo de exclusão dos negros do mercado de trabalho devido à

preferência pelos trabalhadores imigrantes, relegando os primeiros aos postos mais ingratos, por outro, o entendimento de que as questões de moralidade presentes no período e que afetavam diversos grupos, inclusive os imigrantes, seriam mais fortes entre os negros.

A valorização da aquisição de uma profissão, em oposição à busca do título de bacharel, remete a um grande debate que ocorreu nos Estados Unidos após a abolição da escravidão naquele país. Duas importantes lideranças políticas negras estadunidenses do período divergiam com relação ao papel do acesso a esse nível de ensino na promoção da igualdade dos negros. Booker T. Washington⁵⁴ defendia a educação industrial para negros, posicionando-se contra o ensino superior (DU BOIS, 2014, p. 27). Seu contemporâneo, W. E. B. Du Bois⁵⁵, por outro lado, acreditava que o ensino superior fosse fundamental para superar as desvantagens sociais enfrentadas pelos negros. Embora este debate histórico entre os intelectuais afro-americanos tenha ocorrido em contexto diferente do brasileiro, ele amplia as possibilidades de interpretação sobre a posição de Veiga dos Santos no referido artigo.

Jornalistas e intelectuais negros mantiveram contato com os debates raciais e políticos norte-americanos (DOMINGUES, 2013; GOMES, 2005), e frequentemente se referiam a Booker T. Washington como uma importante influência na promoção da educação dos negros nos Estados Unidos. Portanto, é possível pensar que, para além dos obstáculos materiais e simbólicos, existisse também, no caso brasileiro, uma posição política de que os negros não deveriam buscar níveis de escolaridade mais elevados. Este não era o caso de Veiga dos Santos, que, alguns anos mais tarde, publicou um artigo no jornal *A Voz da Raça*, em que dizia:

Quanto ao problema do Negro em particular, repito o ideal que defenderíamos [...]: “INTEGRALIZAÇÃO ABSOLUTA, COMPLETA, DO NEGRO, EM TODA A VIDA BRASILEIRA – POLÍTICA, SOCIAL, RELIGIOSA, ECONÔMICA, OPERÁRIA, MILITAR, DIPLOMÁTICA, etc, – ; O NEGRO BRASILEIRO DEVE TER TODA FORMAÇÃO E TODA ACEITAÇÃO EM TUDO E EM TODA A PARTE, DADAS AS CONDIÇÕES COMPETENTES (que devem ser favorecidas) FÍSICAS, TÉCNICAS, INTELECTUAIS, MORAIS, EXIGIDAS PARA A “IGUALDADE PERANTE A LEI”. O Brasil precisa absolutamente cessar de ter vergonha da sua Raça aqui dentro e lá fora, na vida internacional.

⁵⁴ Booker T. Washington foi uma liderança do movimento negro estadunidense, nascido no sul dos Estados Unidos em 1856 no período escravista e viveu o período da segregação racial após a abolição. Atuou como educador, orador e foi conselheiro de diversos presidentes do país. Faleceu em 1915.

⁵⁵ W. E. B. Du Bois foi um sociólogo e historiador estadunidense, nascido no norte dos Estados Unidos em 1868. Professor da Universidade de Atlanta, ele foi Pan-Africanista, lutou pelos direitos civis dos negros e foi um dos fundadores da Associação Nacional para o Desenvolvimento das Pessoas de Cor (National Association for the Advancement of Colored People – NAACP).

Enforquemos o tal “espírito de arianos”, que faz tanto mal aos negroides do Brasil...

Se o Brasil não tem um tipo racial, tem todavia uma Raça. Essa precisa ser defendida, valorizada, educada, melhorada por si mesma e não por transfusão de outros sangues, apenas teoricamente melhores. (A VOZ DA RAÇA, 1933, n. 7, p. 1, destaques do autor)

A defesa da existência de uma raça que deveria ser valorizada e integralizada em “toda a vida brasileira” evidencia que a recomendação para que pais negros não incentivassem seus filhos a perseguir o diploma de bacharéis não se tratava de uma posição política contrária ao direito dos negros de acessar esse nível de ensino, de tomar parte na política institucional e em seu próprio desenvolvimento intelectual. Ao contrário, ele entende que é necessário favorecer a possibilidade de que os negros adquiram as condições necessárias para ocupar todos os espaços da vida pública, profissional e política da nacionalidade.

No caso norte-americano, a posição de Washington sobre o ensino superior fazia parte de um conjunto associado a outras demandas políticas dos negros às quais ele não aderiria: o poder político de voto e os direitos civis. Os que eram contra o ensino superior para os negros não apoiavam nenhum desses pontos, enquanto aqueles que, como Du Bois, o defendiam, acreditavam que os três elementos juntos eram imprescindíveis para o progresso da raça negra (DU BOIS, 2014). De acordo com Du Bois, o pensamento de Washington aceitava a inferioridade dos negros e não combatia a segregação, concentrando suas energias apenas na educação industrial, na acumulação de bens e na conciliação do Sul com o Norte do país. Uma política que ele defendeu por mais de quinze anos, e que foi amplamente aceita na comunidade negra por cerca de uma década. Como resultado desse programa, os negros foram privados de direitos, foi criado um status civil de inferioridade para eles e houve uma retirada de suporte público para a formação dos negros no ensino superior. Ainda que tais políticas não tenham sido um resultado direto da defesa de Washington, seu posicionamento certamente colaborou para que elas fossem estabelecidas com rapidez⁵⁶ (DU BOIS, 2014).

No caso brasileiro, o direito ao voto era vinculado à alfabetização, e esta era uma bandeira fortemente presente na Imprensa Negra, encontrando-se também no texto de Veiga dos Santos, o

⁵⁶ Para Du Bois, os três principais paradoxos da carreira de Washington seriam: ele defendia que os negros se tornassem homens de negócios e proprietários no contexto de competitividade moderna, o que Du Bois afirma ser impossível sem ter o direito ao voto; ele insistia na austeridade e no respeito próprio mas ao mesmo tempo aconselhava uma submissão silenciosa à inferioridade cívica, fadada a minar a masculinidade de qualquer raça a longo prazo; por fim, ele defendia educação pública e industrial e depreciava instituições de ensino superior, mas nenhuma delas poderia permanecer aberta sem professores formados em faculdades negras ou formados por seus egressos (DU BOIS, 2014, p. 26-27).

que impossibilita associar seu posicionamento a uma negação da participação política dos negros na sociedade por meio do voto ou de outras formas de atuar na política institucional. Ele próprio fora candidato paulista avulso ao cargo de Deputado da Assembleia Constituinte de 1933-34 (GOMES, 2005) e presidente da Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, e que viria a se constituir, alguns anos mais tarde, como um partido político, extinto em 1937, com o Estado Novo (GUIMARÃES, 2004). Dessa forma, diferentemente do caso estadunidense, aqui o desincentivo à busca pelo ensino superior não está atrelado a uma renúncia às possibilidades de tomar parte nos processos da política institucional nacional. Ao contrário, as capacidades de leitura e de ação social/política também são apontadas como prioridade no texto de Veiga dos Santos.

No que se refere à questão da moral, em diversos textos publicados no O Clarim da Alvorada no período analisado, nota-se a existência de uma crença de que a adesão da população negra a um certo padrão de moralidade hegemônico no período, envolvendo, entre outros fatores, a priorização ao trabalho em oposição ao lazer, sobretudo abrangendo festas e bebidas, contribuiria para um processo de positivação da imagem que a sociedade tinha dos negros. Ora interpretada como uma forma de embranquecimento; ora como uma estratégia de distinção em relação aos negros mais pobres; ou ainda, como um obstáculo entre o pequeno grupo que constituía as intelectualidades negras e a parte majoritária dessa população, a presença de um conteúdo de teor moralizante na Imprensa Negra é atestada por diversos autores (ALBERTO, 2011; ANDREWS, 1988; ARAÚJO, 2013; BICUDO, 2010; DOMINGUES, 2010, 2002; FERNANDES, 2008; GOMES, 2005; GUIMARÃES, 2003a, 2004; SOUZA, 2013; ZUBARAN, 2016).

Segundo Guimarães (2003a),

O diagnóstico feito por esses grupos [porta-vozes dos negros] é que a posição social dos negros, marcada pelo preconceito e pela degradação de suas condições de vida, deve-se grandemente às suas origens africana e escrava responsáveis pelo seu despreparo moral, intelectual e cultural para integrar-se ao mundo moderno e industrial. Mobiliza-se assim a idéia de solidariedade racial com o objetivo de promover a educação moral e cultural da massa negra. Apesar da luta contra o “preconceito de cor” exibido pelos brancos ser central para a estratégia do movimento, não é o mesmo considerado fator decisivo para explicar a condição de inferioridade social dos negros, sendo a desunião da “raça”, os vícios morais e os costumes e hábitos incivilizados os fatores vistos como mais urgentes a serem combatidos. (GUIMARÃES, 2003a, p. 268)

O comportamento moral é entendido como parte do que define a situação de desvantagem dos negros na sociedade, no momento de intensa disputa com os imigrantes no campo profissional (GUIMARÃES, 2003a). Estimular a educação moral é, portanto, parte de uma estratégia de melhoria das condições de vida dessa população. O investimento na moral como forma de superação da situação de pobreza, vivenciado pelos negros, evidencia também o distanciamento em relação à perspectiva determinista que associava o comportamento moral à raça negra, numa perspectiva biológica.

Finalmente, Veiga dos Santos apresenta uma situação extraordinária em que acredita que a busca pelo ensino superior poderia ser estimulada pelos pais negros. Ao contrário do que os demais elementos de seu texto poderiam indicar, não se tratava de ter dinheiro suficiente para pagá-lo, mas de ter “condições de inteligência excepcionais”. Assim, além dos obstáculos materiais interpostos ao acesso ao ensino superior, havia um obstáculo simbólico constituído de uma percepção de que o ensino superior exigia um nível extraordinário de inteligência. Num contexto de afirmação hegemônica da inferioridade intelectual dos negros, ainda que esta fosse combatida e questionada em diversos âmbitos, tanto o lugar da aquisição da cultura douta (formal e legitimada por um diploma) como as possibilidades políticas às quais, no caso dos brancos, tais formações frequentemente davam acesso, poderiam se constituir como significativamente distantes do conjunto de aspirações subjetivas da comunidade negra. Não só pelas questões estratégicas previamente apontadas, mas também pela distância subjetiva causada por limites concretos, vivenciados pelos negros no contexto de São Paulo do início do século XX.

Os elementos relacionados ao que Veiga dos Santos afirma sobre o ensino superior são: se encontra econômica e educacionalmente distante dos negros; trata-se de uma experiência particularmente causadora de dores, sofrimentos e desenganos, com consequências para a saúde emocional e física devido ao caráter hostil da hegemonia branca nos espaços de destaque educacional e profissional; frequentemente não compensa o esforço (emocional e econômico) necessário para sua aquisição; o retorno social e econômico desse empreendimento é incerto, havendo casos de pessoas que, após a conclusão de cursos superiores, permanecem em situação de pobreza e que sofrem discriminação no exercício das profissões a que ele dá acesso; não reduz a vulnerabilidade ao preconceito de cor; distancia ou isola o indivíduo negro de sua comunidade; e, finalmente, é compreendido como simbolicamente distante, por ser associado à necessidade de um grau superior de inteligência. Quando vistos conjuntamente, todos esses fatores parecem

caracterizar a busca por um diploma de bacharel como algo monumentalmente distante, e até mesmo assustador.

A alusão à inteligência excepcional como sendo condição para que alguém fosse uma exceção, que devesse ser incentivada a perseguir um diploma de bacharel, pode não estar relacionada somente ao sentido intelectual de inteligência, mas também à necessidade de um tipo de inteligência estratégica, necessária para lidar com todos esses elementos sem se abater ou mesmo sem se isolar da sua comunidade de origem. A conquista de diplomas isolados, num contexto massivamente racista e excludente, talvez fosse interpretada mais como fonte de benefícios individuais (altamente incertos e custosos) do que propriamente coletivos. O entendimento de que deveriam ser priorizadas a educação profissional, política, moral e a alfabetização parece se constituir como uma estratégia voltada ao crescimento conjunto da comunidade negra. O argumento final do texto, que é a convocatória para contribuição com a obra educacional do Centro Cívico Palmares⁵⁷, aponta nessa direção. Trata-se de um convite para o patrocínio da causa educacional negra como um todo.

Por fim, a ideia de que (vale repetir) tal contribuição evitaria que a raça negra minguasse por conta de filhos que “negaram, por falta de educação, o sangue de seus pais, e que os pais malditos desceram à campo cheios da sua depravação e degradação, por egoísmo e covardia” (O CLARIM DA ALVORADA, 1927, n. 33, p. 3) sugere o foco na obra que visa o coletivo e indica que o processo educacional, que seria fornecido com base nos elementos elencados como prioridades, evitaria que os filhos negassem seus pais, ou seja, que negassem sua própria raça. Portanto, neste discurso de Veiga dos Santos, a discussão ou o posicionamento com relação ao ensino superior se encontra vinculado a um conjunto de estratégias voltado para o benefício da comunidade negra enquanto coletividade, visando a sua sobrevivência nas próximas gerações, algo que se chocava com os projetos das elites, que vislumbravam a eliminação dos negros por meio do embranquecimento. Evitar o apagamento dos negros, educando os filhos para não negarem sua raça, estava compreendido como parte de um esforço “nacionalista e patriótico”. Ou seja: de alguma forma, Veiga dos Santos compreendia que a nação se beneficiava da presença negra, outra compreensão que se distancia daquela verificada entre os fundadores da USP. É

⁵⁷ O Centro Cívico Palmares foi uma das mais proeminentes associações negras presentes entre o final do século XIX e o início do século XX. Criou uma escola cujas aulas ocorriam em período diurno e noturno e chegou a ter um curso secundário e um corpo docente formado por professores negros. O Centro manteve uma biblioteca e promovia palestras e atividades culturais regularmente (DOMINGUES, 2008). De acordo com Domingues (2008), essa entidade refletiu o amadurecimento do movimento negro em São Paulo e foi o embrião da Frente Negra Brasileira.

possível pensar que a ausência, nos jornais aqui analisados, de referências diretas ao debate sobre a criação de uma universidade em São Paulo, na década que antecedeu a fundação da USP e em que tal discussão já era efetuada na imprensa branca de grande circulação, estivesse ligada, entre outros fatores, a esse tipo de interpretação social e de estratégia.

Poema com vírgula

Eu tenho um problema com vírgula
 Eu não sei muito bem se eu devo parar
 E quando
 E como

É difícil acertar a pausa
 Aceitar o repouso
 Inspirar o descanso

Encarar o silêncio

Sustentar o Vazio

Vai que eu paro
 e sem querer separo
 a sujeita dos predicados
 Que eu achava que tinha

Vai que eu não dou conta
 de manter a cadência da vida
 apressada egoísta mesquinha

Vai que eu gosto do ócio
 E acabo criando uma oração
 Que me deixa subordinada
 A uma Deusa Vadia,
 Dengosa, morosa
 Nada produtivista
 Que gosta de rede

Como a rede que tinha
 Na casa da minha avó Ilda
 Avó Indígena,
 Sem problema com vírgula
 Fazia as coisas com ritmo

O cuscuz com leite
 O chá mate

O tucotucotuco da máquina de costura
O aconchego pra toda visita

A vírgula é sensorial
O peito, pulsa
O dedo, pulsa
As pernas, pulsam
O corpo, todo, pulsa
Gramáticas outras
Em que a pausa é júbilo
E ir direto ao ponto, seria uma pena

Quero vírgula
Me deixa,
pulsar,
com,
ela.

Sem regra,
Pausa e(m)ovimento
Um denço,

À Deusa

Considerações finais

Esta tese fala sobre a relação dos negros com o ensino superior na década que antecede a fundação da USP e sobre como o racismo marca a concepção dessa instituição, que se configura como um projeto colonialista/eurocêntrico de formação de uma fração da branquitude e manutenção de seu lugar de poder perante a nação, ao mesmo tempo em que produz a ausência dos negros, de sua produção intelectual, de suas perspectivas sobre raça, de seus ideais de nação e dos propósitos vislumbrados por eles para o papel do ensino superior em meio a esses ideais.

Ao final da escrita deste trabalho, vejo quatro informações que merecem destaque enquanto centros aglutinadores de sentidos das interpretações aqui efetuadas. A primeira é o papel da fundação da USP no processo brasileiro de construção social da raça, dado entre os anos 1920 e 30. A segunda é a produção da ausência dos negros na história do (e no) ensino superior, dada por meio de silêncios e omissões, no caso da USP, e, no caso do ensino superior de maneira mais abrangente, dada por meio de demonstrações públicas de violência, hostilizações e de sua demarcação como um espaço branco, conforme verificado nos casos de Jacinta Santana, Enoch Carteador e Arlindo Veiga. A terceira trata do papel da imprensa negra na produção de ideais de nação baseados na manipulação e disseminação da cultura douta, em que se destaca o ato de elaborar interpretações sobre o Brasil com base em uma perspectiva sobre a história dos negros. Finalmente, a quarta ressalta que a exclusão e a invisibilização dos negros no projeto USP e no ensino superior, de maneira mais geral, colabora para mantê-los afastados também de campos profissionais e da participação política (que inclui a produção de conhecimento e interpretações sobre a sociedade brasileira), marcados pelo domínio da cultura douta e pelo status da intelectualidade. Falarei de cada uma delas evidenciando as contribuições desta pesquisa para os referidos debates.

Primeira: A USP foi pensada *da* branquitude e *para a* branquitude com a função de embranquecer a nação. Essa frase poderia se constituir como uma construção tautológica, se não se tratasse de uma contraposição ao silêncio que configura o Pacto Narcísico que possibilitou ocultar por muitos anos o papel da branquitude no processo de constituição da USP e o caráter racista dessa instituição no momento de sua fundação. O embranquecimento que marca a fundação da USP extrapola as dimensões fenotípicas e culturais e atinge um patamar ideológico

de disputa de poder político e simbólico, a qual se faz presente no nascimento, por obra da USP, de novas possibilidades de reconhecimento institucional de uma certa perspectiva eurocêntrica e racista a respeito da nação. A dimensão de uma universidade feita de brancos para brancos se faz presente tanto na busca pela imposição de uma mística nacional supostamente neutra, quanto na elevação da cultura eurocêntrica/racista e da ciência moderna ao patamar de universalidade a partir do qual elas seriam capazes de solucionar os supostos “problemas nacionais” que só podiam ser concebidos a partir do ponto de vista dessa própria cultura.

O entendimento de que raça não é um conceito biológico possibilita enxergar tanto o seu caráter rígido, assentado sobretudo na ideia global de superioridade branca, como sua flexibilidade, evidenciada na maneira como as questões e identidades raciais podem se apresentar em diferentes contextos locais, históricos e sociais. A perspectiva de raça como algo que se faz e se reformula por meio de construções sociais possibilita verificar que o momento em que a USP foi fundada era um momento de intensa disputa sobre os sentidos de raça no contexto nacional. A Universidade de São Paulo emerge como uma instituição que contribui para a delimitação dos lugares sociais ocupados por brancos e negros diante, entre outros, da imagem pública nacional. Por se dar de maneira implícita ou silenciosa, essa delimitação nasce previamente protegida de questionamentos, ganhando em termos de eficácia para a perpetuação do racismo.

No momento de sua fundação, a USP está compondo um processo histórico brasileiro de “fazer raça”: quando uma fração da branquitude se apropria do Estado para efetivação de um projeto particular e de sua proclamação como universal; ao se direcionar aos brancos e ter a branquitude e a Europa como um horizonte formativo para os estudantes; silenciar, invisibilizar, hostilizar e violentar (de forma objetiva ou simbólica) os negros; ao ocultar de seus documentos fundadores os vestígios dos pressupostos racistas que embasaram sua criação; e ao desconsiderar outras possíveis epistemologias e formas de produzir conhecimento. Para além do momento de sua concepção e criação, a USP também participa da construção social da raça ao formar historiadores que perpetuam o silêncio sobre suas bases racistas e ao formar sociólogos, ou mesmo biógrafos ou críticos literários, que invisibilizam intelectuais negros e reproduzem a postura de pretensa neutralidade quando efetuam análises sobre as questões raciais. Se quisermos avançar um pouco mais no tempo, ao liderar, mais recentemente, segundo mostra Silva (2015), o grupo de universidades que resistiu por maior tempo, ou com maior veemência às políticas de

ação afirmativa voltadas aos negros, a USP continuou atuando no processo brasileiro de construção social da raça.

Segunda: Dentre os elementos apresentados como componentes da participação da USP no processo brasileiro de “fazer raça”, vale destacar a produção da ausência dos negros no ensino superior e na história sobre o ensino superior. De acordo com Santos (2002), no contexto da modernidade e da colonialidade, algo que “não existe” é ativamente produzido como tal. O autor afirma que a produção de não existência acontece quando “uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (p. 246). Isso se faz por meio i) da transformação da ciência moderna em critério único de verdade; ii) da imposição de uma perspectiva linear da história formulada por meio da ideia de progresso ou modernização; iii) da naturalização de classificações que hierarquizam as populações de forma “insuperável”, como ocorre, por exemplo, com a categoria raça; iv) da adoção de uma escala dominante associada ao universal e ao global, que produz não existência sob a forma do local e do particular; v) da adesão à lógica produtivista que, aplicada ao trabalho, produz não existência com a ideia de improdutividade ligada à desqualificação profissional (SANTOS, 2002).

Trata-se de formas sociais de inexistência porque as realidades que elas conformam estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes, sejam elas realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que existe e tal como existe. São o que existe sob formas irreversivelmente desqualificadas de existir. (SANTOS, 2002)

O autor fala em formas distintas de produção da não-existência. No caso da concepção e fundação da USP, todas elas se encontram presentes conjuntamente, atuando para um tipo de desqualificação dos negros e dos povos originários, a qual os exclui do acesso e os apaga da história, produzindo sua “não-existência” e ocultando os vestígios dos caminhos por meio dos quais essa ausência foi construída. A fundação da USP é parte da produção da ausência de negros e povos originários no ensino superior e na história do ensino superior. Essas ausências originam outras, num movimento de retroalimentação da própria produção de “não-existência”, como é o caso da ausência de olhares da História da Educação para o contato dos negros e dos povos originários com o ensino superior e com a cultura douta.

Vale ressaltar que, nos textos da Imprensa Negra, o diálogo com a cultura douta estava situado em um conjunto de marcos epistemológicos semelhantes aos verificados nos discursos

dos fundadores da USP. É possível pensar que as intelectualidades negras estavam, ao mesmo tempo, marcadas pela colonialidade e posicionadas contra ela, tendo em vista o questionamento veemente da inferioridade racial dos negros. Além disso, havia um vetor importante manifesto nas interpretações distintas sobre a nação. Ou seja, os posicionamentos e interpretações sobre o Brasil que foram produzidos como ausência compartilhavam da mesma base epistemológica daqueles que se consagraram na fundação da USP. Isto evidencia que, para além da invalidação de outras formas de pensar, houve um processo de silenciamento de ideias efetuadas a partir das mesmas referências epistemológicas.

Terceira: A perpetuação prolongada da invisibilidade do contato histórico dos negros – enquanto coletividade manifesta na Imprensa Negra Paulista – com um conjunto de saberes específicos, fortemente vinculados ao ensino superior, atua na configuração de um imaginário social que também compõe o movimento de “fazer raça”. Nesse sentido, uma contribuição importante deste trabalho é a concepção da noção de “cultura douta”⁵⁸. Ela nomeia esse conjunto de saberes, permitindo referir-se a ele de forma desassociada do ensino superior e possibilitando identificar situações em que esses saberes são manipulados fora dos marcos da educação formal. Nesta tese, a identificação da presença da cultura douta circulando em meios intelectuais negros abriu caminhos para que fosse possível enxergar a Imprensa Negra Paulista como um espaço de debate científico e de produção e disseminação de conhecimento.

Se, por um lado, o caráter educativo dessa imprensa não é novidade (ALBERTO, 2011; BARROS, 2005; DOMINGUES, 2008; 2009; GOMES, 2005), por outro, grande parte das abordagens a esse respeito concentram-se na preocupação com a alfabetização – que inclui iniciativas práticas nesse sentido - e na vertente moral da educação veiculada por esses jornais. A disseminação de normas e valores morais de fato estava presente nos jornais analisados, entretanto, o destaque que é dado a ela pela historiografia talvez tenha sido um dos elementos que contribuíram para o apagamento do papel igualmente relevante desses periódicos na chamada “vulgarização” da ciência ou na disseminação da cultura douta.

A produção de conhecimento e os ideais de nação das intelectualidades negras paulistas dos anos 1920 e 30 são invisibilizados e excluídos do processo de concepção e criação da USP. Essa invisibilização foi perpetuada por um fazer histórico marcado i) pela ausência de

⁵⁸ Previamente apresentada em Rocha e Costa (2022) e ampliada na presente tese.

compreensão da particularidade que marca o projeto USP como um projeto de/para a branquitude; ii) por uma perspectiva que desconsidera o fato de que um processo educacional (sobretudo público) que se encontra direcionado aos brancos também se relaciona com os negros, ainda que pela negativa, pelo silêncio, pela exclusão e pela invisibilização; iii) pela potencial obtenção de vantagens simbólicas oriundas do silêncio sobre o caráter racista das origens dessa instituição.

O silêncio sobre esses elementos contribui para a invisibilização das interpretações sobre a história brasileira e sobre o papel e o lugar dos negros nessa história, para o apagamento da existência de combate aos projetos de branqueamento e para a produção da não-existência dos ideais de nação vislumbrados pela Imprensa Negra. Apesar de não ser compreendida como um dos públicos para os quais o ensino superior e a universidade se destinavam, as intelectualidades negras se aglutinaram em torno de jornais em que se verifica a produção e a disseminação de conhecimentos constituintes da cultura douta. Ainda que não contasse com os marcadores sociais de legitimidade, tais como diplomas, apoio do Estado ou outro, a autogestão de seu trabalho educacional configurou espaços de formação intelectual e política contemplados por debates científicos, históricos e sociais. Ainda assim, a constatação da existência de contato com a cultura douta não elimina o fato de que havia uma exclusão implícita dos negros, não só nos espaços institucionais de produção e disseminação dessa cultura, mas das posições de *status* social e tipos de atuação profissional aos quais ela dava acesso, conforme veremos a seguir.

Quarta: O pressuposto, nem sempre silencioso, de exclusão dos negros do projeto USP significa, para além de uma tentativa de sua marginalização e de limitação do seu acesso à cultura douta, excluí-los de possibilidades profissionais e da participação política enquanto “condutores da nação”. Além disso, quando consideramos, conforme nos mostra Quijano (2007), que raça se constitui globalmente como um dos elementos centrais da divisão do trabalho num contexto internacional marcado pela colonialidade, a configuração de uma instituição de nível superior, que não entende os negros como possíveis candidatos às suas vagas, colabora para a manutenção destes em posições de trabalho braçal socialmente subalternizadas e globalmente relegadas aos não-brancos. O posicionamento da Imprensa Negra, ao desejar e incentivar a busca dos negros por níveis educacionais mais elevados, está direcionado contra a elite branca paulista – em que se encontram os fundadores da USP –, mas também contra uma ordem global ditada pela

colonialidade. O posicionamento do estado paulista, ao encampar o projeto USP, por sua vez, estava alinhado a essa ordem, promovendo, por meio da fundação de uma universidade, novos caminhos para seu fortalecimento e estabelecimento no Brasil. Mais uma vez, nota-se a contribuição da fundação e da concepção da USP para a construção social da raça; dessa vez, entretanto, é possível percebê-la como parte de um processo global.

Esse processo inclui a recusa do direito de reconhecimento dos negros enquanto cidadãos cognoscentes (ou dotados de aptidões e capacidades), que participam da construção da nacionalidade, da definição dos rumos políticos e da interpretação do que é e do que pode vir a ser a nação. A concentração do poder nas mãos dos brancos em diferentes contextos nacionais é uma marca importantíssima da colonialidade. A ausência de dispositivos explícitos e oficiais de exclusão racial é um elemento que caracteriza o funcionamento do racismo na sociedade brasileira (LABORNE, 2014). Concentrar o poder e manter o silêncio sobre esse fato só é possível devido ao privilégio da branquitude de não ser convocada a nomear sua identidade racial. A invisibilização desse processo protege a branquitude de queixas a respeito de seu papel na segregação e exclusão dos negros nos espaços de poder e de produção de conhecimento, e possibilita que a instituição seja compreendida como neutra e universal. Por consequência, dificulta a possibilidade de criação de espaços equivalentes para o desenvolvimento da intelectualidade e da subjetividade negra. A ausência de explicitação da exclusão faz com que iniciativas de combate a essa exclusão, como a reivindicação de políticas de ação afirmativa ou a criação de espaços exclusivamente negros, sejam questionadas ou desconsideradas.

Ser excluído do espaço universitário/ensino superior não é apenas não poder frequentar e acessar esse conhecimento. Ser excluído é ter suas formas de interpretação da realidade nacional, seus projetos de nação, suas preocupações, sua voz, sua existência, mantidos distantes do que se faz dentro da universidade e do que se pode fazer na sociedade brasileira a partir do contato com as ferramentas e recursos que a universidade proporciona. Boa parte daqueles que contaram a história da USP, inclusive eu, o fizeram de dentro da instituição, ou seja; ela tem, além de tudo, o poder de produzir suas próprias narrativas históricas. Esse poder, entretanto, não se limita à produção de sua história. Sob seu abrigo também se produziram e produzem análises sobre o Brasil, sobre os negros, povos originários, enfim, sobre a identidade nacional. A USP promove o acesso a um poder simbólico que influencia diversos elementos políticos além de abrir a possibilidade de ocupar cargos de poder na política institucional propriamente dita. Assim, os

grupos inferiorizados, silenciados e excluídos tiveram suas possibilidades de acesso aos meios de produção da história obstruídas e, por se situarem fora dessa legitimidade institucional e científica, suas interpretações e propostas de soluções para as questões nacionais foram reduzidas à inferioridade. Nesse processo de exclusão, outras epistemologias foram descartadas, inferiorizadas e invisibilizadas. Ao ser fundada, a Universidade de São Paulo atuou como uma espécie de incubadora para que o pensamento fundamentado a partir da ótica racista/eurocêntrica se estabelecesse e se desenvolvesse. No momento de sua concepção, a USP pôde, portanto, ser interpretada como um polo local de reverberação da colonialidade do saber e da colonialidade do poder.

Além das perguntas de pesquisa propostas, este trabalho dialoga com duas questões importantes, que se colocam a partir dos referenciais teóricos aqui utilizados. Os estudos críticos da branquitude evidenciam o caráter contextual dos processos de racialização, e colocam questões a respeito da constituição da identidade branca e de suas formas de produção. Esta tese apresenta a participação da USP e do estado paulista na configuração de uma dimensão educacional institucional da formação da branquitude. Se raça se faz com um conjunto de particularidades influenciadas pelo momento histórico e social, entender como ela se faz nos diferentes tempos e quais são os atores que contribuem para sua construção é uma questão altamente relevante. O presente trabalho mostra como a criação da USP contribuiu para a definição de sentidos da identidade branca no Brasil no início do século XX. É necessário reiterar que, tendo em vista o caráter relacional das identidades raciais, contribuir para a formação da branquitude influencia na formação das identidades que se relacionam com ela. Ao fazê-lo, portanto, a USP estava “fazendo raça”.

Quanto às perspectivas críticas sobre a colonialidade, junto aos argumentos centrais desses corpos teóricos, os quais afirmam a conexão intrínseca entre modernidade, colonialidade e racismo, verifica-se a afirmação de que há um conjunto de instituições que contribuem para a perpetuação das dinâmicas de poder da Europa sobre o restante do mundo. As universidades frequentemente recebem destaque nessa lista. Esta tese apresenta um caso particular de universidade brasileira, demonstrando a existência de contextos específicos que a constituíram enquanto uma instituição na qual é evidente o papel de reverberar a lógica da colonialidade no contexto nacional. Ao fazer isso, o trabalho abre caminho para que outras instituições,

educacionais ou não, visivelmente implicadas com raça ou não, possam ser analisadas à luz de referencial teórico semelhante. A mobilização de perspectivas críticas da colonialidade para o olhar lançado aos escritos de Fernando de Azevedo, por exemplo, possibilitou verificar o racismo na forma de eurocentrismo, indicando a possibilidade de que um conjunto grande de figuras importantes no campo educacional brasileiro, por vezes denominadas como “os educadores”, possam ter seus escritos revisitados, com o objetivo de verificar a influência do racismo em suas formas de conceber a educação e propor políticas educacionais.

No que se refere ao campo da história da educação, o presente trabalho contribui de forma inovadora com a constatação de que a existência de um subcampo denominado como história da educação dos negros, sem o equivalente paralelo, que seria uma história da educação dos brancos ou melhor, da branquitude, representa a perpetuação de um padrão analítico que olha para os negros e desconsidera os brancos. O caso da USP abre caminhos para novos questionamentos nesse sentido. Como se dão os processos educacionais da branquitude (na história)? Quais foram as formas institucionais de educação racista ao longo da história? Como as instituições e políticas públicas educacionais, cujas abordagens não consideram raça, contribuem para a manutenção do racismo por meio de ações, silêncios, omissões e negações? Que fatores contribuem para que tais abordagens ainda não tenham se proliferado? É possível interpretá-los à luz do conceito de Pacto Narcísico? Uma história da educação da branquitude se faz necessária, assim como a compreensão de que processos educacionais aparentemente desconectados de questões raciais (por não estarem voltados aos negros?) são necessariamente marcados pela dinâmica racial da sociedade brasileira. Raça é um componente estrutural, e seu efeito sobre a educação afeta negros e brancos concomitantemente; somente a partir da consideração desse fato será possível deslocar a produção de conhecimento de visões parciais que contribuem para a perpetuação da produção da ausência de debate sobre as relações raciais no campo da história da educação.

Com relação aos negros, ainda que o presente trabalho tenha elaborado algumas possíveis hipóteses, permanece a questão a respeito de quais são os elementos que até hoje impossibilitaram o florescimento de pesquisas sobre negros e ensino superior na história. A ausência de dados quantitativos sobre o perfil racial dos estudantes da USP em seus primeiros anos foi um dos desafios definidores das estratégias analíticas utilizadas no presente trabalho. Trabalhos futuros que se dediquem a pensar essa relação histórica possivelmente irão se deparar com limitações semelhantes, o que requer um exercício de inventividade no que se refere ao uso

das fontes e de suas interpretações. Predominantemente baseada em discursos e textos, a presente pesquisa dedicou bastante atenção à leitura dos silêncios e das entrelinhas, podendo contribuir como inspiração metodológica para trabalhos futuros que se dediquem a questões afins.

A opção por não limitar as fontes a documentos mais visivelmente ligados à USP foi essencial para evidenciar que ela foi concebida como um espaço potencializador do desenvolvimento de ideias e propostas políticas da branquitude. Somente compreendendo a existência de um olhar dos negros para raça, nação e para o ensino superior no mesmo período em que se dava a concepção da USP, o processo de produção de ausência dessas perspectivas pôde ganhar visibilidade. Essa escolha pode, portanto, ser considerada uma contribuição metodológica para que o olhar direcionado a outras instituições e processos incorpore o exercício de descentralizar as fontes e considerar que aquilo que, num primeiro momento, parece externo e destituído de comunicação com o problema central da pesquisa, na verdade contém um grande potencial de contribuir para a ruptura de silêncios prolongados.

A intersecção dos campos da história da educação (do negro) e da sociologia, com os estudos críticos da branquitude e as perspectivas críticas sobre a colonialidade configura este trabalho como situado numa zona interdisciplinar. O contato com as historiografias (sobre a USP, sobre a educação dos negros, sobre a imprensa negra e sobre a escravidão para além do Brasil) e suas respectivas reflexões teóricas e metodológicas foi essencial e, em conjunto com a mobilização dos conceitos de branquitude e colonialidade, possibilitou um aprofundamento analítico bastante importante na leitura, sobretudo dos silêncios. A utilização desse repertório teórico é inovadora no campo da história da educação.

Ao contribuir para a visibilização de um processo de produção da ausência e do silêncio sobre a relação histórica entre os negros e o ensino superior, este trabalho procura contribuir para a formulação de novas questões que podem atuar para dar visibilidade a processos e grupos produzidos como ausência de forma semelhante. Aqui, o conceito de branquitude possibilitou estender parte das interpretações realizadas ao longo da tese aos povos originários. Ainda que essas perguntas não estivessem colocadas de início, o que se obteve a partir do olhar para a Imprensa Negra permite identificar que as perspectivas dos povos originários sobre raça, os ideais de nação e os olhares para o ensino superior também vêm sendo invisibilizados. Esta tese evitou reverberar este outro silêncio, por esse motivo, a despeito de parte do referencial teórico e das fontes serem direcionados aos negros, não se furtou em incorporar a menção aos povos

originários nos momentos em que as fontes e os referenciais teóricos o permitissem, tomando, entretanto, o cuidado de não exceder os limites impostos pelas fontes utilizadas.

O mesmo se dá em relação às mulheres, sobretudo as negras. Enquanto o grupo de fundadores da USP era composto exclusivamente por homens (CARDOSO, 1982), a *Imprensa Negra Paulista* contava com mulheres como colaboradoras, mas era constituída predominantemente por uma intelectualidade masculina, de forma que nenhuma das fontes utilizadas possibilitou um olhar mais detalhado para as relações de mulheres, sobretudo negras, com a cultura douta naquele período. Além da menção feita por Limongi (1988) ao fato de que a Universidade de São Paulo estava mais aberta para as mulheres (presumivelmente, brancas) do que as antigas escolas profissionais que a constituíram, no presente trabalho a exceção a esse quadro de silenciamento sobre a relação entre mulheres negras e o ensino superior ou a cultura douta é a menção, no capítulo 8, ao isolamento dos homens negros que alcançavam o ensino superior e que, caso desejassem se casar com alguém com nível educacional próximo, encontrariam, quando muito, mulheres negras professoras. A referência sugere que, no contexto sexista do período, para as mulheres negras, o topo do sistema educacional entre os anos 1920 e início dos 30 seria a carreira do magistério. A presença de mulheres negras professoras aparece nos jornais analisados, sobretudo em notas comunicando formaturas no magistério, menções à existência de professoras e denúncias de situações de preconceito contra elas. O caso de Jacinta Maria de Santana, por sua vez, indica um tipo de presença feminina negra marcada pela violência, pela desumanização e pela invisibilização dadas sob o manto de valorização e neutralidade das ciências. Esse tópico figura, portanto, como um conjunto de novas questões a serem investigadas. Como se deu a relação de mulheres negras com o ensino superior e/ou a cultura douta? Como as mulheres negras na carreira do magistério pensavam questões sobre raça, nação e o papel da ciência? Quais os contextos sociais implicados no momento em que se dá o início do ingresso de mulheres negras no ensino superior? Quando e de que forma ele acontece?

Outro silêncio que se torna perceptível a partir do presente trabalho diz respeito às epistemologias e formas de conhecimento produzidas como ausência. No Brasil dos anos 1920, quais eram as outras formas de produção e disseminação de conhecimento para além da ciência moderna e das instituições educacionais? Quais eram as outras formas de conceber o território, situadas fora do marco moderno da ideia de Estado-nação? Que outros entendimentos sobre nação e identidade nacional coexistiam com as ideias sobre raça? Todas essas perguntas merecem

atenção, pois, como aponta Santos (2002), esses silenciamentos ou invisibilizações contribuem para a eliminação de alternativas às experiências hegemônicas. Tornar visível algo que foi construído como ausência possibilita que sua credibilidade seja discutida e argumentada, e que suas relações com as experiências hegemônicas possam se constituir como objeto de disputa política (SANTOS, 2002).

As dificuldades para a formulação e obtenção de respostas para as referidas questões pode ser compreendida à luz do que afirma Trouillot (2016):

O poder não entra na estória de uma vez por todas, mas em momentos diferentes e de diferentes ângulos. Ele precede a narrativa propriamente dita, contribui para sua criação e para sua interpretação. Assim, ele continua pertinente mesmo se imaginarmos uma história totalmente científica, mesmo se relegarmos as preferências e ônus dos historiadores a uma fase separada, pós-descritiva. Na história, o poder começa na fonte. (TROUILLOT, 2016, p. 62)

O pressuposto da inferioridade – de negros e negras, de povos originários e de outras formas de produzir conhecimento – é tão forte que impossibilita o registro, na história, da existência e do pensar próprio dessas populações. Esta é a marca do poder que configura as fontes e em grande parte define os silêncios. Quando a produção das fontes não é suficiente para garantir o silêncio, resta ainda, o do Pacto Narcísico da Branquitude na historiografia, tal como se deu no caso da USP, em que as falas explicitamente racistas de Mesquita Filho foram ignoradas ou marcadas por historiadores brancos apenas em notas de rodapé.

Os silêncios produzidos na e pela história possibilitam a permanência de símbolos da violência e do poder ao longo do tempo. Alguns exemplos pertinentes ao tema em questão são o busto de Armando de Salles Oliveira, atualmente localizado em frente à portaria principal do atual câmpus da USP, no Butantã, e o próprio campus “Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira”, que recebe seu nome. Seu cunhado, Mesquita Filho, também é homenageado ao dar nome a uma rua no interior de São Paulo e à “Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho”, fundada cerca de quatro décadas após a USP. Merece destaque, entretanto, a permanência de Amâncio de Carvalho, o médico legista responsável pela mumificação e exposição do corpo de Jacinta Santana. Além da Rua Dr. Amâncio de Carvalho, situada no bairro da Vila Mariana em São Paulo, uma das salas da Faculdade de Direito da USP também recebia, até pouquíssimo tempo atrás, o seu nome, como forma de homenageá-lo. No dia 6 de abril de 2023, cerca de vinte dias antes do momento em que escrevo estas páginas finais, o jornal da USP anunciou a retirada da homenagem ao professor responsável pela exposição e vilipêndio do corpo de Jacinta

(SALLES, 2023). A retirada se deu cerca de dois anos após a publicização do caso pela historiadora Suzane Jardim, em redes sociais e depoimentos para reportagens. Após a notícia, a Faculdade de Direito criou uma comissão para apurar o caso. Entretanto, o debate só avançou um ano depois, “quando estudantes que participam do movimento negro passaram a cobrar ativamente um posicionamento da faculdade” (SALLES, 2023).

Para evitar um novo apagamento, esses estudantes fizeram rodas de conversa e intervenções visuais, como cartazes e lambe-lambes, e procuraram mapear os votos da Congregação. Segundo Valentina Garcia de Victor, estudante do terceiro ano de Direito e integrante da Coletiva Angela Davis, inicialmente essas ações angariaram pouco apoio do corpo discente. Ela afirma que a campanha, inclusive, encontrou certa resistência dos alunos brancos.” (SALLES, 2023)

A hostilidade aos negros, presente na mumificação e exposição do corpo de Jacinta foi invisibilizada por quase um século, e se reconfigurou após a visibilidade dada ao caso pelas denúncias públicas feitas pela historiadora Suzane Jardim. Constituiu-se então uma forma reconfigurada de hostilidade. A necessidade de pressão para que a instituição tomasse medidas, e a complacência dos estudantes brancos com a homenagem indicam a comunicação do presente com o passado e evidenciam a educação da branquitude e a construção social da raça em ação. A retirada do nome do docente somente após a pressão de estudantes negros evidencia como a produção da ausência deles nessa instituição é parte do que possibilita a manutenção de certos silêncios e posicionamentos diante da sociedade.

Foi uma historiadora negra que rompeu com esse silêncio, foi a mídia que contribuiu para que o caso fosse questionado no interior da instituição, e foi a pressão de estudantes negros que definiu a retirada da homenagem. Ou seja, a despeito das transformações sociais e mudanças de perspectiva sobre raça, ao longo dos anos que nos separam do período de exposição do corpo de Jacinta, o Pacto Narcísico da Branquitude permanece atuante, e o racismo institucional também. Os papéis da historiadora negra, da mídia e da pressão estudantil podem ser vistos como paralelos atuais dos papéis desempenhados pela Imprensa Negra nos anos 1920 e 30. Verifica-se a contribuição do campo da história e das reinterpretações possíveis a partir dele (assim como faziam os intelectuais da Imprensa Negra) para a constituição de novos valores associados às instituições de ensino superior, que se relacionam diretamente com os processos de constituição da nacionalidade.

É este o tipo de contribuição que a presente pesquisa oferece em relação a questões sociais contemporâneas e às demandas atuais por equidade e de(s)colonização do ensino superior.

O debate sobre: i) o epistemicídio e a inferiorização de outras formas de produzir e disseminar conhecimentos; ii) o racismo institucional; iii) os pressupostos ainda atuantes a respeito da neutralidade, objetividade e universalidade; iv) a composição racial do corpo docente na USP e no ensino superior de forma mais ampla; v) o eurocentrismo nos currículos; vi) as formas de hostilidade silenciosas à presença dos negros; vii) a relação com a cultura doutra dada fora dos marcos institucionais e não reconhecidas; viii) o papel do Estado e da educação na manutenção do poder da branquitude; são alguns dentre os debates correntes, para os quais este trabalho pretende contribuir.

...

As bases racistas cunhadas pelos militantes brancos que fundaram a USP floresceram na formação de intelectuais que contribuíram para a produção da ausência dos negros no ensino superior. Apesar de produzido como ausência, o projeto de formulação de contranarrativas da Imprensa Negra também se desdobrou, entre outros, na formação e nos trabalhos de Priscila Silva, Suzane Jardim e desta que vos fala. Não se trata de um triunfo, mas da permanência da existência e da possibilidade de uma disputa, ainda desigual, situada no campo da história.

A força que permitiu que apenas os primeiros ocultassem o seu pertencimento racial, e apresentassem análises supostamente neutras, permanece. Para mim, a quem a requerida objetividade foi vedada de partida, de nada adiantaria me furtar a demarcar a posição de identificação com a Imprensa Negra Paulista e desejo de contribuir com a desconstrução do silêncio sobre seu papel na produção e disseminação da cultura doutra. Performar neutralidade diante do próprio texto é privilégio daqueles cuja existência não foi apagada. No meu caso, admitir que eu existo e penso é combater uma força histórica de produção da ausência dos negros na posição de intérpretes do Brasil e do mundo. Existo e penso com o corpo todo, inclusive com as emoções, que em nada reduzem minha capacidade analítica; ao contrário, a potencializa. conforme mostra Lorde (2019). Permaneço consciente, entretanto, de que meu olhar não diz respeito ao todo, e minha interpretação da realidade não pretende e nem pode ser tomada como verdade absoluta, assim como nenhuma das que me antecederam.

O que poderia ter sido este trabalho se a USP não tivesse sido concebida em bases racistas? Não só a história dela seria outra, mas as formas de produção desta história também seriam outras, eu mesma seria outra...

Mas deixemos os exercícios especulativos.

Foram muitas horas sentada para escrever este texto, e meu corpo anseia por uma tecnologia inventada para combater o banzo e retomar o estado de presença e consciência de si. Uma ciência ancestral, coletiva, brincante, musical, que conta e reconta histórias com o corpo inteiro, que ajuda a permanecer vivo e saudável apesar das incessantes tentativas de apagamento, uma ciência mais conhecida como capoeira...

“Èṣù matou um pássaro ontem, com a pedra que arremessou hoje”.

Oráculo

sempre sozinha no meio dos brancos,
essa foi minha sina
mas quando cheguei na Educação
me falaram da Elis Regina!

sempre sozinha no meio das brancas,
já era minha rotina
mas quando cheguei na capoeira
me falaram da Elis Regina!

eu não valorizava o que eu escrevia.
“minha ancestral não é uma costela”
escreveu Elis Regina
e lendo suas palavras,
descobri que eu fazia poesia

fiquei pensando em um mestrado,
mas não tinha ideia do que era uma pesquisa
- eu nem sabia mexer no word!
respondeu a mestranda Elis Regina
e acreditei que, mesmo eu,
partindo do zero, também podia.

como num jogo de esconde-esconde
berimbau, pesquisa, poesia
ela abria caminho e eu ia atrás
assim foi pra mim, com Elis Regina

quando finalmente nos encontramos
no mesmo tempo e espaço:
nossos nomes na aprovação
de processo de doutorado!
- que alegria! que alegria!
vou estudar com Elis Regina!

- vamos tomar o neimb!!!
 - um grupo de estudos de autores negros!!
 - bora treinar capoeira!!
 - me conta da suas poesias, preta!?

os filho...
 os corre...
 as treta...
 Elis era minha referência

é triste estar numa terra hostil
 e ainda perder uma grande parceira
 foi assim que eu perdi Elis Regina
 e num tá sendo brincadeira

não concordo em verbo
 não concordo em tempo
 não concordo...
 não conc...
 não con...
 não...
 ã...

ela:
 um oráculo, um espelho,
 uma porta aberta
 se foi um pedaço de mim
 e saquei o quanto a vida é incerta
 "Inda mais pra noiz, nega...
 Inda mais pra noiz"

Mariana do Berimbau

Referências

- ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. A historiografia brasileira da escravidão entre os anos de 1970 e 1980: escrita, contexto e instituição. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 14, n. 1, 2017.
- ALBERTO, Paulina L. *Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011. DOI: 10.5149/9780807877715_alberto.1. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.5149/9780807877715_alberto.1>. Acesso em: 17 fev. 2020.
- ALMEIDA, Sérgio Tenório de. *Novas oportunidades de acesso ao ensino superior? Trajetórias escolares de alunos negros que se formaram na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (1935 – 1964)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ANDREWS, George Reid. Black and White Workers: Sao Paulo, Brazil, 1888-1928. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 68, n. 3, p. 491–524, 1988. DOI: 10.2307/2516517. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.2307/2516517>>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- ANTUNHA, H. C. G. *Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma*. São Paulo: CRPE do Sudeste, 1974.
- APPLE, Michael W. Políticas de direita e branquidade: a presença ausente da raça nas reformas educacionais. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 61-67, Abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782001000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 dez. 2017.
- ARAÚJO, Marcia Luiza Pires de. *A escolarização de crianças negras paulistas (1920-1940)*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI: 10.11606/T.48.2013.tde-27062013-124505. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27062013-124505/pt-br.php>>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4. ed. rev. e aum. Brasília: UNB, 1963.
- BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. *Língua e sociedade nas páginas da imprensa negra paulista: um olhar sobre as formas de tratamento*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. DOI: 10.7476/9788579831041.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahí andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870 - 1920)*. 2005a. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- _____. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: MEC, 2005b.

_____. Um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016. p. 51–72.

_____. A presença negra e escrava em escolas públicas de São Paulo. Em: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Eduardo Moreira De; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 139–160.

_____. História da Educação da População Negra: Entre silenciamento e Resistência. *Pensar a Educação em Revista*, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 3–29, 2018.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra no Estado de São Paulo. In: *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 132.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (orgs.). *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERRIEL, Carlos. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. Ação Afirmativa no Ensino Superior: considerações sobre a responsabilidade do estado brasileiro na promoção do acesso de negros à Universidade – o Sistema Jurídico Nacional. In: PACHECO, Jairo Q. e SILVA, Maria Nilza (orgs.). *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Org.). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi/Unesco, 1955. p. 227-310.

_____. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

BONTEMPI JR., Bruno. As sessões solenes da Faculdade de Filosofia: rituais da comunidade intelectual uspiana. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v, XXXIV, n.2, p. 168-187, dezembro de 2008.

_____. Universidade de São Paulo: a efêmera comunhão das escolas paulistas. In: *Paulistanidade e Educação: práticas e simbologias*, Campinas: Pontes, 2018.

BOURDIEU, Pierre. Objetivar o sujeito objetivante. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

_____. O espaço dos pontos de vista. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). *A Miséria do Mundo*. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Decreto n. 8659 de 5 de abril de 1911. Approva a lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

_____. Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm>. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRINGEL, Breno; LYNCH, Christian Edward Cyril; MAIO, Marcos Chor. Sociologia periférica e questão racial: Revisitando Guerreiro Ramos. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, 2015. DOI: 10.1590/S0103-49792015000100001.

CAMPOS, Luiz Augusto. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: a história de uma edição. *Estudos Políticos*, [S. l.], v. 6, n. 2, 2016.

CARDOSO, I. de A. R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

CARDOSO, Maria Cláudia. *Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulistano: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://livros01.livrosgratis.com.br/cp073095.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

CARDOSO, Lourenço. *O branco invisível: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 – 2007)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

_____. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1.ed. Curitiba. Appris, 2017a.

_____. O branco não branco e o branco-branco. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1.ed. Curitiba. Appris, 2017b.

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (orgs.). *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARVALHO, José Jorge de. Exclusão Racial na Universidade Brasileira: um caso de ação negativa. In: QUEIROZ, Delce Mascarenhas (coord.). *O negro na Universidade. A cor da Bahia/UFBA*. Salvador: Novos Toques, 2002.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. *A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CELESTE FILHO, Macioniro. El conflictivo nacimiento de la Universidad de São Paulo en la década de 1930. *Revista Iberoamericana de Educación Superior* (ries), México, issue-unam/Universia, vol. II, n. 3, p. 102-114, 2011.

_____. Universidade de São Paulo concebida em 1968 por seus professores, alunos e funcionários. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo: SBHE; Campinas, Autores Associados, v. 17, n. 1, 2017. DOI: 10.4025/rbhe.v17n1.857.

CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COELHO, Sintia Said; VASCONCELOS, Maria C. C. *A criação das instituições de Ensino Superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina*. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação do Negro e Outras Histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação: Coleção Educação Para Todos, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. A expansão do ensino superior: causas e consequências. *Debate e Crítica*, n. 5, p. 27-58, mar. 1975.

_____. *A Universidade Temporã: O ensino superior da Colônia à era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Qual Universidade?* São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

_____. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUTI. *...E disse o velho militante José Correia Leite*. 19. ed. São Paulo: Noovha América, 2007.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Salvador, v. 38, n. 3, 2018. DOI: 10.1590/1982-37030003262017.

DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 56–79, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042009000100004>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

DÁVILA, Jerry. *Diploma of Whiteness*. Durham & London: Duke University Press, 2003. DOI: 10.1215/9780822384441.

_____. *Diploma de Brancura: Política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

_____. Gilberto Freyre: Racial Populism and Ethnic Nationalism. In: ANDERSON, Warwick; ROQUE, Ricardo; SANTOS, Ricardo (org.). *Luso-Tropicalism and Its Discontents: The Making and Unmaking of Racial Exceptionalism*. New York: Berghahn Books, 2019.

DOMINGUES, Petrônio. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): “Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III!” *Varia Historia*, [S. l.], v. 22, n. 36, p. 517–536, 2006. DOI: 10.1590/s0104-87752006000200015. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/s0104-87752006000200015>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

_____. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói v. 12, n. 23, p. 100–122, 2007. DOI: 10.1590/s1413-77042007000200007. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/s1413-77042007000200007>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

_____. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 517–534, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300008>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

_____. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 138, 2009. DOI: 10.1590/s0100-15742009000300014.

_____. Lino Guedes: de filho de ex-escravo à “elite de cor”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 41, p. 133–166, 2010. DOI: 10.9771/aa.v0i41.21200.

_____. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 118–139, 2011. DOI: 10.1590/2237-101x012023007. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/2237-101x012023007>>. Acesso em: 3 maio 2023.

_____. Como se fosse bumerangue: Frente negra brasileira no circuito transatlântico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 155–170, 2013. DOI: 10.1590/S0102-69092013000100010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000100010>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

_____. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930*. *Estudos Afro-Asiáticos*, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 563–600, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000300006>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

DU BOIS, W. E. B. *The souls of black folk*. North Charleston: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2014.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Ulisseia, 1961.

_____. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro. Fator, 1980.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon, a Branquitude e a racialização: aportes introdutórios a uma agenda de pesquisas. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Universidade e Poder: Análise crítica/fundamentos históricos: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

_____. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000.

FERES JUNIOR, João. A atualidade do pensamento de Guerreiro Ramos: branquitude e nação. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 111-125, Abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000100111&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 de abr. 2023.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo, FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado, 1981. Antropologia n. 13, 1986.

FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de Moura. *Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

_____. Faculdade de Educação antecedentes e origens. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, 1994. DOI: 10.1590/s0103-40141994000300046.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo: SBHE; Campinas, Autores Associados, v.7, n.1, p, 11-50, jan./abr. 2007.

_____. As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil. In: *Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro*. São Paulo: Ação Educativa, 2001. p. 11–36.

_____. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. In: *História da educação do Negro e outras histórias*. Brasília-DF: MEC, 2005. p. 93–116.

_____. A população negra no ensino e na pesquisa em história da educação no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016. p. 23–50.

_____. Espaço privado e educação no escravismo brasileiro: província de Minas Gerais, século XIX. Em: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Educardo Moreira De; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 17–41.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A ciência popularmente tratada, e não a ciência profissionalmente discutida tal será o nosso sistema de redação. Imprensa e vulgarização das ciências no Brasil na segunda metade do século XIX. *Varia Historia, [S. l.]*, v. 34, n. 66, 2018. DOI: 10.1590/0104-87752018000300004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 20. ed. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora/INL-MEC, 1980.

GARCIA, Renísia Cristina. *Identidade Fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993 – 2005*. Brasília: INEP, 2007.

GILROY, Paul. *The black Atlantic: modernity and double consciousness*. London: Verso, 1993.

GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e Política (1888 - 1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da Raça: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: Algumas Reflexões sobre a Realidade Brasileira. In: SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, [S.l.], v. 31, n. 1, 2016. DOI: 10.1590/S0102-69922016000100003.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça e estudo de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, [S.l.] n. 54, p. 127-146, jul. 1999.

_____. Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p.247-268, março de 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 29-30, p. 247-269, 2003b. DOI: 10.9771/aa.v0i29-30.21059.

_____. Intelectuais negros e modernidade no Brasil. Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2004. (Working paper)

GUIRRO, Leandro Antônio. *Intelectualidade e imprensa negra paulista: os casos do Getulino e Progresso (1923-1931)*. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2013.

GURGEL, Roberto Mauro. A construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina. In: FARIA, Dóris Santos de. *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

HARTMAN, Saidiya. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. New York: Oxford Press, 1997.

_____. Venus in Two Acts. *Small Axe: A Caribbean Journal of Criticism*, [S.l.], v. 26, 2008. DOI: 10.2979/sax.2008.-.26.1.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

IANNI, O. *Raças e Classes sociais no Brasil*. 3. Ed., revista e ampliada. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: O Debate sobre o Branqueamento e a Discriminação Racial no Brasil. In: THEODORO, Mario (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008. p. 49-68.

JESUS, Camila Moreira de. A persistência do privilégio da brancura: nota sobre os desafios na construção da luta antirracista. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. *Branquitude em foco: análise sobre a construção da identidade branca em intelectuais no Brasil*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

_____. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

LEITE, Aureliano. Grandes Figuras da Medicina no Passado de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, [S.l.], v. 182, 1970.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. *Educadores e empresários culturais na construção da USP*. 1988. 279f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

LORDE, Audre. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. In: LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. Cap. 12, p. 155 – 167.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. *População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAIO, Marcos Chor. Introdução: a contribuição de Virgínia Leone Bicudo aos estudos sobre as relações raciais no Brasil. In: BICUDO, Virgínia Leone (org.). *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010a.

_____. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 35, 2010b. DOI: 10.1590/s0104-83332010000200011.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da Escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos CEBRAP*, [S.l.], n. 74, mar 2006.

MAYORGA, Cláudia. *Universidade Cindida, Universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MAYORGA, Cláudia; COSTA, Fabíola C.S.; CARDOSO, Tatiana L. Universidade pública no Brasil: entre privilégios e direitos. In: MAYORGA, Cláudia. *Universidade Cindida, Universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MIGNOLO, Walter. Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento. Sobre (de) colonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica. *Revista de Filosofia*, [S.l.], v. 74, n. 2, p. 7–23, 2013.

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2012. Livro eletrônico. 3557 posições.

MOTA, André. *Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina Paulista entre 1892-1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MUHS, Gabriella Gutiérrez y; NIEMANN, Yolanda Flores; GONZÁLEZ, Carmen G.; HARRIS, Angela P. *Presumed incompetent: The intersections of race and class for women in Academia*. [s.l.: s.n.]. v. 9780874218701 DOI: 10.5860/choice.50-3928.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *A cor da escola: imagens da primeira república*. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2008.

_____. A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016. p. 395–412.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. A criança branca idealizada pela imprensa no século XIX. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Niterói: EDUFF, 2004. Não paginado.

_____. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, Jairo Q. e SILVA, Maria Nilza (orgs.). *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

_____. Prefácio. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. *O preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de. *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

PATERNIANI, Stella Zagatto. Da branquidade do estado na ocupação da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 31, n. 91, e319109, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000200509&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2023.

PERES, Eliana. Sob(re) o silêncio das fontes...: a trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo: SBHE; Campinas, Autores Associados, v. 2, n. 2, p. 75-102, jul./dez. 2002.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *História preta das coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2021.

PINTO, Ana Flávia Magalhães; RAMOS, Ana Flávia Cernic. A imprensa negra e sua intelectualidade. *Intellectus*, [S.l.], v. 17, n. 1, p. i–iii, 2018. DOI: 10.12957/intellectus.2018.36026. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/intellectus.2018.36026>>. Acesso em: 3 maio 2023.

PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Tese de doutorado, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (orgs.). *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America (english translation). *Nepantla: Views from South*, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 533–580, 2000a.

_____. Coloniality of Power, Knowledge, and Latin America. *Nepantla: Views from South*, [S.l.], v. 1, p. 533–80, 2000b.

_____. Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, [S.l.], v. 21, n. 2–3, p. 168–178, 2007. DOI: 10.1080/09502380601164353.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.

ROCHA, Mariana Machado; COSTA, Ana Luiza Jesus da. População Negra e Ensino Superior no início do século XX. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 22, n. 1, 2022. DOI: 10.4025/rbhe.v22.2022.e214.

ROMÃO, Jeruse (org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade., 2005.

ROMERO, Arnaldo. *O sentido da reforma: o estatuto da universidade de Francisco Campos em um Brasil em transição*. 2019.

SÁ, Magali Romero; BENCHIMOL, Jaime L.; KROPF, Simone; VIANA, Larissa; SILVA, André Felipe Cândido da. Medicina, ciência e poder: as relações entre França, Alemanha e Brasil no período de 1919 a 1942. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v. 16, n. 1, 2009. DOI: 10.1590/s0104-59702009000100015.

SALLES, Silvana. Direito da USP retira homenagem a professor que expôs corpo de mulher negra como curiosidade. *Jornal da USP*, 2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/diversidade/etnico-racial/direito-da-usp-retira-homenagem-a-professor-que-expos-corpo-de-mulher-negra-como-curiosidade/>>. Acesso em: 2 maio 2023.

SALONE, Roberto. *Irredutivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo, Albatroz Editora, 2009.

SANCHEZ, Luz Helena. *A Extensão Universitária: o histórico da experiência da UNICAMP*. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SANTOS, Boaventura de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 63, 2002.

SANTOS, Pedro de Souza. *Cidadania e educação dos negros através da imprensa negra em São Paulo (1915 – 1937)*. Dissertação de Mestrado, Universidade São Francisco, Itatiba, 2007.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo, Annablume, 2014.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André Rebouças, José do Patrocínio e Manuel Querino. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS,

Surya Aaronovich Pombo de (org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016. p. 191–216.

SCHUELER, Alessandra; RIZZINI, Irma. Hemetério José dos Santos: professor e intelectual negro nas disputas pela educação na cidade do Rio de Janeiro. In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 77–99.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Dando nome às diferenças. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Racismo e Racistas: trajetória do pensamento racista no Brasil*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 2, n. 2 [4], 2012.

_____. A escola do professor Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016. p. 141–162.

SILVA, Alexandra Lima da. *Jardim Secreto: educação como desejo de liberdade na diáspora africana*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

SILVA, Maria Lúcia da. Racismo e os efeitos na saúde mental. In: BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S. (orgs.). Seminário Saúde da População Negra do Estado de São Paulo 2004 2005, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005. p. 129–132.

SILVA, Maria Nilza da; LARANJEIRA, Pires. Do Problema da “Raça” às Políticas de Ação Afirmativa. In: PACHECO, Jairo Q.; SILVA, Maria Nilza (orgs.). *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SILVA, Nádia Maria Cardoso da. Virginia Leone Bicudo e Guerreiros Ramos – para uma epistemologia decolonial da perspectiva negro-brasileira nas Américas. *IdeAs*, [S.l.], n. 16, 2020. DOI: 10.4000/ideas.9758.

SILVA, Priscila Elisabete da. *Um projeto civilizatório e regenerador: reflexões sobre “raça” no projeto da Universidade de São Paulo (1900-1940)*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

_____. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação Afirmativa: uma política pública que faz a diferença. In: PACHECO, Jairo Q.; SILVA, Maria Nilza (orgs.). *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

SOUZA, Rosângela Ferreira de. Pelas páginas dos jornais: recortes identitários e escolarização do social do negro em São Paulo (1920-1940). 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de

Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI: 10.11606/T.48.2013.tde-03122013-131609.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e mídia no Brasil. In: WARE, V. (Org.) *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Os Múltiplos Conceitos de Extensão. In: FARIA, Dóris Santos de. *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

TIEDE, Livia Maria. Os homens de cor invisíveis da imprensa negra paulistana: como a biografia de um intelectual negro nascido no século dezenove auxilia a repensar a historiografia do pós-abolição paulistano. *Intellèctus*, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 48–72, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/intellectus.2018.33687>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: huya, 2016. 272p.

VALLE, Franco Della. Os Juristas e a Imagem da Imprescindibilidade: A Memória como Capital Simbólico. *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia*, [S.l.], v. 8, n. 3, 2017.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações e patuás: os significados da escrita no mundo da escravidão. In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Educardo Moreira de; GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Rascunhos Cativos: Educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017. p. 59–76.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

ZUBARAN, Maria Angélica. Pedagogias da Imprensa Negra: entre fragmentos biográficos e fotogravuras. *Educar em Revista*, [S.l.], n. 60, p. 215–229, 2016. DOI: 10.1590/0104-4060.43561. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.43561>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

FONTES PRIMÁRIAS

Documentos USP e Fundadores

AZEVEDO, Fernando. *A educação e seus problemas*. 4 ed., tomo I, revista e ampliada. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

BRASIL. Decreto n. 39, de 3 de setembro de 1934. *Approva os estatutos da Universidade de S. Paulo*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-39-3-setembro-1934-515616-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 abr. 2023.

MESQUITA FILHO, Júlio de. *A crise nacional: reflexões em torno de uma data*. São Paulo: Seção de obras de O Estado de S. Paulo, 1925.

_____. *Política e cultura*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

OLIVEIRA, Armando de Salles. *Jornada Democrática: (discursos políticos)*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1937.

SÃO PAULO. Decreto Nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934. *Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências*. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/130436>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

Periódicos da Imprensa Negra Paulista

A VOZ DA RAÇA. São Paulo, (1933 – 1934). Disponível em: <<http://biton.uspnet.usp.br/impresanegra/index.php/a-voz-da-raca/>>. Acesso em: 3 maio 2023.

O CLARIM DA ALVORADA. São Paulo, (1924 – 1927). Disponível em: <<http://biton.uspnet.usp.br/impresanegra/index.php/o-clarim-da-alvorada/>>. Acesso em: 3 maio 2023.

PROGRESSO. São Paulo, (1928 – 1930). Disponível em: <<http://biton.uspnet.usp.br/impresanegra/index.php/progresso/>>. Acesso em: 3 maio 2023.

Periódicos complementares e outras mídias

DIÁRIO NACIONAL. n. 592, 1929, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213829&pesq=&pagfis=6405>>. Acesso em: 3 maio 2023.

LEVI, Daniel. Memória de Jacinta deve se sobrepor à de Amâncio, diz pesquisadora. FAPESP Na Mídia, 2021. Disponível em: <<https://namidia.fapesp.br/memoria-de-jacinta-deve-se-sobrepor-a-de-amancio-diz-pesquisadora/277543>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

O ESTADO. São Paulo, n. 4668, 1929, p. 1. Disponível em: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1929/EST19294668.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, n. 18.088, 1928. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19281120-18088-nac-0002-999-2-not/busca/caravana>>. Acesso em 3 maio 2023.

O PHAROL. São Paulo, n. 742, 1903, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/258822/per258822_1903_00742.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

ROQUE, Daniel Salomão. Como a principal faculdade de direito do país violou o corpo de uma mulher negra por 30 anos. Ponte, 2021. Disponível em: <<https://ponte.org/principal-faculdade-direito-pais-usp-sao-francisco-violou-corpo-mulher-negra-30-anos-jacinta/>>. Acesso em: 28 abr. 2023.